

SARA DE JESUS GOMES PEREIRA

A TELEVISÃO NA FAMÍLIA

PROCESSOS DE MEDIAÇÃO COM CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

**INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA
UNIVERSIDADE DO MINHO
Braga, 1998**

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	5
Prefácio	6
‘Televisão ou não’	9

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

PARTE I -PROBLEMATIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo I	
FAMÍLIA E VIDA QUOTIDIANA	15
1. A Família como Construção Social	15
O conceito de família e as novas práticas familiares	15
A origem da família moderna	17
Caracterização da família portuguesa actual	19
2. Tempos Sociais e Espaços da Família	24
Tempos sociais da família	24
Os espaços da vida quotidiana familiar	28
3. A Interação Social no Contexto Familiar	30
Definindo interação social	31
O conceito de mediação	33
A teoria ecológica de Bronfenbrenner	36
A família como contexto privilegiado de interação	39
O papel activo da criança	42
4. Padrões de Comunicação na Família	43
A tipologia de Chaffee, McLeod e Atkin	43

Capítulo II	
AS CRIANÇAS E A TELEVISÃO	48
1. O Novo Panorama Audiovisual Português	48
2. Crianças e Televisão: o Contexto do Debate e da Investigação	51
Uma perspectiva holística da relação crianças - televisão	56
3. Modalidades do Consumo Televisivo pelas Crianças	57
Variáveis que influenciam o consumo televisivo	57
4. A Televisão e o Conceito de Infância	63

Capítulo III	
A TELEVISÃO NO QUADRO DA VIDA FAMILIAR	65
1. A Televisão na Família	65
2. Televisão e Interacção Familiar	71
3. Usos Sociais da Televisão	78
4. ‘Extensões’ da Prática Televisiva	81
5. Mediação da Televisão na Família	83
O conceito de mediação	83
Formas de mediação em relação à televisão	85
Factores que influenciam a mediação	87
Os estudos sobre a mediação na família em relação à televisão	89
A mediação fora do contexto televisivo	92
Em jeito de síntese	93

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo IV	
APRESENTAÇÃO DO ESTUDO E METODOLOGIA	98
1. O Problema e os Objectivos	98
2. Opção Metodológica	101
Instrumento de recolha de dados: a Entrevista	101
3. Constituição e Caracterização do Grupo de Inquiridos	102
Constituição do grupo de famílias	102
Caracterização sócio-demográfica das famílias	106
4. Realização das Entrevistas	109
5. Análise dos dados	112
A análise de conteúdo das entrevistas	114
Os critérios de cientificidade	117

Capítulo V	
O QUOTIDIANO DAS FAMÍLIAS	120
1. O dia a dia das famílias	120
2. Tarefas domésticas	130
3. Vivência do serão	132
4. Actividades das crianças	134
5. Tempos livres das famílias	137

Capítulo VI

INTERACÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A TELEVISÃO	140
1. Número e Localização dos Televisores no Espaço Doméstico	140
2. Tempos e Modos de Ver	146
A televisão no momento da refeição	156
Ver televisão enquanto prática individual e colectiva	161
Por quem e como são tomadas as decisões acerca do que ver	163
Os gostos e as preferências televisivos das famílias	169
3. Papel e Importância da Televisão na Família	173
4. Aprender com a Televisão?	178

Capítulo VII

PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DA TELEVISÃO NA FAMÍLIA	181
1. Formas de Mediação	185
Mediação Restritiva	186
Mediação Avaliativa	193
Mediação Não-Focalizada	196
2. Factores que influenciam a mediação	197
3. Síntese Final	201
 CONCLUSÃO	 203
 BIBLIOGRAFIA	 209
 ANEXOS	 219

Agradecimentos

Este estudo, apesar de individual, envolveu na sua realização a colaboração de outras pessoas, a quem não posso deixar de fazer alguns agradecimentos:

O meu primeiro e principal agradecimento é ao Prof. Doutor Manuel Pinto. Agradeço-lhe, acima de tudo, o seu Saber e os seus ensinamentos. Mas também a sua disponibilidade, a sua compreensão, os seus comentários críticos, o apoio e orientação constantes prestados durante a realização do trabalho.

Agradeço às Educadoras Maria Helena Pinto, Maria de Lurdes Silva, Isabel Vilaça, Ana Maria Silva, e Cecília Carneiro, o empenho e a simpatia com que ‘abriram’ as portas dos jardins de infância para poder estabelecer contacto com os pais das crianças.

Agradeço também a todos os pais que me dispensaram algum do seu precioso tempo para a realização das entrevistas e, obviamente, a todas as crianças envolvidas.

Ao Pedro, agradeço o apoio, a paciência, e a serenidade, com que acompanhou todo o processo.

À Inês, que está a aprender a ver televisão, e que soube, à sua maneira, reivindicar os momentos de atenção e de brincadeira que lhe eram devidos, dedico este trabalho.

Prefácio

Foi recentemente traduzido para português um livro já antigo que propõe, logo no título, “Quatro Argumentos para Acabar com a Televisão”. Ao contrário da maioria das vozes que criticam os conteúdos da ‘caixinha mágica’, o autor, Jerry Mander¹, põe em causa a utilidade e interesse que possa ter a própria TV.

Não deixa de ser sintomático o acolhimento deste tipo de literatura, na sociedade portuguesa. É de facto mais fácil enveredar por discursos pseudo-radicais e de pendor fundamentalista do que procurar compreender e interrogar o que se passa à nossa volta.

Mas, ainda assim, parece-me que há vantagens em propostas como as de Mander, como as há em versões mais elaboradas e interpelativas como a que, não há muitos anos, Karl Popper² apresentou. E entre essas vantagens, uma há que me parece de grande alcance: ao confrontar-nos com o cenário de um mundo sem televisão, ou com a televisão como “um perigo para a democracia”, os seus autores fazem-nos tomar consciência de que o cenário televisivo é assim, mas poderia ser outro ou ser de outro modo. Ou seja: a mediatização e a espectacularização das nossas sociedades remetem para uma realidade que é socialmente construída. O mesmo é dizer: que pode ser refeita e transformada.

De um ponto de vista realista, só como provocação se pode propugnar a eliminação da TV. Não significa isto que essa realidade não possa e não deva evoluir e melhorar, quer enquanto dispositivo tecnológico, quer enquanto fornecedor de conteúdos e, sobretudo, enquanto ‘contadora de histórias’. O que não vale a pena é meter a cabeça na areia. Como diz um entrevistado neste livro, “não se pode viver, hoje em dia, sem televisão”. Mesmo que lhe dediquemos uma parcela diminuta do nosso tempo e da nossa atenção.

Parece, por conseguinte, mais necessário e produtivo um trabalho que nos ajude a conhecer melhor a ‘televisão que temos’ ou sonhamos, quem somos como telespectadores e consumidores de televisão, e como é que essa faceta de telespectadores se interliga com outras facetas do quotidiano, perspectivadas a partir das posições, trajectórias, recursos e interesses dos indivíduos e dos grupos.

Este livro de Sara Pereira representa uma achega importante nesse sentido. Resultando de uma pesquisa académica recente, centra-se nos usos da televisão em famílias com crianças em idade pré-escolar, apurados em 50 entrevistas em profundidade, feitas a pais e, sobretudo, mães

¹ Jerry Mander (1999) *Quatro Argumentos para Acabar com a Televisão*. Lisboa: Antígona (Ed. original: 1977).

² Karl Popper/J. Condry (1995) *Televisão: um Perigo para a Democracia*. Lisboa: Gradiva

de famílias urbanas e rurais. Não é, por conseguinte, um estudo da oferta televisiva dirigida às crianças nem uma investigação sobre os efeitos da TV nos mais pequenos. Digamos que aquilo que a autora procurou foi olhar para as interacções familiares e para os quadros sócio-psicológicos de que aquelas interacções são, a um tempo, resultado e agente activo e analisar o papel que a televisão aí ocupa. Para tal, recorre ao conceito de mediação, desdobrado em três modalidades ou estilos: restritivo (regulação/proibição), avaliativo (conversação/significação) e não focalizado (indirecto/não intencional). Das três modalidades a menos praticada, segundo as conclusões de Sara Pereira, é o segundo, ou seja, o avaliativo. Isto significa que, relativamente à televisão, os pais inquiridos tem a seguir a via mais fácil: ou deixam as coisas correr, um pouco ao sabor das circunstâncias ou estabelecem regras e proibições. É assim reduzido o cuidado posto em acompanhar com uma certa atenção os programas que os filhos vêem, conversar com eles acerca dessa experiência, relacioná-la com outros aspectos da vida, responder às inquietações ou perguntas, etc. Esta tendência é consonante com uma outra que o estudo aponta: “de uma forma geral, os pais não conhecem nem vêem com os filhos a programação destinada especificamente à infância”.

De tais conclusões decorre uma série de questões que não podem deixar de ser equacionadas.

Desde logo, o entrosamento da TV com o leque de outras actividades, práticas sociais, estilos de vida e condicionantes da vida familiar. O tipo de relação das crianças - mesmo das mais pequeninas - com a televisão parece estar associado aos valores, normas e estilos de vida vigentes no agregado familiar. Essa é uma relação já evidenciada por outros estudos e reforçada também neste caso. Esse factor está longe de ser a única variável a considerar, mas é certamente importante. Ora, se assim é, não basta que as atenções de educadores, investigadores, políticos e analistas em geral se circunscrevam ao binómio televisão - crianças. Há aqui variáveis intervenientes, ligadas aos contextos e ao próprio processo de recepção que não podem ser menosprezadas. Isto significa que há factores que interferem com o lugar e as modalidades da incidência da TV na vida e no desenvolvimento das crianças que se encontram, diferencialmente, é certo, mais “ao alcance da mão”. Desde logo, as características da habitação e da zona de residência; o tipo de família e o número de filhos; o número de receptores e a topografia da sua localização, os horários dos diferentes membros do agregado; os recursos materiais e simbólicos; as ofertas culturais e educativas; as redes de sociabilidade e de convivência; as políticas públicas a nível central e local, entre outros.

Quer dizer: é muito mais fácil e tentador enfatizar o impacte e os efeitos da televisão na socialização das gerações mais novas do que enfatizar a importância e a influência de outros

agentes de socialização. Ora, por muito importante que seja - e certamente é - a TV não constitui senão uma das facetas de um 'eco-sistema informativo e comunicativo' em que outros media e outras agências de socialização intervêm. No entanto, em vez de cuidarmos de investir na qualidade da vida familiar e escolar, da vida urbana ou rural, dos espaços, tempos e modalidades de acolhimento e animação e desenvolvimento das crianças - ou seja, dos contextos em que estas desenvolvem relações sociais directas e mais ou menos significativas - tendemos, com frequência a hipervalorizar o peso do factor televisivo, conferindo-lhe uma importância manifestamente exagerada. Não que este exagero não exista já, como facto, mas porque, ao insistirmos excessivamente nele, podemos estar a esquecer que quanto mais deficientes e penalizadoras forem as condições e os contextos da vida social das crianças, mais elas tenderão a recorrer ao mundo ficcional que a TV lhes proporciona em doses abundantes, correndo o risco de o tomar como real. Uma 'baby sitter electrónica', mesmo que seja a melhor do mundo, nunca poderá substituir-se a uma boa 'baby sitter' de carne e osso, seja ela o pai, a mãe, os avós, os irmãos, os tios, os amigos, os educadores, os vizinhos, os animadores culturais, etc.

De resto, não faz sentido desenvolver estratégias de contraposição entre a televisão e a vida real. Do ponto de vista das crianças - e dos telespectadores em geral - a TV faz parte da vida real. Os problemas surgem quando ela começa a tornar-se o paradigma do real, a confundir-se com a realidade, a hegemonizar a vida das pessoas. Mas, salvo casos-limite que chegam a raiar o patológico, é preciso dizer-se que o senso comum tem sabido encontrar formas de incorporação e convivência significativa e saudável com a TV, como o fez no passado com a rádio e o cinema e irá fazer também com a Internet. E o mal-estar que por vezes se sente ou pressente com o carácter excessivo do 'consumo televisivo' tem mais a ver com o vazio ou a inacessibilidade de outras ofertas culturais do que com a própria televisão. Grave é quando a dieta de alguém - para mais, em fase de crescimento - se tem de contentar com um prato único, de qualidade muito variável e discutível.

O livro de Sara Pereira ajuda-nos a pensar todas estas questões e tem a particularidade de fazer incidir a atenção em famílias com crianças em idade pré-escolar. É seguramente um trabalho que vem preencher uma lacuna, no nosso panorama editorial. Oxalá seja inspirador de outros estudos que levem mais longe as sugestões e perguntas aqui enunciadas.

Manuel Pinto
Junho de 1999

TELEVISÃO OU NÃO

-- Desliga a televisão – disse o pai. —
-- Vai lá para fora e vive a vida.

Fui e à noite vim
com uma abelha na orelha
um rato no sapato
cola na camisola
giz no nariz
gafanhotos nos bolsos rotos
um escaravelho no joelho
uma formiga na barriga
um leão pela mão
e atrás um camelo a puxar-me o cabelo.

-- Não vás mais lá para fora – disse o pai.
-- Liga a televisão.

Luísa Ducla Soares

INTRODUÇÃO

Os mass media, particularmente a televisão, são parte integrante da vida quotidiana das famílias. Em Portugal, a esmagadora maioria dos lares (98,5%)³ possui um receptor de televisão, e um segundo está já presente em 60% dos lares⁴. Muitos lares têm ainda acesso à televisão por satélite e por cabo. Em relação ao tempo de consumo, estima-se que o tempo médio diário dispendido com a televisão seja de aproximadamente 239 minutos⁵.

É claro que estes números não passam de sintomas que devem ser analisados e compreendidos no quadro mais amplo das relações e interacções sociais das famílias, na medida em que o espaço familiar constitui o contexto mais imediato e mais significativo em que ocorre, por norma, o consumo de televisão.

O estudo da interacção entre a família e a televisão tem suscitado a atenção de diversos investigadores de países estrangeiros, mas tem sido um objecto relativamente arredado das preocupações dos investigadores portugueses, pelo que não adquiriu ainda visibilidade no campo da investigação em Portugal. Os apontamentos, as observações e reflexões que são feitas baseiam-se, na sua maioria, em estudos desenvolvidos em realidades diferentes da portuguesa, tendo contribuído, no entanto, para nos ajudar a reflectir sobre a mesma. Assim, ao considerarmos a relação entre a família e a televisão à luz de pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas em países como Inglaterra, EUA, França, e México, somos levados a concluir que a actividade televisiva tem uma relação estreita com a vida familiar e com os distintos modos de organizar a vida quotidiana, constituindo um indicador, um pretexto, e um estímulo para a interacção no seio da família.

Como mostram os estudos sociológicos da família, importa ter presente que esta instituição constitui actualmente uma realidade pluriforme, vivendo mudanças significativas devidas a factores como trabalho profissional fora de casa (do homem e da mulher), tipo e zona de habitação, condições da vida urbana, redução do número de filhos por casal, etc. Por seu lado, a infância - que constitui, juntamente com a família, um quadro de referência para o presente estudo - muito embora continue a ser encarada como uma categoria homogénea e universal, uma etapa da vida igual para todas as crianças de todo o mundo, é também uma construção

³ Dados retirados do *Relatório Final da Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão em Portugal*, 1996

⁴ Dados da AGB, in *Briefing*, 15 de Outubro de 1997

⁵ Dados da AGB, cujo painel é suposto representar os 8.970.000 portugueses que têm mais de quatro anos de idade, in *Expresso Revista*, dossier 'Que televisão temos?', nº1282, 24 de Maio de 1997

social e histórica, como nos mostrou há muito Philippe Ariès. Como tal, deve ser compreendida como um grupo social diferenciado, que reflecte determinadas estruturas e práticas sociais, e que é, simultaneamente, um agente activo da vida social.

Um dos avanços mais importantes dos estudos sobre as audiências - em que podemos destacar autores como James Lull, David Morley, Thomas Lindlof e Roger Silverstone, entre outros - tem sido o crescente reconhecimento da importância de estudar o contexto de recepção, ou seja, estudar o contexto em que decorre habitualmente o respectivo consumo: o contexto familiar. Uma compreensão da dinâmica familiar, das estruturas da vida quotidiana e do sistema familiar, constitui, de acordo com esta orientação, uma condição necessária para a compreensão do lugar e da importância da televisão no lar. Como sustentam Morley e Silverstone (1993), o lar ou a família, como unidade básica do consumo doméstico, oferece o contexto mais apropriado para uma investigação naturalista do consumo e da produção de significados televisivos⁶.

Se bem que a investigação tenha superado o modelo dos efeitos imediatos dos media, ele continua presente no discurso corrente, inclusive no dos próprios meios de comunicação social. A televisão é frequentemente utilizada como o bode expiatório de uma série de males: destruição do diálogo e da própria vida familiar, indução de comportamentos violentos nas gerações mais novas, impedimento de realização de outras actividades tidas como mais importantes e enriquecedoras, desenvolvimento de atitudes e de comportamentos de passividade, etc.. Ora, se é certo que os media, e em especial a televisão, exercem uma influência nos sujeitos consumidores, também é hoje certo que essa influência não pode ser compreendida fora de um quadro mais amplo e complexo dos contextos de vida e das relações sociais dos sujeitos e dos grupos sociais. Assim, a investigação tem hoje como ponto assente o que a equipa de Schramm tinha formulado já em 1961⁷: tão importante como interrogarmo-nos sobre o que a televisão faz às pessoas, é questionarmo-nos sobre o que as pessoas fazem com os media. A orientação dominante (em que se este estudo se enquadra) é a da reflexão e análise sobre os contextos sociais da recepção, as práticas sociais das famílias, e todo o tipo de interacções e mediações entre aquelas e a televisão.

⁶ Cf. MORLEY, D.; SILVERSTONE, R. (1993), 'Comunicación y contexto: la perspectiva etnográfica en los sondeos de opinión', in JENSEN, K.B.; JANKOWSKI, N.W. (eds), *Metodologías Cualitativas de Investigación en Comunicación de Massas*, Barcelona: Bosch Casa Editorial

A actividade televisiva, tal como a entendemos, está longe de ser uma actividade simples e linear, como à partida poderia parecer. Considerar que o consumo televisivo começa com a produção e emissão das mensagens, e termina com a sua recepção, é uma forma ‘miope’ de o entender. ‘Ver televisão’ envolve igualmente uma multiplicidade de práticas sociais e de experiências que antecedem, sucedem, e precedem os tempos dessa actividade.

Assim, partimos para este estudo admitindo a possibilidade de existência de distintos modos de ver televisão, de diferentes usos sociais da televisão, de formas diferenciadas de mediação, e de situações específicas que tendem a favorecer um maior ou menor consumo. Admitimos igualmente a hipótese de que essas diferentes práticas possam ser, de algum modo, influenciadas pela posição sócio-económica das famílias, pela zona de residência, e pelos estilos de educação e de comunicação vigentes.

Do mesmo modo que Dorr (1986), consideramos as crianças uma *audiência especial*. Crianças detentoras de competências e de capacidades assinaláveis no plano cognitivo, da sociabilidade, e da comunicação, designadamente, sujeitos que exercem um papel activo na construção e interpretação das mensagens que recebem, mas que não podem prescindir das formas de mediação dos pais, em relação às complexidades do mundo que as rodeia, e especialmente no que diz respeito à televisão.

Consideramos, de acordo com a perspectiva de vários autores, que a mediação, entendida neste estudo como os processos através dos quais os pais ajudam as crianças a filtrar, diluir, confrontar, interpretar e atribuir significado aos conteúdos televisivos, se reveste de particular significado para as experiências televisivas das crianças, podendo ser a forma mais importante e decisiva dos pais influenciarem o uso positivo da televisão pelas crianças.

Partilhamos da opinião de St Peters *et al.* (1991:1422) quando afirmam que “*o contexto familiar é fundamental para a socialização do uso da televisão pelas crianças mais pequenas. As famílias determinam não só o tempo de consumo pelas crianças, mas os tipos de programas, e a qualidade da experiência televisiva*”. Ainda em Janeiro do presente ano, Eduardo Cintra Torres dava a conhecer no jornal *Público*⁸, na habitual secção (sobre televisão) ‘Olho Vivo’, um estudo sobre ‘o que as crianças [portuguesas] vêem na televisão’. Uma das principais conclusões é que elas vêem os mesmos programas que os pais desde as

⁷ SCHRAMM, W.; LYLE, J.; PARKER, E. (1965), *Television para los Niños*, Barcelona: Ed. Hispano - Europea (original americano de 1961)

idades mais baixas. Qualquer um dos programas contemplados e definidos como sendo para adultos (a novela da noite e o *Big Show SIC*, por exemplo), regista uma maior audiência infantil do que os programas mais direccionados para a sua idade (o *Jardim da Celeste*, por exemplo). Isto significa que crianças entre os 4 e os 14 anos de idade vêm sobretudo programas destinados, à partida, ao público adulto e, tudo leva a crer (tendo em conta a vivência normal das famílias, na opinião do autor), na companhia dos pais.

Numerosos estudos desenvolvidos noutros países, indicam que a interacção presencial e directa com os ‘adultos significativos’, especialmente com os pais, a discussão, os comentários e a explicação dos conteúdos, ajudam as crianças a interpretar e a compreender as mensagens televisivas recebidas.

A mediação que os pais e ‘outros significativos’ podem exercer em relação à televisão pode também ser uma maneira de contribuir para o cumprimento dos Direitos da Criança, na medida em que estarão a ajudar a criança a usufruir de forma mais activa e crítica o que a televisão lhes pode proporcionar, a saber escolher o que é apresentado e a recusar o que possa ser menos benéfico para o seu desenvolvimento. Ou seja, estarão a contribuir para que as crianças sejam espectadores (e cidadãos) activos, com espírito e autonomia crítica face ao que vêem e ouvem na televisão, numa perspectiva de educação para a cidadania.

É indispensável que os meios de comunicação social, e neste caso concreto a televisão, sigam as normas éticas, deontológicas e jurídicas para que as suas funções sociais sejam realizadas de forma positiva. Todavia, atendendo ao ambiente de liberdade e de competição existentes ao nível dos meios de comunicação social, e a que a lógica dominante, nomeadamente na televisão, é a captação de audiências, consideramos que a mediação dos conteúdos dos medias, através do acompanhamento e do diálogo, por parte de adultos significativos para as crianças, pode ter um carácter decisivo na forma como elas se apropriam e usam a televisão.

No trabalho que agora apresentamos, propomo-nos estudar, fundamentalmente, os processos de interacção e de mediação da família em relação à televisão, perspectivadas no contexto mais vasto das práticas sociais quotidianas (e não isoladas relativamente ao

⁸ *Público*, 8 de Janeiro de 1998

quotidiano). Mais especificamente, pretendemos conhecer os processos de mediação que os pais desenvolvem em relação às experiências televisivas de crianças na faixa etária dos 3 - 6 anos de idade. Tendo em vista estes objectivos, entrevistámos um grupo de 50 famílias do distrito de Braga. O processo para a constituição do grupo de inquiridos baseou-se, fundamentalmente, em dois critérios: que fossem famílias com filhos em idade pré-escolar; e que no grupo estivessem contemplados diferentes contextos e situações, designadamente, diferentes zonas de residência e meios sócio-económicos.

Para analisar o volume de informações que recolhemos, optámos pela análise de conteúdo de natureza qualitativa tendo como base um conjunto de categorias temáticas.

O estudo encontra-se dividido em duas partes: a primeira, compreende os capítulos consagrados à problematização e fundamentação teórica; a segunda parte, compreende os capítulos centrados no estudo empírico.

No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre a construção histórica e social da família, sobre os tempos sociais e os espaços da vida familiar, sobre a interacção social no contexto familiar e, finalmente, sobre os padrões de comunicação na família.

O segundo capítulo, proporciona um quadro abrangente e uma análise reflexiva de algumas pesquisas que consideramos relevantes sobre a relação crianças-televisão.

No terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre as formas de interacção e de mediação da família com a televisão, procurando sistematizar e discutir as conclusões de alguns estudos desenvolvidos noutros países sobre esta mesma temática, para uma melhor análise e compreensão da nossa realidade.

No quarto capítulo apresentamos e definimos a problemática e os objectivos do estudo, e explicitamos as opções e os procedimentos metodológicos.

Nos quinto, sexto e sétimo capítulos, apresentamos e analisamos os resultados obtidos com base em ângulos de focagem diferenciados: caracterização dos quotidianos das famílias, tempos e modos de ver, usos sociais da televisão no espaço doméstico, formas de interacção e de mediação da televisão na família, e factores que influenciam a mediação.

Por último, apresentamos a conclusão geral do estudo, procurando equacionar algumas questões e implicações do presente estudo, tendo em vista investigações futuras.

Capítulo I

FAMÍLIA E VIDA QUOTIDIANA

1. A Família Como Construção Social

O Conceito de Família e as Novas Práticas Familiares

Num tempo marcado pelo primado do efémero e do transitório, e pelo confronto, muitas vezes desigual, entre valores e interesses, numa sociedade em permanente e acelerada mudança, falar de família é falar de um sistema que não é fechado em si mesmo, mas antes de um elemento activo de mudança, de uma realidade complexa. Saraceno (1992:16) considera a família como um *“complexo actor social, mergulhado em múltiplos processos interactivos com a sociedade em que se insere: nem puramente passiva, nem absolutamente autónoma”*. Quer isto dizer que a família não é um agente passivo da mudança social, mas um dos actores sociais que contribui para definir as formas e os sentidos da própria mudança social. Como refere António Esteves (1991:99) *“Numa «sociedade em mudança» a família muda também, na sua lógica, no seu ritmo, nos seus horizontes, nos conteúdos das suas práticas”*.

Espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico, a família tornou-se um lugar privilegiado de construção social da realidade. Tal como hoje a designamos, não pode ser considerada, na sua estrutura e dinâmica, como uma realidade plenamente enquadrada e homogénea, como um produto único e acabado. Por trás do termo unitário de família está uma multiplicidade de significados e de experiências, de papéis sociais, de relações de poder, de processos de negociação, de competências e de valores. A sua estrutura e composição e as tarefas e funções que lhe são cometidas, variam consoante o lugar, os sistemas sociais, religiosos, políticos e culturais de cada sociedade. Importa pois ter presente esta diversidade e as diferenças que se registam, de cultura para cultura, ao nível dos estilos de vida e da organização e gestão das rotinas diárias. Importa também considerar que a família não é um sistema isolado mas sim um sistema em interacção com outros sistemas circundantes - família

alargada, escola, trabalho, amigos, vizinhos, clubes, etc. - numa relação circular que afecta a sua organização e funcionamento.

Espaço da diferença, espaço-tempo de acontecer, de desenvolvimento pessoal e social, a família continua a ser a primeira agência de socialização das crianças. De facto, apesar de já não deter, como até há poucas décadas, a supremacia da formação e informação dos seus membros, a socialização continua a ser uma das suas principais e mais importantes funções, partilhando-a com o jardim de infância, a escola e os meios de comunicação social, nomeadamente.

Como grupo social dinâmico, a família atravessa fases, tanto a nível individual como colectivo, de estabilidade e equilíbrio, alternando-se com outras fases de crise e de desestabilização. A sua capacidade de evolução e de inovação depende, em grande parte, da sua capacidade de abertura às informações procedentes tanto do meio externo como das inerentes à própria família, adaptando-se deste modo às necessidades e exigências dos seus membros, ao meio, e aos novos tempos.

Ao longo do tempo, alguns valores deixam de estar vigentes e são aceites outros novos pelo que, o modo e qualidade de vida sofrem importantes mudanças que, por suposto, afectam a instituição familiar, em geral, e as pautas e estilos de relação familiar, em particular.

A acrescentar à diversidade com que temos vindo a caracterizar a família, há um outro aspecto que consideramos relevante nos dias de hoje e que não pode ser ignorado: são os factores reveladores de alguma *disfunção* familiar. Se o contexto familiar é, para muitos, um espaço de refúgio íntimo, privado, de afectividade e de bem estar pessoal, para outros, esse contexto é de constrangimento e de opressão, onde ocorrem com frequência fenómenos de exacerbação das escolhas individuais e dos sentimentos, para além das acrescidas patologias, desde o desemprego, à droga, aos maus tratos infantis. A evolução social que tem ocorrido em Portugal nas últimas décadas contribuiu para que a família tenha avançado para formas de relação mais democráticas, até ao respeito dos direitos individuais dos seus membros e a adopção de decisões de forma consensual. Todavia, como tão bem refere Saraceno (id.:13): *“analogamente, ao lado das imagens também contemporâneas da família - refúgio, da família lugar de intimidade e da afectividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade, de privacidade, juntam-se as imagens da família como lugar de*

inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a «família que mata»”.

A Origem da Família Moderna

O conceito de família que hoje concebemos e a evolução dos nossos costumes e vivências tornam-se incompreensíveis se não considerarmos a origem e desenvolvimento do conceito de família no mundo ocidental.

Fenómeno eminentemente histórico, a família tem uma história própria, que dá conta da diversidade das relações e das experiências familiares, das suas transformações, bem como dos intercâmbios entre a família e a sociedade.

Na origem da família moderna esteve, segundo o historiador francês Philippe Ariès, o «processo de privatização da vida familiar», a sua progressiva retirada do espaço e acção públicos. Este processo - o de formação da família moderna - foi lento e começou a afirmar-se a partir do século XV principalmente entre as famílias burguesas. A partir do século XVIII, diz Ariès (1981:273), “*ele estendeu-se a todas as condições e impôs-se tiranicamente a todas as consciências*”. Este processo provocou uma redefinição dos espaços e das relações sociais e uma institucionalização do espaço privado familiar, a qual era completamente estranha à sociedade tradicional. A determinação dos comportamentos e actividades familiares é transferida do espaço difuso de sociabilidade extensa, exterior ao grupo doméstico, para o espaço fechado e íntimo do interior da família. Como refere Ariès no seu estudo *sobre A Criança e a Vida familiar no Antigo Regime*⁹, “*o sentimento de família e a sociabilidade não eram compatíveis, e só se podiam desenvolver à custa um do outro*” (id.:274). Portanto, para Ariès, a família moderna é a família conjugal, recolhida ao espaço autónomo da intimidade familiar.

Em paralelo com a progressiva perda de sociabilidade da família, e como sua consequência, Ariès fala da descoberta do «sentimento da infância». A família começa a reorganizar-se em torno da criança, começa a ter como principal motivo a progressiva criação de um lugar particular que lhe é reservado; os filhos tornam-se o centro das atenções e

⁹ Edição original publicada em Paris, em 1960. Utilizámos a 2ª edição da tradução brasileira, editada em 1981, pela Zahar (Rio de Janeiro), intitulada *História Social da Infância e da Família*.

começam a ser pensadas estratégias educativas que os preparem para a vida. Esta nova preocupação com a educação começou, pouco a pouco, a instalar-se no seio da sociedade. A família deixou de ser apenas uma instituição para a transmissão da vida, dos bens e do nome, e começou a assumir funções morais, educativas e espirituais.

Na esteira de Ariès, outros historiadores explicaram o nascimento da família moderna como resultado da revolução de mentalidades e atitudes. E. Shorter (1977:254) entende que o que distingue a família moderna “*de todos os outros modelos familiares do mundo ocidental, é um sentido muito particular de solidariedade que liga entre si os membros da unidade doméstica e os separa, ao mesmo tempo, do resto da colectividade*” . Por isso, a família nuclear é sobretudo “um estado de espírito” (*id.: ib.*). Segundo este autor, a relação mãe - bebé constituiu o núcleo à volta do qual se desenvolveu o sentimento da família moderna.

Também para Saraceno (1992:132) “*a maternidade, como modelo cultural e como centro de identidade social e familiar feminina, é efectivamente um produto deste novo modelo de família dos sentimentos e da educação*”. Considera a autora que a família moderna nasce em torno da figura da mãe e da criança, quer por serem duas figuras interdependentes, quer por estarem circunscritas por um espaço cada vez mais exclusivamente doméstico-familiar.

Entre o século XV e o século XVIII assistimos portanto ao nascimento e desenvolvimento do sentimento de família; não é que esta não existisse anteriormente como realidade vivida, mas não existia como sentimento ou como valor, até então, a vida era vivida em público. A consequente revolução sentimental terá colocado, segundo alguns autores, a mulher no centro do processo de transformação da vida familiar.

As sugestões avançadas por Ariès, no sentido de considerar que a família teria evoluído do tipo alargado e patriarcal para o tipo nuclear, são contestadas por outros autores.

Investigações históricas e sociológicas recentes mostram a existência de uma variedade de estruturas familiares em todas as épocas. Por exemplo, as investigações (de 1972) do grupo de Cambridge - mencionadas por Saraceno (*ob. cit.*) - sugerem que (séculos antes do início da industrialização), por volta do século XV, a estrutura nuclear era já o modelo de estrutura familiar predominante em diversos países da Europa do Norte.

Todavia, sob o impulso da industrialização, o tipo nuclear de estrutura familiar acabou por se difundir rapidamente, e acabou por predominar nas sociedades ocidentais. A família alargada, entendida como unidade de integração do casal, filhos, ascendentes do casal, parentes colaterais e seus descendentes, foi sendo substituída, gradualmente, pela família nuclear. O seu paralelo com as transformações económicas e sociais que então ocorreram é evidente: a acelerada urbanização, o aumento das classes médias, a melhoria dos níveis de instrução formal, a progressiva laicização das sociedades, a melhoria das tecnologias da contracepção, a diminuição da natalidade, a emancipação da mulher e a progressiva conquista da sua autonomia, enquanto agente económico ou detentor de cidadania (por exemplo, o direito de voto), são alguns dos fenómenos que acompanharam a industrialização na Europa e que marcaram, directa ou indirectamente, a organização familiar. Muitas famílias perderam também a sua função tradicional de unidade de produção económica, constituindo unidades de consumo.

As famílias unifamiliares (famílias constituídas por uma só pessoa) tornaram-se também cada vez mais frequentes. Por sua vez, as famílias monoparentais¹⁰ e a mera coabitação têm também vindo a assumir uma expressão crescente. A emergência deste tipo de família, como nova expressão morfológica de família, resulta da extensão da prática do divórcio. Este dá origem ao aparecimento de uma nova categoria familiar, as ‘famílias recompostas’, que só muito recentemente começaram a ser objecto da atenção de demógrafos e sociólogos (Mendes *et al.*, 1994).

Multiplicam-se, assim, os modelos familiares, devido a escolhas diferenciadas e a histórias familiares mais conturbadas.

Caracterização da Família Portuguesa Actual

A abordagem que pretendemos fazer dos significados da família implica que se considere as transformações registadas nas últimas décadas na estrutura, na composição e nas relações da vida familiar, a nível sócio - demográfico, dos valores e atitudes que se valorizam socialmente e a que se atribui mais importância relativamente à família.

¹⁰ Consideramos aqui o conceito tal como tem sido definido na maior parte dos estudos de sociologia da família: um núcleo familiar onde vive só o pai ou só a mãe, com um ou vários filhos solteiros.

São estes aspectos que pretendemos apresentar e analisar de seguida.

As alterações e adaptações da morfologia das estruturas familiares em Portugal têm sido profundamente influenciadas pelas transformações demográficas registadas nos últimos anos. Muito resumidamente, poderemos sublinhar alguns indicadores da situação demográfica nos itens seguintes:

- declínio do crescimento natural desde a década de 70;
- declínio da fecundidade¹¹;
- retardamento do nascimento do primeiro filho;
- diminuição da taxa de mortalidade, sobretudo da mortalidade infantil;
- aumento da esperança média de vida;
- recuo da taxa de nupcialidade¹²;
- aumento do número de nascimentos fora do casamento;
- envelhecimento da população.

Este conjunto de factores tem exercido influência a nível dos modelos de família existentes assim como nos seus processos de formação. Para se compreender melhor as alterações verificadas ao nível dos modelos familiares, apresentamos nos quadros 1.1 e 1.2 a evolução de alguns indicadores demográficos observada nos últimos 30 anos.

¹¹ A participação da mulher no mercado de trabalho, o seu nível de escolaridade, e a difusão de métodos contraceptivos modernos, a laicização da sociedade, e o investimento afectivo, simbólico e material nas crianças, têm sido apontados como a principal causa do declínio da natalidade, a partir dos anos 60.

¹² De facto, o papel tradicional do casamento, como condição prévia e necessária à formação da família, alterou-se.

QUADRO 1.1
EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES REFERENTES À SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA, 1960-1991

INDICADORES	ANOS			
	1960	1970	1981	1991
População residente	8 889 392	8 611 125	9 833 014	9 862 540
com menos de 15 anos % a)	29,2	28,5	25,5	20,0
entre 15 e 64 anos % a)	62,8	61,9	63,0	66,4
com 65 e mais anos % a)	8,0	9,6	11,5	13,6
Número médio de pessoas por família	3,8	3,7	3,4	3,1
Taxa de natalidade ‰ b)	24,1	20,9	15,4	11,8
Taxa de mortalidade ‰ c)	10,7	10,8	9,7	10,5
Taxa de mortalidade infantil ‰ d)	77,5	55,5	21,8	10,8
Taxa de crescimento natural da população ‰ e)	13,4	10,1	5,7	1,3
Esperança de vida à nascença f)	H M	60,7	64,2	69,3
		66,4	70,8	75,3
Índice sintético de fecundidade g)		3,2	3,0	2,1
Taxa de natalidade fora do casamento ‰ h)		94,5	72,2	95,0
Taxa de nupcialidade ‰ i)		7,8	9,4	7,8
Taxa de divorcialidade ‰ j)		0,1	0,1	0,7

Fonte: BARRETO, António (org.), (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Notas:

- a) Em percentagem da população residente total
- b) Número de nados-vivos ocorrido durante o ano em causa, por 1000 habitantes
- c) Número de óbitos ocorridos durante o ano em causa, por 1000 habitantes
- d) Número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade ocorridos durante o ano em causa, por mil nados-vivos
- e) Diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade
- f) Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo, no momento do nascimento, no ano de referência, mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento
- g) Número de crianças que, em média, cada mulher tem em idade fértil (15 aos 49 anos)
- h) Número de nados-vivos fora do casamento (ou ilegítimos até 1975), por 1000 nados-vivos, em cada ano
- i) Número de casamentos ocorrido durante o ano em causa, por 1000 habitantes
- j) Número de divórcios ocorridos durante o ano em causa, por 1000 habitantes

QUADRO1.2
DIMENSÃO DA FAMÍLIA

Famílias por Número de Indivíduos (%)*				
Ano	com 1 indivíduo	com 2 indivíduos	com 3 a 5 indivíduos	c/ mais de 5 indivíduos
1960	10,8	19,5	52,6	17,1
1970	10,0	21,9	52,2	15,9
1981	13,0	23,5	52,9	10,6
1991	13,9	25,3	54,2	6,6

Fonte: BARRETO, António (org.), (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

*em percentagem do total de famílias

Os vários indicadores demográficos mostram uma evolução estrutural muito acentuada no quadro de uma população relativamente estável – um aumento de cerca de 11% em 30 anos. Desde 1960 que a taxa de crescimento natural diminui gradualmente: de um valor situado próximo de 13,4‰ em 1960, passou para 1,3‰ em 1991.

Verifica-se uma tendência para o envelhecimento da população: a proporção de idosos (indivíduos com 65 e mais anos) era, em 1960, de 8%, e atinge em 1991, 13,6% da população total. A proporção de jovens regista uma tendência contrária: de 29,2% da população total, em 1960, passou, em 1991, para 20,0% da população. A taxa de natalidade baixou fortemente de 24 para cerca de 12 por mil; a taxa bruta de mortalidade manteve-se praticamente estável ao longo das quatro décadas, mas a taxa de mortalidade infantil registou um notável decréscimo – de quase 80 para cerca de 10 por mil. A esperança de vida à nascença não cessou de aumentar durante as últimas décadas, passando de valores de 61 e 66 anos (para homens e mulheres, respectivamente), para cerca de 70 e 78 anos em 1991.

Verificamos que o índice de fecundidade reduziu para metade em cerca de 30 anos: o número médio de crianças por mulher era de 3,2 em 1960, e de 1,6 em 1991. A taxa de nupcialidade aumentou entre 1960 e 1970, passando de um valor de 7,8‰ para 9,4‰. No entanto, após os anos 70, desceu para um valor que tem oscilado em torno dos 7‰. A taxa de divórcio aumentou, assim como a taxa de nascimentos fora do casamento.

A dimensão média das famílias diminuiu consideravelmente: de quase 4 pessoas passou para 3 por família. Diminuiu também o número de ‘grandes famílias’, com 5 ou mais

indivíduos e cresceu moderadamente o número de famílias nucleares compostas por 3 a 5 pessoas.

Regista-se também um número elevado de casais sem filhos e um número reduzido de filhos por casal - 2 ou menos.

Por outro lado, começam a ganhar relevância as famílias monoparentais (sendo maior a percentagem das constituídas por mãe com filhos do que pais com filhos). O aumento percentual deste modelo é explicado, em grande parte, pelo número de casamentos interrompidos por separação ou divórcio, observado na população portuguesa nos últimos anos.

Verifica-se também um aumento da percentagem de indivíduos que vivem sozinhos, sendo uma grande parte deles idosos.

Os modelos familiares que caracterizam actualmente Portugal enquadram-se, em síntese, num panorama de ‘modernidade’ demográfica (cf. Bandeira, 1996). Esta nova realidade social tem significado e expressão, tal como sublinha Esteves (1991:80) “*quer a nível da política social, quer da política habitacional, quer da política educativa, quer na política de controlo da delinquência e da marginalidade*”.

A diminuição do número de filhos por casal, a maior e melhor formação da mulher e o aumento da presença desta no mercado de trabalho, reflectem e pressupõem uma forte transformação social e configuram novas formas de interacção e papéis do grupo familiar. Hoje, a família centra-se mais em si mesma (Alonso-Geta *et al.*, 1996) e concede menor atenção às suas relações com o contexto imediato (por exemplo, a vizinhança), dentro de um fenómeno global de tendência urbana.

Em contraste ou em continuidade com o passado, podemos falar da existência de um novo tipo de relações de vizinhança - que permanecem sobretudo nos meios rurais - à base de objectivos e de pontos de referência comuns, de interesses semelhantes, de sentimentos partilhados, na procura de um aprofundamento de vivências ou simplesmente de recreação.

Mário Leston Bandeira (1996:422) fala em “*formas de relacionamento e de solidariedade interfamiliares*” que permanecem em Portugal, sobretudo nos meios rurais. A família nuclear coexiste com relações entre famílias que assentam nos próprios sentimentos familiares, em trocas materiais e nas mais diversas formas de ajuda mútua.

A crescente mobilidade social pode ser, em parte, responsável por gerar atitudes de desenraizamento e de insegurança a nível familiar, e pelo desconhecimento do meio, das tradições e da própria idiossincrasia do contexto em que se vive. Por outro lado, o poder que os meios de comunicação social alcançaram - em particular a televisão - é também um factor configurante da situação e um factor estruturante das próprias rotinas familiares que afecta, logicamente, os estilos de vida familiares.

Em alguns casos perdeu-se também o ‘apego’ à família extensa e, portanto, a espaços vitais de relação, o que afecta também a vivência da infância e as interacções familiares no grupo familiar mais restrito.

2. Tempos e Espaços da Família

Tempos Sociais da Família

Actualmente percebe-se e vivencia-se o tempo como um ‘entremeado’ de tempos múltiplos, dividido em vários segmentos, construído pelo indivíduo mas moldado por diversas entidades.

O tempo é regulado por horários, calendários e relógios, sendo a partir deste tempo fisiológico, mensurável, que o sujeito constrói, organiza, e dá um sentido ao seu próprio tempo. Falamos então em tempos sociais, tempos socialmente construídos.

A gestão do tempo em diversas actividades - trabalho remunerado, trabalho doméstico, deveres burocráticos, transportes, actividades de tempo livre, etc. - dá-nos a ideia da sua irreversibilidade e da sua fugacidade, cada vez mais presente e mais perceptível na sociedade actual. Diz Saraceno (1992:187): *“pode falar-se de sobrecarga de papéis, mas também de conflitos sobre o tempo: sobre como distribuir o tempo - escasso - entre trabalho familiar e trabalho remunerado, entre relações com filhos e relações com o cônjuge, entre o tempo de trabalho, tempo para os outros e tempo para si.”*

Para além do tempo fisiológico, há outros tempos sociais que condicionam de modo substancial a vida quotidiana e a vida social, nomeadamente, o tempo de trabalho, o tempo (pré)escolar e o tempo livre.

O **tempo de trabalho** assume uma importância crucial; é talvez o mais significativo. O trabalho produtivo e remunerado constitui o fundamento sobre o qual a vida familiar se constrói e consolida. É através dele que são angariados os recursos indispensáveis à sobrevivência, desenvolvimento e estabilidade da família. Constitui pois um factor fundamental para a dinâmica familiar e para a própria construção da identidade social dos seus membros, uma vez que lhes confere uma condição material de subsistência, autonomia e desenvolvimento pessoal.

Neste campo, há que destacar a posição inigualitária que ocupa a mulher, ainda que hoje se verifiquem mudanças diversas. De acordo com António J. Esteves (1991), as desigualdades que as mulheres apresentam no sistema de emprego revelam-se a partir do momento em que se analisa a composição da população activa, por um lado, e a distribuição do desemprego por outro, em termos de género masculino/feminino. Quer isto dizer que a população feminina não só está mais afastada que a população masculina da actividade económica, como ainda, se encontra mais exposta ao fenómeno do desemprego. Nos últimos anos registou-se, no entanto, uma evolução da entrada das mulheres no sistema de emprego¹³, sendo a condição de mulher casada uma variável importante na rede de factores influentes no processo de participação nesse sistema.

Para além das exigências temporais do trabalho remunerado que Saraceno (1992:188) define como “*tempo quotidiano, mas também tempo da formação e da carreira*”, a família depara-se também com as exigências temporais do trabalho doméstico, definido, pela mesma autora (*id.:ib.*), como “*tempo dos cuidados, das rotinas e das emergências quotidianas, marcado pela participação de cada um em âmbitos e instituições fora da família*”. O espaço doméstico é, hoje em dia, marcado por um conjunto de tarefas, designadamente, de alimentação, de manutenção, de higiene, de educação, etc.. O desenvolvimento da tecnologia doméstica, em particular a difusão dos electrodomésticos, aligeirou de maneira substancial a fadiga do trabalho doméstico. Este é muitas vezes caracterizado pela desigual afectação e distribuição de tarefas pelos membros da família e, portanto, por diferentes relações de poder.

¹³ De acordo com António Esteves (1991), Portugal, Irlanda, França, RFA, Bélgica e Itália conheceram pequenos acréscimos; Grécia e Holanda apresentaram um aumento destacado e Reino Unido, Dinamarca e Luxemburgo um aumento moderado.

A entrada da mulher no mercado de trabalho¹⁴ colocou também à família o problema 'a quem deixar os filhos' e dos custos de os deixar entregues a outrem. O recurso a creches e jardins de infância da rede pública, privada ou cooperativa¹⁵, a familiares, a amas e a empregadas domésticas, tem ajudado a solucionar o problema.

O **tempo escolar, ou pré-escolar**, assume nas sociedades contemporâneas uma importância considerável. Antes da creche, do jardim de infância ou da escola, o ritmo de vida das crianças depende sobretudo do ritmo e estilo de vida da família. A partir daí, passa a estar condicionado também pelo horário e calendário instituição escolar que frequenta. O tempo livre continua, no entanto, ainda fortemente condicionado pela disponibilidade dos pais, uma vez que, sobretudo nos meios urbanos as crianças necessitam da mediação do adulto. Já nos meios rurais as crianças saem com maior facilidade sozinhas para ir visitar ou brincar com os primos, os amigos ou os vizinhos; têm, digamos, maiores possibilidades de decisão pessoal na ocupação dos seus tempos livres.

O **tempo livre** é um outro tempo social que assume actualmente uma relevância evidente. Dumazedier (1980;1994), sociólogo francês de referência neste campo, considera que não se deve confundir tempo livre com lazer. Tempo livre é todo o tempo libertado pelo trabalho profissional e familiar, compreende as actividades referentes a compromissos (políticos, religiosos, culturais) dos sujeitos e inclui e permite o lazer. Este compreende as actividades que foram escolhidas autónoma e livremente pelos sujeitos, responde às suas necessidades individuais e é marcado pela busca de um estado de satisfação, de um modo de expressão mais completo de si, pelo corpo, sentidos, sentimentos, imaginação e espírito.

Beatriz Pereira na sua tese sobre *A Infância e o Lazer* (1993:11), refere que “*a sociedade industrial cria os tempos livres e, consequentemente, o problema da sua ocupação*”. É verdade que à criação desses tempos livres nem sempre corresponde a criação de espaços públicos e de equipamentos para o lazer, sendo assim a ocupação desses tempos fortemente condicionada. Apesar da relevância que os tempos livres assumem nas sociedades modernas,

¹⁴ De acordo com o estudo desenvolvido por António Barreto (1996), a mão-de-obra feminina representa hoje praticamente metade do total, tendo sido apenas de 15% há três décadas. Estimativas não confirmadas sugerem que a população activa seja já em 1994, maioritariamente feminina.

¹⁵ Segundo os dados do mesmo estudo referido na nota anterior, em 1994/95, o total de crianças inscritas em jardins da rede do Ministério da Educação e da rede do Ministério do Emprego e da Segurança Social, era de 169017, estando 90923 inscritas na primeira, e 78094 inscritas na segunda.

o meio urbano, suporte por excelência dessas sociedades, não está, na maior parte dos casos, preparado para proporcionar às pessoas espaços/tempos adequados à fruição desse tempo. Nuns casos porque o crescimento súbito e especulativo das cidades não permitiu a implementação desses espaços de lazer; noutros porque, apesar de haver esses espaços, as práticas sociais e/ou os ritmos profissionais não possibilitam a sua utilização por parte de faixas significativas da população.

Neste campo, um outro aspecto importante é a existência de disparidades e assimetrias significativas nas oportunidades de acesso aos espaços e manifestações de e para o lazer (cinema, teatro, dança, música, exposições, etc.), que têm a ver com o próprio espaço físico onde ocorrem essas manifestações e com o poder de acesso de cada cidadão. É claro que temos também que considerar os diferentes interesses e práticas de lazer de cada um uma vez que aquelas são seleccionadas de acordo com a experiência e o significado pessoal e condicionadas pelo ritmo de vida dominante.

Cada grupo social, cada indivíduo, tem o seu tempo próprio: crianças ou adultos, citadinos ou rurais, empresários ou domésticas, etc.. A gestão e ocupação do tempo é, sem dúvida, levado a cabo de modos muito diferentes nos variados contextos sociais. O tempo livre é um tempo que exerce um atractivo poderoso sobre a maioria da população masculina e feminina, em todas as idades da vida e em todas as classes, apesar das desigualdades (Dumazedier, 1994).

Na linha de caracterização e de distinção de Dumazedier, o tempo livre infantil será o tempo não ocupado pelas actividades escolares e pelas necessidades individuais (período de sono, higiene pessoal, alimentação). É, portanto, o período de realização de actividades que resultam de um acto de escolha por parte das crianças. Assim, actividades como dança, música, natação, ginástica, aprendizagem de uma língua estrangeira, etc., são actividades de tempo livre se forem desejadas pelas crianças, se resultarem de uma preferência e escolha pela sua parte.

Pelo seu carácter não obrigatório, estas actividades são normalmente identificadas como práticas de lazer; no entanto, é necessário ter em consideração se resultam de um acto de livre escolha ou de uma imposição. Como sublinha Carmen Belloni, citada por Manuel Pinto (1995:52), *“a escolha reside muitas vezes mais na família ou seja nos pais do que na criança, revestindo-se indubitavelmente, para esta, de um carácter obrigatório.”* A preocupação, por

parte dos pais em manter os filhos ocupados para além do tempo de escolarização deve-se, na nossa opinião, em grande parte, à falta de tempo e de disponibilidade para estar com os filhos, aos condicionalismos do trabalho profissional, às múltiplas ocupações, e às próprias características da vida urbana que dificultam a margem de autonomia por parte das crianças.

Relativamente à relação entre tempos livres e consumo dos media, é do senso comum que grande parte das famílias portuguesas escolhem a televisão como forma de ocupação do tempo livre disponível e, portanto, como actividade de lazer. Em alguns lares a televisão chega a ocupar grande parte do tempo livre da semana e mesmo as ocupações de fim de semana alteraram-se. Dumazedier (*id.*:36) fala das diferenças que encontrou na forma de ocupar o serão: “*quando escrevemos Vers une Civilization du Loisir? (1962), o conteúdo da vida nocturna era basicamente a conversação familiar, amorosa ou entre amigos. Sem desvalorizar outras mudanças, as noites hoje são dominadas em geral pelo espectáculo da televisão(...).A conversação não morreu, mas mudou, incluindo agora um terceiro grupo, o dos actores, apresentadores e estrelas da televisão, novos convidados da noite. As relações afectivas e utilitárias com crianças e adultos não foram suprimidas. A televisão é fonte de novidades, de cooperação e às vezes de conflito na escolha do canal. As saídas à noite não desapareceram. Continuam (...) mas de forma menos frequente, seja para o café, o cinema ou o teatro. São também, provavelmente, mais selectivas. O jantar reúne à mesa o círculo familiar, mas transformou-se em jantar - espectáculo, um pouco como nos cafés - teatros. A «sociedade do espectáculo» chegou ao coração do lar*”.

Os tempo sociais enunciados, a forma como são articulados e geridos na família, são fundamentais para nos ajudar a compreender a sua vida quotidiana. Como refere Nicole Samuel “*as práticas sociais individuais ou colectivas, as actividades que resultam da interacção social e constituem a trama da vida social produzem o «tempo social», o qual, por sua vez, «enquadra, de seguida, a prática dessas actividades»*” (cit. in Pinto, 1995:50).

Os Espaços da Vida Quotidiana Familiar

A opção em abordar, ainda que sucintamente, os espaços da vida quotidiana familiar - tratando aqui apenas os espaços domésticos, mais propriamente , a casa, e deixando por agora

os espaços exteriores e os ‘não-lugares’ - prende-se com a importância que esses espaços assumem na configuração das formas e estilos de vida das famílias e por considerarmos que a sua vivência é fundamental ao nível dos processos de interacção e mediação familiares.

E porquê a casa? Porque o nosso estudo centra-se no quadro da vida familiar de que a casa é símbolo e expressão; porque proporciona um espaço por excelência para a acção e interacção familiares e porque é o contexto em que ocorre predominantemente o uso dos media, também nosso objecto de estudo.

Michel de Certeau (1980:208) define o espaço como “*um lugar praticado*”, “*um cruzamento de elementos em movimento*” que o animam. Para De Certeau, a rua definida geometricamente pelo urbanismo como «lugar», é transformada em espaço social pelos ‘caminhantes’. O «lugar» é a ordem segundo a qual os elementos estão distribuídos nas relações de coexistência. É transformado em espaço pelos sujeitos.

É então a experiência pessoal e a própria vivência que cada sujeito faz do espaço que o converte num espaço próprio, que lhe confere um carácter de identidade e unidade, diferente dos demais. A articulação dos espaços, desde o mais privado ao social, está relacionada com a experiência pessoal, social e cultural do sujeito e do meio em que se insere.

Roger Silverstone (1994:28) designa a casa como uma construção[social]: “*a casa é uma manifestação de um investimento de significado no espaço. É construída através de relações sociais internas e externas e em constante mudança no seu poder e sentido.*”. Considera que a televisão é um meio que traz o mundo para o seu interior, que faz parte da casa, “*parte da sua idealização, parte da sua realidade*” (id.:29).

Na mesma ordem de pensamento está James Lull (1990a:69) ao referir que “*a televisão é outra peça de mobiliário ou equipamento que se encontra em casa. São designados espaços para a televisão, o mobiliário é organizado à volta do aparelho televisivo, outras actividades da família giram à volta da televisão*”.

Segundo Pardun e Krugman (1994), são poucos os trabalhos de investigação que têm como objecto de estudo o meio televisivo que consideram e dão importância à localização do aparelho de televisão como um factor que dá sentido à experiência televisiva da família Os

autores fazem, no entanto, referência a alguns estudos que se debruçaram sobre este aspecto, nomeadamente o de Palmer (1988) que verificou que a localização da televisão e as rotinas que se estabelecem à sua volta, revelam o significado que ver televisão tem para as famílias. De acordo com estes autores (1994:145), “*as dimensões arquitectónicas do espaço doméstico são importantes factores para a compreensão da experiência televisiva*”.

Os contributos dos autores que aqui fomos mencionando permite-nos concluir que o espaço é construído por quem participa nele e, nesta ordem de ideias, a casa, espaço por excelência da vida familiar, é ‘construída’ em função da forma como é vivida e de quem a vivencia. Portanto, a organização e configuração do espaço familiar depende do estilo e forma de vida das famílias, e a forma como está estruturado influencia a comunicação e a interacção no seio da família e a própria experiência com os media (Lull,1990; Silverstone,1994; Morley, 1986; Pardun e Krugman 1994).

Os adultos têm, também a este nível, um papel capital não só porque são importantes estímulos para a exploração, criação e vivência do espaço, como também são mediadores entre o espaço e a criança. São eles que fundamentalmente criam e dão sentido ao espaço familiar; as interacções que aí ocorrem é que permitem à criança apropriar-se do espaço e estruturá-lo (Alonso-Geta *et al.*, 1996).

3. A Interacção Social no Contexto Familiar

Ao longo do processo de desenvolvimento, são diversas as ocasiões em que as crianças se envolvem em situações de interacção social - com os pais, com os irmãos, outros familiares, amigos, vizinhos, o professor, etc. - sendo este contacto social diferente consoante o meio social e cultural de pertença, as normas sociais dominantes e as próprias ‘características’ das crianças.

O ambiente em que a criança nasce e se desenvolve não é um espaço vazio no qual se levam a cabo as interacções familiares. De acordo com a perspectiva que assumimos, é um contexto carregado de significação que permite e condiciona os processos de interacção

familiar. As pautas da acção educativa familiar também não se desenvolvem no vazio, mas num determinado cenário onde acção e contexto se implicam mutuamente.

A família favorece o desenvolvimento e a aprendizagem infantil através das actividades quotidianas, mediante as interacções que se estabelecem no grupo familiar.

É a própria família que cria o seu próprio quotidiano. A vida quotidiana, o quotidiano, é entendida como *“a vivência de espaços, as acções e interacções humanas e aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam no emprego do tempo”* (Alonso-Geta *et al.*, 1996:159). É no quotidiano que a família se apresenta como um todo, em que se inter-relacionam valores, normas, relações, espaços e tempos. É neste sentido que Alonso-Geta se refere à vida familiar como resultado de contexto, pensamento e acção.

Diz Claude Javeau (1991:20) que *“a ideia de quotidiano nos remete primeiramente para a noção de uma duração, a das 24 horas, definidas de forma material pela astronomia. A alternância do dia e da noite opera necessariamente um corte na nossa existência. A maior parte de nós respeita essa alternância”*.

Dormir, levantar, vestir, comer, trabalhar, conversar, ouvir música, ler, ver televisão, etc., são actividades que formam a trama do quotidiano. Elas repetem-se, dia após dia, de maneira também ela geralmente repetitiva, com algumas modificações esporádicas - férias, viagens, etc. Estas actividades são mais ou menos comuns aos membros de um dado grupo, de uma dada sociedade, que participam numa determinada cultura, com as variações que se possam, legitimamente, introduzir.

Apesar do seu carácter repetitivo, *“parece erróneo - comenta Javeau - reduzir o quotidiano ao «banal», ao repetitivo, ao rotineiro”* (id.:38). E acrescenta: *“o quotidiano é o lugar de criação ou de perpetuação de todas as significações”* (id.:39).

As interacções que se inscrevem no quotidiano - e que para Javeau constituem a sua trama essencial - permitem a «mise-en-scène» dos actores sociais.

Definindo interacção social

O termo ‘interacção’, na sua etimologia, sugere a ideia de uma acção mutua, em reciprocidade. Não se pode compreender a interacção apenas como a acção de um sujeito

sobre outro sujeito, mas como uma relação recíproca situada num determinado contexto em que ambos os interlocutores assumem um papel activo. Como sublinha Garton (1994:22) “*a interacção social implica algum grau de reciprocidade e bidirecionalidade entre os participantes*”. A interacção supõe o envolvimento activo dos participantes nesse processo. É neste sentido que Garton (id:23), ao referir-se às ocasiões em que a criança está implicada em situações de interacção, afirma que “*a relativa contribuição da criança e, como é de supor, da ‘outra pessoa’, afectará a natureza e o resultado da interacção. Esta contribuição depende tanto de níveis existentes na experiência e conhecimento como da natureza e propósito da interacção*”. Para a autora a interacção desempenha um papel essencial no desenvolvimento, facilitado e mediado pela comunicação: “*a interacção social permite a expressão da representação das atitudes sociais e culturais*” (id.:15). A comunicação é pois essencial para a interacção uma vez que torna possível o envolvimento e participação nesse processo.

Marc e Picard (1992), consideram a interacção como um «processo de comunicação», não pretendendo, no entanto, reduzi-la à relação e às trocas imediatas entre os interlocutores. Consideram-na não apenas como um processo de comunicação interpessoal, mas como um fenómeno social situado num espaço e num tempo marcados por códigos e práticas sociais, por modelos de comunicação, sistemas de papéis valores e finalidades - factores que contribuem para uma ritualização das relações sociais.

Segundo esta perspectiva, o contexto em que se desenvolve a interacção, ou seja, o ambiente e o conjunto de circunstâncias em que ocorre, é fundamental para o seu estudo e compreensão. O contexto “*é fundamentalmente um campo social (conjunto de sistemas simbólicos, estruturas e práticas) que constituem um referente, um sistema convencional e uma ordem que torna possível a troca e lhe outorga as suas maiores significações*” (id.:75).

O “campo social” traz códigos indispensáveis à comunicação, como por exemplo a língua e outros sistemas semióticos como a simbologia do espaço, o vestuário e, mais amplamente, o conjunto de rituais que organizam as relações sociais; impõe também normas e regras de funcionamento que tendem a estabilizar a interacção e a favorecer as situações de equilíbrio.

Giddens, na sua obra *The Constitution of Society* apresenta o conceito de contexto como sendo especialmente relevante nos estudos sobre as actividades quotidianas dos grupos

sociais. Para este sociólogo a ideia de contexto envolve as fronteiras de espaço e de tempo, as relações de co-presença e a consciência e uso reflexivo destes fenómenos para influenciar ou controlar o decurso das interacções sociais. “*Toda a interacção social - diz o autor - é uma interacção situada no espaço-tempo*” (1987:136). No curso das actividades quotidianas, os agentes encontram-se em contextos de interacção precisos onde estão fisicamente em co-presença. A interacção depende do ‘posicionamento’ das pessoas nos contextos espaço-temporais de actividade. Cada pessoa posiciona-se de uma forma diferente nas relações sociais que dependem de identidades sociais precisas. O ponto de partida da acção social reside portanto na interacção de actores em situação de co-presença.

Estas perspectivas permitem-nos considerar a interacção social como um processo que ocorre num determinado contexto e é por ele influenciada, directa ou indirectamente. Este é um dos nossos pontos de partida.

O Conceito de Mediação¹⁶

Compreendemos a mediação a partir de situações de interacção. Em termos gerais, e no quadro específico deste estudo, definimo-la como o processo através do qual os pais e outros significativos, ajudam as crianças a decodificar e a compreender as complexidades do meio físico e social, para termos capazes de serem compreendidos pelas crianças nos diferentes níveis de desenvolvimento. Portanto, consideramos a mediação como o ‘construir pontes’ entre o que a criança sabe e a nova informação a apreender e a estruturar.

Os processos de mediação facilitam e promovem o conhecimento e a aprendizagem da criança, na medida em que constituem para ela guia, apoio, direcção, estímulo (Rogoff, 1993). Através da mediação, a criança, com a ajuda dos ‘outros significativos’, selecciona, interpreta, critica, reforça, complementa, contradiz, transforma, organiza, estrutura as informações provenientes do meio envolvente (inclusive do meio televisivo), permitindo-lhe assim abordar com mais eficiência os ‘assuntos’ da vida quotidiana.

¹⁶ Detemo-nos, por agora, no conceito de mediação em termos gerais; no capítulo III analisaremos, com mais detalhe, o conceito de mediação da televisão (na família).

Esse processo depende tanto do papel da criança, como dos recursos e apoios das pessoas com quem interage, como do contexto e práticas culturais do meio em que está inserida e a que pertence.

Barbara Rogoff fala da participação guiada que, na nossa opinião, é uma forma de mediação. Define-a como “*um processo em que os papéis desempenhados pela criança e pelas pessoas que cuidam dela estão de tal maneira entrelaçados, que as interações rotineiras entre eles e a forma como habitualmente se organiza a actividade proporcionam às crianças oportunidades de aprendizagem tanto implícitas como explícitas*” (Rogoff,1993:97). Considera que, nas interações quotidianas das crianças com os adultos, existem muitas oportunidades que tornam possível a participação guiada na resolução de problemas e de conflitos. É neste sentido que considera que a criança aprende com a ajuda da «orientação social».

De acordo com a perspectiva da autora, que seguimos, no processo de comunicação quotidiana, as crianças partilham os seus centros de interesse; nesse processo, as trocas que se produzem no curso da interacção, ajudam a criança a interpretar situações e acontecimentos e a descodificar a realidade que se apresenta complexa.

A mediação que o adulto exerce nem sempre se produz de forma intencional; implica atenção e participação activa, mas também pode ocorrer de forma implícita, até mesmo ‘automática’.

É essencial reconhecer que, além das diferenças do papel mediador dos pais nas diferentes culturas, há que ter também em conta as diferenças do papel dos irmãos e de outras crianças, dos avós, etc. nos processos de mediação, e as diferenças decorrentes dos distintos recursos simbólicos e materiais e das diferentes posições no sistema social. A família nuclear, por exemplo, apresenta um ambiente para as crianças muito diferente daquele em que vivem rodeadas de muitos irmãos, de primos, dos avós e de outras pessoas próximas (sejam ou não familiares).

A este propósito, parece-nos importante comentar as diferenças dos postulados de Piaget e de Vygotsky acerca da natureza do companheiro ideal no processo de interacção.

Estes teóricos atribuem uma importância diferente ao papel dos adultos e dos pares nos processos de interacção.

Piaget destacou o papel da interacção entre pares e sustentou que a interacção com o adulto é essencialmente desigual; é uma interacção assimétrica, em que o adulto tem o poder, rompendo-se, deste modo, a condição de reciprocidade que considera necessária para haver equilíbrio no plano do pensamento (Rogoff, 1993). Piaget considerava que as discussões das crianças com os adultos não conduziriam, seguramente, à re-estruturação cognitiva devido às diferenças de poder que existem nas relações entre adultos e crianças. Só quando as crianças são capazes de discutir problemas de igual para igual, é possível que tenham em conta novas formas de pensar. Portanto, para o modelo de feição piagetiana, a forma mais eficaz de interacção social é a cooperação entre iguais uma vez que as crianças ao considerarem reciprocamente as suas formas de pensar, procuram entender o ponto de vista dos outros.

Piaget postulou que a interacção social, especificamente a que ocorre entre pares, teria um ‘efeito facilitador’ sobre o desenvolvimento infantil. Piaget entendia o conflito como parte do conteúdo da interacção, e considerava-o como o mecanismo mais importante do desenvolvimento cognitivo. O conflito seria o processo através do qual teria lugar a interacção; as trocas comunicativas seriam a expressão dos diferentes pontos de vista e a resolução do conflito. Entendia o contexto como um meio ao qual a criança se tinha que adaptar e como uma fonte de dificuldades a superar.

Para Vygotsky, os companheiros ideais não são os iguais. Considera que a desigualdade da interacção adulto-criança está nas destrezas e na compreensão mais que no poder. Por isso, a interacção, seja com iguais seja com adultos pode promover o desenvolvimento. Mas, para que o desenvolvimento cognitivo ocorra no curso da interacção com um igual, o companheiro deveria ser ‘mais capaz’ (Rogoff, 1993). A importância que Vygotsky atribui à interacção com companheiros mais hábeis, justifica-se e compreende-se no quadro da sua teoria uma vez que considera que é através da interacção que as crianças começam a utilizar os instrumentos intelectuais do seu grupo social. Assim, o companheiro deve ser alguém que use melhor os instrumentos que a criança.

Na teoria de Vygotsky é fundamental a ideia de que a participação infantil em actividades culturais apoiadas por companheiros mais capazes permite à criança interiorizar os instrumentos necessários para pensar e aproximar-se da resolução do problema de um modo mais maduro do que aquele que poria em prática se actuasse por si mesma. O que a criança interioriza é o que, previamente, realizou no contexto social. O desenvolvimento individual é mediado pela interacção com outras pessoas mais hábeis no uso de instrumentos culturais. Na

interacção adulto - criança o adulto tem um papel mediador permitindo à criança um maior progresso na aprendizagem.

Vygotsky postulou a existência de uma «zona de desenvolvimento próximo» (ZDP) que se define como *“a distância entre o nível de desenvolvimento real da criança e o nível de desenvolvimento potencial, tal como se manifesta quando a criança resolve problemas em interacção com um adulto ou com um companheiro mais capaz”* (cit. in Garton, 1994:104). É importante realçar que a ZDP ocupa uma posição central na teoria dado que implica que o ambiente social, o suporte e a ajuda que este pode oferecer, é crucial para o desenvolvimento. A ZDP é, portanto, vista como um processo dinâmico, que implica um grau de colaboração entre os participantes na interacção social.

Relativamente a estas duas perspectivas acerca da importância da interacção com pessoas do mesmo nível etário ou com adultos, aproximamo-nos mais do ponto de vista de Vygotsky quando considera que a interacção, seja com iguais ou com adultos, pode proporcionar o desenvolvimento e facilitar a aprendizagem. Ou seja, de uma forma geral, consideramos que tanto os pares como os adultos podem exercer um papel importante na mediação do ‘mundo’ social, embora com níveis de competência diferentes que é necessário considerar. No entanto, também concordamos que um adulto, pelo seu conhecimento e experiência já assimilados e consolidados, possa exercer o seu papel de mediador de forma mais capaz, mais competente e mais eficaz.

A Teoria Ecológica de Bronfenbrenner

Outro ‘caminho’ para analisar a interacção da criança com os ‘outros significativos’ é a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner.

Bronfenbrenner (1979), como ele próprio escreve, *oferece “uma nova perspectiva teórica para a investigação em desenvolvimento humano”*. Trata-se de uma perspectiva que assenta numa nova concepção do desenvolvimento do sujeito, do meio envolvente e da interacção entre ambos.

O desenvolvimento humano é considerado, no seio desta teoria, como o processo pelo qual o sujeito adquire uma concepção do ambiente ecológico mais ampla, diferenciada e válida, e

se torna apto a realizar actividades que permitem descobrir, manter ou alterar as propriedades desse ambiente ecológico. Refere o autor que “*o desenvolvimento não se produz nunca no vazio; manifesta-se sempre num determinado contexto e expressa-se através do comportamento nesse contexto*”(1979:27).

Portanto, o contexto em que ocorre o desenvolvimento “*compreende não apenas o indivíduo mas também sistemas contextuais dinâmicos, modificáveis e em constante desenvolvimento no seu interior e na interface com diferentes contextos, mais ou menos vastos, mais ou menos próximos*” (G. Portugal, 1992:26/27).

Bronfenbrenner (1985:45) considera que “*sabemos muito mais acerca das crianças do que dos ambientes em que vivem ou dos processos mediante os quais esses ambientes afectam o curso do desenvolvimento*”. A escassez de investigações sobre os contextos do desenvolvimento humano deve-se, segundo o autor, à ausência de um marco teórico pertinente para analisar os contextos em que os seres humanos vivem. E, mesmo quando se realizam estudos sobre as influências dos contextos em que o desenvolvimento ocorre, os resultados desses estudos dão-nos informações sobre as características das pessoas, ou como diferem entre si pessoas provenientes de diferentes contextos, e não sobre o que se passa nesses contextos, o que acrescenta muito pouco à nossa compreensão acerca do como os contextos afectam o curso do desenvolvimento.

É neste sentido que Bronfenbrenner fala do contexto ausente (‘the missing context’) referindo que grande parte da investigação contemporânea pode ser caracterizada como o estudo do desenvolvimento fora do contexto (‘development-out-of-context’).

Tendo então em conta as limitações apontadas, Bronfenbrenner propõe uma nova perspectiva: a ecologia do desenvolvimento humano.

Segundo a sua própria definição “*a ecologia do desenvolvimento humano compreende o estudo científico da acomodação progressiva e mútua entre um ser humano activo e em desenvolvimento e as propriedades sempre em transformação dos meios imediatos em que o indivíduo vive sendo este processo influenciado pelas relações entre estes contextos e pelos contextos mais vastos em que aqueles se integram*” (1979:21).

Desta definição podemos retirar três ideias principais:

1ª O sujeito não é encarado como uma tábua rasa sob a influência do meio, mas como uma entidade em desenvolvimento, dinâmico, que se move e que reestrutura progressivamente o meio em que vive;

2ª Dado que o meio também exerce a sua influência e requer um processo de acomodação mútua, a interação entre o sujeito e o meio é bidireccional, caracteriza-se pela reciprocidade;

3ª O ambiente, considerado como importante para o processo de desenvolvimento, não se limita ao contexto imediato mas, engloba as inter-conexões entre os vários contextos e as influências externas vindas de contextos mais vastos.

O ambiente ecológico é concebido como um conjunto de estruturas concêntricas, em que cada uma está contida na seguinte. Bronfenbrenner denomina estas estruturas de micro-, meso- exo- e macrosistemas.

O microsistema diz respeito ao conjunto de actividades, papéis e relações interpessoais que o sujeito desempenha e estabelece no e com o meio, com o contexto imediato. O lar, o jardim de infância, a escola, o local de trabalho, são exemplos desses contextos

O mesosistema compreende as inter-relações entre os contextos em que a pessoa participa activamente. Por exemplo, para uma criança, as relações entre a família, a escola e o grupo de amigos; para um adulto, entre a família, o trabalho, a classe social, etc..

O exosistema diz respeito a um ou mais sistemas em que o sujeito não participa activamente mas onde ocorrem situações que afectam e são afectadas pelo que ocorre no contexto imediato em que o sujeito está envolvido. Por exemplo, para uma criança, o trabalho dos pais, o círculo de amigos dos pais, a televisão, etc.;

O macrosistema tem a ver com o sistema de valores, crenças, maneiras de ser, pensar ou fazer, estilos de vida, características de uma determinada sociedade e de uma determinada cultura ou subcultura, veiculados ao nível dos subsistemas (micro-, meso- e exo-), e que afectam ou determinam o conjunto de estruturas e actividades que aí ocorrem.

Está assim apresentada a estrutura do ambiente ecológico. Façamos agora de um fenómeno que é consequência e ao mesmo tempo instigador do processo de desenvolvimento - a transição ecológica.

De acordo com o autor, ocorre uma transição ecológica quando a posição do sujeito no ambiente se modifica em consequência de uma mudança de papel, de ambiente ou de ambos. Essas transições acontecem durante toda a vida do sujeito e podem produzir-se em qualquer dos quatro níveis da estrutura ecológica podendo mesmo afectar mais que um contexto devido aos processos recíprocos de interação que atravessam as fronteiras dos diversos contextos.

Eis alguns exemplos: o nascimento de um irmão, a entrada para o jardim de infância e para a escola, mudar de casa, comprar uma televisão, etc..

Uma das vantagens desta perspectiva é que nos permite olhar para a realidade de forma holística e dinâmica, isto é, como um todo que está em relação e em constante mudança. Permite-nos também considerar uma interacção constante entre família, escola, grupo de pares, televisão, etc.; pensar a criança como um ser necessariamente activo, que compreende, escolhe e usa a informação proveniente do contexto em que está inserida, e que é para ela relevante e significativa.

O conceito de ecossistema torna também possível considerar a televisão como uma influência dinâmica e não simplesmente um ‘denominador comum’ da vida familiar.

Um outro aspecto relevante, é a grande atenção que Bronfenbrenner dá ao quotidiano.

Estes princípios da teoria ecológica, são contributos importantes para o nosso estudo na medida em que só podemos compreender as práticas televisivas no quadro mais amplo das relações e das práticas sociais espaço-temporalmente situadas.

A Família como Contexto Privilegiado de Interação

Da perspectiva das crianças, o papel da família, ou mais apropriadamente, dos pais, é muito importante. A sua função e significação, não apenas como sistema de apoio instrumental (económico, etc.), mas também como protectora contra o o desamparo e a insegurança, como contexto de afectividade e aprendizagem, parece inegável. É a família que maior influência exerce no desenvolvimento das crianças, sobretudo nas primeiras idades. Só o abandono ou uma situação extrema de privação pode invalidar parte desta influência, e mesmo assim continuará a ser um quadro de referência, ainda que negativa, na vida das crianças. O papel da família não pode suplantá-lo nenhuma instituição, apenas complementá-lo. Os pais são os principais responsáveis por transmitir às crianças aquilo que é aceitável e desejável, tanto a nível familiar como social.

Cada família possui um sistema de valores, normas, crenças e conhecimentos, de acordo com os quais tende a desenvolver atitudes que reflectem e reforçam esses valores. As normas familiares regulam a conduta e oferecem às crianças pautas de comportamento e de acção ao

mesmo tempo que permitem aos pais uma orientação para o desenvolvimento dos valores e atitudes.

A família é o contexto imediato em que a criança começa a comunicar sentimentos, ideias, necessidades e afectos, e começa a elaborar as suas percepções e acções com base nos contactos que estabelece com o meio. As relações familiares constituem pois o contexto básico da interacção que, como processo, está submetida a vários factores e influências, a determinados condicionantes naturais e sociais do meio.

Bronfenbrenner (1979) considera que a família é um núcleo básico para o desenvolvimento da criança, mas considera que o adulto deve mediar a relação pessoal uma vez que, segundo o autor, pode-se estar fisicamente num mesmo espaço mas em completa solidão. Portanto, um ambiente receptivo será aquele em que há compreensão, em que a criança é escutada, pode falar e expressar-se. Por vezes produzem-se cortes no diálogo familiar porque existem obstáculos como a falta de tempo e de disponibilidade, ou então, não se lhe dá importância, porque não se quer, não apetece, não há paciência. Partilhamos a opinião de Alonso-Geta quando refere que o tempo que se partilha com as crianças não consiste apenas na quantidade mas também na qualidade. Quando os pais se comprometem activamente na interacção com os filhos, tal produz, em termos gerais, benefícios mútuos. O diálogo produzido no meio familiar sobre assuntos que interessam às crianças, permite-lhes sentirem-se parte integrante desse meio.

Como já referimos anteriormente, Piaget concedia maior importância à interacção da criança com os iguais do que com os adultos, pelo carácter assimétrico que esta assumia, (embora possamos também admitir que a interacção entre pares possa ser igualmente assimétrica). Concordamos com Piaget ao considerar que o pensamento da criança é diferente do do adulto e que as interacções que estabelece com os pares diferem das que estabelece com os adultos; porém, consideramos que a interacção adulto-criança é necessariamente assimétrica. Neste aspecto, concordamos com Alonso-Geta (1996:122) quando comenta que *“a relação de comunicação tem, na família, um carácter assimétrico; os pais não só possibilitam ou não a comunicação familiar, como influenciam poderosamente o desenvolvimento das destrezas que permitem a comunicação e as relações pessoais da criança em contextos mais abertos, como a escola, o grupo de pares, etc.”*. Na nossa

perspectiva, é precisamente nessa relação assimétrica que os pais exercem o seu papel de mediadores, servindo de apoio, ajuda, orientação e guia.

A interacção em casa ocorre numa gama variada de contextos e situações.

Por que é que a família pode proporcionar um contexto variado e efectivo de interacção e aprendizagem? Sintetizando as razões apontadas por Tizard (1986), diremos que:

1º - é extenso o conjunto de actividades que ocorre dentro ou à volta do lar: preparar refeições, cuidar de bebés, tratar de animais, fazer compras, ver televisão, ler, contar histórias, visitar familiares e amigos, programar as férias, viajar, etc.. Todas estas situações são propícias à interacção e podem proporcionar às crianças oportunidades para aprender acerca de uma variedade de tópicos, especialmente acerca do mundo social em que vive;

2º - na família, pais e crianças partilham uma vida comum. Esta vasta experiência partilhada permite aos pais compreenderem melhor o que a criança diz ou quer dizer, e assim proporcionar novos conhecimentos ou estender os que já possui;

3º - a aprendizagem que a criança realiza no processo de interacção familiar ocorre em contextos de grande significado para ela.

Para Tizard (1986) o contexto mais frequente de aprendizagem é a vida quotidiana. Quase todos os acontecimentos triviais do dia-a-dia podem ser uma oportunidade para a criança aprender. A autora fala da aprendizagem que a criança pode realizar ao estar simplesmente com a mãe: falando acerca do que está a fazer, o que vai fazer de seguida, colocando e respondendo a questões. Considera que as conversas de maior desafio tendem a ocorrer durante as refeições, quando a criança observa a mãe a realizar os trabalhos domésticos, ou quando não estão a fazer nada em particular. Nestas e noutras situações, o mais importante não é a ocasião em si, mas a motivação e vontade da mãe em falar com a criança e a curiosidade e a motivação desta em ouvir e aprender. A autora salvaguarda no entanto, que isto não significa que todas as famílias proporcionem automaticamente experiências de aprendizagem activa.

O que nos parece importante nesta perspectiva é a ênfase que Tizard dá aos acontecimentos, mesmo os mais triviais, do quotidiano familiar, e a importância que lhes confere ao nível da aprendizagem infantil. Fazer a lista das compras, olhar pela janela, ver televisão, são situações que podem envolver importantes experiências de aprendizagem. Partilhamos o ponto de vista do autor pois considerarmos que a criança aprende ao ver

televisão e que esta actividade - que ocorre predominantemente no quotidiano familiar e aparentemente de forma natural - pode ser enriquecida com o contributo dos pais e irmãos¹⁷, através da mediação que podem exercer.

Relativamente à prática televisiva das crianças, diz a autora que *“a regularidade dos programas televisivos das crianças também ajudam a estruturar as suas vidas numa rotina”* (id.:89). Considera que a maior parte das vezes elas vêem televisão sozinhas sendo assim impossível saber o que aprendem nesse tempo; no entanto, se essa actividade for realizada em conjunto, é possível estender os conteúdos dos programas e responder às questões das crianças sobre os mesmos. É neste sentido que comenta que *“ver televisão com as suas mães proporciona o mesmo tipo de oportunidades como ouvir contar histórias”* (id.:87).

É claro que um factor determinante do desenvolvimento, educação, e práticas de interacção e mediação no quadro familiar, são as ideias e crenças que os pais albergam sobre a natureza e a condição da infância, e as suas convicções acerca do desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O Papel Activo da Criança

Os autores que temos vindo a citar (Bronfenbrenner, Vygotsky, Piaget, Alonso-Geta, entre outros) salientam o papel activo da criança, e consideram-no uma parte essencial dos processos de interacção. A criança desempenha um papel de *actor* nesses processos; é um construtor activo do seu conhecimento e da sua aprendizagem. A criança interpreta o que sucede à sua volta e começa a formar representações mentais das acções e acontecimentos. O papel do adulto é o de facilitador, problematizador, mediador - escutar a criança, as suas questões, opiniões e comentários, ajudá-la a clarificar ideias, proporcionar-lhe informações, facilitar e promover o conhecimento.

¹⁷Tizard considera que a mãe está particularmente bem situada para desempenhar um papel importante porque partilha o ‘mundo’ das crianças; sobrevaloriza, deste modo, o papel da mãe nos processos de interacção e aprendizagem. Não pretendemos, por agora, salientar o papel desempenhado por um ou outro membro da família, mas considerar os diferentes contributos de cada um.

4. Padrões de Comunicação na Família

Desde a década de 50 até aos nossos dias que, no âmbito psicoeducativo, foram construídos e propostos diferentes modelos de «estilos de família», como são exemplo o modelo da conduta paterna de E. J. Schaefer e R. Q. Bell (1958); o modelo tridimensional de conduta paterna de W. C. Becker (1964); e o modelo proposto por E. E. Maccoby e J. A. Martin (1971) (cf. Alonso-Geta *et al.*, 1996). Não nos vamos deter, contudo, na abordagem destes modelos. Atendendo aos objectivos, natureza e âmbito do estudo, optamos por apresentar e analisar os padrões de comunicação na família de Chaffee e McLeod (1971), uma vez que os autores aplicaram esses padrões à interacção das famílias e das crianças com os media, tanto mais que esse modelo foi já objecto de réplicas em vários contextos, nomeadamente no que diz respeito ao uso dos media pelas famílias, o que vai ao encontro dos nossos objectivos.

A tipologia de Chaffee, McLeod e Atkin

Steven Chaffee, Jack McLeod e Charles Atkin, do Centro de Investigação sobre Comunicações de Massas da Universidade de Wisconsin, nos EUA, formularam, nos anos 70, uma tipologia dos padrões de comunicação na família. A sua formulação baseou-se numa pesquisa empírica (a cerca de 1300 famílias americanas) que procurou examinar como a natureza da comunicação interpessoal na família influenciava o uso e a interacção com os mass media.

De acordo com estes autores, a comunicação pais - filhos é uma das influências mais fortes na socialização e no desenvolvimento das crianças. No entanto, para que o desenvolvimento ocorra, não se torna necessário que as normas e os valores dos pais sejam transmitidas de forma verbalizada e directa. Não interessa apenas a simples existência de regras na família; o modo como se realiza esse processo é igualmente importante. Chaffee e McLeod consideram o padrão de comunicação predominante em cada família como o factor decisivo.

A equipa de Chaffee desenvolveu um modelo bi-dimensional dos padrões de comunicação na família: um padrão de **orientação social** (socio-orientation) e um padrão de **orientação conceptual** (concept orientation).

Estas dimensões foram caracterizadas de acordo com a realidade social dominante nas respectivas famílias.

Nas famílias cujo padrão comunicativo se orienta para a dimensão social, os pais encorajam os filhos a desenvolver um clima de harmonia e de concórdia nas relações pessoais, a evitar conflitos e qualquer outra forma controversa de expressão ou comportamento, e a dar-se bem com os outros membros da família e com outras pessoas com quem se relacionem, em suma, a manterem-se afastados dos conflitos em geral.

Nas famílias de orientação conceptual, os filhos são incentivados a expressar os seus sentimentos, ideias e opiniões acerca dos mais diversos assuntos da vida, mesmo em situações controversas em que porventura choquem com opiniões e sentimentos de outros.

De forma geral, a diferença entre estes dois tipos de família reside, como referiu James Lull (1980:320), “*na preocupação com os sentimentos dos outros (orientação social) em contraposição com a ênfase na apresentação e discussão das ideias*”.

Uma questão interessante que se levantou foi a de saber se estes dois padrões seriam mutuamente exclusivos, ou se uma determinada família poderia assumir características de um e de outro padrão. Em estudos posteriores, os investigadores concluíram que as duas orientações apenas mantinham uma leve correlação positiva entre si. A partir dos padrões de comunicação na família, Chaffee e McLeod desenvolveram uma tipologia constituída por quatro modelos de famílias (figura 1):

FIGURA 1.1
PADRÕES DE COMUNICAÇÃO NA FAMÍLIA

		Comunicação Sócio-Orientada	
		Baixa	Alta
Comunicação orientada para as ideias	Baixa	DEIXA-CORRER	PREVENTIVO
	Alta	PLURALISTA	CONSENSUAL

Fonte: Baseado em Chaffee, McLeod e Atkin (1971), ‘Parental Influences on Adolescents Media Use, in *American Behavioral Scientist*, nº14, pp. 323-340.

Nas famílias a que se refere o tipo 'deixa - correr', a comunicação pais - filhos praticamente não existe, as crianças são mais influenciadas pelos amigos e pelo grupo de pares, fora de casa.

No tipo preventivo, são incentivadas sobretudo as relações sociais, sendo reduzido o esforço dos pais no sentido de desenvolver nos filhos uma visão crítica do mundo.

No tipo consensual, as crianças são incentivadas a interessarem-se pelas questões e problemas do mundo mas, ao mesmo tempo, a procurarem não tomar posições que provoquem o conflito ou que perturbem a harmonia familiar. Isto é, elas são, com efeito, incentivadas a aprender as ideias dos seus pais a adoptar os seus valores.

Nas famílias de tipo pluralista, as crianças são encorajadas a explorar novas ideias, a formar as suas próprias opiniões, a ter uma atitude de abertura às novas ideias e até controversas, desde que isso não prejudique a harmonia da família.

Os trabalhos desenvolvidos pela equipa de Chaffee relativos à aplicação dos padrões de comunicação à interacção das famílias e das crianças com os media, permitiram concluir que nos modelos socialmente orientados (famílias do tipo preventivo e consensual), os níveis de consumo televisivo, tanto dos pais como dos filhos, tendem a ser elevados, embora se registe um consumo baixo de informação por parte das crianças.

Nos modelos de organização conceptual, tanto os pais como os filhos, manifestam, em geral, um baixo consumo televisivo, exercem um considerável controlo da televisão, e usam os media mais como meio de informação do que como entretenimento e escape.

Chaffee e seus colegas comentam que, ao fazerem julgamentos de valor sobre os padrões de comunicação na família, inclinar-se-iam para as famílias do tipo pluralista. Em alguns estudos que desenvolveram concluíram que as crianças de uma família pluralista tendem a conhecer melhor os assuntos públicos, a ser mais activas e a ter maior sucesso na escola e em actividades políticas, e querem parecer-se mais com os seus pais que as crianças pertencentes aos outros grupos familiares. Consideram que o meio familiar pluralista é o meio ideal para preparar cidadãos para uma sociedade também pluralista.

Tendo por base os padrões de comunicação na família, James Lull (1980), realizou um estudo para determinar se as famílias de orientação social diferiam das famílias de orientação conceptual na forma como usam a televisão. Os resultados do estudo revelaram, claramente, que existem diferenças entre aqueles dois modelos: As famílias socialmente orientadas para as

relações sociais harmoniosas não só vêm mais televisão que as orientadas para a livre expressão de ideias, como também manifestam uma oposição relativamente aos usos sociais da televisão. Lull (1980:331) refere que a diferença mais forte entre aqueles dois modelos manifestou-se em relação à utilidade da televisão como meio proporcionador da comunicação interpessoal da família. Nas famílias sócio-orientadas a televisão é usada como uma fonte de aprendizagem, como fonte importante de assuntos para a conversa na família, portanto aceitam a televisão como uma parte importante da comunicação na família e admitem que este ‘media’ desempenha um importante papel no comportamento social. As famílias orientadas para as ideias, revelam uma maior independência em relação ao meio televisivo e rejeitam-no como um contributo significativo para a comunicação na família. Utilizam mais a televisão para “*transmitir valores familiares, revelar as experiências das crianças e facilitar argumentos e acções*” (Lull, 1980: 333/2).

James Lull concluiu, portanto que os padrões de comunicação na família predizem, efectivamente, diferentes usos do meio televisivo para uma variada gama de objectivos interpessoais.

A análise da tipologia de Chaffee e McLeod e dos estudos desenvolvidos na sua base, suscita-nos algumas reflexões:

- Os padrões de comunicação, tais como os modelos de família não se apresentam como uma realidade perfeitamente delimitada e apreensível, mas com tendências que se aproximam da realidade, por conseguinte, são constructos teóricos, obtidos a partir da investigação empírica e da observação, que nos servem como referentes válidos para um melhor conhecimento da realidade;
- Os diferentes tipos de famílias não se desenvolvem como tais em sentido puro; em nossa opinião a tipologia resulta da simplificação da realidade que, a nível prático, resulta diferente e complexo;
- Os padrões de comunicação na família que conduzem à caracterização dos quatro diferentes tipos de família resultam de modos, maneiras ou formas de educar diferenciadas, e são influenciados pelo contexto sócio-cultural.

Em relação a este último aspecto, ou seja, à importância de se considerar a inserção e pertença das famílias a um determinado meio sócio-cultural em relação aos padrões de comunicação, Manuel Pinto (1995:167) levanta uma questão pertinente: “*se estes autores não*

terão, na operacionalização do seu modelo, subestimado de facto os aspectos decorrentes da inserção cultural das famílias”.

Capítulo II

AS CRIANÇAS E A TELEVISÃO

No presente capítulo pretendemos essencialmente apresentar e discutir as orientações mais relevantes que conduziram a investigação sobre as crianças e a televisão, e enquadrar teoricamente a nossa própria pesquisa.

Começamos com a apresentação de dados relativos ao tempo de consumo dos adultos e das crianças, avançando de seguida com uma breve reflexão sobre as transformações operadas nos últimos anos no panorama televisivo português. Com esta abordagem pretendemos enquadrar a reflexão em torno da relação crianças-televisão, mas também a análise que fazemos no capítulo seguinte sobre a interacção entre a família e a televisão, assim como o estudo empírico.

Traçamos, de seguida, um quadro muito sumário dos tópicos que polarizam o debate público sobre as crianças e a televisão e de algumas pesquisas desenvolvidas em torno daquele binómio, para depois nos debruçarmos sobre a dimensão contextual no estudo das práticas televisivas das crianças. Nesse ponto, abordamos vertentes de especial significado para este estudo, tais como, os modos de consumo televisivo e as variáveis que o influenciam.

No último ponto, pretendemos reflectir sobre as concepções de infância que têm prevalecido nos discursos e nas pesquisas sobre a relação crianças-televisão.

1. O Novo Panorama Audiovisual Português

As crianças iniciam frequentemente a sua atenção à televisão quando ainda são bebés e vão desenvolvendo o hábito e o gosto de ver ao longo da sua infância. Para além do seu papel de *babysitter*, a TV é, para as crianças, uma contadora de histórias, apelando à sua fantasia e imaginação, mostrando-lhes acontecimentos, pessoas, lugares, a que dificilmente teriam acesso de outro modo, permitindo-lhes viajar no tempo e no espaço. Como diz Meyrowitz¹⁸, “a televisão hoje acompanha as crianças através do planeta, mesmo antes de terem permissão para atravessar a rua”.

¹⁸ MEYROWITZ, Joshua (1985), *No Sense of Place*, Oxford: Oxford University Press, p. 238

A esmagadora maioria dos lares portugueses (98,5%)¹⁹, possui um receptor de TV, e um segundo está já presente em 60% dos lares²⁰. Segundo a mesma fonte, 73,5% dos aparelhos recenseados estão equipados com telecomando, “*o que confere à interacção telespectador - televisão uma dimensão mais activa*”.

Segundo dados de 1991, divulgados por Brederode Santos (1990), cerca de 95% das crianças portuguesas de 3 a 7 anos vêem TV todos os dias ou quase todos os dias, constituindo o público infantil de 3 anos cerca de 25% da população total com acesso à TV²¹. No que diz respeito à população portuguesa em geral, segundo dados revelados pelo semanário Expresso²², há mais gente a ver televisão: entre 92 e 96 o aumento foi de 65,9 para 70,8 % da população total (estes números são da AGB, cujo painel é suposto representar os 8.970.000 portugueses que têm mais de 4 anos de idade). No entanto, os que realmente vêem TV, parecem estar a gastar menos tempo com ela: enquanto em 92 viam, em média, 258 min. diários, em 97 (Maio) viam 239 minutos.

Na óptica da origem social e da idade dos telespectadores, segundo *o Relatório Final da Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão*, a classe baixa é considerada como a que vê mais televisão, sendo, durante a semana, preponderante a faixa etária dos idosos, e aos sábados e domingos o grupo das crianças e jovens (4 aos 24 anos) que predominam o consumo televisivo.

Em relação aos programas televisivos, as preferências dos portugueses, segundo o mesmo Relatório, orientam-se para o desporto (futebol nacional) e emissões de recreação ligeira e de *reality shows* (falados em português). O Relatório apresenta os dados de uma leitura de ordenação de programas mais vistos, em 1995, nos 4 canais: no serviço público (Canal 1 e TV2), domina o desporto; na SIC, o entretenimento em português e as telenovelas brasileiras; na TVI, o cinema.

Relativamente às transformações operadas nos últimos anos no panorama televisivo, em Portugal o processo mais significativo foi, sem dúvida, a entrada em funcionamento dos operadores privados de televisão - a 6 de Outubro de 1992 e a 20 de Fevereiro de 1993,

¹⁹ Dados do *Relatório Final da Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão*, 1996

²⁰ Dados da AGB, in *Briefing*, 15 de Outubro de 1997

²¹ Repare-se que os dados de que dispomos são anteriores à entrada em funcionamento da televisão privada, porém não encontramos dados mais recentes em relação ao tempo de consumo televisivo pelas crianças.

respectivamente, começaram as emissões regulares dos dois canais de televisão - a SIC (Sociedade Independente de televisão) e a TVI (Televisão Independente). Terminava assim o domínio do monopólio do Estado, assegurado desde 1957 pela RTP (Radiotelevisão Portuguesa) que a 7 de Março desse ano começara as suas emissões regulares. Em 1968 nascia o Canal 2 da RTP.

Vários milhares de lares acedem ainda a vários canais estrangeiros, quer generalistas quer temáticos, emitidos via satélite já desde a década de 80. Nos anos 90, a televisão por cabo passou também a fazer parte da paisagem audiovisual portuguesa.

A diversificação de serviços (teletexto, teleshopping) e a combinação com outros equipamentos (videogravador, consola de jogos), vieram também alterar a relação e os usos da televisão. A introdução do videogravador no lar (presente em 53,5% das habitações, segundo dados de 1995 do INE), permitiu a diversificação do consumo e diferentes formas de o concretizar, possibilitando diferenciar o tempo de emissão do tempo de visionamento.

As novas tecnologias que estão a ser introduzidas em Portugal, permitirão a curto prazo, de acordo com Rui Cádima (1995), suportar a nova televisão interactiva como o ‘vídeo-on-demand’, as telecompras e os telejogos - é a chamada era multimédia de programas e serviços. Isto significa que, para além da programação convencional, o telespectador poderá escolher, através de um ‘menu’, o programa que quer ver num determinado momento.

Com o fim do monopólio televisivo do Estado e a entrada dos operadores privados, chega também a concorrência. Desde essa altura, temos vindo progressivamente a assistir a um novo conceito de televisão: tornou-se mais notória a lógica comercial; aumentou o número de horas de emissão; reforçou-se a lógica do entretenimento, relegando programas de natureza educativa e formativa para horários marginais da programação; o cidadão comum tornou-se o novo herói dos programas. Verificamos que este modelo concorrencial de televisão se caracteriza por uma grande regularidade das grelhas e que a sua programação é composta essencialmente por programas de formato curto: concursos, variedades, ficção, telenovelas. Como refere Rui Cádima (1995:7) *“passamos a ter uma maior escolha em termos de oferta televisiva, mas nem sempre passamos a ter «melhor» televisão”*.

Estamos pois perante o abandono dos discursos tradicionais da ‘paleotelevisão’ e na presença do que Casetti e Odin (1990) chamam de ‘neotelevisão’, caracterizada por ser um espaço de convivialidade, o espaço, por excelência, dos *talk-shows* e do prolongamento das

²² in *Expresso Revista*, ‘Que Televisão Temos’, 24 de Maio de 1997

‘bisbilhotices’ da vida quotidiana, e cuja programação se caracteriza sobretudo pela fragmentação. As relações hierárquicas da ‘paleotelevisão’ foram substituídas por relações de proximidade, tendo como principal referente a vida quotidiana. Ao nível do referente temporal, as emissões da ‘neotelevisão’ seguem o ritmo da temporalidade quotidiana, integram os seus principais rituais: programas da manhã, do meio-dia, do serão, de depois da escola, etc.. A nível de espaço, também a cenografia se baseia no espaço quotidiano. O próprio conteúdo das emissões tem muitas vezes por base o quotidiano: contam-se pequenas histórias de todos os dias, dão-se conselhos úteis, entra-se no dia-a-dia de pessoas célebres. Nesta nova televisão, a familiaridade é a regra: chama-se pelo nome e suscitam-se confidências. Como referem Casetti e Odin “*a neo televisão é um espaço integrado no espaço quotidiano, um «lugar de vida»*” (id.: 15).

Este conceito de ‘televisão - quotidiano’ é também defendido por Manuel Pinto que considera que a TV se ‘quotidianizou’ num tríplice sentido: “*porque se tornou uma prática regular, embora socialmente diferenciada da vida do dia-a-dia; porque contribuiu para estruturar o quotidiano; e porque tomou, em boa medida, o quotidiano como modelo da sua programação.*” (1995: 54).

Podemos concluir então que a ‘quotidianidade’ da televisão se manifesta em dois sentidos: pela sua presença no dia a dia de muitas pessoas; e por tomar frequentemente o quotidiano - “*um certo quotidiano*” (Pinto, 1995) - como modelo da sua programação.

2. Crianças e Televisão: o Contexto do Debate e da Investigação

Numa análise do discurso corrente e do debate público acerca da relação crianças - televisão, sublinham-se sobretudo os efeitos negativos da televisão, sendo o problema da violência o mais destacado, embora a lista de ‘queixas’ seja grande. Afirma-se, por exemplo, que as crianças passam muito tempo a ver televisão; que esta actividade fomenta atitudes e comportamentos de passividade; que tira tempo às crianças para a realização de outras actividades, nomeadamente para a leitura e para a realização das tarefas escolares; que

prejudica o sucesso escolar; que impede o diálogo na família, etc.. A preocupação é quase exclusivamente com os efeitos negativos da TV. Considera-se frequentemente que a TV tem uma influência nefasta, sobretudo ao nível do comportamento das crianças, no seu desenvolvimento mental e nas suas atitudes. Há uma preocupação generalizada pelos efeitos da televisão, especialmente nas crianças, e uma tendência para se instituir um único factor – neste caso a televisão - como explicação de determinados fenómenos sociais, nomeadamente, os comportamentos violentos. David Buckingham (1993) refere, a este propósito, que a questão que é frequentemente ignorada, é por que é que as crianças escolhem ver TV em primeiro lugar, e o prazer e satisfação que esta actividade lhes pode dar. Ou seja, os processos afectivos e emocionais, que parecem ser relevantes na experiência televisiva das crianças, são subvalorizados.

Relativamente a este tipo de discurso, parece existir um fenómeno de recorrência (cf. Buckingham, 1993; Pinto, 1995). Ou seja: os argumentos que estão a ser dados nos anos 90 acerca dos efeitos da TV, dos vídeos e dos jogos de computador nas gerações mais novas são eco daqueles que foram sendo feitos ao longo da história em relação ao aparecimento de novos meios e técnicas de difusão, tais como o teatro, a imprensa, a literatura popular, o cinema e a rádio. Como refere Manuel Pinto (1995: 11), *“desde a invenção da escrita e, mais tarde, da imprensa, passando pelo cinema, a rádio ou a banda desenhada, todos os novos processos, veículos e tecnologias de comunicação foram vistos como ameaças potenciais ou reais à socialização dos mais novos”*. Buckingham refere também que *“as questões acerca da violência televisiva que estavam a ser investigadas nos anos 60 eram muito similares às que tinham já sido superadas pelos investigadores que estudaram os efeitos do cinema nos anos 30.”* (1993:11).

Neste tipo de discurso, está implícita uma concepção da relação crianças - televisão essencialmente behaviorista: é concebida como um processo de estímulo – resposta, o estímulo é igual para todos; a resposta é uma reacção directa àquele. A televisão é vista como uma influência extremamente poderosa, que molda a consciência e o comportamento da criança. Esta é vista como uma vítima passiva da televisão, indefesa, fortemente impressionável e vulnerável.

Esta abordagem teórica assumiu uma posição central nos primeiros estudos desenvolvidos. Estes baseavam-se então na teoria dos efeitos directos e imediatos dos media (‘modelo

hipodérmico’ ou ‘teoria da balas mágica’), o que significava reconhecer os seus poderosos efeitos sobre uma audiência passiva.

As pesquisas desenvolvidas na segunda metade dos anos 50, por Himmelweit no Reino Unido e por Schramm nos EUA, para procurar responder às preocupações públicas acerca dos alegados malefícios de exposição à televisão, embora tivessem fortemente presente a problemática dos efeitos, provocaram uma ruptura com a visão determinista e reduccionista da relação crianças - televisão, e equacionaram, de certo modo, as vertentes das investigações posteriores.

A pesquisa de Schramm, Lyle e Parker constitui um ponto de referência para os estudos sobre as crianças e a televisão na medida em que propôs uma alteração radical na abordagem da relação entre ambos. Estes autores realçaram não só a importância da televisão e dos seus conteúdos, mas também as crianças e os seus contextos de vida. Como sublinha Schramm (1965:245), *“parece claro que, para compreender melhor o impacto da televisão e os seus efeitos sobre as crianças, nos temos de libertar primeiro do conceito pouco realista [que é] aquilo que a televisão «faz às crianças» e substituí-lo por um outro: aquilo que as crianças fazem com a televisão”*.

A equipa de Schramm destacou o papel activo da criança na relação que estabelece com a televisão e sugeriu que é necessário ter presente o contexto de vida das crianças e não apenas uma das suas dimensões. Naquela relação há que considerar, por conseguinte, não apenas o factor crianças, ou o factor televisão, mas também os contextos sócio - culturais em que ocorre tal interacção.

A corrente dos usos e gratificações que se desenvolveu a partir da perspectiva referida anteriormente, simboliza a mudança de perspectiva - o foco da atenção não é mais *“o que os media fazem às pessoas”* mas *“o que as pessoas fazem com os media”*.

Esta corrente, recusando olhar para as audiências como uma massa uniforme de consumidores, deixa de encarar os indivíduos como ‘vítimas’ passivas e indefesas dos mass media, neste caso da televisão, e passa a centrar o seu interesse na forma como os sujeitos usam os media para satisfazer as suas necessidades (de escape, de interacção social, de resolução de problemas, de ocupação do tempo livre, etc.) e expectativas, e nas gratificações que deles obtêm.

Os trabalhos desenvolvidos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América que tiveram como base aquela perspectiva, adoptaram abordagens diferentes: enquanto que no primeiro se enveredou por uma perspectiva sociológica, realçando as variáveis demográficas tal como a classe social, e se considerou os usos individuais dos media pelos indivíduos nos seus contextos, no segundo, adoptou-se uma perspectiva psicológica, colocando a ênfase no indivíduo, na sua personalidade e motivação, e na forma como diferentes indivíduos usavam os media para satisfazer diferentes necessidades (Buckingham, 1993).

Uma das críticas levantadas à corrente dos usos e gratificações diz respeito às limitações do conceito de ‘necessidades’. A suposição de que há necessidades humanas básicas que os media satisfazem, ignora a possibilidade de que os media possam, eles próprios, criar necessidades (Buckingham, *id.*), e de que os media podem não reflectir necessariamente necessidades e preferências pessoais, como pode haver necessidades inconscientes que não são expressas pelos sujeitos. Para além disso, considera-se que esta abordagem assumiu o consumo televisivo como uma actividade muito mais consciente do que efectivamente é.

Uma outra nota crítica apontada por Buckingham vai no sentido desta corrente ter falhado em não considerar a vertente social da relação crianças - televisão. Ou seja, ao colocar a ênfase nas necessidades básicas e no uso dos media para as satisfazer, estaria a reduzir a realidade à dimensão individual, e a considerar irrelevante as instituições mediáticas e os conteúdos produzidos e difundidos por essas instituições.

A partir dos anos 60, a investigação de carácter psicológico sobre as crianças e a televisão começou a orientar-se para o modelo cognitivista.

Este modelo atribui ao sujeito um papel activo na construção da sua identidade e na sua relação com os outros e com o mundo; enfatiza as diferenças individuais, e salienta também o papel e importância das interacções sociais. Na sua relação com a televisão, a criança assume um papel activo e competente na atribuição de sentido, a partir dos conteúdos veiculados por esse meio.

Todavia, apesar da ênfase no papel activo das crianças na construção do sentido, este é ainda considerado como algo que está contido no texto e que pode ser objectivamente identificado e quantificado. Isto é, o texto é ainda tipicamente definido como um estímulo e os seus efeitos são ainda abordados isoladamente, fora do contexto em que ocorrem. Focando a sua atenção quase exclusivamente nos aspectos intelectuais da criança, deu pouca ênfase aos

factores sociais e culturais, ou seja, ignorou o facto do desenvolvimento cognitivo estar, inevitavelmente, relacionado com as experiências sociais da criança. Como refere Buckingham: *“no estudo da compreensão da televisão pelas crianças, os psicólogos cognitivos tenderam a concentrar-se mais nos aspectos ‘micro’ do que nos aspectos ‘macro’ - nos processos de atenção e compreensão e nos efeitos de determinadas características formais, mais do que nas diversas respostas aos diferentes géneros televisivos, ou o papel da televisão na formação de atitudes e opiniões”* (1993:13).

Todavia, se muitos investigadores cognitivistas ignoraram os contextos sociais em que as crianças estão inseridas, a favor de ‘uma’ criança separada de qualquer contexto social e histórico, outros houve que consideram esses aspectos nas suas teorias. Merece destaque o trabalho desenvolvido por Aimée Dorr (1986).

Dorr considera que as crianças têm de realizar um trabalho activo ao ver televisão para poderem dar sentido aos seus conteúdos e utilizar as suas mensagens. Refere a autora: *“as crianças não são recipientes vazios à espera de serem ocupados pela televisão. Elas podem parecer paradas, até mesmo passivas, enquanto vêem televisão, mas corpos inactivos não significam necessariamente mentes inactivas”* (1986:23).

A autora considera a existência de três processos sequenciais na construção do sentido:

o processamento da informação diz respeito às capacidades de seleccionar e decodificar, a partir da multiplicidade de signos visuais transmitidos pela televisão, as informações mais significativas. De acordo com a autora, *“vários factores podem influenciar quais os estímulos que são recebidos e quais os que são processados. Alguns são provavelmente inerentes à nossa condição de humanos: por exemplo, olhar mais para o rosto do que para qualquer outra parte do corpo; olhar mais para movimentos do que para objectos estáticos, e orientar o olhar ou a postura para o novo, o diferente, ou o som inesperado. Outros são aprendidos e utilizados quase automaticamente”* (Dorr, 1986:30).

O segundo processo, o da interpretação, requer que os telespectadores usem os esquemas e os conhecimentos adquiridos pela experiência para poderem integrar, inferir e atribuir sentido aos conteúdos da televisão.

O terceiro processo - a avaliação - diz respeito aos juízos que as crianças fazem em relação ao que viram na televisão - em relação às pessoas, às acções, aos acontecimentos, às situações.

Segundo a autora, estes três processos são interdependentes e operam simultânea e sequencialmente de uma forma ‘entrelaçada’, o que pode ser complexo e desafiante mesmo para os telespectadores mais sofisticados e hábeis.

Dorr ao considerar que “*as mensagens transmitidas pela televisão não são as mensagens que os telespectadores recebem mas antes as que estes interpretam*” (id.:21) tem subjacente a ideia de que os significados da TV não estão apenas nas suas mensagens, mas resultam da interacção com os telespectadores, de acordo com os seus recursos, capacidades e situações. É neste sentido que a autora sugere que se deve procurar o ‘*middle ground*’ da abordagem construtivista na relação crianças - televisão. Considera que se deve reconhecer que cada telespectador, acedendo aos mesmos signos televisivos, constrói um significado próprio para cada mensagem televisiva e que esse significado é construído a vários níveis. A compreensão do significado da televisão na vida das crianças deve ser elaborada com base nos processos através dos quais elas constroem os significados dos conteúdos televisivos. Especial atenção deve merecer o papel mediador que a família pode assumir ao nível daqueles processos de construção de significados a partir da relação com a televisão.

Uma Perspectiva Holística da Relação Crianças - Televisão

Alguns dos estudos desenvolvidos na última década sobre a relação crianças - televisão deslocaram a sua atenção dos efeitos para uma conceptualização da prática televisiva como um processo de interacção imerso na vida quotidiana. Considerando a distinção proposta por McQuail (1983), dir-se-ia que os primeiros seguem uma orientação *mediocêntrica* e os segundos uma orientação *sociocêntrica*. Dois bons exemplos desta orientação são os trabalhos de Buckingham, (1987, 1993) e Pinto (1995), que se concentraram no envolvimento activo das crianças com a televisão, procurando compreender as experiências e as práticas televisivas das crianças a partir das suas próprias perspectivas, situando essas práticas no contexto mais vasto das práticas sociais quotidianas. Ao proporem e ao defenderem uma acepção de criança *actora social*, dotada de competências e de um certo grau de autonomia; ao enfatizarem a ideia de *diversidade* no grupo social da infância, (cf. Pinto, 1995), os seus estudos têm profundas implicações na construção de uma concepção de infância, considerada como sujeito social e não como objecto.

O nosso estudo, em consonância com esta orientação, e tendo igualmente como pressuposto que a televisão é parte integrante do quotidiano das crianças e, como tal, participa no seu processo de socialização²³, insere-se na corrente ecológica. Esta permite considerar os contextos próximos e distantes em que a criança participa e em que desenvolve a sua vida quotidiana, e considerar a acção conjunta dos diferentes agentes de socialização (família, televisão, escola, grupo de pares), com quem a criança interage. Neste sentido, convergimos com a *perspectiva holística* a que Magda Alberó Andrés (1994) apela e defende, e que nos permite olhar a realidade social de uma forma dinâmica, como um todo, e em constante evolução.

3. Modalidades do Consumo Televisivo pelas Crianças

A atenção que tem suscitado o tempo que as crianças passam em frente ao ecrã tem tido por base uma preocupação sobretudo com a quantidade, subestimando a importância daquilo que se vê, como, quando, com quem, onde e porquê. Ora, tão ou mais importante que o tempo ‘gasto’ a ver TV, são as condições da recepção televisiva que importa estudar.

Variáveis que Influenciam o Consumo Televisivo

São vários os autores (Chevallier, 1991; Lazar, 1985; Chalvon, 1991; Brederode Santos, 1991) que chamam a atenção para a importância de factores que influenciam o consumo televisivo das crianças. Alguns desses factores foram identificados através de múltiplas pesquisas sem, contudo, ser possível determinar o papel exacto de cada um. A idade, o sexo, o nível sócio-cultural da família, as características do meio de habitação, os ritmos e estilos de vida e a oferta televisiva são os mais mencionados.

Vejamos com mais detalhe cada um deles:

²³ Sobre o papel e a importância da televisão no processo de socialização das crianças, remetemos o leitor para o ‘Relatório da Aula’, que acompanha este trabalho de síntese, onde desenvolvemos o assunto.

- a) *Idade* - as crianças estão em contacto com a televisão muito precocemente, quase desde o nascimento. Com 2 anos já são capazes, normalmente, de ligar o aparelho e começam a ver TV regularmente. De acordo com Chevallier *et al.* (1991: 32), aos 3 anos, na maior parte dos países industrializados, a maioria das crianças vê TV todos os dias. Os mesmos autores sustentam que o consumo televisivo vai crescendo durante o período pré-escolar, até aos 6 anos. A partir desta idade, com a entrada da criança na escola, há autores (nomeadamente, Dietz e Strasburger, cit. por Chevallier *et al.*, 1991) que sustentam que o consumo baixa ligeiramente embora se mantenha elevado. Maior consenso existe em relação à pré-adolescência, período em que se verifica um real declínio do consumo televisivo, sendo na idade adulta que se encontram os níveis de consumo mais elevados (Chevallier, *id.*)
- b) *Sexo* - relativamente a esta variável, não tem sido possível concluir, através dos trabalhos realizados, se há ou não variações significativas no consumo televisivo entre os sexos feminino e masculino. Rosengren e Windhal (1989) consideram existir um consumo maior por parte do sexo masculino, no entanto, há autores que afirmam o contrário. Por exemplo, Judith Lazar (1985) verificou que tanto os rapazes como as raparigas são atraídos do mesmo modo pela televisão, mas que estas lhe consagram um pouco mais de tempo devido ao facto de, em relação aos rapazes, praticarem menos desportos e participarem menos nos jogos exteriores. Pinto (1995:251), ao analisar de que modo se distribuem os valores de consumo televisivo relativamente à variável sexo, verificou que as diferenças registadas não eram significativas²⁴.
- c) *Características do meio de habitação* - são poucos os estudos que abordam este factor. No entanto, Judith Lazar (1985: 55) afirma, de acordo com os resultados de um estudo que desenvolveu, que “*regra geral, podemos verificar que as crianças das grandes cidades vêem menos televisão do que as da cidade média e com menos de 2000 habitantes*”. Esta situação pode estar relacionada com a maior facilidade de acesso a manifestações de lazer e à existência de equipamentos para o efeito, o que proporciona mais alternativas para a ocupação do tempo, influenciando o tempo de consumo.

²⁴ Já no que diz respeito à relação entre as preferências de géneros televisivos e o sexo, o autor encontrou assimetrias significativas: “*as preferências das raparigas, na nossa amostra, centram-se designadamente nas telenovelas, nos concursos, no programa 'Rua Sésamo' e nos programas musicais, ao passo que os rapazes se manifestam mais sintonizados com a programação desportiva e com os filmes e séries.*” (1995: 274)

O carácter urbano, suburbano ou rural do meio de habitação, assim como a facilidade de acesso a diferentes manifestações de lazer e a existência ou não de equipamentos para o efeito, são factores influentes ao nível do tempo de consumo televisivo.

- d) *O nível sócio-cultural da família* - estudos realizados em diferentes países permitem concluir que a duração do tempo de consumo está em relação directa com o meio sócio - cultural (Lazar,1985). François Mariet (1989) e Rosengren e Windhal (1989) sustentam, com base nos seus estudos, que as crianças da classe operária vêem mais televisão que as crianças da classe média. Mariet considera que para as primeiras, a TV é uma verdadeira ‘babby-sitter’, enquanto que as segundas têm outras oportunidades: actividades musicais, praticar desporto, ler, passear, etc..
- e) *Os ritmos de vida* - tal como refere Manuel Pinto (1995:156) relativamente a este aspecto, “*uma das condições para o consumo televisivo reside, obviamente, na disponibilidade individual. Ora a disponibilidade é uma função de múltiplos factores que se ligam de forma estreita às ocupações, rotinas, formas e estilos de vida do agregado familiar*”. Em relação às crianças em idade pré-escolar, o horário da instituição que possam frequentar, os horários de trabalho dos pais e os seus ritmos de vida, são alguns dos factores que podem influenciar a duração do consumo, havendo ainda a considerar as diferenças entre os dias úteis e o fim de semana. As estações do ano influem também no consumo na medida em que podem permitir ou dificultar as saídas de casa. De acordo com as pesquisas de Lazar (ob. cit.), a duração média do consumo televisivo por parte dos mais novos decresce na Primavera e aumenta no Outono para atingir o pico mais alto nas férias de Natal.
- f) *Oferta televisiva* - o número de horas de emissão, a programação difundida, que canais é que operam e quando, constituem um conjunto de factores que influenciam a actividade televisiva.

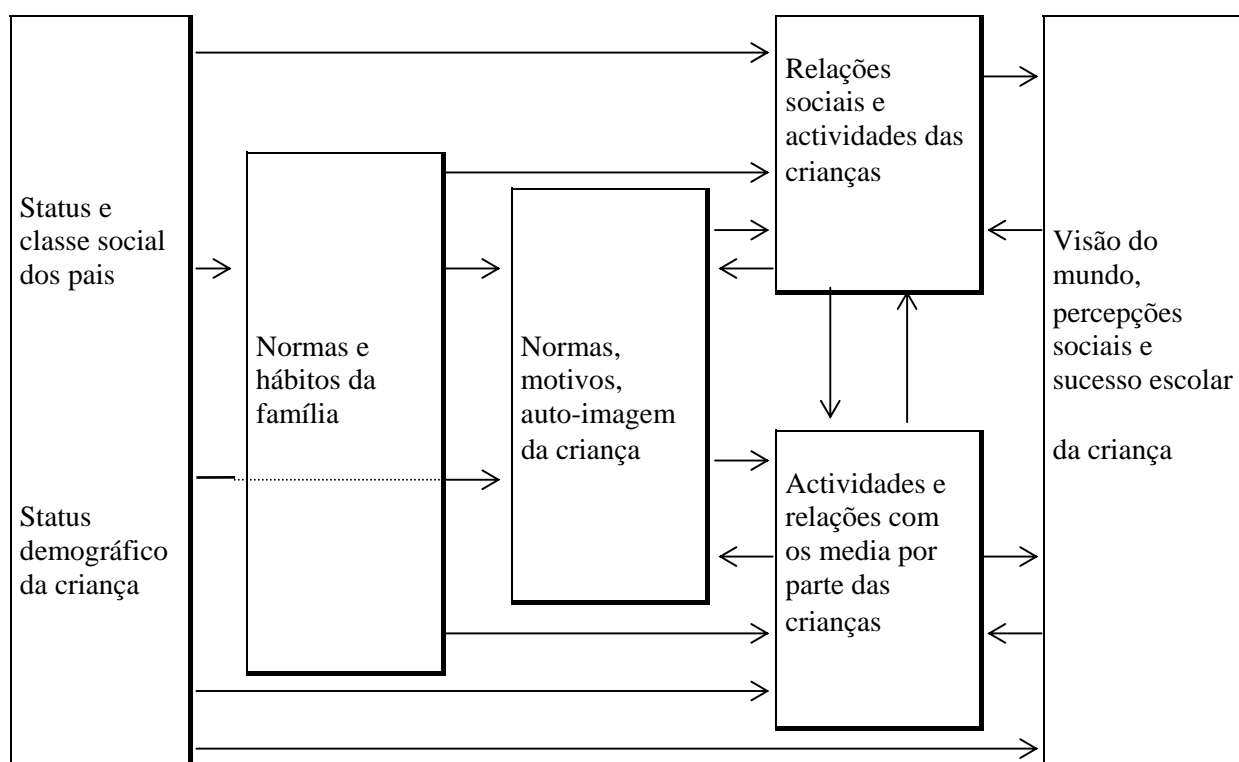
A abordagem destes factores dá-nos conta de que o uso que as crianças fazem da televisão é bastante heterogéneo, sendo também distintos os padrões de utilização da TV no quadro da vida familiar. Sugere-nos também que as práticas relacionadas com a televisão são expressão de um conjunto de aspectos, todos eles fundamentais para a sua compreensão.

Rosengren e Windhal (1989), investigadores suecos, apresentaram, relativamente aos factores que condicionam o uso da TV pelas crianças, um contributo mais englobante.

A pesquisa desenvolvida pela equipa sueca teve como suporte teórico a tradição dos usos e gratificações e a dos efeitos (*id.*:8). Os autores pretendiam mostrar que o uso da TV é influenciado por um conjunto de factores, de ordem psicológica e sociológica.

A figura 2.1 procura mostrar as principais variáveis que condicionam esse uso.

FIGURA 2.1
QUADRO CONCEPTUAL DO USO DA TELEVISÃO PELAS CRIANÇAS



Fonte: ROSENGREN e WINDHAL (1989), *Media Matter: TV Use in Childhood and Adolescence*, Norrwood, NJ:Ablex, p. 9

Subjacente a estas variáveis, estão dois pressupostos básicos: o primeiro sublinha a natureza heterogénea do uso dos media pelas crianças e adolescentes, o qual “*não se diferencia apenas segundo dimensões estruturais básicas tais como a idade, o sexo e a classe social, mas também segundo um certo número de variáveis intervenientes tais como as atitudes e os valores alimentados pela criança e sua família*” (*id.*:11). O segundo indica que o

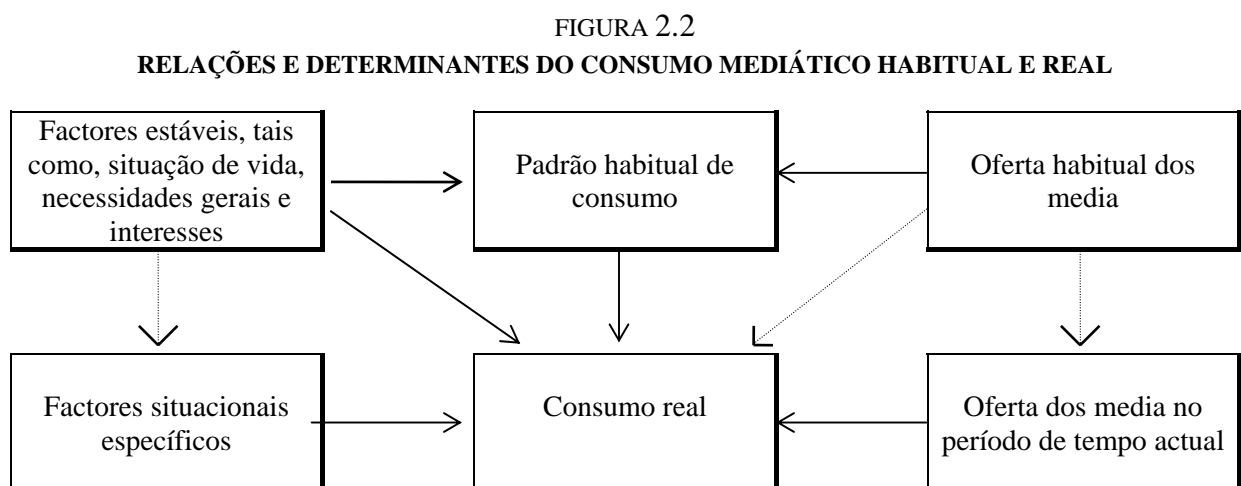
uso dos media pelas crianças é parte integrante de dois processos básicos - o de desenvolvimento e o de socialização.

Portanto, para a equipa sueca, o uso da TV pelas crianças afecta e é afectado por três fenómenos: o processo de desenvolvimento, a classe social e o processo de socialização (*id.*:9). Só à luz destes pressupostos é que se pode compreender apropriadamente o uso dos media, bem como as suas causas e consequências.

Relativamente ao conceito de ‘uso dos media’, Rosengren e Windhal consideram que a sua descrição se pode tornar demasiado simplista uma vez que pode ir da mera ‘exposição’, até ao uso que resulta de uma escolha deliberada. Propõem então um conceito de ‘uso dos media’ baseado em quatro dimensões: quantidade de consumo (tempo dispendido); tipo de conteúdo preferido e consumido; tipo de relação com o conteúdo consumido; tipo de situação (contexto) de consumo.

Os autores operacionalizaram o conceito em termos de *consumo habitual* e de *consumo real*. O primeiro refere-se a um determinado padrão de consumo e depende de factores estáveis tais como estilo de vida, posição social, interesses, necessidades, e a própria oferta mediática. O segundo, sobretudo de natureza situacional (conjuntural); depende da situação específica do telespectador e da oferta mediática disponível no momento.

A figura 2.2 pretende apresentar a distinção e a relação existente entre estes dois aspectos.



Fonte: ROSENGREN e WINDHAL (1989), *Media Matter: TV Use in Childhood and Adolescence*, Norwood, NJ: Ablex, pp.20

Esta distinção entre consumo real (o que ocorre numa determinada altura), e consumo habitual (típico, que reflecte o padrão de escolha), é fundamental para a análise das práticas televisivas na família.

A análise do consumo televisivo pelas crianças ficaria incompleta se não o relacionássemos com os modos como se processa. O modo de ver televisão diz respeito ao uso que as crianças fazem da televisão e, mais amplamente, aos padrões de uso vigentes no quadro familiar.

Vários autores têm elaborado quadros de análise para estudar os modos de ver televisão.

François Mariet no seu livro *Laissez-les Regarder la Télé*, editado em 1989, distingue três modalidades de consumo televisivo por parte das crianças:

1. *Tele-escolha* ('télé passion'): é a TV que se procura e de que se gosta, que se escolhe. É um tipo de consumo que é planeado e preparado; as crianças escolhem ver um determinado programa e não a televisão em geral. É a TV de que não se prescinde, é quase emblemática. É também aquela que motiva muitas das conversas com os amigos.
2. *Tele-companhia* ('télé tapisserie'): é a televisão que está ligada mas a que se presta atenção só de vez em quando. Funciona como a rádio, é a televisão - ambiente. É um tipo de consumo compatível com outras actividades; as crianças vêem TV e realizam outras actividades, como por exemplo, brincar, fazer os deveres, etc..
3. *Tele-substituição* ('télé bouche-trou'): é a TV que se vê na falta de melhor alternativa, de uma actividade mais interessante. É uma TV de substituição (nomeadamente, de actividades artísticas ou desportivas, dos pais, de amigos, etc.). As crianças vêem televisão e realizam outras actividades ao mesmo tempo, normalmente porque o programa não lhes desperta muito interesse. Diz Mariet a este respeito: "*acusa-se a TV de impedir as crianças de fazerem outras coisas quando é muitas vezes por não terem outra coisa para fazer que elas vêem TV. As crianças não ligam a TV para evitar conversas apaixonantes, interromper jogos de cartas renhidos ou a leitura de um livro formidável. A TV impõe-se porque vai substituir uma actividade menos válida*" (1989:46).

Mariet circunscreve a sua reflexão ao quadro dos telespectadores, aos seus estilos de vida, à organização da vida familiar e social, à oferta de alternativas à televisão, não contemplando o próprio meio televisivo. Esta é, provavelmente, como refere Manuel Pinto, a principal debilidade da sua proposta na medida em que induz ou pode induzir a “*um processo de ‘naturalização’ da televisão, convertida em objecto inquestionado, e portanto, inquestionável. (...) como se ela [a TV] não fosse também um produto socialmente construído*” (Pinto, 1995:159/160).

Todavia, a proposta de Mariet, apesar das suas limitações, permite-nos considerar a existência de modos diversos de ver televisão e de situações específicas que podem favorecer um maior ou menor consumo.

4. A Televisão e o Conceito de Infância

Os discursos e as pesquisas sobre a relação crianças - televisão reflectem, inevitavelmente, as ideologias dominantes sobre a infância. As críticas apontadas à televisão, à sua influência negativa na vida das crianças, têm implícita uma concepção da infância como pura e indefesa. As crianças são vistas como vítimas passivas das influências do meio, absorvendo o que vêm e ouvem sem capacidade de discriminação activa.

Tal como tivemos oportunidade de discutir no Capítulo I, o conceito actual de infância é, do ponto de vista histórico, recente, e está fortemente confinado com as sociedades Ocidentais industrializadas (Ariès, 1981; Shorter, 1977). Estes estudos sugerem que a infância deve ser vista não como um estágio da vida determinado, inalterável e universalmente reconhecido ou como uma realidade homogénea, mas como uma construção social e histórica. Tal como referem Allison James e Alan Prout (1990:7), “*a imaturidade das crianças é um facto biológico da vida mas as formas através das quais esta imaturidade é compreendida e significada é um facto da cultura*”.

A própria construção social da infância está longe de ser, como defende Buckingham (1993), um processo neutro: “*a noção de criança como inocente - ou pelo menos a tentativa*

de a manter como tal - pode ser vista como uma função das relações de poder mais amplas entre adultos e crianças que prevalecem na sociedade contemporânea” (id.:10).

Uma consequência da concepção da infância como irracional e indefesa é o não considerar que as crianças desempenham um papel activo e selectivo no meio em que estão inseridas. Não as reconhecer como *actoras* do seu próprio processo de desenvolvimento e, portanto, da construção da sua própria infância.

Da mesma forma, na relação das crianças com a TV, são frequentemente subestimadas as diversas formas através das quais elas constroem o sentido daquilo que vêem; não se considera que “*vendo televisão, a criança retira informações, modelos de comportamento, atitudes e valores que, aliás, interpreta e reconstrói à sua maneira*” (Brederode Santos: 1991:26).

Ao rejeitarmos uma perspectiva das crianças como vítimas passivas da TV, não devemos correr o risco, como salienta Buckingham (1993), de adoptar simplesmente a perspectiva contrária: substituir a imagem tradicional da criança inocente e vulnerável, por uma imagem da criança como “*super-herói, activa e autónoma*” (Bélisle *et al.*, 1993: 7). Esta concepção de criança é uma concepção tão homogénea e indiferenciada como aquela que pretende substituir. Como refere Buckingham, “*continua-se a falar acerca da ‘criança’ como uma categoria universal em vez de crianças específicas vivendo em circunstâncias sociais e históricas específicas*”(1993:19). É então necessário encontrar uma visão equilibrada da actividade das audiências, para uma análise mais correcta da comunicação mediatizada.

Capítulo III

A TELEVISÃO NO QUADRO DA VIDA FAMILIAR

1. A Televisão na Família

A televisão faz parte do quotidiano das famílias - *“é quase outro membro da família”* (Gunter e Svennevig, 1987:4). Particularmente para as crianças, ver TV não é uma actividade isolada, ocorre habitualmente em casa, na companhia dos pais ou dos irmãos e é, muitas vezes, acompanhada de outras actividades. A família é, pois, o principal contexto em se realiza a experiência televisiva e em que se constrói o seu sentido. É também o contexto que mais influência exerce na experiência televisiva das crianças. Além disso, a família é o tema central de alguns programas televisivos e é apresentada periféricamente noutros, o que constitui também um agente de socialização em relação aos papéis diferenciados dos seus membros (Gunter e Svennevig, 1987).

A investigação desenvolvida em torno da relação televisão - família e que abordou, durante os anos 80, aspectos como as regras dos pais em relação à televisão, os usos e funções da televisão na família, a forma como as famílias seleccionam os programas, tem-se debruçado ultimamente sobre o próprio contexto das práticas televisivas, prestando especial atenção à influência da televisão na interacção familiar e à relação entre os media e a comunicação nesse mesmo contexto. Trata-se de estudar o contexto em que decorre habitualmente o consumo, isto é, o contexto familiar. Isto significa considerar a relação entre os usos da televisão e dos outros media, por um lado, e destes com as rotinas e as actividades do dia a dia, os estilos de vida, as formas de ocupação dos tempos livre, por outro.

No que concerne ao uso da televisão, trata-se de analisar as condições em que decorre a prática televisiva, os diversos usos e funções da TV na família, as interacções que ocorrem no quadro familiar e como é que os sujeitos telespectadores atribuem significado ao que vêem. Se, por um lado, a prática televisiva deve ser estudada e compreendida no contexto em que se realiza, por outro, como refere Alexander (1990), *“a prática televisiva proporciona, claramente, um excelente contexto para o conhecimento da dinâmica familiar”*. Ou, como

afirma Silverstone (1994), “*a televisão é algo próprio da vida quotidiana. Estudar uma é estudar a outra*”.

A etnografia tem sido a metodologia mais utilizada pelos investigadores neste âmbito²⁵, permitindo dar às famílias uma voz mais activa e uma participação mais directa na produção de dados sociológicos. Destacam-se a este nível, nomes como James Lull, nos EUA, e David Morley, na Grã Bretanha, que desenvolveram pesquisas pioneiras no estudo da recepção televisiva no contexto familiar. Apesar de terem estudado e analisado aspectos distintos, têm premissas similares: sustentam que a actividade televisiva deve ser compreendida dentro da estrutura e da dinâmica do contexto de acção: o espaço doméstico. Consideram que a televisão é um meio social e simbólico usado de diferentes formas, por diferentes famílias, para ajudar a estabelecer relações interpessoais. A televisão é, de acordo com aqueles autores, um factor, entre vários, que está presente, influencia e é influenciado pelo sistema familiar.

Muitos outros autores debruçaram-se, entretanto, sobre a recepção mediática no contexto doméstico, proporcionando importantes contributos para o seu estudo. Vejamos então alguns aspectos que a investigação tem permitido evidenciar sobre ‘a televisão na família’.

Comecemos, antes de mais, por explicitar o que entendemos por ‘ver televisão’, uma actividade que não é tão simples e linear como possa parecer. Como defende Morley (1986), ver televisão não pode ser assumida como uma actividade uni - dimensional com um significado e um sentido comum a todos que a realizam. E como sublinha Lull (1988a:17), “*ver televisão é uma actividade construída pela família; não acontece apenas. Os telespectadores não só fazem as suas próprias interpretações dos programas, como também constroem as situações em que a actividade televisiva ocorre*”. Esta actividade, juntamente com as práticas sociais que precedem, acompanham e sucedem o seu desenvolvimento, constitui o que entendemos por ‘experiência televisiva’. As motivações e circunstâncias concretas das pessoas e dos grupos sociais, assim como as interacções sociais originadas pelo uso da televisão e os significados construídos a partir dos programas vistos, são as principais dimensões da experiência televisiva.

Em relação aos usos da TV e concretamente no que diz respeito ao **número de horas de consumo**, de acordo com dados de estudos relativos a diversos países, incluindo Portugal (cf.

²⁵ Apesar desta metodologia no estudo dos media ser relativamente recente, ela tem há uma longa tradição nas disciplinas de antropologia e de sociologia (Moore, 1993).

Pinto,1995:163), as crianças não são necessariamente o segmento etário que mais vê TV. De acordo com vários autores (Gunter e Svennevig,1987; Gunter e McAlleer, 1990), são os adultos (os que vivem sós) e os idosos quem vê mais TV em média por dia.

Em relação aos **programas mais vistos pelas crianças**, Gunter e Svennevig (*id.*) referem a existência de uma ‘mistura’ de programas dirigidos à infância com programas de grande audiência dirigidos a adultos. As crianças mais pequenas (até aos 6 anos) parecem preferir os programas que são produzidos e emitidos para a infância (o que não acontece tanto com crianças entre os 10-12 anos que vêem menos programas para a infância e mais programas para adultos). O estudo de Lazar confirma esta perspectiva: *“enquanto os mais pequeninos só têm acesso aos programas que lhes são destinados e não têm nenhum prazer em ver os programas para adultos que ultrapassam o seu nível de compreensão, os mais velhos regalam-se tanto com os desenhos animados e outros programas infantis como com aqueles que foram concebidos para o público adulto”* (s/d: 95).

No que diz respeito à realidade portuguesa, este assunto tem sido pouco estudado. Os dados de que dispomos, apurados por investigadores portugueses, parecem estar em consonância com os resultados de investigações desenvolvidas noutros países, em relação aos mesmos segmentos etários. Brederode Santos (1990:24/25) apurou²⁶ que *“à excepção dos êxitos de momento, os programas preferidos pelas crianças de 3 a 7 anos seriam programas especificamente orientados para esse público. De entre os programas infantis, as preferências dessas crianças iriam para programas de tipo ‘afectivo’ e só muito mais abaixo se encontrariam os desenhos animados a que chamaremos, por facilidade de expressão, «frenéticos» ou «violentos»”* Conclui que *“a maioria das crianças portuguesas parece ver todo o tipo de programas sendo, no entanto, legítimo pensar-se que, sozinhas e por sua iniciativa, vêem sobretudo os programas que lhes são especialmente destinados, partilhando com os pais o visionamento de alguns programas gerais falados em português e, por vezes, os filmes do fim-de-semana.”* Pinto (1995:278) concluiu, através de uma pesquisa que realizou junto de uma amostra de 727 crianças do distrito de Braga, que *“(...) os programas mais vistos pelas crianças que estudámos são os de características generalistas, dirigidos á potencialização máxima de audiências e não, propriamente, a programação que lhes é*

²⁶ Estes dados foram apurados através de um inquérito que a autora realizou em 1988 em colaboração com o Gabinete de Sondagens da RTP/Norma, junto do seu painel habitual de audiências, e através de um trabalho que realizou posteriormente com a equipa pedagógica do «Rua Sésamo», num Jardim de Infância de Lisboa.

especialmente dirigida (embora não se deva menosprezar o interesse que tal programação continua a despertar)”.

Morley (1986), analisou as diferenças existentes ao nível dos programas preferidos por homens e por mulheres. Segundo o autor, os homens expressam um grande interesse por programas ‘factuais’ (notícias, documentários) e de desporto, enquanto as mulheres preferem programas de ficção. Morley registou também diferenças ao nível dos estilos e dos hábitos de ver TV na Grã Bretanha: os homens tendem a planear a actividade de ver TV, vêm com atenção e preferem ver em silêncio e sem interrupções. Para eles a casa é um espaço de lazer, um espaço em que podem relaxar depois do dia de trabalho. As mulheres não têm o mesmo poder de decisão que os homens em relação à selecção dos programas e ao uso do telecomando. Vêm TV com menos atenção, pois normalmente realizam tarefas domésticas em simultâneo. A casa é um espaço de trabalho, quer trabalhem ou não fora de casa. Estas conclusões da pesquisa de Morley, que devem ser devidamente relativizadas, podem, em parte, ser explicadas, na opinião do autor, pelo estatuto privilegiado que o género masculino tem no seio das famílias que estudou, e pelos papéis sociais diferenciados que homens e mulheres assumem em casa. A questão do poder masculino é também central. Como refere o próprio autor, “devemos considerar as formas pelas quais as relações familiares, como todas as relações sociais, são também inevitavelmente relações de poder” (1988:30).

Os investigadores dedicaram também alguma atenção ao **processo de selecção dos programas** no contexto familiar. A tomada de decisão acerca do que ver é necessária sobretudo quando várias pessoas querem ver TV ao mesmo tempo, e quando só há um aparelho receptor disponível. A questão de saber quem controla o aparelho e como são tomadas as decisões acerca do que ver, nem sempre foi muito consistente. No entanto, vários autores (cf. Lull, 1990b; Gunter e Svennevig, 1987) afirmam a existência de padrões de visionamento e de regras em relação ao uso da TV. Numa investigação conduzida por Lull em que o autor centrou a sua atenção sobre a forma como as famílias seleccionam os programas, observou-se que o pai era o membro da família que mais frequentemente tomava a decisão sobre o que ver na TV, seguido pelas crianças e em último lugar pela mãe. Porém, quando entrevistados sobre o mesmo assunto, os pais consideravam que eram as mulheres e os filhos que habitualmente decidiam sobre o que ver, enquanto que as crianças se consideravam a si próprias ou a um irmão como os que controlavam as escolhas. Foram também mencionados

casos em que havia consenso na selecção dos programas, mas a maior parte das vezes em que se registavam mudanças, estas aconteciam sem qualquer negociação. Ou seja: a maior parte das acções - escolher o programa, mudar de canal, desligar o televisor - eram executadas sem qualquer discussão e negociação. Lull concluiu então que o processo de tomada de decisão acerca do que ver não ocorre da mesma maneira em todas as famílias. Pode depender, por um lado, da forma como os elementos da família se relacionam e interagem e, por outro lado, dos estilos e das práticas educativas que os pais adoptam em relação aos filhos. Isto relaciona-se com a forma como é exercido e como é gerido o poder no seio da família, nomeadamente entre os adultos, entre pais e filhos e entre irmãos. Lull apurou também que os conflitos giravam normalmente em torno da escolha dos programas, da hora de deitar, e da adequação do programa à idade das crianças.

Os padrões de comunicação na família sugeridos por McLeod, foram utilizados com sucesso por Lull como um indicador que ajuda a explicar a variabilidade nas atitudes e actividades da família no processo de selecção de programas. Ao utilizar este modelo, Lull verificou que nas famílias em que as crianças são incentivadas a expressar livremente as suas opiniões e a questionar o que não compreendem (padrão de orientação social), as crianças vêem normalmente menos televisão, tendem a ser mais selectivas na forma como a usam e estão geralmente pouco satisfeitas com o uso da TV como forma de entretenimento familiar. Nas famílias que adoptam um sistema rígido e autoritário, e em que a opinião não é tolerada (padrão de orientação conceptual), as crianças tendem geralmente a ver mais televisão e a usá-la de uma forma não selectiva.

A televisão enquanto **fonte de conflitos familiares** tem também constituído um tópico de atenção para alguns investigadores (cf. Chalvon *et al.*, 1990; Lazar, s/d; Alexander, 1993). Mireille Chalvon *et al.* sustentam que, tendo em conta a utilização diversificada da TV no interior das famílias, aquela assume um duplo papel: gera conflitos mas é muitas vezes utilizada para os disfarçar; alimenta conversas mas também impõe o silêncio; favorece as relações entre as gerações mais novas, mas também cria ocasiões de reivindicação. Significa isto que sendo a televisão, por vezes, uma concorrente da família e do seu 'projecto educativo', noutras ela é uma aliada.

Chalvon *et al.*, na obra já citada, referem-se a um aspecto que, em nosso entender, é pouco considerado nos estudos sobre a relação família - televisão (e mesmo nos estudos sobre as

crianças e a televisão). Referimo-nos aos momentos de prazer que a televisão proporciona às famílias e às crianças; às emoções, às alegrias, às reacções de entusiasmo e de decepção, aos sonhos e aos anseios partilhados, e que criam, entre os membros da família, uma certa forma de comunicação. Dizem os autores: “*está-se, por um tempo, embarcado na mesma aventura e sente-se o mesmo prazer de uma emoção partilhada. Não é isto, de uma certa maneira, comunicar?*” (id.:67).

Se muitas vezes o consumo de TV é uma forma de evasão; se por vezes impõe o silêncio e gera conflitos, outras vezes, constitui uma companhia para a solidão, contribui para dissolver os conflitos, e permite ainda o acesso a informações (sobre acontecimentos, modos de vida, etc.).

Numerosas investigações puseram também em relevo que uma parte significativa do tempo passado pelas crianças (e mesmo pelos adultos) com a TV ligada, pelo menos quando não estão a ser transmitidos os programas que são realmente do seu interesse, é ocupado com a realização de **outras actividades**, como, por exemplo, brincar, conversar, comer, estudar, ler.

James Lull (1980) nos EUA, Patricia Palmer (1988) na Austrália, e Silverstone (1994) no Reino Unido, para além de terem constatado que as rotinas familiares são estruturadas em função da prática televisiva, verificaram também que o consumo televisivo concorre com outras actividades. James Lull relaciona este aspecto com o conceito de ‘ver com atenção’, sustentando que a natureza da ‘atenção’ deve ser relacionada com os ‘modos de ver’, com as práticas dos sistemas televisivos²⁷ e com o prazer de ver.

A realização simultânea de outras actividades tem sido relacionada com o modo como muitas crianças pequenas vêem televisão - “*de uma maneira intermitente, com pequenas distrações e interrupções*” (Brederode Santos, 1991:65), - e com o modo como compreendem a narrativa - “*como uma sucessão de pequenos episódios mais do que como um todo com episódios englobados*” (id.:ib.). A realização do teste de atenção ao programa *Jardim da Celeste*, um programa televisivo destinado à infância (2-6 anos) em exibição no Canal 1 da RTP a partir de Setembro de 1997, teve como pressuposto que “*a atenção visual das crianças a um programa de televisão tem sido considerada senão um indicador do*

²⁷ Lull explica este aspecto referindo que nos EUA, por exemplo, o aparecimento frequente de anúncios publicitários pode estimular padrões descontínuos de ver, podendo esta situação não se verificar, ou verificar-se de outra forma, noutros países.

agrado e interesse despertados nas crianças por esse programa, pelo menos uma condição necessária para que a criança compreenda bem o programa e o aprecie” (RTP, 1997).

2. Televisão e Interação Familiar

A televisão tem sido desde sempre acusada de perturbar a vida familiar, em particular de reduzir a interação e de prejudicar a comunicação entre os membros da família. Contudo, nem todas as pesquisas evidenciaram uma influência negativa da TV na interação familiar.

Um contributo importante para o estudo da interação da família com os media foi o já referido trabalho de McLeod e Chaffee formulado nos anos 70 (cuja tipologia, recorde-se, se baseia no padrão de orientação social e no padrão de orientação conceptual) e que procurou mostrar como a natureza da comunicação interpessoal na família afecta o uso e a interação com a televisão. De acordo com Alexander (1990) este modelo foi o mais utilizado na investigação em comunicação de massas para analisar os padrões de comunicação na família, tendo sido usado extensivamente como uma variável de mediação na análise dos efeitos dos media na interação familiar.

A partir da investigação iniciada nos anos 80, o estudo da relação da família com os media tornou-se central. A emergência de novas perspectivas representou um desafio à suposição de que o consumo dos media era um acto individual (como por exemplo ler um livro ou um jornal), de alguém posicionado em frente ao ecrã num espaço mais ou menos privado. A investigação qualitativa permitiu então considerar as complexas formas através das quais a TV se tornou parte da vida quotidiana, como se ajusta aos padrões das relações familiares e como o seu lugar na família varia de cultura para cultura (Allen,1992 in Alexander, 1993:55). Exemplos deste tipo de investigações são os já citados trabalhos de Lull e Morley.

Alexander (1994) sustenta que a maior parte do tempo em que os membros da família estão juntos, estão também na presença da televisão pelo que, no mínimo, esta define parcialmente o contexto em que ocorre a interação familiar e, dessa forma, ajuda a determinar o sentido dessa interação. Para o autor, os padrões de interação no contexto da actividade televisiva podem variar na e entre famílias. O consumo dos media ocorre dentro do sistema familiar, contribuindo para construir esse mesmo sistema. Alexander (1993) considera que o contexto da prática televisiva não é facilmente definido: se numa determinada família

ver televisão pode contextualizar a interacção, isto é, quando está a ver, a família focaliza-se na televisão e define a sua actividade como ‘ver televisão’, noutra família, a televisão pode estar ligada, mas a actividade é definida de forma diferente, como por exemplo, passar o tempo juntos, realizar o trabalho doméstico, ou mesmo, conversar. Não é portanto, possível considerar que as práticas televisivas sejam análogas a todas as famílias. O mesmo se pode dizer em relação ao uso da televisão, isto é, à forma como a família constrói o sentido da televisão. Como nota Irene Goodman (in Morley, 1986: 23), *“cada família interpreta a televisão nos seus próprios termos, vê através das suas próprias regras familiares. É uma espécie de processo de assimilação / acomodação da família”*. Podemos então afirmar que os usos da TV são mediados por um conjunto de factores presentes no sistema familiar, e que a televisão pode servir um conjunto diverso de usos e funções.

Bryce e Leichter (1983) consideram que *“directa ou indirectamente a televisão proporciona bases para a interacção familiar”* e que pode influencia-la mesmo quando os membros da família não estão a ver TV e até mesmo quando não estão em casa. Ou seja: os media podem desencadear processos de interacção não apenas no momento do consumo, mas também em muitas outras situações de interacção separadas no espaço e no tempo relativamente ao contexto de recepção, situações essas também importantes para o estudo e análise do papel dos media na família.

Zolinda Stoneman e Gene Brody (1981) desenvolveram uma ‘perspectiva contextualista’ para estudar a influência da actividade televisiva nas interacções familiares. Consideraram que a maior parte da investigação desenvolvida sobre a actividade televisiva se debruçou sobre os efeitos directos da TV nas crianças, e que uma das suas maiores limitações foi centrar-se na criança individual, tendo dado pouca atenção à possibilidade da televisão influenciar as relações familiares e o processo de socialização no interior da família. Nesse sentido, as autoras procuraram desenvolver um modelo da actividade televisiva sensível aos diferentes níveis de atenção que os membros da família prestam a diferentes tipos de programas.

Stoneman e Brody começaram por rejeitar a ideia de que a TV domine simplesmente a vida da família, procurando então estudar como é que a actividade televisiva influencia os padrões de interacção familiar, e mais concretamente, como é que o processo de interacção se modifica em função de diferentes tipos de programas. Os resultados da pesquisa sugerem que

os programas televisivos que os membros da família escolhem para ver ajudam a organizar a interacção na família. Dizem as autoras: “*em alguns casos a programação televisiva fará diminuir a interacção entre alguns membros; noutros casos, um outro programa poderá aumentar ou manter a interacção. Isto é, a actividade televisiva ocorre em diferentes contextos, cada um pode criar diferentes padrões de interacção familiar*” (id.:330).

Segundo as autoras, a *saliência* de um programa é determinada por um conjunto de parâmetros pessoais e contextuais. Descrevem as ‘variáveis pessoais’, como as capacidades de processamento da informação; as expectativas em relação aos papéis sociais dos membros da família; os factores emocionais; e o interesse e a relevância do conteúdo do programa. Nas ‘variáveis contextuais’, incluem a realização simultânea de outras actividades; a organização do meio físico, as pessoas que estão presentes no momento, e as características do programa. Stoneman e Brody consideram que estas variáveis operam conjuntamente e que uma mudança numa variável pessoal ou contextual afecta a *saliência* do programa.

Neste estudo as autoras analisaram também os papéis sociais que os diferentes membros da família assumem no contexto da actividade tendo concluído, por exemplo, que as mães assumem o papel de supervisor quando vêem TV com os filhos, e que os pais, por seu lado, assumem o papel de companheiro.

Um outro aspecto interessante da pesquisa destas investigadoras é o estudo que fazem acerca das diferentes funções da televisão na família. Entre algumas dessas funções, verificaram o uso da televisão pelos pais como ‘babysitter’ para crianças em estado fatigado, procurando assim evitar qualquer tipo de conflito que possa surgir. Notaram também uma tendência dos membros da família para estarem sentados em frente ao ecrã, por longos períodos de tempo, vendo televisão apenas como uma forma de se ‘desligarem’ dos outros membros da família. Esta conclusão vem claramente no mesmo sentido das reflexões de Bausinger (1984:344) ao defender que ligar a televisão não significa necessariamente querer ver televisão. Como ele próprio nota, “*carregar no botão não significa ‘eu gostaria de ver isto’ mas antes ‘eu gostaria de não ver nem de ouvir nada’, ou ‘eu não quero falar com ninguém’*”. Bausinger oferece-nos algumas ideias gerais acerca dos modos como o conteúdo dos meios de comunicação se integram nas práticas comunicativas diárias e nas formas de interdiscursividade. Defende que a análise dos meios de comunicação precisa de ser elaborada não como um qualquer *media* isolado, mas como o conjunto dos meios de comunicação do lar. Considera que, em geral, os meios de comunicação são parte integrante do quotidiano das

famílias, de maneira que, os processos de ver, ouvir e ler, para além do momento imediato do consumo, estendem-se a um processo mais amplo de conversação e de diálogo.

Relativamente à realidade portuguesa, e no que diz respeito à interacção entre pais - filhos - televisão, dispomos de alguns dados que Brederode Santos (1991) apurou na avaliação que realizou à 1ª série do programa «Rua Sésamo». A autora coloca a hipótese de *“o mais importante para a aprendizagem da criança não ser tanto o facto de esta ver ou não o programa acompanhada, mas sim de os pais o verem, podendo existir uma interacção entre eles depois e não só durante o programa”* (id.:95).

Esta hipótese surge depois de ter observado crianças que nem sempre apreciavam as intervenções das suas mães (comentários, perguntas) quando viam o programa com elas. Esta situação aconteceu sobretudo com crianças que viam o programa com muita atenção, não gostando de ser interrompidas. Contudo, isto não significa que não gostem de ver TV acompanhadas pelos pais, aliás, vários autores sublinham a gratificação e a segurança afectiva que as crianças sentem quando vêem TV nestas condições, preferindo que esteja sempre alguém presente ou, pelo menos, próximo. Patricia Palmer (1988) constatou, inclusive, que as crianças mencionavam os animais como ‘pessoas’ com quem viam televisão (algumas até descreviam os hábitos televisivos dos animais). Palmer constatou que as crianças brincavam com os animais ou alimentavam-nos durante os intervalos dos programas, mas o que acontecia com mais frequência era estarem ambos sentados perto e em contacto físico. A presença dos animais parecia ajudar as crianças a concentrarem-se, proporcionando-lhes companhia e alguma coisa para tocar.

Retomando o trabalho sobre o programa Rua Sésamo, Brederode Santos apresenta também alguns dados acerca do modo como a criança vê o programa e acerca das interacções com os pais, ou mesmo entre elas.

Relativamente ao modo como vêem, a autora refere que “cerca de 30% das crianças tendem a ver o programa sozinhas e cerca de 70% vêem-no acompanhadas dos irmãos (34,1%), de um dos pais (21,8%), ou de «outros». Nas zonas rurais, a tendência é para as crianças verem o programa principalmente com o irmão ou irmã (48,4%), sozinhas (25,8%), ou com os pais (16%). Nas zonas urbanas, a tendência é para as crianças verem o programa sozinhas (40%), com os pais (35%) e apenas 10% o vêem com o irmão ou irmã. São os pais

das crianças de 3 anos que mais vêem o programa com elas. As crianças com mais de 6 anos normalmente vêem o programa sozinhas ou com os irmãos” (*id.*:95).

No que concerne às interações, quando questionou os pais sobre se conversavam com as crianças acerca do programa (conversas, comentários, fazer perguntas, pedir explicações, jogar), Brederode Santos apurou que “*mais de 95% dos pais lembraram-se de terem tido este tipo de interações com as crianças: na sua maioria conversas (35%9, depois perguntas e dúvidas e, por fim, jogos (19%)*” Ao cruzar estas respostas com o nível sócio-económico dos pais, verificou as seguintes tendências: “*«conversas e comentários» são mencionados mais vezes pelos pais de nível sócio-económico alto e vão diminuindo com o nível sócio-económico dos pais. «Fazer perguntas» e «explicar dúvidas» seguem o mesmo padrão, enquanto que «jogos» seguem o padrão oposto*” (*id.*:96).

A natureza da relação existente entre o adulto e a criança foi também analisada: “*os pais mencionavam mais vezes as categorias de «fazer perguntas» e «dar explicações», do que as mães, que falavam apenas em «ter conversas». «Jogos» parece ser a categoria mais comum com os irmãos e os avós*”. (*id.*: *ib.*).

Estes dados, como a própria autora constata, sugerem-nos uma observação imediata: ter conversas acerca do programa não parece ser uma categoria que varie muito, quer a criança veja o programa sozinha ou acompanhada; mas fazer perguntas e pedir explicações são categorias cuja frequência aumenta quando a criança vê o programa com os pais ou com outras crianças.

Consideramos que os resultados desta investigação empírica, apesar de se referirem apenas a um programa televisivo específico (o *Rua Sésamo*), e não à televisão em geral, são dados relevantes a ter em conta na análise dos resultados da pesquisa empírica desenvolvida no âmbito deste trabalho, até porque dizem respeito à realidade portuguesa, e a crianças na faixa etária dos 3 - 6 anos.

Para terminar este ponto, gostaríamos ainda de fazer uma referência ao livro editado por Philip Simpson, *Parents Talking Television* (1987), uma obra que, como o próprio título indica, apresenta as opiniões de alguns pais britânicos, baseadas nas suas próprias experiências, sobre o significado da televisão na vida familiar.²⁸ Esta análise autobiográfica

²⁸ O autor apresenta depoimentos de 12 famílias, escritos pelas próprias. Não pretendendo elaborar um trabalho estatisticamente representativo, Simpson seleccionou arbitrariamente famílias que estivessem dispostas e

serve para iluminar a forma como algumas famílias interagem com a televisão no espaço doméstico.

Eis então algumas reflexões gerais que as experiências relatadas pelos pais nos suscitam, e que, de certa forma, confirmam as conclusões dos estudos apresentados e discutidos anteriormente:

- a maior parte das famílias falam do contributo positivo que a TV proporciona ao nível da relação com os filhos;

- constata-se que os usos da televisão mudam com a idade e que os interesses dos próprios membros da família também mudam, e que a TV serve diferentes funções e desperta diferentes sensibilidades de uma geração para a outra;

- no lar, as rotinas relacionadas com as refeições, o sono, as tarefas domésticas e os trabalhos escolares, as conversas, desenvolvem-se tendo frequentemente em conta o horário da programação televisiva e são, por vezes, reguladas e transformadas pela TV. Com alguma indignação, falam da TV como estando ‘simplesmente lá’, mas que conforta ou irrita, e acompanha as rotinas e as ‘crises’ da família;

- referem que ‘ver TV’ pode por vezes ser o único tempo que todos os membros da família passam juntos, pode mesmo ser a única experiência agradável que partilham entre si;

- em relação às crianças mais pequenas, a preocupação dos pais relativamente a determinados conteúdos dos programas (sobretudo a violência), é expressa através da censura desses programas, e através de julgamentos pontuais. Por exemplo, quando é ou não permitido os filhos verem determinado programa, quando falar com eles acerca do que estão a ver ou quando ‘deixar passar’ e esperar por um comentário das crianças. Estar a par do que as crianças vêem e assumir isso como uma atitude e uma prática importante e desejável nem sempre acontece ou é possível. A capacidade da televisão proporcionar o que muitas mães consideram como as suas próprias ‘obrigações’, constitui, para muitas, uma fonte de ansiedade que advém da tomada de consciência de que devem atender e responder, em todas as circunstâncias e em todos os tempos, às solicitações dos filhos. Quando a televisão é utilizada para facilitar esta tarefa, ou quando é utilizada frequentemente como *babysitter*, e como único meio de entretenimento, as mães questionam-se com alguma culpa, se as crianças

tivessem disponibilidade para escrever acerca das suas experiências com a TV. Preocupou-se também em escolher pais em diferentes circunstâncias familiares: pais solteiros, pais só com um filho, e famílias nucleares. A maioria dos pais têm entre 30-40 anos, e as idades das crianças situam-se entre os 2 e os 17 anos. Muitos dos

não estarão a ver muito tempo TV, se não estarão a ‘empurrá-las’ para a cama mais cedo porque querem ver descansadas determinado programa, etc.;

- os pais consideram que a TV é uma actividade preferida em relação, por exemplo, ao brincar e à leitura, mas consideram que também estimula a brincadeira e a leitura, e proporciona momentos de prazer como o fazem outras actividades;

- quando é necessário encontrar outras formas de entretenimento, de prazer e de conhecimento para além da TV, os pais consideram que são eles próprios que devem oferecer aos filhos alternativas; desligar a TV não é, necessariamente, a melhor resposta, ou mesmo um bom começo.

Sintetizando os estudos destes vários autores, uma conclusão principal, é que a televisão serve um conjunto quase ilimitado de usos e funções: os membros da família podem ver televisão para estarem juntos ou para se afastarem; como base de conversa ou para a evitar; pode ser uma fonte de conflitos ou um escape para eles. Em alguns casos, pode diminuir a interacção familiar; noutros, pode contribuir para iniciar processos de interacção. Ou seja: o contexto da actividade televisiva pode criar diferentes padrões de interacção familiar e esta, por sua vez, pode conduzir a diferentes usos da televisão. Os estilos de vidas são, portanto, condicionantes dos usos da televisão, mas são também influenciados por estes usos.

As relações interpessoais no seio familiar parecem desempenhar um papel importante ao nível das práticas televisivas - na escolha dos programas, nas conversas que precedem, acompanham ou seguem os programas, assim como ao nível da atenção - selecção - interpretação/compreensão - assimilação/integração - apropriação e atribuição de sentido às mensagens televisivas.

As práticas televisivas têm como referência um contexto imediato (normalmente a família), mas são também influenciadas (e influenciam) o contexto mais vasto em que os sujeitos telespectadores estão envolvidos.

contributos são de pessoas envolvidas profissionalmente com a televisão, o que afecta a forma como pensam acerca da TV, como concebem a relação dos seus filhos com este *media* e o lugar que ocupa na vida da família.

3. Usos Sociais da Televisão

James Lull (1980), a partir de uma investigação etnográfica que envolveu cerca de 200 famílias, elaborou uma tipologia dos usos sociais da televisão na família²⁹. Considera que os usos da televisão no lar são basicamente de dois tipos: estruturais e relacionais (a figura 3.1 sistematiza esta tipologia).

Na categoria estrutural, Lull inclui o uso da TV como um ‘recurso do ambiente’ - para criar um fluxo constante de ‘ruído de fundo’ que se destaca para primeiro plano quando os indivíduos ou grupos o desejam; que serve de ‘companhia’ na realização das tarefas domésticas e das rotinas do lar, e que serve também frequentemente a função de entretenimento da família. Ainda nesta dimensão, a TV é considerada como ‘reguladora’: pontua o tempo e as actividades da família, tais como a hora das refeições, a hora de deitar, os períodos de trabalho doméstico, e regula os padrões de conversa que são influenciados pelos ritmos da programação. O autor considera que estes usos diferem de família para família porque os grupos familiares diferem no número de elementos presentes, difere o número de aparelhos de televisão existente em cada lar, o espaço da casa, etc.. Estes aspectos são ainda influenciados por outros factores estruturais tais como a classe social, o nível de instrução, o meio de habitação, entre outros.

Os usos relacionais estão mais integrados em processos particulares de interacção da família e em situações interpessoais específicas. O interesse não é tanto com o ambiente geral da casa, mas principalmente com as relações específicas que os membros da família estabelecem e mantêm entre si. A relação marido-esposa, a relação pais-filhos e a interacção entre irmãos, estão entre os domínios interpessoais em que estes usos sociais actuam.

²⁹ Lull considera que se esta tipologia não tivesse sido construída com o recurso a métodos empíricos qualitativos - observações dos processos de interacção humana no contexto familiar - determinados níveis não teriam sido identificados (por exemplo, a categoria competência/domínio), porque alguns dos usos estão mais implícitos do que explícitos no discurso da família.

Esta categoria inclui quatro níveis: facilitação da comunicação, ligação/evitação, aprendizagem social e competência/domínio³⁰.

O primeiro nível refere-se ao papel da televisão como ‘facilitadora da comunicação’: as personagens, as histórias e os temas dos programas televisivos são utilizados para facilitar a conversa entre os telespectadores, não só em casa como no emprego, na escola, etc.. Os conteúdos televisivos são mencionados frequentemente pelas crianças para darem exemplos de algo que estão a tentar explicar. A televisão é também frequentemente usada como referência pelos adultos.

O segundo nível diz respeito à criação de oportunidades para manter ou evitar o contacto interpessoal. Ver televisão pode ser, para a família, um momento de relaxar, de promover a harmonia e de reduzir os conflitos interpessoais, pelo menos durante o período de tempo em que decorre essa actividade. Pode também ser um escape, não apenas aos problemas ou responsabilidades individuais, mas ao próprio meio social. Lull preocupa-se em sublinhar que nesta análise não devemos ‘pintar um quadro’ em que a família surge como realidade fixa e estática diante da televisão, mas que devemos antes considerar ‘ver televisão’ como uma actividade dinâmica e descontínua.

A ‘aprendizagem social’ é outro nível dos usos relacionais. O autor sustenta que há uma correspondência entre as aprendizagens que se realizam a partir da TV e usos sociais. Considera que as (maiores ou menores) oportunidades de aprendizagem dependem dos usos que se faz da televisão. Importa sublinhar que a aprendizagem realizada através do meio televisivo, pode não ser realizada directamente pelas crianças, mas pode ser mediada pelos pais.

A ‘competência e o domínio’ é o quarto nível. Lull considera que a actividade televisiva envolve diferentes formas e estratégias de domínio interpessoal. Estas são utilizadas frequentemente pelos membros da família para demonstrarem as suas competências pessoais numa área ou noutra, e para estabelecerem ou reforçarem o poder pessoal. A TV é também utilizada, em algumas famílias, como recurso para exercer a autoridade, e como recompensa ou como castigo.

³⁰ Lull considera estes quatro níveis ordinais e interdependentes (1990b:45). Refere que a exclusividade das categorias não é absoluta, podendo ser levantados argumentos no sentido de as expandir ou modificar pois há determinados comportamentos que podem ser classificados numa ou noutra categoria ou em mais que uma simultaneamente. Por exemplo: a primeira categoria, ‘facilitação da comunicação’, pode fazer parte, fundamentadamente, das outras três categorias, mas também pode ser considerada separadamente. A categoria ‘ligação/evitação’ pode também envolver a demonstração da competência pessoal. A ‘aprendizagem social’ através da televisão pode também ser exigida em ordem a demonstrar um papel de competência na família. A exibição de papéis de competência pode também implicar estratégias de domínio interpessoal, etc..

FIGURA 3.1
TIPOLOGIA DOS USOS SOCIAIS DA TELEVISÃO

USOS ESTRUTURAIS	
AMBIENTE:	ruído de fundo, companhia, entretenimento
REGULAÇÃO:	marcar o tempo, padrões de conversação e planeamento de actividades
USOS RELACIONAIS	
FACILITAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:	pretexto e tema de conversa, ilustração da experiência (opiniões e posições), redução da ansiedade
LIGAÇÃO/EVITAÇÃO (ESCAPE):	recurso para estabelecer, dificultar ou evitar o contacto físico e verbal, aumento da coesão familiar, proporcionando a desconstracção da família e reduzindo tensões e conflitos
APRENDIZAGEM SOCIAL:	tomada de decisões, modelação de comportamentos, resolução de problemas, transmissão de valores, disseminação da informação
COMPETÊNCIA/DOMÍNIO:	substituição e reforço de papéis, validação e facilitação de argumentos, exercício da autoridade

FONTE: LULL, James (1990b), 'The Social Uses of Television', in LULL, J., *Inside Family Viewing*, London / New York: Routledge, p. 36

Esta tipologia é útil para organizar e descrever alguns aspectos da relação entre a televisão e as interacções da família. Importa considerar, que a presença da TV no quotidiano da vida familiar é uma construção das famílias, e os usos sociais da TV são partes dessa construção. Lull refere que tanto os usos estruturais como os usos relacionais são construídos pelos membros das famílias e não pela televisão, pois *“eles são os únicos que ligam o aparelho receptor e que controlam as suas próprias agendas da actividade televisiva”* (1990b:60).

Ao construir a sua tipologia, Lull privilegiou mais os contextos interpessoais do que os telespectadores individuais, e levantou algumas questões inovadoras acerca do diferencial na distribuição do poder entre os telespectadores no contexto familiar.

4. ‘Extensões’ da Prática Televisiva

James Lull (1990b:151-173) desenvolve uma perspectiva teórica para analisar a actividade das audiências da televisão. Sustenta que os padrões de envolvimento da audiência com a TV são manifestações do nível microsocial (família) e do nível macrosocial (cultura). Isto significa que os usos sociais da TV interagem, por um lado, com normas mais amplas da sociedade e, por outro, com os padrões de interacção do círculo familiar.

O conceito - chave, *extensão*, utilizado pelo autor é (re)tomado do trabalho de Marshall McLuhan que, há mais de trinta anos, descreveu os *mass media* como prolongamentos dos sentidos do homem, alterando assim as formas de percepção e da relação humana. Partindo então deste conceito, Lull apresenta uma ‘tipologia das extensões’³¹ da TV baseada em três níveis: a cultura, a casa e a pessoa.

Ao apresentar estes três níveis, Lull não só considera a forma como a audiência usa a TV para responder aos seus interesses individuais e familiares, como também considera as formas como a TV interage com as práticas quotidianas e com valores sociais e culturais mais amplos. Analisemos cada um dos níveis.

Cultura: este nível refere-se ao contexto social mais amplo em que a família está inserida. Os padrões culturais são normativos, isto é, representam os valores e as práticas fundamentais aceites pela sociedade, e servem de referência para a construção de regras e normas que orientam a vida quotidiana familiar. Os padrões culturais de uma dada sociedade influenciam a forma como a televisão é integrada e utilizada nas famílias. Por outro lado, os valores sociais, culturais, económicos e políticos dominantes numa sociedade influenciam a própria política e organização do sistema dos media.

Casa: a actividade de ver TV ocorre predominantemente em casa, no seio da família, numa “*mistura complexa de pessoas, papéis sociais, relações de poder, actividades de rotina,*

³¹ O conceito de ‘extensão’ é também utilizado por Leoncio de Barros (1988) na Venezuela. Barros considera que o envolvimento que as crianças têm com a TV é uma ‘extensão’ do brincar. Sustenta que as crianças, ao trazerem os seus brinquedos para perto do aparelho de TV, e ao dispô-los diante dele, definem a TV como um brinquedo. Nos momentos em que brincam, alternam a sua atenção entre todos os brinquedos, incluindo a TV. Esta não é apenas uma extensão das brincadeiras das crianças, mas também uma extensão das suas estruturas mentais - elas prestam atenção, pontual ou simultaneamente, consoante os novos estímulos. A capacidade das crianças realizarem os seus trabalhos de casa escolares na presença da televisão exemplifica, segundo o autor, esta capacidade de integração da criança.

processos de comunicação interpessoal, e de factores ecológicos que caracterizam o meio” (Lull, 1990b:159). Ver televisão e falar acerca do que se viu, são ‘extensões’ das formas de comunicação interpessoal que ocorre entre os membros da família. O tempo de consumo, os modos de ver, os programas vistos, o seu significado e a respectiva relação com outras actividades da família, são aspectos que são influenciados por um conjunto de circunstâncias (por exemplo económicas) da família. A título de exemplo: Jan-Uwe Rogge e Klaus Jensen (1988) na Alemanha e David Morley (1986) na Inglaterra, mostraram, nas suas investigações, como o desemprego tem um efeito dramático nos estilos e nos hábitos de ver TV. Para um indivíduo desempregado, a TV pode servir como um escape, uma compensação ou uma ‘regressão’, utilizando o termo de Rogge e Jensen. De acordo com Morley, a comunicação e as relações emocionais entre marido e mulher também mudam quando o marido está desempregado, verificando-se, nesses casos, uma maior negociação ao nível das formas de ver televisão.

Pessoa: neste terceiro nível Lull chama a atenção para o facto dos estudos sobre a família considerarem-na como uma ‘unidade’ ou como um ‘sistema’, havendo no entanto necessidade de contemplar os diferentes interesses e necessidades individuais dos membros da família. Considera que se deve atender ao facto de, na maior parte das vezes, a família não actuar como um grupo ‘harmonioso’ quando está a ver TV (acontece, por exemplo, quando o homem e a mulher têm modos de ver distintos, quando não têm os mesmos gostos e preferências ao nível dos programas, etc.).

Entre os diferentes factores que podem influenciar a experiência televisiva das pessoas, o autor salienta a idade, o sexo, as emoções, fantasias, prazeres, medos que os programas televisivos podem desencadear, e os motivos porque se vê (por interesses pessoais, vocacionais, profissionais; para passar o tempo, para relaxar, como entretenimento, como escape, como ocupação do tempo livre).

O conceito de *extensão* é considerado por Lull como um conceito dialéctico e dinâmico, que incorpora a reprodução dos níveis da cultura, da casa e do indivíduo, mas envolvendo mudanças constantes, estimuladas pelas influências que são introduzidas naqueles três níveis.

A ‘perspectiva das extensões’ de James Lull permite organizar e compreender alguns aspectos chave do envolvimento da audiência com a televisão.

Quando em alguns estudos parece emergir uma certa ideia ou uma certa tendência para considerar a actividade de ver TV como uma actividade homogénea, comum a todas as famílias, Lull mostra-nos *que “as famílias do mundo vêem televisão distintamente no seio das suas próprias culturas” (id.:172).*

As vantagens desta perspectiva de Lull residem, em nossa opinião, nos seguintes aspectos:

- os membros da família são considerados construtores activos das suas vidas quotidianas e, consequentemente, das suas práticas televisivas;
- o telespectador é considerado não só como sujeito activo em relação à televisão, mas também como agente social e participante de uma determinada cultura;
- o sistema televisivo não é considerado apenas na sua dimensão tecnológica, mas considerado segundo uma perspectiva sistémica e dos contextos sociais da sua produção e dos seus usos sociais;
- a actividade de ver televisão, no contexto familiar, pode ser influenciada por um conjunto de factores que dizem respeito ao próprio meio televisivo e ao contexto social em que ocorre;
- são consideradas as diferentes formas como as famílias vêem televisão: entre os membros de uma mesma família, e entre famílias de diferentes contextos sociais e culturais.

4. Mediação da Televisão na Família

O Conceito de Mediação

O conceito de mediação tem sido objecto de diferentes conceptualizações.

James Watson considera que *“todos nós somos mediadores: usando os significados da comunicação, reconstruímos a realidade tal como a percebemos - embora nem sempre de forma consciente” (1985:28).*

O próprio trabalho dos *media* é, por natureza, um trabalho de construção social e de representação (por exemplo, a televisão representa com frequência a própria vida familiar). A sua participação na elaboração da representação do que acontece no mundo, na selecção de

determinados acontecimentos para torná-los públicos, são mediações próprias dos meios de comunicação social, daí que sejam considerados uma realidade socialmente construída.

McQuail considera a instituição dos meios de comunicação social como “*essencialmente intermediária e mediadora*”. Diz o autor: “*estas instituições são intermediárias em vários sentidos: interpõem-se com frequência entre nós (os receptores) e o mundo da experiência situado mais além da percepção e do contacto directo; às vezes, situam-se entre nós e as outras instituições com que nos relacionamos (igreja, estado, justiça, indústria, etc.) e proporcionam também um vínculo entre essas mesmas instituições. Medeiam no sentido em que são canais para que outros contactem connosco e no sentido de que as nossas relações com as pessoas, objectos, organizações e acontecimentos estão conformados pelos conhecimentos que adquirimos através dos meios de comunicação social*” (1983:60/61).

McQuail sustenta que os meios de comunicação social devem ser pensados não tanto como *janelas* (abertas à experiência) mas antes como *filtros*, uma vez que apresentam uma visão restringida da realidade social, dado que cumprem as suas funções de seleccionar, interpretar, e re-presentar os acontecimentos.

Martín-Barbero (1987) considera a mediação como instância cultural através da qual o público dos media produz e se apropria do significado e do sentido do processo comunicativo.

Martín Serrano (1987) define-a como o resultado do controlo social na reprodução do real para a audiência dos meios. Este autor relacionou o conceito de mediação com as práticas comunicativas específicas da audiência como um processo estruturante, envolvendo três dimensões: socialidade, ritualidade e tecnicidade.

Desmond *et al.* (1985:463) consideram a mediação como “*qualquer esforço activo por parte dos pais, e de outros, para traduzir as complexidades do meio físico e social, incluindo o meio televisivo, em termos capazes de serem entendidos pelas crianças nos vários níveis de desenvolvimento cognitivo*”.

Bryce e Leichter (1983:310) entendem por mediação os “*processos através dos quais a família (ou outras instituições) filtra as influências educacionais, protege, interpreta, critica, reforça, complementa, contradiz, reage e transforma*”.

Corder-Bolz (1980) operacionalizou o conceito em termos de mediação verbal explícita (do adulto para as crianças), o que constitui apenas uma forma de mediação que pode ocorrer na família. O autor considera que os pais ou ‘outros significativos’ podem influenciar a

aprendizagem que as crianças fazem da televisão, proporcionando-lhes um comentário verbal sobre o conteúdo do programa.

A abordagem ao conceito de mediação no nosso estudo segue as orientações de Desmond *et al.* e de Bryce e Leichter . Assim sendo, propomos que se entenda por **mediação** os processos através dos quais os pais (e ‘outros significativos’), ajudam as crianças a filtrar, diluir, confrontar, interpretar e atribuir significado aos conteúdos dos media [mediatizados]. Só através do confronto das suas [das crianças] percepções e interpretações das mensagens recebidas, pode emergir uma «competência» activa, crítica e criativa (e criadora) face à televisão. É pois um processo estruturante da experiência televisiva da criança.

Formas de Mediação em Relação à Televisão

Foram identificadas na literatura (Weaver e Barbour, 1992) três dimensões distintas da mediação da televisão exercida na família:

a) Mediação Restritiva³²: ocorre quando os pais controlam (limitando) a actividade televisiva das crianças em termos de tempo, de conteúdos e de tipos de programas que elas podem ou não podem ver. Envolve a implementação e a execução de regras em relação à actividade televisiva da criança.

Segundo James Lull (1990b:67-82), as regras que as famílias estipulam, e que regulam as suas experiências, são uma *extensão* das regras implementadas na vida quotidiana. O autor considera que as regras da actividade televisiva dizem respeito à quantidade de tempo de consumo e aos momentos em que se pode ver televisão; aos conteúdos dos programas e ao processo da respectiva selecção; às actividades que podem ser realizadas

³² Weaver e Barbour, baseando-se na interpretação dos estudos desenvolvidos referem que esta forma de mediação é a mais utilizada pelos pais para controlar a actividade televisiva das crianças, mas consideram que a mediação não-focalizada é a que ocorre com mais frequência.

simultaneamente; e ao uso da TV como castigo ou recompensa. distingue três tipos de regras - habituais, paramétricas e tácticas³³

b) Mediação Avaliativa: este tipo de mediação ocorre quando os pais e as crianças vêem televisão com um objectivo, discutem e interpretam os programas com as crianças. Este tipo de mediação proporciona às crianças uma compreensão crítica da televisão.

c) Mediação Não-Focalizada: é o mesmo que mediação indirecta. Inclui as opiniões e posições dos pais acerca da TV em geral, e comentários genéricos a programas específicos, durante e após o visionamento. Compreende os hábitos e as atitudes dos pais em relação à TV. É a mediação pelo exemplo, pela observação. Exige pouco ou nenhum envolvimento por parte dos pais. Consequentemente, é casual, não deliberada. Vários investigadores sustentam que a grande parte das situações de visionamento em conjunto envolve este tipo de mediação (cf. Dorr *et al.*, 1989).

A análise destas formas de mediação sugere-nos que a restritiva e a avaliativa são **formas directas de mediação** pois exigem uma intervenção deliberada por parte dos pais (ou de quem exerce a mediação). A não-focalizada, pelo que foi referido, é **uma forma de mediação indirecta**. Mas, mediação directa não significa necessariamente **mediação activa**. Esta exige intenção, exige uma estratégia para discutir, explicar, interpretar, confrontar os conteúdos dos programas televisivos; implica envolvimento, participação, e quase sempre o visionamento em conjunto. Ver televisão com as crianças origina mais oportunidades de discussão e de confronto de percepções. Será por vezes a oportunidade de esclarecer o que está a acontecer, outras vezes envolverá outro tipo de comentários e de questões. As maiores vantagens surgem

³³ **Habituais**: estão representadas nos padrões de interacção humana quotidiana; ocorrem de forma automática, regular, habitual. São normalmente instituídas pelos pais ou por irmãos mais velhos e têm carácter normativo para a família; não são negociadas ou modificadas através da interacção. **Paramétricas**: diferem das habituais porque quem interage tem oportunidade de, dentro de determinados parâmetros, escolher uma alternativa entre o conjunto das actividades permitidas. O exemplo mais comum e claro é a negociação das preferências de um programa televisivo ou o tempo de ver. Os parâmetros referem-se a escolhas que são permitidas (tempo, tipo de programas) ou aos contributos que podem ser dados na selecção dos programas. Este tipo de regras permite mudanças que resultam de uma negociação, mas o conjunto das alternativas permitidas são prescritas autoritariamente. **Tácticas**: Aparecem na interacção humana para alcançar certos objectivos pessoais ou interpessoais que existem para lá do contexto imediato do consumo dos media.

provavelmente das acções e interacções associadas, facilitadas ou motivadas pelo ver em conjunto.

Em relação às formas directa / indirecta de mediação em relação à televisão, ambas assumem elevada importância e influência nas experiências televisivas das crianças, tal como vários autores sustentam. Contudo, diversos autores defendem que a mediação activa, as interacções directas e intencionais, são as mais determinantes do processo de mediação, as mais consequentes na forma como as crianças interpretam, compreendem e se apropriam dos conteúdos televisivos e nas aprendizagens que podem realizar através da televisão. Quanto mais directa e deliberada for a mediação, mais efectiva será.

Gostaríamos ainda de sublinhar que estas formas de mediação não são, na nossa perspectiva, estanques. Numa família pode ocorrer um determinado tipo de mediação ou uma combinação dos três. Dada a necessidade de identificar a(s) forma(s) de mediação predominante(s) nas famílias, fá-lo-emos com base na regularidade com que ocorrem no contexto familiar.

Factores que Influenciam a Mediação

Tal como temos vindo a referir ao longo do trabalho, a actividade televisiva decorre predominantemente no contexto familiar pelo que parece razoável considerar que as características desse contexto podem afectar as práticas televisivas das crianças. Assim sendo, seguimos Weaver e Barbour (1992), quando consideram como factores que influenciam a mediação, as características da estrutura familiar; as características dos pais; as características das crianças; e a acessibilidade televisiva. Estes factores não são independentes; as suas interacções são complexas. Analisemos cada um deles.

a) Características da estrutura familiar: Weaver e Barbour consideram que numa família o número de pais ou outros adultos, o número e as idades dos irmãos, a frequência e o tipo de interacções e actividades dentro e fora do contexto familiar podem afectar as práticas de mediação.

b) Características dos pais: consideram-se nesta variável as atitudes e os valores dos pais face à TV, os estilos pessoais e as preferências televisivas, o nível sócio-económico³⁴ e os estilos disciplinares como variáveis que influenciam a mediação.

c) Características das crianças: a idade das crianças, o sexo, o desenvolvimento cognitivo podem afectar a mediação.

d) Acessibilidade da televisão: a mediação em relação à televisão pode relacionar-se com o número e localização dos receptores no lar, e com a oferta proporcionada pela televisão em geral e por cada canal em particular. São vários os autores que defendem que a mediação diminui com o aumento do número de receptores no lar (cf. Dorr, Kovarik e Doubleday, 1989).

e) Organização do espaço³⁵: Bryce e Leichter afirmam que *“a forma como uma família se organiza no tempo e no espaço afectará quem vê, com quem, o quê e quando”* (1983:321). A relação entre o local em que está colocada a televisão e os usos sociais do espaço da casa pode ser um indicador importante da forma como decorre o consumo televisivo. O local em que a TV está colocada pode tornar possível certos tipos de interacção directa e pode impedir outros. Por exemplo: quando a TV está colocada no principal compartimento da casa, será mais difícil para a criança ‘escapar’ à televisão, ainda que nem sempre lhe preste atenção. Nestes casos, a TV permanece e, de alguma maneira, acompanha toda a actividade quotidiana da criança no lar. Bryce e Leichter (1983) sustentam que quando o aparelho de recepção está colocado num dos espaços centrais da interacção da família (por exemplo, a sala), e, portanto, no local em que habitualmente todos vêem, haverá uma maior ‘disponibilidade’ e predisposição para a mediação, do que se o aparelho estiver colocado num local mais isolado (por exemplo, o quarto dos pais ou o quarto das crianças).

³⁴ Weaver e Barbour consideram que não há uma evidência substancial suficiente para concluir que o nível sócio-económico afecte directamente a mediação. Anteriormente tivemos a oportunidade de apresentar os resultados de duas investigações empíricas, que são contraditórios no que diz respeito à influência desta variável.

³⁵ As dimensões espaço e tempo não têm uma visibilidade directa na mediação da TV pela família, mas são reconhecidas por vários autores como factores importantes que podem influenciar o processo de mediação.

f) Gestão do tempo: a actividade televisiva é influenciada mas também pode influenciar o uso do tempo pela família (Bryce e Leichter, 1983; Lull, 1990b). De acordo com vários autores, a hora das refeições, a hora de deitar, o momento de realizar os trabalhos de casa escolares, entre outras actividades, são, em muitas famílias, determinados pela programação televisiva. Como afirma Lull: *“certas partes do dia são definidas e estruturadas à volta do horário dos programas televisivos e certos comportamentos são consolidados no interesse de preservar o tempo de ver”*(1990b:157). A organização e gestão do tempo familiar pode influenciar o tempo de exposição das crianças à TV e a natureza da sua atenção, o que tem importantes implicações ao nível do impacto que a TV pode ter nas crianças (Bryce e Leichter, 1983).

Os Estudos sobre a Mediação na Família em Relação à Televisão

Investigações desenvolvidas recentemente em diferentes países sobre as audiências e suas práticas televisivas, coincidem em considerar a família como a principal instituição mediadora da interacção entre as crianças e a televisão³⁶ (cf. por exemplo St. Peters *et al.*, 1991; Jerome Singer *et al.*, 1988; Roger Desmond *et al.*, 1987 e 1985; Messaris, 1982, 1983a). Sugerem que os membros da família, sobretudo os adultos, exercem uma influência permanente nas crianças, não só nos seus gostos e preferências televisivas, que vão desenvolvendo, mas também nos seus modos de apropriação de tudo o que vêem na televisão. Sugerem também que a compreensão dos conteúdos televisivos e as aprendizagens que as crianças realizam através da televisão são mais efectivas e mais significativas quando os adultos partilham essa actividade e conversam sobre os programas com as crianças. Ao ver televisão com elas, ao estimular a discussão, ao clarificar dúvidas, ao ajudar a interpretar determinadas situações, ao orientar activamente as escolhas - o que no fundo faz parte das funções de socialização, - os pais podem influenciar as experiências televisivas das crianças, controlando o impacto da televisão nas suas vidas, contribuindo para tornar a televisão num processo facilitador da aprendizagem.

³⁶ Um aspecto que nos chamou a atenção nestas investigações foi o facto de grande parte das amostras serem constituídas por crianças em idade pré-escolar (3-6 anos), ou por famílias com filhos nessa faixa etária.

St. Peters *et al.*, com base nas conclusões de um estudo longitudinal (com crianças entre os 3 e os 5 anos de idade) sobre os padrões da actividade televisiva, sustentam que “*o contexto familiar é central para a socialização do uso da televisão pelas crianças mais novas. As famílias determinam não só o tempo de consumo televisivo das crianças, como também os tipos de programas e a qualidade da experiência televisiva*” (1991: 1422).

Pat Kipping, do Canada, (cf. *Clipboard*, 1995) refere, a propósito da utilização do V-chip pelos pais: “*confiar no V-chip levará os pais a evitar as suas obrigações de ensinar os seus filhos a serem utilizadores criteriosos dos media; irá permitir-lhes abdicar do seu importante papel de mediar a relação dos seus filhos com o mundo. Os pais precisam de usar palavras e não dispositivos mecânicos para comunicar aos filhos os seus pensamentos, valores e ideias. O V-chip não irá prevenir o uso da TV como babby-sitter, irá apenas proporcionar aos pais uma babysitter com um botão.*”

Na Índia (cf. Abrol *et al.*, 1993) um estudo desenvolvido para analisar o papel dos pais em relação ao consumo televisivo das crianças, e às atitudes destas frente à televisão, mostrou que o nível de instrução dos pais é, relativamente a estes aspectos, um factor crítico. Nas famílias em que os pais têm um nível de instrução mais elevado, os pais vêem, interagem e discutem mais com os filhos acerca dos programas televisivos³⁷. Entre esses pais prevalece uma imagem positiva da televisão como fonte de aprendizagem e de informação. Os resultados sugerem também que muitos pais restringem o consumo televisivo dos filhos, mas fazem-no sobretudo em relação a programas que consideram indesejáveis. O estudo sugere também a necessidade de sensibilizar e educar os pais para o importante papel que devem assumir ao nível das experiências televisivas das crianças, tornando a televisão numa experiência de aprendizagem gratificante.

Corder-Bolz (1980) estudou o papel da interacção social na determinação de diferentes efeitos na experiência televisiva. Segundo o autor, esses efeitos resultam dos contactos que as crianças estabelecem com os ‘outros significativos’; considera que os pais, irmãos mais

³⁷ Esta situação parece não se verificar. No que diz respeito à realidade portuguesa, M^a Emília Brederode Santos, na análise que faz sobre os efeitos da primeira série do programa *Rua Sésamo*, concluiu que “os pais que vêem o programa com os filhos são, na sua maioria, pais de nível sócio-económico baixo, enquanto que os pais da classe média parecem ser os mais ausentes” (1991: 95).

velhos e professores podem ter uma influência directa na compreensão das imagens televisivas pelas crianças, *“dando-lhes uma explicação, fazendo um comentário acerca do que estão a ver”*. De acordo com o autor, só com o apoio do adulto é que as crianças poderão ser, de alguma forma, telespectadores críticos: *“o uso da televisão pela família e a discussão da programação pode levar as crianças a ver TV como um recurso a ser usado pela família e não como uma tecnologia que a separa. Se os pais e outros adultos verbalizarem as suas interpretações e avaliações dos programas e dos anúncios televisivos, elas irão interiorizar estas capacidades críticas que podem tornar a TV uma parte mais positiva das suas vidas”* (id.:117). Corder-Bolz chama também a atenção para o facto dos resultados do estudo demonstrarem que a mediação é mais efectiva quando se trata de programas cujos conteúdos as crianças estão mais aptas a aprender (por exemplo, os programas dirigidos à infância). Um aspecto que consideramos relevante da análise que Corder-Bolz faz do processo de mediação é o considerar insuficiente a mera presença de um adulto durante o visionamento televisivo se se tratar de uma ‘presença ausente’, no sentido de que não está ‘disponível’, não interage. Defende que a interacção directa no momento de emissão dos programas é o elemento crítico do processo de mediação.

Aimée Dorr *et al.* (1989) debruçaram-se também sobre o visionamento em conjunto considerando-o como uma situação indutora do processo de mediação. A pesquisa desenvolvida pela autora e seus colegas indica que os pais tendem a ver televisão com os filhos quando as suas preferências coincidem. Os resultados não sugerem, portanto, que o visionamento em conjunto seja motivado pela determinação dos pais em quererem mediar as experiências televisivas das crianças. A pesquisa aponta também para uma maior frequência do visionamento em conjunto e da mediação em relação às crianças mais pequenas, registando um declínio por volta dos 10/11 anos.

Um número significativo de pesquisas analisou também a influência que a interacção verbal (entre os que vêem televisão em conjunto) pode ter nas aprendizagens que se podem realizar a partir da TV. As conclusões sublinham a importância deste tipo de interacção, e consideram-no como um indicador do tipo de medição que a família realiza em relação à televisão. Um corpo significativo de estudos foca quase exclusivamente a influência das verbalizações do adulto na aprendizagem que a criança pode realizar através da televisão (cf. por exemplo Collins *et al.*, 1981; Corder-Bolz, 1980). Collins *et al.* consideram que, ao proporcionar às crianças comentários *“designados para sugerir os motivos essenciais e as*

inferências necessárias para uma compreensão básica do enredo” (id. : 159), os adultos contribuem para que as capacidades de entendimento das crianças em relação aos conteúdos dos programas sejam maiores.

Messaris e Sarett (1981) ao analisarem as reacções afectivas das crianças para com a televisão, quando os pais fazem mediação dos programas, verificaram a existência de um maior apreço, maior sentido de humor, e redução do medo. Estes autores apuraram também, através de entrevistas realizadas a pais, que a conversa na família sobre a TV assume muitas vezes o carácter de aprovação (‘Este programa é bom’), ou de desaprovação (‘não devias ver este «lixo»’), sendo, por vezes, utilizada a paralinguagem (por exemplo, durante um anúncio, ‘Ugh!’). Esta forma de avaliação crítica, através de comentários, constitui uma forma de mediação que é citada frequentemente. Uma outra forma de mediação apontada por estes autores é a interpretação, quando os pais ou os irmãos mais velhos explicam as características dos programas televisivos às crianças mais pequenas. A estipulação de regras e a disciplina são outras categorias de mediação observadas pelos autores. Verificam-se quando os pais intervêm na actividade televisiva dos filhos, limitando o tempo de consumo, impondo a hora de deitar, proibindo ou encorajando programas específicos.

A relação entre a compreensão que as crianças fazem da televisão e a mediação dos pais foi também estudada por Jerome Singer *et al.* (1988). Os autores sugerem que a mediação que os pais realizam é uma forma de ajudar a criança a compreender a programação televisiva, a distinguir a realidade da fantasia e a compreender algumas características formais da televisão.

Com que frequência ocorre a mediação na família?

Estudos pioneiros sobre visionamento em conjunto (entre pais e filhos) sugerem uma flutuação considerável nesse tempo. Apesar do visionamento em conjunto não corresponder, directamente, à mediação, as estimativas do tempo partilhado em conjunto permitem considerar as probabilidades da discussão pais - filhos acerca da televisão.

A Mediação Fora do Contexto Televisivo

Apesar da importância da situação e do momento em que se está a ver televisão, o processo não se circunscreve a esse lapso de tempo. A interacção da audiência com a televisão começa

antes mesmo de a ligar, e prolonga-se para além do momento do consumo. O acto de desligar o aparelho não conclui o processo de interacção com a televisão. As crianças (e não só elas) ‘transportam’ para a escola, e para outros contextos, o que viram na televisão no dia anterior. Na sua interacção com outras crianças, na escola ou na vizinhança, realizam re-apropriações dos conteúdos televisivos e reproduzem o sentido do que viram. Desta forma, o processo de recepção ‘sai do lugar’ em que está a televisão e ‘circula’ noutros cenários, noutros contextos, em que actuam os telespectadores. Em todos estes cenários, o processo de recepção vai sendo mediado, tanto pelas novas situações, como pelos agentes e instituições envolvidos nelas.

Bryce e Leichter (1983) chamam a atenção para a importância de alargar a mediação da televisão na família a contextos que não incluem a televisão e a outros elementos da família para além dos pais e das crianças. Os autores dão o exemplo de uma mãe que recorre à informação dada pela televisão para ilustrar um problema que a família estava a enfrentar.

A televisão é um tema de conversa não só para as crianças mas também para os adultos e é usada como uma referência comum; é muitas vezes mencionada pelas crianças em variados contextos e situações como, por exemplo, nas suas brincadeiras e nos pedidos de compras que fazem aos pais.

A frequência com que a mediação em relação à televisão ocorre fora do contexto da actividade televisiva familiar evidencia a necessidade de captar o mais amplamente possível a vida da família, para permitir documentar determinadas formas de interacção, nem sempre por ela mencionada. Sem uma ‘lente’ criteriosa, os vários aspectos da experiência televisiva podem permanecer dissimulados, especialmente os que ocorrem fora do contexto da televisão.

Em Jeito de Síntese

Todos os estudos que analisamos sobre mediação da televisão na família sugerem que os pais podem, efectivamente, reduzir o impacto negativo da televisão e afectar as atitudes e práticas televisivas das crianças. É frequentemente aceite que os pais desempenham um papel activo na mediação das experiências televisivas das crianças. Esta mediação pode assumir diferentes formas e tanto pode ocorrer quando as crianças estão a ver televisão, como quando não estão a ver.

O visionamento conjunto entre pais e filhos é considerado desejável e é para muitos autores condição *sine qua non* do processo de mediação na medida em que ver televisão com

as crianças oferece mais oportunidades para a conversa, a interpretação, a explicação, a clarificação. Alguns estudos realizados sugerem também que os pais preocupam-se mais em esclarecer e filtrar os conteúdos televisivos quando acreditam que a TV pode ter algum tipo de impacto (seja positivo ou negativo) nas crianças, e quando as suas preferências televisivas coincidem com as dos filhos.

Estas constatações são fundamentais para o nosso estudo, uma vez que constituem alguns dos nossos pontos de partida. Contudo, sugerem-nos alguns comentários:

- consideramos importante, e tal como recomenda Desmond *et al.* (1985) e Dorr *et al.* (1989), alargar o campo de quem pode mediar as experiências televisivas das crianças, para incluir, além dos pais, os irmãos, outros familiares, os amigos, as avós, os professores e, eventualmente, os vizinhos. Gostaríamos também de salientar o papel activo que a criança exerce em todo o processo de mediação. As crianças não são recipientes passivos das práticas de mediação dos pais (Abelman, 1989), *“apenas reflectem as suas percepções e as suas estratégias de mediação”*;

- grande parte das investigações centrou-se no papel e na influência da interacção verbal, das ‘palavras’ - comentários, recomendações, diálogos - ao nível da aprendizagem. As pesquisas mostram que estas interacções verbais podem ser importantes formas de mediação em relação à televisão, mas também mostram que ocorrem com pouca frequência no contexto familiar. Concordamos que a interacção verbal e os contactos directos, sobretudo com os pais mas também com os “outros significativos”, são os elementos críticos do processo de mediação, mas gostaríamos também de realçar a importância que factores como a observação, o exemplo e a imitação podem ter nesse processo. Através do exemplo, os pais podem influenciar o uso da televisão pelas crianças; não só lhes servem como um modelo de como usar a TV, mas porque essa actividade ocorre frequentemente numa parte comum do lar, as crianças estão expostas ao que os seus pais vêem, simplesmente pelo facto de viverem na mesma casa. Citando Wart *et al.* (in Bryce, 1983:313), *“a mediação familiar não é sempre verbal, explícita e instigada pelos pais; pode ser comportamental, implícita e instigada por outros membros da família”*;

- considerando que as práticas de mediação dos pais estão relacionadas com certas características das crianças e da família (Greenberg, 1992) - por exemplo, o sexo e a idade das crianças, o nível sócio económico, o nível de instrução, a dimensão e a estrutura familiar -

parece-nos que algumas variáveis foram pouco consideradas nas pesquisas, particularmente as variáveis referentes às crianças;

- o contributo que a mediação exercida pelos pais pode dar à forma como as crianças reagem emocional e afectivamente a determinados programas (por exemplo, redução de medos e de ansiedades, acalmar sonhos assustadores durante a noite) foi também uma dimensão negligenciada;

- consideramos fundamental situar o desenvolvimento das práticas de mediação da televisão no contexto social mais amplo da socialização da família e considerar que tais práticas são influenciadas pelo próprio sistema familiar. Como refere Bryce, *“a TV entra no sistema familiar e o uso e aprendizagem que os membros da família fazem da TV, são interpretados, criticados, reforçados, complementados, discutidos, contestados e transformados pelo próprio sistema familiar”* (1983:325).

Em suma: a nossa perspectiva é que se uma das principais funções de socialização dos pais é a mediação das complexidades com que a criança se defronta no seu meio, e do qual faz também parte a televisão, é importante que os pais assumam e desempenhem um papel activo na mediação dessas várias situações.

É importante, e vantajoso para as crianças, que os pais discutam com elas acerca do significado de determinadas situações e acontecimentos significativos, antes, durante e depois de se confrontarem com eles, o que, aliás, surge frequentemente em resposta às questões das crianças. Por exemplo: quando os pais levam o filho ao médico, podem optar por explicar-lhe que ele pode ter que se despir, fazer alguns testes, descrever o que sente e falar com o médico. Outra opção será minimizar a apreensão que a ida ao médico lhe possa criar, dizendo-lhe, por exemplo, ‘o médico não te vai fazer mal’, ‘faz o que o médico te mandar’ ou, simplesmente, não fazer qualquer tipo de comentário.

Em relação à televisão, as opções dos pais podem ser idênticas: podem falar com as crianças acerca das suas experiências televisivas, ou podem não lhes dar importância procurando minimizá-las, ou simplesmente ignorá-las.

Qualquer uma destas situações reflecte um determinado estilo e padrão de comunicação da e na família. Consideramos que a primeira situação, em que os pais procuram explicar, comentar, conversar, enfim, mediar a situação em causa de harmonia com as exigências específicas, designadamente da linguagem, de cada fase do desenvolvimento das crianças, pode facilitar-lhes uma melhor compreensão das situações dos acontecimentos. Citando

Desmond et. al (1990:306), *“os pais que filtram os acontecimentos do mundo através de uma explicação prévia, não estão apenas a responder à curiosidade das crianças; estão a ajudá-las a criar esquemas para interpretar as experiências antes mesmo delas ocorrerem”*.

Em relação à TV, esses esquemas são um elemento crítico do processo de mediação que os pais realizam e o qual contribui para o desenvolvimento de uma educação para um uso criterioso da televisão, ajudando as crianças a serem telespectadores activos, autónomos e críticos.

PARTE II
ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo IV

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO E METODOLOGIA

1. O Problema e os Objectivos

Tradicionalmente, a família era o agente socializador básico - a criança fazia a aprendizagem de normas e modelos de comportamento no seio da família. Actualmente, embora continue a desempenhar um papel preponderante no processo de socialização, este é complementado por outras instituições. Aos três anos, por vezes antes, a criança inicia uma vida social num ambiente diferente - o jardim de infância (JI). Aqui, a criança interage com outras crianças da mesma idade, desenvolve competências comunicativas, adquire novos conhecimentos e continua a desenvolver-se como "ser individual" e como "ser social". Coincidente com este período de extensão dos contextos de socialização, desenvolve-se também um crescente interesse pela televisão (TV). Tal como a família e o JI, a TV contribui e intervém activamente no processo de socialização da criança, constituindo uma fonte privilegiada de aprendizagens e de contacto com o mundo

A programação televisiva gera constantemente significados, mas nem todos os programas incidem da mesma forma em todas as crianças. As leituras feitas a partir das mensagens televisivas são diferentes consoante as crianças e as condições de recepção televisiva. Aqui intervêm factores como a idade, o meio familiar, as condições psicológicas das crianças, o seu desenvolvimento afectivo e intelectual, a sua vida social, o seu meio escolar e o meio rural ou urbano em que vivem (cf. Chalvon *et al.*, 1991; Mariet, 1989; Lazar, s/d; Chevallier *et al.*, 1991). A possibilidade de comentar ou não o que se vê na televisão com a família, pode também influenciar a forma como as crianças vêem TV e o significado que dão àquilo que vêem. Por este motivo, a capacidade infantil para a compreensão e interpretação da TV, deve ser considerada pelos pais.

Vários autores (Chevallier; Souchon; Lazar; St. Peters; Huston, entre outros) sustentam que o modo como as crianças vêem TV é influenciado pelo meio familiar; os pais podem influenciar a forma como os filhos vêem TV e as aprendizagens que realizam com essa experiência. Citando Chevallier (1991:245), "*o papel dos pais e do ambiente familiar aparece*

hoje como um dado essencial de todos os novos estudos sobre a relação entre crianças e televisão”.

Assim sendo, podemos chegar a uma ideia central: a mediação feita pelos pais pode influenciar a experiência televisiva das crianças e as aprendizagens que fazem do que vêem. É importante que os pais em vez de assumirem peremptoriamente que a televisão tem um enorme impacto negativo nas crianças, procurem antes assumir alguma responsabilidade em precaver os efeitos negativos, e procurem actuar como mediadores nessa experiência, optimizando o contexto em que se realiza a recepção.

O estudo que nos propomos desenvolver assenta num conjunto de pressupostos a saber:

- a TV constitui actualmente um dos principais meios de informação e entretenimento, desempenhando um papel importante nas interacções sociais, nomeadamente no quotidiano das famílias;
- o quotidiano das famílias é habitado e construído pela presença da televisão (Pinto, 1995); a televisão é algo próprio da vida quotidiana (Silverstone, 1994);
- ver televisão é a actividade mais frequentemente partilhada entre os membros da família (St. Peters *et al.*, 1991); directa ou indirectamente, a TV fornece bases para a interacção na família (Bryce e Leicher, 1983);
- o contexto familiar tem uma influência fundamental ao nível dos usos da televisão pelas crianças; as famílias determinam não só o tempo que a televisão está disponível, mas também os tipos de programas e a qualidade da experiência de visionamento (St. Peters *et al.*, 1991);
- uma criança que cresce num quadro marcado pela qualidade da vida familiar e da interacção entre os membros da família poderá apetrechar-se de forma mais adequada para ser capaz de mediar e digerir certo tipo de programas televisivos mais problemáticos, do que outra criança que tenha crescido num ambiente desequilibrado (Pinto, 1991);
- devido ao seu desenvolvimento limitado de esquemas, as crianças em idade pré-escolar estão especialmente dependentes da aprendizagem realizada através da mediação dos adultos (Bryant; Anderson, 1983);
- actualmente, são frequentes as manifestações de apreensão pelos conteúdos dos programas televisivos, sejam eles dirigidos ao público infante/juvenil ou mesmo ao público adulto;

- a mediação está integrada na vida quotidiana das pessoas, ocorrendo de forma transitória e implícita o que, não obstante, influencia o significado da TV na família (Alexander, 1993);

Tendo como base este conjunto de pressupostos, propomo-nos conhecer e analisar:

- os diferentes usos da TV na família, nomeadamente, como é que a TV é apropriada e utilizada no contexto de práticas e de relações social e culturalmente diferenciadas, com especial ênfase no envolvimento dos pais na experiência televisiva das crianças;

- tipologias de usos da televisão pelas famílias, e especificamente pelas crianças, considerando, nomeadamente, os hábitos de ver, os tempos dispendidos no consumo, os modos de ver, as preferências televisivas, etc..

- o(s) significados e a importância da televisão no quadro da vida familiar;

- formas de relação e interacção das famílias com a televisão;

- os processos de mediação da televisão em famílias de diferentes posições sociais e de diferentes meios geográficos, e factores que podem influenciar esses processos.

Centramos o nosso estudo no quotidiano das famílias, perspectivando a televisão no quadro da vida familiar, no quadro das relações e interacções sociais, e não de forma isolada relativamente a estes aspectos. Contudo, sem nunca perder de vista este quadro, o principal objecto de interesse são os processos de mediação que os pais desenvolvem em relação à experiência televisiva de crianças na faixa etária dos 3 - 6 anos de idade.

A opção por este segmento etário resulta de motivações profissionais (desenvolvemos o nosso trabalho docente numa escola orientada para os estudos da criança, em cursos de formação de profissionais de educação de infância), e de algumas constatações que as leituras nos permitiram fazer, nomeadamente: é neste período que as crianças começam a ver televisão mais assiduamente e que começam também a gostar de ver; é também um período em que as crianças estão especialmente dependentes da aprendizagem realizada através da mediação dos pais.

Partimos para esta pesquisa considerando a possibilidade de existência de usos diferenciados da TV nos diversos quadros familiares e, conseqüentemente, de diferentes

formas de mediação. Admitimos que estes aspectos são influenciados e determinados não só pelas possibilidades de acesso das famílias a determinados recursos materiais e simbólicos, mas igualmente por outros factores, a que chamamos, nos capítulos anteriores, condições de recepção, tais como, local de habitação, nível de instrução e ocupação dos pais, estilos de educação, padrões de comunicação, e a própria oferta televisiva, entre outros.

2. Opção Metodológica

Instrumento de Recolha de Dados: a Entrevista

Face ao objecto e aos objectivos da pesquisa, era necessário recolher informações, experiências, vivências e opiniões de pais de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade ou, na sua ausência, de outros ‘adultos significativos’ na vida dessas crianças.

Pretendendo desenvolver uma metodologia de tipo qualitativo, e atendendo aos objectivos delineados, o instrumento de recolha de dados que consideramos mais adequado foi a entrevista semi-estruturada. Esta técnica permite, segundo revisão de literatura, (cf. Lindlof, 1995; Patton, 1980) recolher informações mais ricas e mais espontâneas, e com um maior nível de profundidade. Permite também ao entrevistador delimitar os temas a abordar, conferindo, no entanto, um grau de liberdade bastante elevado ao entrevistado para se manifestar sem constrangimentos excessivos, para além dos inerentes à própria situação de entrevistados.

Tendo presentes estes aspectos, e conscientes de que *"a qualidade da informação obtida durante uma entrevista está largamente dependente do entrevistador"* (Patton, 1980:279), elaborámos um guião constituído por um conjunto de tópicos a saber:

- **o quotidiano da família:** ocupações do tempo, actividades diárias, actividades preferidas das crianças, vivência de um tempo social - o serão;
- **os usos da televisão na família:** frequência da actividade de ver televisão e duração média do consumo nos dias úteis e ao fim de semana; programas que vêm e programas preferidos; quem escolhe os programas e como; tempo de visionamento em conjunto; opiniões/sentimentos relativamente à televisão e ao seu papel/significado na e para a família;

- **televisão e interacção na família:** como vêm TV (se vêm em silêncio ou se falam acerca do que estão a ver; se isso acontece mais frequentemente em relação a algum programa específico); regras em relação à televisão; encorajamento / proibição de certos programas; - se falam com as crianças sobre o que vêm na televisão; se sim, que tipo de comentários são feitos; opiniões sobre a relação entre TV e aprendizagem; opiniões sobre um programa específico dirigido à infância: o ‘Rua Sésamo’
- opiniões sobre como seria uma **relação desejável e saudável** entre a televisão e a família.

3. Constituição e Caracterização do Grupo de Inquiridos

Constituição do Grupo de Famílias

Uma vez que tínhamos como objectivo, a partir dos resultados obtidos, fazer uma análise compreensiva dos significados e dos processos de mediação da televisão no quadro da vida familiar (de certas famílias), e não fazer inferências válidas e aplicáveis a todos os contextos familiares, não houve preocupação em constituir um grupo de famílias representativo e com significância estatística. Pretendíamos que fosse contemplada uma certa diversidade de situações económico-sociais e de meios geográficos.

Tendo como base estes critérios, contactamos as educadoras de três jardins de infância³⁸ para lhes apresentar os objectivos do estudo e para lhes solicitar a colaboração possível no sentido de estabelecer contacto com os pais das crianças que frequentavam aquelas instituições. Consideramos que este seria o contexto ideal para estabelecer contacto com as famílias uma vez que nos interessava o segmento etário que o frequenta.

Após as respostas - afirmativas - das educadoras, combinamos a forma de estabelecer contacto com os pais no sentido de lhes comunicar os objectivos do estudo e de averiguar a disponibilidade de cada um para a realização da entrevista.

³⁸ A opção por contactar dois jardins de infância do meio rural e apenas um do meio urbano resultou do facto de o número de crianças que frequenta cada um dos Jardins do meio rural ser significativamente inferior ao número de crianças que frequenta o Jardim do meio urbano.

Nos jardins de infância *Ruralis I* e *Ruralis II*³⁹ (concelho de Póvoa de Lanhoso), o contacto com os pais foi estabelecido através de uma reunião que as Educadoras convocaram para tratar de assuntos relacionados com o quotidiano do JI, e em que lhes foi também apresentado, em traços gerais, o estudo, e lhes foi solicitada a entrevista. Os pais (maioritariamente mães e avós) presentes nas reuniões revelaram, de imediato, interesse e disponibilidade, e marcaram no momento o dia e hora da entrevista. Entretanto, foram também contactados pelas educadoras, após conversa com a entrevistadora, alguns pais que não estiveram presentes na reunião, e em alguns casos foram marcadas entrevistas.

No jardim de infância *Urbanus* (concelho de Braga), por questões organizacionais e de funcionamento, não foi possível realizar a reunião pelo que, foi entregue aos pais, pela entrevistadora e pelas educadoras, uma carta em que se apresentava globalmente os objectivos do estudo e em que se solicitava a realização de uma entrevista. A maioria dos pais foi receptiva ao pedido, disponibilizando-se de imediato, pelo que iniciámos antes mesmo do previsto no nosso calendário, o processo das marcações. As entrevistas foram marcadas pela entrevistadora, pessoalmente, ou pelo telefone, e pelas educadoras, que possuíam o calendário das marcações.

Tanto nas reuniões como na carta, o trabalho foi apresentado como um estudo acerca da vida quotidiana das famílias e das actividades diárias das crianças. No contacto com os pais, o termo entrevista foi frequentemente substituído por "conversa informal", para evitar eventuais situações de constrangimento. Foi-lhes também comunicado que, embora fosse desejável, não era obrigatório estarem pai e mãe presentes, procurando-se assim salvaguardar a disponibilidade dos pais. Nos casos em que o primeiro contacto foi estabelecido com as avós - com quem as crianças passam o dia todo, e por vezes a noite, devido ao emprego dos pais, ou com quem vivem permanentemente no caso de pais emigrantes - a entrevista foi realizada com elas. Houve um caso em que a mãe quis que a irmã mais velha estivesse também presente por considerar que é a pessoa que mais acompanha, no dia a dia, os irmãos mais novos, devido ao seu trabalho no campo (sai muito cedo e só regressa à noite, muitas vezes já o filho mais novo está a dormir) e devido ao marido ser emigrante. Algumas entrevistas foram realizadas na presença das próprias crianças, ou de irmãos, que por vezes davam o seu contributo.

Na marcação das entrevistas foi deixado ao critério dos pais o local de realização das mesmas: ou em suas casas, ou no jardim de infância, ou em outro local que lhes conviesse

³⁹ Os nomes dos jardins de infância são fictícios para salvaguardar o anonimato dos entrevistados.

mais (foram realizadas 32 no jardim de infância; 11 em casa; e 7 no local da trabalho). Ao pensar-se no local, teve-se em consideração sobretudo as suas condições físicas, procurando-se que fosse um local em que o ambiente não fosse barulhento, estivesse livre de interrupções constantes ou de supervisão indesejada, e um certo nível de conforto.

Como referimos anteriormente, pretendíamos recolher informações junto de famílias de diferentes zonas geográficas e de meios sócio-económicos distintos. A primeira variável foi assegurada através da escolha de jardins de infância situados em meios com características diferentes (rural e urbano). A segunda foi assegurada pelo conhecimento prévio de que aquelas instituições eram frequentadas por crianças provenientes de diferentes meios sócio-económicos. O número total de entrevistas a realizar (50) foi estabelecido de uma forma arbitrária, após o *feedback* que obtivemos por parte dos pais e tendo presente o número total de pais a quem foram solicitadas as entrevistas.

O quadro 4.1 apresenta a distribuição das entrevistas por jardim de infância (JI) e respectivo meio geográfico, e por grau de parentesco (em relação às crianças) das pessoas entrevistadas.

QUADRO 4.1
DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR JI E GRAU DE PARENTESCO DOS ENTREVISTADOS

Local \ Entrevistados	MÃE	PAI	MÃE e PAI	AVÓ	Total
JI URBANUS	19	1	7	---	27
JI RURALIS I	10	1	---	1	12
JI RURALIS II	8	1	---	2	11
Total	37	3	7	3	50

Como podemos verificar, o número de entrevistas (27) realizadas com pais de crianças que frequentam o jardim do meio urbano, é muito próximo do número de entrevistas (23) realizadas com pais de crianças que frequentam os dois Jardins do meio rural. Importa referir que apesar da maior parte das famílias residirem no meio correspondente ao do jardim, encontrámos também famílias que residem num meio que caracterizámos como intermédio.

Em relação ao grau de parentesco dos entrevistados, é de salientar que a mãe esteve presente em quase todas as entrevistas. No que diz respeito ao pai, regista-se a sua presença em dez entrevistas (três realizadas individualmente, e sete realizadas ao casal). Se tivermos em conta que os pais que entrevistámos nos Jardins do meio rural não residem (apenas trabalham) neste meio mas sim no intermédio, constatamos a inexistência de entrevistas a pais que residem no meio rural.

Relativamente às entrevistas em que esteve presente o casal, verificamos que foram todas realizadas a casais residentes no meio urbano.

Outro aspecto a realçar prende-se com o facto de só no meio rural os pais serem representados por 'outros significativos' na vida das crianças, ou seja, as avós (3 casos).

Pelo que nos foi dado entender no processo de realização das entrevistas, estes dados podem ser explicados, em grande parte, pelas ocupações profissionais dos pais e pelos modos de vida das famílias. Ou seja: o facto dos entrevistados do meio rural serem maioritariamente mães e de não se encontrar, entre eles, nenhum pai (residente no próprio meio) e nenhum casal, pode ser explicado se atendermos à percentagem de mães que são domésticas (28%); às exigências do trabalho profissional da maioria dos casais (passar o dia todo fora, sair cedo e regressar tarde) e aos próprios 'estilos' educativos vigentes nessas famílias (o processo educativo das crianças parece estar mais a cargo das mães e ser partilhado pelas avós, pelo próprio tempo que as crianças passam durante o dia com estas). Em relação ao meio urbano, na marcação inicial das entrevistas estava previsto a realização de um maior número de entrevistas com casais, no entanto, imprevistos de última hora impossibilitaram o pai de estar presente pelo que muitas dessas entrevistas acabaram por se realizar apenas com a presença da mãe. A maior percentagem de entrevistas com mães fica ainda a dever-se ao facto de serem elas quem, por norma, vão buscar as crianças ao JI (ocasião em que realizámos um número significativo de entrevistas), e a terem horários de trabalho mais flexíveis.

Caracterização Sócio-Demográfica das Famílias

Das 50 famílias envolvidas no estudo, 42% residem no meio urbano, 42% no meio rural e 16% no meio intermédio⁴⁰ (para efeito de análise dos dados empíricos, agregámos em várias situações os dados desta categoria com os da variável urbana).

Em relação ao tipo de família, a maior parte (80%) são famílias nucleares (em duas destas famílias o pai é emigrante), 4% são famílias recompostas (em ambos os casos, os filhos do casamento anterior vivem nessas famílias), e 12% são famílias extensas (lares que contam com outros familiares, normalmente os avós).

Devido à situação em que se encontram duas das famílias, consideramo-las ‘casos singulares’: numa, os empregados do restaurante, de que a família é proprietária, vivem na mesma casa; na outra, o pai e a mãe são emigrantes pelo que a criança vive com os avós maternos.

A taxa de famílias com filhos únicos situa-se nos 28%. Embora as diferenças entre os distintos meios geográficos não sejam acentuadas, verifica-se que é sobretudo no meio rural que se localizam os agregados familiares que registam um número mais elevado de filhos. Em termos gerais, verifica-se uma tendência para agregados familiares com dois filhos (48%), e uma tendência, ainda que ligeira, para um número superior de famílias com um só filho (28%), do que com três ou mais filhos (24%).

Relativamente às faixas etárias dos pais, como podemos verificar no quadro 4.2, a maioria dos pais e das mães situa-se no segmento etário dos 31- 40 anos (68% e 66%, respectivamente).

40 Classificámos a variável zona de residência em meio urbano, meio rural e meio intermédio. Utilizámos como critérios de classificação, a densidade populacional, o tipo de sectores de actividade predominantes, e o grau de proximidade em relação a um centro urbano. As zonas onde se situam os jardins de infância em que contactámos o grupo de inquiridos não ofereceram dificuldade de classificação uma vez que um deles situa-se no centro da cidade de Braga e os outros dois situam-se em freguesias rurais do concelho da Póvoa de Lanhoso em que predomina a agricultura a tempo parcial combinada com o trabalho industrial (fábricas e construção civil) de um ou dos dois elementos do casal. É de referir que apesar de termos contactado jardins de infância situados no meio

QUADRO 4.2
DISTRIBUIÇÃO DOS PAIS ENTREVISTADOS POR SEGMENTOS ETÁRIOS

Segmento etário	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
menos de 25 anos	--	--	2	4
entre 25 - 30 anos	8	16	12	24
entre 31 - 40 anos	34	68	33	66
mais de 40 anos	8	16	3	6

Em relação ao nível de instrução dos pais (quadro 4.3), verifica-se um grande equilíbrio entre os sexos, ainda que o sexo feminino apresente uma ligeira supremacia nos níveis de instrução mais elevados (mais de metade das mulheres – 56% - têm formação ao nível dos ensinos secundário ou superior, enquanto que apenas 44% dos homens possuem esses graus de formação). Em termos globais, o nível de escolaridade mais baixo e o nível mais elevado apresentam valores muito próximos, sendo os que englobam uma maior percentagem de pais (53%), havendo assim uma polarização nos extremos.

QUADRO 4.3
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Pai		Mãe		Total	
	N	%	N	%	N	%
1º ciclo (ens. primário)	12	24	13	26	25	25
2º ciclo (ens. preparatório)	8	16	5	10	13	13
3º ciclo (7º, 8º e 9º)	8	16	4	8	12	12
Secundário (10º, 11º, 12º)	10	20	12	24	22	22
Superior (Lic., Bach., CESE)	12	24	16	32	28	28

rural ou no meio urbano, estes são também frequentados por crianças que residem em meios intermédios, ou seja, localidades situadas nos arredores das cidades, fortemente marcadas pelas características da vida urbana.

Em relação ao número de crianças, globalmente a pesquisa envolve 106 crianças, 53 das quais pertencem à faixa etária dos 3-6 anos (segmento de maior interesse para o estudo). O quadro 4.4 apresenta a percentagem do total de crianças por grupo etário, e o quadro 4.5 descreve a distribuição das crianças do segmento de interesse, por idade e por sexo.

QUADRO 4.4
DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CRIANÇAS POR SEGMENTOS ETÁRIOS

Segmento etário	N	%
entre 0-2 anos	9	8,5
entre 3-6 anos	53	50
entre 7-10 anos	19	18
mais de 10 anos	25	23,5
Total	106	100

QUADRO 4.5
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS DO SEGMENTO ETÁRIO DOS 3-6 ANOS POR IDADE E POR SEXO

Idade \ Sexo	3 anos		4 anos		5 anos		6 anos		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	4	7.55	6	11.32	10	18.87	2	3.77	22	41.51
Feminino	1	1.89	12	22.64	9	16.98	9	16.98	31	58.49
TOTAL	5	9.44	18	33.96	19	35.85	11	20.75	53	100

Relacionando o número de crianças do segmento de maior interesse para o estudo, com o número global de crianças dos agregados familiares, verificamos que aquelas representam 50% do total, o que já seria de esperar, atendendo ao nosso objectivo de contemplar, primeiramente, crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, pelas razões que já foram explicitadas no capítulo anterior. Tendo ainda presente a totalidade das crianças abrangidas pelo estudo, observamos que é significativamente superior o número de crianças dos segmentos etários mais elevados (41,5%), do que do segmento etário inferior à faixa etária de maior interesse (8,5%).

Relativamente ao segmento de maior interesse, verificamos que a maioria das crianças se situa nas faixas etárias dos 5 e dos 4 anos (35,85% e 33,96%, respectivamente), seguindo-se o grupo dos 6 anos (20,75%) e com a percentagem mais baixa (9,44%), o grupo dos 3 anos.

No que diz respeito ao nível sócio-económico⁴¹, como podemos observar no Quadro 4.6, verifica-se uma relativa homogeneidade entre os diversos níveis sócio-económicos e, embora os níveis médio e baixo (com percentagens muito próximas entre si) apresentem uma ligeira supremacia, não se verifica um desfasamento muito grande em relação ao nível sócio-económico alto.

QUADRO 4.6
CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS POR NÍVEL SÓCIO-ECONÓMICO

NSE	N	%
Alto	13	26
Médio	19	38
Baixo	18	36
Total	50	100

4. Realização das Entrevistas

A primeira versão do guião da entrevista foi testada através da realização de entrevistas a oito famílias com crianças entre os 3 e os 6 anos de idade e de diferentes meios geográficos (meio urbano e meio rural). As situações de testagem foram momentos importantes de contacto com o ‘terreno’ e de antever dificuldades. Proporcionou-nos ideias para a redefinição

⁴¹ Para a categorização da variável nível sócio-económico utilizámos a matriz de João Ferreira de Almeida *et al.*, (1988) que é apresentada no ponto 4. deste mesmo capítulo.

de alguns parâmetros e o alargamento de outros, e deu-nos alguns contributos para o aperfeiçoamento da linguagem escrita e oral.

Como uma situação típica de entrevista resulta do encontro de duas pessoas estranhas, desconhecidas, era importante "quebrar o gelo" inicial. Tínhamos como objectivo tornar a entrevista um acontecimento interessante e agradável, uma oportunidade de expressar ideias, conhecimentos, experiências e até mesmo desgostos ou desapontamentos. Por isso, era importante criar uma relação com o entrevistado, ainda que apenas por alguns minutos, pois isso significava que ambas as partes se conseguiam compreender; que o interlocutor sentia que se podia exprimir o mais possível 'à sua vontade' e 'à sua maneira', significava, simplesmente, como refere M. H. Kuhn (in Lindlof, 1995: 180), *"a partilha de uma linguagem comum"*.

Cada uma das sessões de entrevista demorou entre 60 a 90 minutos para cada família (um pouco mais de tempo - muito perto de 120 minutos - quando era entrevistado o casal ou quando a entrevista decorria em suas casas).

A maior parte das entrevistas começava com uma conversa sobre outros assuntos, procurando-se desenvolver um ambiente agradável e informal antes de se iniciar a conversa previamente combinada. De seguida, logo no início, procurávamos informar ou relembrar, com brevidade, os objectivos do estudo, e garantir aos entrevistados a confidencialidade da entrevista. Era-lhes também pedido consentimento para usar o gravador. As questões foram precedidas de um breve comentário sobre a própria questão, o seu conteúdo e objectivo, para assim dar a conhecer ao entrevistado a natureza e objectivo da questão.

Todavia, inicialmente alguns sujeitos ficavam apreensivos, negando a existência de alguma coisa importante e interessante para dizer (esta situação ocorreu sobretudo com pais do meio rural). Nestes casos, procurávamos encorajar e apoiar os sujeitos, referindo que eram as suas próprias perspectivas, experiências, conhecimentos e opiniões, expressas pelas suas próprias palavras, que interessavam para o estudo, e que não havia "respostas certas" ou "respostas erradas".

Para encorajar o entrevistado a continuar a falar, para revelar atenção ao que estava a ser dito, e para demonstrar uma atitude empática, acenávamos com a cabeça, esboçávamos alguns sorrisos e dirigíamos olhares de interesse, pronunciávamos algumas expressões como "hm-hm" e "estou a ver" e tirávamos algumas notas. Por vezes, para demonstrar que estávamos a escutar activamente, colocávamos algumas questões de seguimento ou pedimos ao entrevistado para aprofundar um pouco mais as suas ideias / pensamentos acerca do que estava a dizer. Dar um *feedback* apropriado ao entrevistado tornou-se importante para o sucesso da entrevista e para manter o 'controlo' do processo.

Procurar não ser intruso e não invadir a privacidade da vida de cada um, foi sempre uma grande preocupação nossa. Procurámos sempre ser cuidadosos, evitando por vezes o "porquê?", pois em certos momentos poderia soar como dúvida do que estava a ser relatado ou ser entendido como invasão da privacidade. Procurámos sempre que as questões fossem abertas, neutrais, singulares e claras.

Os entrevistados manifestaram algum agrado de falar sobre eles próprios, sobre o que fazem, dos seus filhos e do seu quotidiano em geral. Vários foram os pais que manifestaram surpresa ao aperceberem-se, no decurso das entrevistas, de determinados factos relacionados com o lugar da televisão nos seus quotidianos, e particularmente nos das crianças. No fim da entrevista algumas pessoas mencionaram terem falado de assuntos sobre os quais nunca tinham pensado, mas que tinham gostado de conversar sobre eles, que as tinham feito reflectir, reflexão que iriam partilhar com os outros membros da família (designadamente o marido). Pela nossa parte, sabíamos que não podíamos ter a certeza de que aquilo que o entrevistado dizia representava a "história" completa, pois esta está dependente do que a pessoa quis ou pôde dizer.

Uma dificuldade encontrada na realização de algumas entrevistas prende-se com os diferentes níveis de competência linguística que entrevistado e entrevistador possuíam. Esta dificuldade foi facilmente ultrapassada através da clarificação ou substituição de determinadas palavras, e através do apelo a informações complementares.

No momento de conclusão da entrevista, agradecemos ao participante, em alguns casos, colocámos algumas questões 'perdidas' no decurso da entrevista e dedicámos os últimos minutos aos próprios interesses e comentários do participante.

Durante todo este processo lembrámos várias vezes as palavras de Patton que nos ficaram em memória desde a leitura da sua obra: *"eu penso que entrevistar pessoas pode ser animador e estimulante. É uma oportunidade de num curto período de tempo tentar entrar no mundo de outra pessoa. Se a observação participante significa «walk a mile in my shoes», então a entrevista em profundidade significa «walk a mile in my head» "* (1990:357). *"Questionar é uma arte"* (id.: 295).

5. Análise dos Dados

Relativamente aos dados sócio-demográficos das famílias, elaborámos uma codificação das respostas, de forma a introduzirem-se os dados no computador e ao seu tratamento no programa estatístico MINITAB.

Para categorizar a variável zona de residência utilizámos os critérios explicitados no ponto 3. do presente capítulo (cf. ‘Caracterização Sócio-Demográfica das Famílias’).

Para a categorização da variável posição sócio-económica, utilizámos a matriz de João Ferreira de Almeida *et al.*⁴², utilizada também por Manuel Pinto⁴³. Utilizámos como variáveis principais as profissões do pai e da mãe, recorrendo também, em caso de dúvida, ao nível de instrução como variável complementar. O quadro 4.7 apresenta a tipologia para atribuição dos lugares de classe às famílias.

QUADRO 4.7
TIPOLOGIA PARA ATRIBUIÇÃO DE LUGARES DE CLASSE

Sigla	Descrição	Classe
BEP	Grandes empresários e proprietários	A
BDP	Altos quadros dirigentes e profissões liberais	
PBTE	Quadros dirigentes e técnicos superiores de enquadramento	B1
PBE	Quadros de execução e técnicos médios (assalariados)	

⁴² ALMEIDA, J.Ferreira; COSTA, A. FIRMINO; MACHADO, F. Luís (1988), ‘Famílias, Estudantes e Universidade - Painéis de Observação Sociográfica’, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4, pp. 11-44

⁴³ PINTO, Manuel (1995), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Braga: UM - ICS

PBPR	Pequena burguesia independente	B2
PBAP	Pequena burguesia assalariada e proprietária	
PBP	Pequena burguesia parcial	
C	Campesinato	C
CP	Campesinato parcial	
OI	Operariado industrial	
OA	Operariado agrícola	
OP	Operariado parcial	
OIA	Operariado industrial e agrícola	

O quadro que se segue (4.8) apresenta a matriz que permitiu chegar à classificação, tendo em conta a posição do elemento feminino e do elemento masculino.

QUADRO 4.8
MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DOS LUGARES DE CLASSE

M:	BEP	BDP	PBTE	PBE	PBPR	C	OI	OA
F:								
BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP
BDP	BEP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP
PBTE	BEP	BDP	PBTE	PBTE	PBAP	CP	PBTE	PBTE
PBE	BEP	BDP	PBTE	PBE	PBAP	CP	OP	OP
PBPR	BEP	BDP	PBAP	PBAP	PBPR	CP	PBP	PBP
C	BEP	BDP	CP	CP	CP	CP	CP	CP
OI	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OI	OIA
OA	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OIA	OA

Com base nesta matriz, elaborámos uma escala para indicar o nível sócio-económico que contempla três níveis que podem ser caracterizados da seguinte forma: nível baixo (engloba, de modo geral, o conjunto das ocupações e profissões relacionadas com o trabalho manual, incluindo o trabalho da terra); nível médio (pequena burguesia independente, proprietária e assalariada), nível [médio] alto (pequena burguesia técnica de enquadramento e de execução, ligada a actividades que exigem elevado grau de qualificação ou a funções de supervisão e coordenação). Dado que não registámos dados que pudessem ser inseridos numa categoria de nível elevado (grandes empresários e proprietários de empresas dos diversos sectores

económicos, altos quadros, directores e gestores de grandes empresas, profissões liberais), optámos por não a discriminar.

A Análise de Conteúdo das Entrevistas

Relativamente às entrevistas gravadas, e com vista à sua análise de conteúdo, foram integralmente transcritas, o que se traduziu num conjunto de aproximadamente 680 páginas que constituem o nosso *corpus* de informação. Contámos também com as fichas que elaborámos para cada entrevista, com o objectivo de anotar tudo o que se tinha passado no processo de realização das mesmas.

Numa primeira fase, procedemos a uma leitura ‘flutuante’ (termo utilizado por Bardin, 1988) de todas as entrevistas, deixando-nos invadir por impressões e orientações, com vista a uma análise exploratória que nos permitisse a elaboração de categorias para o tratamento dos dados.

Durante a transcrição das entrevistas, fomos elaborando uma listagem preliminar de temas importantes e de interesse, que posteriormente foi aperfeiçoada, tendo em conta os parâmetros e os objectivos previamente definidos, chegando-se assim à construção das categorias para análise da informação recolhida. Apresentamos de seguida essas categorias (figura 4.1).

<p>FIGURA 4.1</p> <p>CATEGORIAS TEMÁTICAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</p>	
1. ORGANIZAÇÃO DA VIDA QUOTIDIANA FAMILIAR	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades quotidianas da família: tempo de trabalho / tempo livre - Actividades preferidas das famílias / crianças - Gestão do tempo - Vivência de um tempo social: o serão
2. INTERACÇÃO DA FAMÍLIA COM A TELEVISÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Número e localização dos receptores de TV no lar - Tempos e modos de ver (quem vê com quem, em que momentos, quem escolhe o que se vê...) - Os gostos e as preferências televisivas das famílias - Os gostos e as preferências televisivas das crianças - Importância que, segundo os pais, a televisão tem na vida das crianças - Papel e importância da TV no quadro de vida familiar - Usos sociais da televisão (baseando-nos na tipologia sugerida por James Lull, apresentada e discutida no capítulo III) - Relação entre televisão e aprendizagem
3. PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DA TELEVISÃO NA FAMÍLIA	<p>3.1. <u>Mediação Restritiva</u> Os pais implementam regras em relação ao consumo televisivo dos filhos. Exemplos: <i>proibição de certos programas</i> <i>restrição do tempo de consumo televisivo</i></p> <p>3.2. <u>Mediação Avaliativa</u> Os pais e as crianças vêem televisão em conjunto e dialogam sobre os programas (o 'ver televisão' é intencional, tem um propósito/objectivo). Exemplos: <i>discussão e interpretação de determinados programas</i> <i>explicação do conteúdo dos programas</i></p> <p>3.3. <u>Mediação não focalizada</u> Os pais fazem espontaneamente comentários / afirmações / perguntas durante ou após o programa.</p>
4. FACTORES QUE INFLUENCIAM A MEDIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura familiar - 'Características' das crianças - Uso social do espaço - Gestão do tempo - Acessibilidade televisiva
5. TIPOS DE FAMÍLIA	<p>Através do cruzamento das variáveis "encorajamento" e "restrição", determinadas no ponto 4, pretende-se identificar o tipo de família, seguindo a seguinte classificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Família Permissiva</u> ("laissez-faire"): nem encoraja nem restringe - <u>Família Restritiva</u>: restringe mas não encoraja - <u>Família Consensual</u>: encoraja mas não restringe - <u>Família Selectiva</u>: tanto restringe como encoraja.

Tendo como base este conjunto de categorias temáticas, procedemos então à análise de conteúdo das entrevistas. Esta técnica tem sido usada tanto em investigações de natureza quantitativa quanto de natureza qualitativa, ainda que os procedimentos de análise sejam bastante diferentes. No quadro de uma metodologia quantitativa, a análise de conteúdo tem como finalidade efectuar inferências a partir da frequência de ocorrência de certos elementos da mensagem. No quadro de uma metodologia qualitativa, a mesma análise procura salientar a presença, ou ausência, de determinadas características. (Bardin, 1988).

Embora na primeira metade do século XX o que marcava a especificidade da análise de conteúdo fosse o rigor e portanto a quantificação, como refere Jorge Vala (1986: 103), “*a quantificação é sem dúvida uma estratégia clara de virtualidades, mas não há justificação para não reconhecer os sucessos da investigação de orientação qualitativa. O rigor não é exclusivo da quantificação, nem tão pouco a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade de que se procura*”.

De acordo com vários autores que se têm dedicado ao estudo das metodologias qualitativas (cf. nomeadamente Lessard-Hébert *et al.*, 1990), a análise qualitativa tem como objectivo o conhecimento e a compreensão dos significados e interpretações dadas pelos actores sociais às situações e acontecimentos em que estão envolvidos, e aos seus modos de actuar. Portanto, as metodologias qualitativas consistem na atribuição de significado aos dados, na sua interpretação, e na criação de sentido (Lessard-Hébert, 1990).

Tendo presente os princípios norteadores das metodologias de natureza qualitativa, e atendendo aos objectivos do nosso estudo, optámos pela análise de natureza qualitativa. Com a utilização desta técnica, e tendo como base as categorias estabelecidas *a priori*, pretendíamos identificar, descrever, analisar, estabelecer relações, interpretar e compreender os dados, com vista a atingir os objectivos definidos.

Utilizando as expressões de Lessard-Hébert *et al.*, o nosso estudo situa-se no “*contexto da descoberta*” e não no “*contexto da prova*”. Ou seja: o nosso objectivo e a nossa preocupação é conhecer, analisar e interpretar, e não formular leis que expliquem os fenómenos.

Para pôr em evidência aquilo que caracteriza o processo de interpretação dos dados nas metodologias qualitativas, Van der Maren (in Lessard-Hébert, 1990: 123/124) recorre a duas analogias: a *encenação* e a *adivinhação*. A *encenação* “*integra uma forma de interpretação que efectua «uma **transposição analógica, dinâmica** (incorpora o movimento, o espaço e o*

*tempo), simultaneamente a vários níveis, de uma mensagem estática»” e “introduz o comentário e instala a emoção do intérprete na transmissão da mensagem”. A adivinhação “corresponde a uma função de **revelação do oculto**”.*

Dada a quantidade de dados que dispúnhamos para análise (680 páginas) e entrevedo a sua riqueza, as nossas preocupações eram bem reais: procurar elaborar um discurso de síntese que abarcasse simultaneamente a consensualidade e a diversidade dos conteúdos, de forma a tirar deles o máximo partido; ser consistente e coerente na aplicação das categorias de análise a todas as entrevistas; respeitar as informações de que dispúnhamos e não introduzir desvios que favorecessem ou desfavorecessem os dados; não projectar neles desejos nem destruir ou ignorar aquilo que eventualmente nos ‘incomodasse’ pelo facto de poder contradizer as nossas ideias e convicções de partida; procurar, de um modo verdadeiro e autêntico, que a análise dos dados correspondesse àquilo que os dados pretendiam representar.

É claro que estamos perante processos de construção e de re-construção da realidade. A análise é sempre um processo selectivo e a interpretação não é neutra, implica uma mediação por parte do investigador e das categorias que utiliza. A selecção é sempre inevitável, uma vez que se torna impossível contemplar e analisar toda a realidade. Por isso mesmo é que o investigador desempenha um papel individual importante e criativo (Fox, 1981), dependendo dele o processo de agregação dos dados e da sua capacidade para distinguir o que é socialmente significativo enquanto elemento de consensualidade ou de diversidade.

Os Critérios de Cientificidade

Os critérios científicos utilizados nas metodologias qualitativas recebem normalmente a mesma denominação que na investigação quantitativa, ou seja, fala-se de critérios de *objectividade*, de *validade* e de *fiabilidade*. Contudo, a sua aplicação difere ao nível dos procedimentos aplicados para os realizar.

Fazemos em seguida uma abordagem muito breve e sucinta a cada um desses critérios, procurando salientar alguns aspectos que os caracterizam e que tivemos a preocupação de seguir nos processos de recolha, tratamento, análise e interpretação dos dados, no sentido de procurar garantir o rigor e a validade da investigação que realizámos.

Nas metodologias qualitativas a operacionalização daqueles critérios de cientificidade passa grandemente pela explicitação dos procedimentos utilizados pelo investigador (desde a determinação da problemática, à formulação dos objectivos, à constituição, tratamento e análise e interpretação dos dados).

A *objectividade* no contexto da investigação qualitativa, não é entendida no sentido de uma causalidade externa, mas no sentido de que a verdade não é um absoluto, na medida em que é mediada pelo investigador, mas também não é totalmente relativa já que é construída em interacção com os dados empíricos. Kirk e Miller (in Lessard-Hébert, 1990:66/67) concebem a objectividade (seja ela procurada através das metodologias qualitativas ou das quantitativas) como *“a construção de um objecto científico que passa, por um lado, pelo confronto dos conhecimentos ou das ideias com o mundo empírico e, por outro lado, pelo consenso social de um grupo de investigadores sobre essa mesma construção”*. Van der Maren (id.:67) defende que na área qualitativa *“não se trata de ser objectivo por meio da depuração das medidas e por acordo intersubjectivo, trata-se sobretudo de ser objectivo pelo reconhecimento da subjectividade e pela objectivação dos efeitos dessa mesma subjectividade”*.

O critério de *validade* levanta o problema de saber se os dados são interpretados correctamente, ou seja, aplica-se ‘àquilo que se faz aos dados’ e ‘àquilo que se lhes faz dizer’. O problema dos erros de interpretação pode revelar-se logo na codificação dos dados (constituição de categorias de análise) e, consequentemente, na sua sistematização, tratamento e análise posteriores. Deste modo, a validade diz também respeito aos processos de codificação / selecção da informação. Van der Maren (in Lessard-Hébert, 1990:71) defende a propósito da operacionalização deste critério na investigação qualitativa, que *“desde que seja acompanhada por uma codificação bem documentada, pois que efectuada pelo próprio investigador, uma recolha de dados qualitativos não originará dados mais pertinentes e mais credíveis”*.

A *fiabilidade* diz respeito ao grau segundo o qual o resultado é independente das circunstâncias acidentais da pesquisa. Não incide directamente sobre os dados, mas sim sobre as técnicas e instrumentos de observação e de análise. Kirk e Miller (in Lessard-Hébert *et al.*, 1990:80) consideram que *“definir a fidelidade somente em termos da consistência de*

uma técnica ou de um instrumento fornecer respostas idênticas, independentemente do tempo e do espaço, pressupõe uma concepção extremamente redutora da fidelidade”. Assim, defendem que “a fidelidade raramente implica observações idênticas, mas antes observações consistentes relativamente aos aspectos teóricos que interessam ao investigador”. A validade pressupõe a fidelidade mas não o inverso.

Capítulo V

O QUOTIDIANO DAS FAMÍLIAS

1. O Dia a Dia das Famílias

A primeira reflexão que a análise das informações sobre este tópico nos suscita, é que não podemos falar num único e singular quotidiano, mas antes numa pluralidade de quotidianos vividos de forma desigual, organizados e determinados pelas posições socialmente diferenciadas dos *actores* e pelas suas práticas sociais, também elas distintas.

A vida quotidiana das famílias estudadas é fortemente estruturada e configurada em função do factor tempo, e assenta profundamente em ritmos diários, semanais e sazonais. Podemos dizer que, por norma, as famílias ocupam uma parte significativa do seu tempo com o trabalho, que chega a compreender nove a dez horas por dia, se tivermos também em conta o tempo necessário às deslocações casa/emprego. Este é, sem dúvida, o principal factor de estruturação do quotidiano das famílias. É também, segundo os entrevistados (embora mais para uns do que para outros) uma ocasião importante de desenvolvimento de redes de sociabilidade que contribuem também para ‘dar um sentido’ à vida quotidiana.

As interacções sociais que se estabelecem no quotidiano - e que constituem, aliás, a sua trama essencial - constituem as formas da «mise en scène» dos actores sociais.

As ocupações profissionais dos pais são muito diversas e, embora se registem, por isso mesmo, diferenças significativas entre os grupos domésticos, normalmente exigem, a todos, levantar e sair cedo de casa, e regressar ao fim da tarde, o que define ou, de certa forma, molda, um determinado estilo de vida (esta situação é mais acentuada nas famílias do meio rural, pelo seu tipo de actividade profissional e pelos tempos de deslocação de ida e volta que em geral são mais demorados que os das famílias residentes no meio urbano).

O tempo das crianças é gerido e determinado em função dos ritmos de vida dos pais e do horário da instituição pré-escolar que frequentam e onde passam uma parte significativa do dia.

Com as citações que se seguem procuramos ilustrar as vivências quotidianas das famílias:

(1) *“o dia a dia é compartilhado com o trabalho, a casa e a família. Quer eu quer o meu marido trabalhamos, temos um horário, somos ambos funcionários públicos, cumprimos o horário da função pública. De manhã saio sempre um bocadinho mais tarde porque tenho uma filha um bocadinho preguiçosa, de manhã tem sempre muito sono para se levantar...trago-a para a escola, depois vou para o trabalho. Na hora do almoço vou a casa, almoço, depois volto para o trabalho e só por volta das 17h30 é que há uma certa disponibilidade para estar com os miúdos. A Catarina sai daqui por volta das 16h00 porque é a avó – que mora mesmo em frente da escola - que a vem buscar. Depois aguarda que eu chegue do trabalho. Mas pronto, é sempre muito limitado, quando uma pessoa chega a casa, ainda tem muitas vezes que completar o trabalho profissional e isso acaba por preencher um bocado o dia a dia. E depois é fazer o jantar, antes de jantar é o dar banho, é preparar a refeição, a seguir à refeição, um bocadinho de televisão e depois é cama. Pronto, acaba por ser gerido mais ou menos dentro destas tarefas de segunda a sexta feira. Ao sábado não, é um bocadinho diferente. Ao sábado de manhã saio um bocadinho com ela, vou ao centro para ver montras, vamos até ao café, porque ela gosta muito de sair, de conviver, ver pessoas... durante a tarde normalmente estou por casa a preparar qualquer coisa melhor para o fim-de-semana em termos de jantar, receber amigos...à noite ou estamos em casa ou vamos a casa de amigos, procuramos ao fim-de-semana incluir os amigos entre nós, quer em nossa casa, quer deslocando-nos a casa deles... ou visitamos a família porque também tenho família no Porto e portanto ao fim-de-semana ou vamos ao Porto ou ficamos por cá.”*
(entrevista nº 2)

(2) *“– a minha mulher sai de casa às 7h10, eu vou levá-la à camioneta que é às 7h30, vai para Guimarães, para as Taipas, onde trabalha. Eu volto para casa, acordo os miúdos, ajudo a miúda a vestir-se, lavo-a, o mais velho já trata dele, o rapaz faz o pequeno almoço para a irmã, cada um faz a sua cama, depois saio daqui às oito e meia e vou para Barcelos onde trabalho. À tarde ou é a minha mulher que vai buscar a miúda ou vou eu. Normalmente encontramo-nos no regresso.*

– Chego [a mulher] às 17h30, vou buscar a Rita, ele vem de Barcelos e encontramo-nos. O rapaz já vai sozinho e chegamos a casa por essa hora.

– Chegamos a casa por volta das 18h30, 19h00. No Verão os miúdos ficam lá fora, a miúda principalmente, fica lá fora a brincar com as amigas, temos aqui um quintalzinho, é uma rua que não tem saída e há muito convívio dos miúdos; sei que da idade dela são

para aí uns sete ou oito. Entretanto a mãe fica a dar o jeito à casa, a fazer o jantar...”
(entrevista nº 3)

(3) *“De 2ª a 6ª ocupo assim os dias: começo na 2ªfeira por me levantar, fazer o pequeno almoço para as crianças, depois eles vão para a escola e eu dedico-me aqui à vida de casa.... sei lá, vou para o quintal, tenho lá..., sei lá, vou lavar, vou plantar ou couves ou feijão... ocupo-me assim na minha vida... como é que se diz... na vida doméstica, que é assim por casa, enfim. Eu ponho-me a pé sempre às sete. Depois chamo pelo meu filho e venho para cima, faço então o pequeno almoço, almoçamos aqui os dois... que é por causa de ele ir trabalhar. Depois vou levantar as pequenitas para irem para a escola, por volta das 8/8h30m, porque elas levam muito tempo.... para às 9h30m irem para a escola, mas têm de sair daqui lá para as 9h, por aí assim... Eu depois hei-de ter o comer feito para eles ao meio-dia virem aqui abaixo almoçar. Por volta do meio-dia menos cinco, meio-dia menos dez, já o tenho sempre prontinho em cima da mesa.*

Durante a tarde.... tenho um pequenino, um menino de dois anos, deito-me com ele, para ele dormir um soninho, como está agora, eu deito-me com ele e vá, enquanto ele dorme aquele sono eu entretanto venho arrumar a cozinha, ou vou até lavar para o tanque para ele não se molhar... sei lá, ocupo-me assim nestas coisas...que depois elas vêm da escola também tenho que lhes dar o lanche, ver o que é que lhes hei-de dar, o que é que hei-de ter pronto para elas.... e acho que acabo por encher assim a tarde, e tenho que depois voltar a fazer o comer porque tenho o meu filho então que vem pelas 19h00/19h30m. E comemos lá para as 20h00.(...)

Enquanto eu arrumo a cozinha, gostamos muito de ver TV, pômo-nos a ver algum filme que dá, alguma coisa importante, senão também aí pelas 10h30m/11h deitamo-nos, é muito raro deitarmo-nos mais cedo... porque agora os dias também são muito grandes, 10h30/11h ou 11h15, por aí assim deitamo-nos porque o meu filho no outro dia mais eu temos de nos pôr a pé àquela hora, e acho que nos pomos a pé um bocadinho cedo, não é... porque de manhã é que a cama sabe bem mas... toca a sair da cama fora, eu e ele.

Ao sábado e ao domingo o meu marido, não sei se já lhe disse, é emigrante olhe, sou quase como uma cobra, metida sempre aqui na toca. Dedico-me mais ali na casa de baixo a arrumar mais... a arrumar a casa, às vezes vou até à minha mãe um pouco, mais eles, parece um bando de tornilhos... Vemos TV... É onde passamos até o nosso tempo, passamo-lo sempre

aqui, vá..., se não formos até à minha mãe,... tenho aqui estes vizinhos, para mim são muito boas pessoas mas, pronto.... nunca nos entendemos (...) Pareço uma cobra aqui metida, como a senhora vê, não tenho aqui vizinhos mais nenhuns.... se a minha mãe não vier às vezes até aqui passo dias e dias que não falo com ninguém; o meu quintal é ali para trás, tem um muro de quase quatro metros de altura...” (entrevista nº 22)

(4) *“Geralmente pomo-nos a pé... a Gabriela tem muita dificuldade em por-se a pé, faz muitas perrices, geralmente levanto-a às nove, dou-lhe o pequeno almoço, levo-a ao colégio..... cada um está na escola, depois à uma hora vou buscar o mais novo, vai almoçar comigo a casa, o mais velho à uma e meia vai almoçar a casa e almoçamos todos em casa... a Gabriela também, quando fica em casa, senão almoça no colégio. Depois vou buscá-la às quatro, ou buscá-la muito cedo, porque depois a minha mãe à tarde vai levá-la a dar um passeio até ali ao parque, por volta das sete horas pego neles e vou para casa, faço o jantar, o meu marido chega por volta das oito. Geralmente deixo-a vir para cá para baixo porque as crianças concentram-se todas à minha porta, as crianças da rua, vêm todas para a minha porta. Tem uma coisa muito boa, é que a minha rua é bastante larga e tem um passeio enorme e eu sei que não há perigo nenhum, também porque o meu filho mais velho é extremamente preocupado e olha muito bem por ela e eu deixo-a ficar até cerca das dez e meia, agora no verão, e depois... dou-lhes banho e meto-os na cama, mas a Gabriela muitas vezes não vai, o meu marido tem que ir com ela para a cama, para ela adormecer. É que se ela sentir alguém tem que vir para a sala e às vezes são onze horas, onze e meia e ela ainda anda por lá, cheia de sono, mas anda.*

(...) Agora nesta época, geralmente jantamos por volta das oito, nove horas, eu e o meu marido vamos sempre tomar café, vamos a pé para andarmos um bocadinho, o café é do meu cunhado, ficamos por lá um bocadinho. Depois geralmente ficamos em casa a ver TV ou a fazer as minhas coisas, não somos muito de sair. No Inverno nós nunca saímos durante a semana, estamos sempre em casa, vemos bastante TV. De Verão não. Enquanto estamos a jantar, nós temos TV na cozinha, e vemos as notícias, que eu gosto, geralmente vejo a novela, não vemos muita TV no Verão. Ao domingo de manhã saímos sempre, se estiver sol o meu marido gosta muito... faz desporto, vamos para a rodovia com os miúdos e geralmente tentamos sair sempre de manhã, mesmo de Inverno. Geralmente não cozinho, vou buscar comida feita, como em casa, prefiro do que ir ao restaurante. Depois ao fim da tarde vamos com as miúdas até ao parque, porque a minha filha convive muito com uma prima, que tem

três aninhos, eu dou-me muito bem com a minha irmã e ao fim da tarde vamos sempre dar uma volta, ou até ao Bom Jesus, tentamos sempre arejar...arejá-los...” (entrevista nº30)

(5) *“O meu marido vai trabalhar... a Ana vai para o infantário e eu durante o dia tomo conta da Sara e faço a vida doméstica, tenho o quintal, a bicharia e assim... A Ana vai para casa às três e meia, outras vezes fica na avó, porque a avó está só, e vai para cima ao fim do dia. À noite vê um bocadinho a TV, gosta de ver aquela série portuguesa “Os Andrade”, chama-lhe a atenção por ser falado em português, talvez... gosta muito da novela portuguesa também, eu acho que ela inclina-se mais para o que é em português, os desenhos animados se forem traduzidos em português ela gosta, se for para ler não lhe chama tanto a atenção porque não entende... . Oito, oito e meia, jantamos, o meu marido vem sempre tarde, de maneira que é por volta dessa hora. Ao fim-de-semana nunca paramos, o meu marido gosta de pescar de maneira que vamos para muitos sítios, vamos para a Régua, para Lamego, inclusive estavam lá a fazer jogos de um JI e ela adorou ver... saímos sempre, uma vez levamos de casa almoço e fazemos lá ao ar livre, outras vezes vamos almoçar fora.” (entrevista nº35)*

(6) *“Durante a semana vamos para os campos trabalhar, depois eles vêm para o café brincar e eu estou em casa, na vida de casa, a bicharia....., fazer o comer... agora no verão venho um bocadito até aqui ao café, passamos assim o tempo.... levantamo-nos pelas oito horas... os meninos pelas nove horas quando há escola, quando não há escola...ainda hoje dormiram até ao meio-dia os três, ela nem veio até ao infantário. Ao fim de semana, no domingo vamos à missa e ao sábado é trabalhar igual, como a semana, ao domingo depois de comer é ir um pouco até à minha mãe, até à minha sogra...*

E os meninos e o meu marido vêm para o café, eles vêm brincar porque eu vivo aqui à beira.... e depois arrumo a cozinha e também venho até ao café. No Inverno estou ao lume a ver TV, depois vem o meu irmão da Suíça e estamos ali a conversar, eles gostam muito de comer bolo com sardinhas e cozo o pão e estamos ali todos na conversa às vezes é meia-noite uma da manhã e estamos nós ali a conversar...” (entrevista nº38)

(7) *“O meu dia-a-dia é talvez um bocado diferente do das outras pessoas porque como o meu marido é vigilante, tem um horário das cinco da tarde à uma da manhã, ou da uma da manhã às nove da manhã, que é o caso de hoje, ele agora chegou, meteu-se na cama e eu saí.*

O tempo que estamos juntos é pouco, porque quando eu estou a pé está ele a dormir, muitas vezes, e quando eu estou a dormir está ele a pé, e com os miúdos é a mesma coisa. É ele que o vem trazer ao colégio, que o vem buscar à tarde, aos fins-de-semana também trabalha muitas vezes, portanto está pouco tempo com os miúdos... E eu como estudo também saio de manhã e entro à noite, também só estou um bocado com eles.

(...) À noite, normalmente o meu marido trabalha, eu janto na minha mãe com os miúdos e depois no fim vou para casa, lá para as nove e meia, dez horas, estou em casa, lá está ele vê um bocadinho de TV e depois cama.

Ao fim-de-semana também ficam em casa, se ele está a trabalhar, também grande parte do tempo passam-no em casa, a não ser que a minha irmã os leve a dar uma voltita ou assim. Eu também podia ir, mas não tenho carta, e no ano lectivo é difícil porque tenho sempre muito que fazer. Quem sofre com isto são eles.” (entrevista nº 44)

(8) “O meu marido é sempre o primeiro a sair, o Tiago acorda pelas oito, oito e meia, muitas vezes já nem vê o pai, a partir daí sou eu que o levanto, toma o leite dele e levo-o ao colégio, está lá até às cinco, cinco e meia, faço questão de o ir buscar sempre por volta dessa hora. Se estiverem dias bonitos vamos passear, o meu marido só chega pelas oito e meia, nove, dez, agora no novo emprego trabalha bastante. A partir do momento em que chego a casa - normalmente tento fazer as compras antes, senão, vou buscar o Tiago e ele vai comigo às compras. Depois chegamos a casa ele vai logo para a sala e tem lá uma mesa com os brinquedos dele que nem tiro porque não vale a pena... mas agora está na fase dos vídeos, só quer ver vídeos, acaba um, vou lá por outro. Depois dou-lhe o banho, chega a hora de jantar, porque é assim, ele sabe que quando chega a hora das notícias não pode ver mais vídeos. Ultimamente tem-se facilitado, como o pai chega mais tarde, ele tem visto vídeos até mais tarde e eu tenho notado que não é bom porque ele está mais obcecado pelos desenhos animados e pelo vídeo... eu estou a ceder um bocado nos horários dele. Chegando o pai, acabam-se os vídeos e ele anda ali, brinca, pinta, gosta muito de fazer desenhos, vê lá as historinhas dele, faz os legos, o pai, se chega a horas, brinca com ele na sala. Normalmente janta antes porque o meu marido tem chegado muito tarde. Estamos ali, vemos TV, conversamos e aí, ele agora deita-se mais tarde por causa da mudança da hora, não consigo deitá-lo antes das dez e meia, onze, aí às onze horas deita-se. Nós normalmente ficamos sempre um bocado mais... É sempre a mesma rotina. Ao fim-de-semana é que é diferente porque à sexta-feira, normalmente, ou vai um casal nosso amigo lá a casa ou vamos nós a

casa de familiares do meu marido que normalmente se juntam à sexta-feira. O Tiago aguenta e fica sempre acordado até à uma e meia, duas da manhã, e depois no sábado acorda à hora que a gente acorda, onze, onze e meia, e quer ir logo ver os vídeos e enquanto ele vê os vídeos, eu faço o almoço, dou-lhe banho e vamos sempre sair, é raro estarmos em casa ao fim-de-semana, a não ser que o meu marido trabalhe ao sábado e nesse caso ficamos só os dois, vou passear com ele normalmente, ele quer ir andar de bicicleta, andamos por ali...”
(entrevista nº49)

Os relatos acerca das vivências do quotidiano - de que estes excertos são apenas alguns exemplos - dão-nos conta de uma significativa pluralidade e diversidade de situações, de rotinas, de acontecimentos, de experiências e de interações vivenciadas pelas famílias, que variam qualitativa e quantitativamente entre as zonas de residência e os níveis sócio-económicos. A análise dos dados dá-nos também a entender que a vida quotidiana não é sequencial nem linear, não se reduz a uma mera sucessão de tempos e de actividades. Permite-nos evidenciar essencialmente características comuns, tendências e algumas regularidades nas diferentes famílias estudadas. Apesar de actividades como levantar cedo, trabalhar, levar as crianças ao jardim de infância e ir buscá-las ao fim da tarde, fazer compras, tratar de tarefas burocráticas, realizar tarefas domésticas, cuidar das crianças, ver televisão, dormir, etc., serem comuns à esmagadora maioria das famílias, tais actividades são realizadas, sentidas e vividas de modos diferenciados.

Embora o quadro que nos foi possível esboçar (com base nas informações que recolhemos) sobre a vida quotidiana das famílias seja bastante diversificado, estamos conscientes que o quotidiano é bem mais colorido e denso do que aquilo que os relatos nos oferecem para analisar e reflectir.

Os relatos e informações prestados não são suficientemente esclarecedores em relação à forma como se vivem estas actividades, os significados que revestem, os sentimentos de alegria, desilusão, tédio e amargura a que dão lugar. Deixam a descoberto as perplexidades, angústias e até algum sofrimento com que algumas famílias gerem o quotidiano. Apenas deixam entrever algumas preocupações e problemas com que se deparam no dia-a-dia.

O desfasamento entre o horário escolar e o horário de trabalho dos pais, por exemplo, constitui um problema e até mesmo uma preocupação para um número significativo de

famílias. Algumas procuram diariamente vias de resposta para o solucionar, recorrendo, na maioria das vezes, a familiares (principalmente aos avós); outras, recorrem a instituições do tipo ATL (actividades de tempo livre), onde as crianças (em idade escolar) muitas vezes almoçam. Nos meios rurais este tipo de situação não se coloca da mesma forma que no ambiente urbano, talvez por ser mais facilmente resolvida devido não só à proximidade de familiares, mas também às redes de solidariedade que se estabelecem com os vizinhos.

Esta desarticulação de tempos sociais também se faz sentir ao nível dos horários de funcionamento dos jardins de infância⁴⁴, embora de forma mais ténue: o horário do Jardim do meio urbano é bastante alargado e flexível, sendo habitualmente os pais que levam (de manhã) e vão buscar (à tarde) os filhos. O facto deste Jardim ter cantina permite aos pais não se preocuparem com o almoço das crianças. No meio rural, normalmente não são os pais que levam as crianças ao JI, a não ser nos casos em que as mães são domésticas; elas deslocam-se habitualmente a pé, com os irmãos mais velhos ou com os vizinhos que frequentam a escola primária, ou então são as avós ou outros familiares que as acompanham até à instituição. Esta situação prende-se com o horário de trabalho dos pais (saem muito cedo de casa) e com o próprio horário de funcionamento dos jardins de infância. O facto de não dispor de cantina obriga as crianças irem almoçar a casa, o que exige a disponibilidade por parte de um adulto nesse tempo, para servir o almoço às crianças e, em alguns casos, para as ir buscar e levar à instituição.

A proximidade dos avós, não só no meio rural mas também na maior parte das famílias do meio urbano, e a colaboração e apoio constantes que proporcionam no dia-a-dia, sobretudo em relação às crianças, parece atenuar algumas ansiedades e preocupações dos pais. Poder contar diariamente com a ajuda dos avós permite-lhes uma reconfortante sensação de segurança e de confiança.

O quadro de relações sociais (entre vizinhos) assente no interconhecimento e na interajuda que encontrámos sobretudo em ambiente rural, permitem também assegurar o acompanhamento e a 'guarda' das crianças quando, por exemplo, o educador ou o professor faltam, quando a mãe ou a avó têm que se deslocar à vila ou à cidade para fazer compras, para ir ao médico ou para realizar tarefas burocráticas.

⁴⁴ O jardim de infância do meio urbano é uma IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social - (é tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social), sendo o horário de funcionamento das 7h30m às 19H. Os Jardins do meio rural são instituições da rede pública (são tutelados pelo Ministério da Educação), e têm o horário de funcionamento das 9h às 12 e das 13.30h às 15.30.

Falaremos mais à frente da vivência do serão na e pelas famílias e das suas actividades de tempos livres. Gostaríamos por agora de deixar apenas algumas notas sobre as actividades que as crianças (individualmente ou na companhia de outras pessoas) realizam no exterior a partir do momento em que a criança regressa a casa (devemos atender a que algumas entrevistas foram realizadas num período de transição sazonal - da primavera para o verão - em que as condições climáticas são geralmente mais favoráveis a esse tipo de actividades).

No meio rural, nomeadamente, é frequente as crianças acompanharem a mãe ou os avós ao campo, o que proporciona muitas vezes uma ocasião de brincadeira com os primos ou com os vizinhos. Brincadeiras no exterior com terra, com água, com areia, brincar às corridas, andar de bicicleta, ir brincar para casa de vizinhos ou familiares, fazer um recado, ir à mercearia, acompanhar os pais ao café, são actividades que acontecem com alguma frequência em ambiente rural. No meio urbano, apesar dos dados remeterem para uma maior focalização no espaço doméstico, actividades como acompanhar os pais às compras e ao café, ir para casa de um amigo ou de um primo, e sobretudo brincar nas imediações da habitação com os vizinhos, constituem experiências regulares para muitas crianças.

Um outro aspecto ainda não considerado relaciona-se com a alteração de ritmo no fim de semana e nas férias. No primeiro caso, as alterações manifestam-se sobretudo nos horários de deitar e de levantar, mas também no tipo de actividades que se realizam: as rotinas relacionadas com o trabalho e com a escola são geralmente interrompidas, e têm lugar actividades como ir às compras, ver montras, ir ao hipermercado, passear, ir ao parque infantil, ir à catequese, ir à missa, visitar familiares ou amigos, ir ao restaurante, sair da cidade ou sair da aldeia.

Nas férias, a principal atracção é a praia, mas também o campismo, a piscina, os piqueniques, as viagens para fora da localidade de residência.

Numa análise do discurso acerca da forma como decorre o dia-a-dia, da forma como os sujeitos enunciam a sua vida quotidiana, encontramos constantemente um sentimento comum de falta de tempo, de ritmos de vida acelerados, assumindo o trabalho um ‘peso’ significativo.

Vejamos algumas palavras / expressões utilizadas pelos actores sociais na enunciação do seu dia-a-dia e que a análise do discurso permite destacar:

“casa”, “trabalho”, “corre-corre”, “saturante”, “cansaço”, “sempre a trabalhar”, “stress”, “difícil”, “sempre o mesmo”, “muito trabalho”, “trabalhar, trabalhar”, “a correr”, “sempre a correr”, “falta de tempo”, “vida rotineira”, “desencontro”.

Como nos é possível observar, para um número significativo das famílias que entrevistámos, viver o quotidiano, viver no quotidiano é algo que se apresenta actualmente difícil. Para muitas, significa passar horas e minutos intermináveis a trabalhar. A falta de tempo é o principal motivo de insatisfação: gostariam de ter mais tempo livre e de lazer, mais tempo para dedicar às crianças, e algumas mães alimentam o desejo de virem a “conquistar” algum tempo para elas próprias, como mostram estas duas citações:

“eu não tenho tempo nenhum para mim, de manhã é para a casa, de tarde é para a escola e de noite é para os filhos e para o marido” (entrevista nº 8)

“eu gosto de estar a ver TV, gostava de estar ali sossegadinha, adormecer no sofá e ninguém me chatear, se calhar não via nada, mas só o estar ali na sala e estar ali no sossego, já era muito bom”. (entrevista nº 4)

Um aspecto relevante, a propósito do que várias mães gostariam de alterar no seu dia-a-dia, é o facto de quando interrogadas sobre o assunto, mencionarem a televisão como um aspecto que gostariam de alterar, ou seja, a forma como a televisão está presente na família. Esta situação verificou-se sobretudo em relação a famílias que a televisão está ligada na hora da refeição, nomeadamente ao jantar, e que preferiam que estivesse desligada ou que não estivesse no espaço da refeição. Este sentimento de desagrado é partilhado sobretudo pelas mulheres, que gostariam de poder conversar nesse tempo, que gostariam de poder ouvir as crianças, de falar com elas, e de não ter que as mandar calar porque *“o pai quer ouvir as notícias e por isso temos que estar todos calados”*.

Contudo, encontramos também famílias para quem a compra de um segundo receptor de televisão e a sua colocação no espaço da refeição significou *“o regresso do sossego”* pois, até aí *“comíamos à pressa para ir ver televisão ou levávamos o prato para a frente da televisão”*, ou *“comíamos uns em cada lado”*.

(Por agora fica só o apontamento, no capítulo seguinte apresentaremos e analisaremos com mais detalhe estes dados.)

Estes sentimentos em relação à vivência do dia-a-dia parecem relacionar-se directamente com as expectativas que os sujeitos têm em relação ao quotidiano. Ou seja: quanto maior é a insatisfação e o desagrado com a forma como decorre o dia a dia, maiores são as expectativas e as aspirações. Mas isto relaciona-se também com o grau de percepção que os sujeitos têm da vivência do seu quotidiano e que é socialmente bastante diferenciado, o que leva à procura, também diferenciada, de soluções e alternativas. Portanto, as expectativas estão fortemente relacionadas com o grau de satisfação, e consubstanciam-se em práticas dependentes de factores como os recursos económicos e simbólicos disponíveis.

2. Tarefas Domésticas

Relativamente às actividades de ajuda em casa (dentro e fora), constatamos que a mulher assume aí o papel mais significativo, o que parece reforçar o estereótipo sexual segundo o qual o papel da mulher é mais centrado em casa e o do homem no exterior, embora na maior parte dos casos ambos tenham ocupações profissionais fora de casa. Este estereótipo é alimentado e reforçado, em alguns casos, pelas próprias mulheres, que encaram a realização dessas tarefas como sendo da sua competência, considerando ‘natural’ e ‘normal’ a pouca ou nenhuma participação dos homens a esse nível. Estas situações são bastante visíveis na forma como as mulheres se pronunciam sobre o assunto:

“Enquanto eu estou a arrumar [a cozinha, depois do jantar] o meu marido não gosta de me ver ali a arrumar e sai, vai tomar um cafezinho, e vem. (...) Tenho toda a liberdade do meu marido [por parte de] que me deixa fazer tudo aquilo que eu quero... de sair, se eu quiser... tenho essa boa sorte que o meu marido me deixa sair” (entrevista nº 43)

“Quando acabamos de jantar eu arrumo a cozinha e o meu marido vai logo para a sala ver televisão.” (entrevista nº 9)

“...estou em casa a tempo e horas e faço as minhas coisas, não preciso que ele [o marido] me ajude.” (entrevista nº 19)

“...não há nada estabelecido, talvez haja uma maior incidência dos trabalhos da casa sobre mim, mas acho que isso é normal.” (entrevista nº 42)

“Tenho a casa, tenho os filhos, tenho o meu marido para cuidar” (entrevista nº 8)

Para o sexo masculino, o “ajudar em casa” significa normalmente pôr e levantar a mesa, eventualmente cuidar dos filhos, e raramente ou nunca cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, etc. Os pais que entrevistámos, e que referem colaborar nesse tipo de tarefas, reconhecem existir uma certa acomodação e um certo comodismo pela sua parte, e por parte dos homens em geral, até porque, como dizia um dos entrevistados, “*a mãe nunca falha*” (entrevista nº 45).

Em algumas famílias, as tarefas domésticas são divididas, ou estão a cargo das avós, quando vivem na mesma casa ou quando residem próximo, e noutras (unicamente do meio urbano), estão a cargo de uma empregada doméstica o que proporciona, sobretudo à mulher, mais tempo disponível para outras actividades e mais tempo para o lazer.

Gostaríamos de salvaguardar os casos em que há uma ajuda mútua nestas tarefas, os casos em que, como referia uma mãe, “*fazemos uma equipa*” (entrevista nº 27). Embora tenhamos encontrado poucas situações deste tipo, consideramos que é importante não as deixar pelos ‘bastidores’.

Em algumas famílias as filhas mais velhas são também bastante solicitadas para as tarefas domésticas pelo que têm aí uma grande participação. Verifica-se uma diferença significativa em termos de solicitação de ajuda nestas actividades entre as famílias residentes no meio rural e no meio urbano. Em geral, as famílias do meio rural solicitam mais a participação das crianças naquele tipo de actividades. Elas assumem, em alguns grupos domésticos, um papel fundamental na organização da vida doméstica e mesmo na educação dos irmãos mais novos. Referimo-nos, nestes casos, às crianças do sexo feminino com idade igual ou superior a 10 anos (até porque a partir dos 14/15 anos algumas deixam de estudar e habitualmente ficam em casa, enquanto os rapazes procuram um emprego), tendo, no entanto, encontrado crianças mais pequenas para quem, cuidar do gado, por exemplo, constitui uma experiência regular. Como nos relatava uma mãe:

“*Ele gosta muito de ir [para o JI], que está lá o primo, e gostam muito um do outro e gosta muito de ir. Eu é que não o deixo ir às vezes, de manhã, quando ele acorda eu digo-lhe que ele vem comigo para o campo para ajudar... e ajuda a pôr a vaca a beber e já a traz para a corte e às vezes vai para o campo e guarda a vaca enquanto nós trabalhamos.*” (entrevista nº 16)

À parte este tipo de actividades mais específicas do meio rural, em qualquer família, pode ocorrer a colaboração da criança em actividades como “pôr a mesa”, “fazer a cama”, “arrumar os brinquedos”, etc. - prática que tem muitas vezes subjacente um certo ‘estilo’ de educação: desenvolver a autonomia e a responsabilidade, o sentido da participação e da interajuda em casa. Portanto, se para algumas crianças estas experiências são realizadas com prazer e com satisfação, em contextos de autonomia, para outras, constituem uma obrigação, uma imposição e, por isso mesmo, são realizadas em contextos de constrangimento. Dizia-nos uma mãe a propósito da solicitação de ajuda aos filhos nas actividades do campo, fazendo suas as palavras do seu filho de 5 anos de idade:

“Eu não gosto de ir com as ovelhas, tu sabes que eu não gosto de ir com as ovelhas; deixa-me ir brincar.” (entrevista nº 32)

3. Vivência do Serão

O serão é o tempo, por excelência, do encontro da família depois de um dia de trabalho. É talvez o principal cenário das interacções familiares. É um tempo vivenciado de modos diferentes pelos actores sociais, e depende de forma marcante do meio de residência, do horário de trabalho dos pais, das condições de habitação, da estação do ano, e dos estilos de educação vigentes na família.

Em geral, as crianças estão presentes até cerca das 10h30m/11h00, hora habitual de deitar, registando-se um número significativo de casos em que as crianças se deitam mais tarde, sendo poucas as famílias que referem uma hora de deitar antes das 10h30.

Como as entrevistas foram realizadas num período de transição sazonal (do Inverno para a Primavera / Verão), pudemos registar algumas diferenças em relação à vivência deste tempo: no período de Verão o serão é mais longo, o jantar é mais tarde, as saídas de casa - para um pequeno passeio a pé (sobretudo no meio urbano) ou para uma ir até ao café - são mais frequentes, as crianças (sobretudo as do meio rural) brincam até mais tarde no exterior. No Inverno, este tempo é vivido sobretudo dentro de casa, na maioria das vezes na companhia da televisão. Citando:

“No Inverno o serão é de volta da televisão porque não há hipótese de fazer mais nada.”
(entrevista nº 36)

“No Verão normalmente saímos todos, vamos até ao café; no Inverno, estamos ao lume a ver televisão.” (entrevista nº 38)

Em geral, o serão é ocupado com as tarefas domésticas e com o apoio nas tarefas escolares das crianças, recaindo ambas de forma mais intensa sobre a mãe. Encontramos muitas famílias em que o pai, por norma, sai depois do jantar para realizar actividades profissionais extra-emprego. Esta situação é mais visível no meio urbano, é frequente o homem envolver-se em actividades daquele género, procurar outras fontes de rendimento para além do trabalho profissional, o que significa uma grande ausência no acompanhamento da vida familiar. No meio rural, registam-se também alguns casos em que o homem sai depois do jantar mas normalmente é para ir até ao café, encontrar-se com os amigos, passar o tempo. Registamos também casos de famílias em que o homem ‘desliga’ da vida familiar e, como o actor que sai de cena, vai para outro compartimento ver TV. Em algumas destas situações, as crianças acompanham os pais para deixar a mãe realizar ‘à vontade’ as tarefas domésticas, mas o pai é, segundo os relatos, uma presença ausente. Dignos de registo são também os casos em que os pais disponibilizam algum tempo do serão para brincar com os filhos, para jogar, para conversar, para lhes contar histórias, para simplesmente estar com eles.

‘Ver televisão’ constitui uma ocupação importante, embora diferenciada, no tempo de serão. É uma actividade realizada pela maior parte das famílias, acompanha em muitos casos o jantar, e acaba por marcar o serão. Deixamos para a segunda parte a análise dos possíveis significados e implicações da incidência da televisão no serão das famílias.

Pela análise dos dados, é notório o papel que a mãe desempenha em toda a vida quotidiana familiar, nomeadamente, na vida das crianças. Esta situação pode explicar, em boa parte, o cansaço, a falta de tempo próprio, a procura de sossego, expressos por algumas mães. Só depois das crianças se deitarem é que muitas mulheres têm oportunidade de descansar, ‘refugiando-se’ muitas vezes junto da TV (onde a maior parte das vezes já se encontra o marido). Como dizia uma mãe, *“ver um bocado de TV, à procura de um bocado de sossego”* (entrevista nº 7).

A hora de deitar é variável de família para família, e mesmo dentro de cada uma. Por norma, as do meio rural deitam-se mais cedo que as do meio urbano, situação que pode ser explicada pelos horários de trabalho, pelo tipo de ocupação profissional, e pelos tempos de percurso até ao local de trabalho.

4. Actividades das Crianças⁴⁵

Referimos anteriormente que a forma como as crianças ocupam o seu dia a dia é fortemente marcada e determinada pelos ritmos de vida dos pais e pelos recursos económicos e simbólicos de que dispõem. Além do tempo que passam a dormir e com outras actividades de necessidade fisiológica (alimentação, higiene...), e do tempo que estão no jardim de infância, as crianças entregam-se completamente a uma actividade que é inteiramente do seu agrado: brincar.

A avaliar pelas referências que os pais fazem ao ‘brincar’, esta actividade ocupa um espaço e um tempo privilegiado e dominante no quotidiano das crianças. Os dados que recolhemos permitem-nos elaborar uma listagem indicativa dos jogos e brincadeiras (figura 5.1) que, segundo os pais, são preferidos das crianças.

⁴⁵ Focalizamos a nossa análise nas actividades realizadas e preferidas pelas crianças dos 3-6 anos de idade.

FIGURA 5.1
JOGOS E BRINCADEIRAS PREFERIDOS DAS CRIANÇAS

Tipo de Jogos e Actividades	Jogos e Brincadeiras
Jogos de construção	legos
Jogos didácticos	puzzles jogos de dado jogos de associação
Jogos de dramatização (jogo simbólico)	Brincar: aos médicos às casinhas à cabeleireira ao jardim de infância às professoras às mães e filhas às telenovelas ao “chuva de estrelas”
Actividades de expressão plástica	desenhar pintar recortar e colar “escrever”
Actividades de expressão musical e corporal	dançar cantar ouvir música
Jogos no exterior	brincar com: terra areia água andar de bicicleta jogar à bola
Outros	brincar com os carrinhos ouvir contar histórias ver TV

Desta listagem de jogos e brincadeiras, a mais frequente e a preferida entre as crianças do sexo feminino são os jogos de dramatização (a quase totalidade dos pais referem observar diariamente o envolvimento dos filhos em situações de jogo simbólico), e entre as crianças do sexo masculino, as brincadeiras com os carrinhos e com a bola. Comum aos dois sexos, são os desenhos e a pintura.

Observámos, nos dados que recolhemos, a manifestação de estereótipos sexuais no tipo de jogos escolhidos e nos papéis assumidos que são, em alguns casos, reforçados pelas próprias mães, como ilustram as citações:

“nunca fazem personagens homens, os personagens homens são sempre uma boneca grande que elas têm ou então alguém imaginário.” (entrevista nº 8)

“os teus brinquedos são as bonecas, não são os carrinhos, os carrinhos são dos meninos, não são das meninas.” (entrevista nº 33)

‘Ver TV’ ou ‘ver vídeos’ são também duas actividades frequentemente mencionadas pelos pais como sendo preferidas das crianças. Alguns pais separam o ‘ver vídeos’ do ‘ver TV’, chegando a referir que os filhos não gostam muito de ver TV, (referem-se às emissões regulares), gostam mais de ver vídeos. Por ora deixamos este assunto em aberto dado que será retomado na segunda parte do capítulo.

Registámos também alguns casos (unicamente no meio urbano) em que as crianças realizam outro tipo de actividades, nomeadamente, natação, ginástica, iniciação musical, e iniciação ao piano.

Relativamente a ‘com quem brincam as crianças’, observamos uma diversidade de situações: brincam sozinhas, com os irmãos, com os primos e com os vizinhos (estas duas últimas companhias são mais frequentes no meio rural). Encontramos também alguns (poucos) casos em que os pais participam nas brincadeiras infantis, sobretudo à noite, depois do jantar.

5. Tempos Livres das Famílias

Recorde-se que a aceção que utilizamos de tempo livre (discutida no Capítulo I), inspirada em Dumazedier, não se confunde com a de lazer. É considerado tempo livre todo o tempo libertado do trabalho e das obrigações familiares, enquanto que o tempo de lazer diz respeito ao tempo livre que a família pode dispor para si com um certo grau de liberdade, algum tipo de possibilidade de escolha, algum estado de satisfação.

Assim sendo, uma primeira observação que podemos fazer, de acordo com esta aceção e com as informações que recolhemos, é que as famílias, tanto do meio rural como do meio urbano, dispõem de pouco tempo livre. Por outro lado, os recursos económicos das famílias e as fortes assimetrias existentes entre aqueles dois tipos de meio físico, em termos de acessibilidade de equipamentos e serviços, parecem condicionar e determinar as práticas de ocupação do tempo livre. Registamos também diferenças em função da estação do ano e das alterações de ritmo no fim-de-semana e nas férias (as alterações manifestam-se sobretudo nos horários de levantar e no tipo de actividades realizadas; ao fim-de-semana, por exemplo, interrompe-se a maior parte das rotinas habituais).

Por influência deste conjunto de factores, encontramos experiências e práticas de ocupação de tempo livre substancialmente diversas, e com significados claramente diferentes. Verificamos, contudo algumas afinidades e semelhanças entre as formas de ocupação do tempo livre entre as famílias do meio urbano, o mesmo acontecendo em relação às famílias do meio rural.

As famílias do meio rural, quando dispõem de algum tempo livre, o que acontece sobretudo ao fim de semana, ficam, normalmente, por casa a ver televisão, vão até ao café, visitam familiares, ocasionalmente vão passear até ao centro urbano mais próximo, e no Verão vão com frequência à praia.

No meio urbano, é também ao fim de semana que a maioria das famílias dispõem de algum tempo livre. Encontramos uma prática quase generalizada de não saída ao domingo, independentemente da estação do ano, a não ser com um destino previamente definido (p. ex. visitar familiares), por um lado, para evitar ‘confusões’, trânsito, etc., e por outro, para poderem descansar, tempo em que geralmente a televisão está presente. O sábado é, para muitas famílias, o dia por excelência de distração e de divertimento: ir ao cinema, visitar

uma exposição, ir ao parque infantil, andar de bicicleta, fazer compras, ir à praia. A acrescentar ainda as saídas de algumas famílias, durante todo o fim-de-semana, para o campo, para casa de familiares, para a praia e para o campismo.

Parece-nos importante realçar que, enquanto no meio urbano a não saída ao domingo, e eventualmente durante todo o fim-de-semana, passa muitas vezes por uma opção, no meio rural é uma “imposição” da própria vida quotidiana familiar. Não são raros os casos em que as mães manifestam o desejo de sair ao fim-de-semana, para “arejar”, “*para conhecer outros sítios e outras pessoas*”, “*para passear*”, “*para distrair*”.

Importa também referir que muitas vezes os elementos que constituem uma mesma família têm tempos livres desencontrados o que dificulta a sua vivência.

Em jeito de conclusão - Parece-nos importante avançar, desde já, com uma primeira conclusão do que ficou explicitado neste primeiro capítulo.

Por agora, podemos dar conta da existência de uma pluralidade de quotidianos, multifacetados, e socialmente condicionados. Recorrendo a Giddens, diríamos que os estilos de vida das famílias, definidos em função das práticas sociais que adoptam, são o resultado de ‘escolhas’ e de ‘preferências’, realizadas a partir de um leque indefinido de padrões de comportamento, pelo que, a escolha “*é um componente fundamental da actividade do dia a dia*” (Giddens,1994:72).

Contudo, falar de uma multiplicidade de escolhas não significa que todas as escolhas estão abertas a todas as famílias, ou que todas as pessoas tomem as mesmas opções e tenham as mesmas preferências, mesmo que estejam em circunstâncias de vida idênticas, mesmo que tenham as mesmas hipóteses de escolha. Tais escolhas são fortemente determinadas e condicionadas por um conjunto de factores, de ordem simbólica e de ordem económica. O poder de acesso aos bens de consumo, as motivações, os interesses, as necessidades, etc., são diferentes, logo, conduzem a diferentes escolhas. Por isso mesmo, deparamos com uma diversidade e quantidade de actividades, de situações, de experiências, de interacções vivenciadas pelas famílias no dia-a-dia.

A ocupação do tempo livre depende das condições de vida das famílias e da oferta disponível, não querendo com isto dizer que só o meio urbano proporciona as condições de

acesso a manifestações de lazer. O que está em causa não é apenas a desigual distribuição dos recursos económicos e simbólicos, mas as atitudes e práticas, motivadas por valores distintos, face à vida.

Merece também referência o desagrado por alguns manifestado em relação ao dia-a-dia e que nos mostra que a vida quotidiana é caracterizada por constrangimentos de várias ordens, que é constituída não apenas por aquilo que se faz, mas também por aquilo que não se faz, por aquilo que se deseja vir a fazer, por aquilo que se sonha.

Capítulo VI

INTERACÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A TELEVISÃO

1. Número e localização dos receptores no espaço doméstico

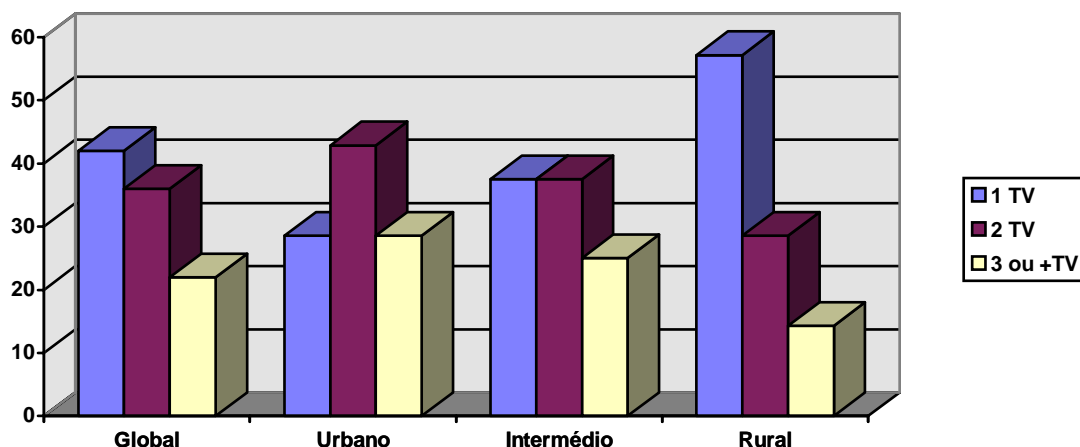
Antes de nos centrarmos nas práticas televisivas das famílias, parece-nos importante termos uma percepção do número e localização dos aparelhos de televisão no lar, até porque, é um factor importante que pode condicionar e mesmo determinar os modos de ver no quadro familiar.

É certo que a prática televisiva é essencialmente uma actividade de consumo doméstico, mas onde se situa(m) o(s) aparelho(s) de televisão existente(s), e onde é que se vê?

A análise dos dados permite-nos verificar que todas as famílias têm pelo menos um receptor de televisão em casa⁴⁶, e 58% possuem dois ou mais receptores. A distribuição dos aparelhos pelos três tipos de zona de residência considerados apresenta-se desigual. Como se pode observar na figura 6.1 abaixo apresentada, enquanto que no meio rural a tendência aponta para a existência de um único receptor por lar, (mais de 50% dos lares nessa situação), nos meios urbano e intermédio a tendência aponta para a existência de dois ou mais receptores por lar (nestes meios o número de lares com dois ou mais receptores é largamente superior aos que só possuem um receptor, com primazia para o meio urbano, em que a percentagem é superior a 70%, sendo no meio intermédio superior a 60%).

⁴⁶ Registámos, no entanto, duas situações particulares em duas famílias do meio rural: uma que se encontrava há algum tempo sem televisão pelo facto de esta estar avariada; e outra que momentaneamente se encontrava sem televisão pelo facto de ter sido colocada no café anexo ao restaurante (onde já existia outro aparelho) de que a família é proprietária.

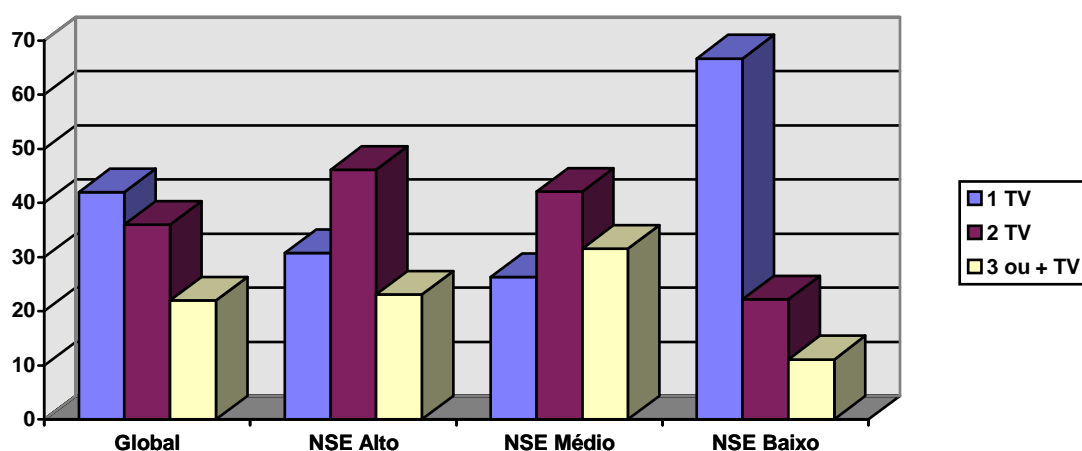
FIGURA 6.1
APARELHOS DE TELEVISÃO POR LAR E POR ZONA DE RESIDÊNCIA (%)



Se tivermos como critério de análise a variável nível sócio-económico (NSE), verificamos que nos lares do nível mais desfavorecido se regista um menor número de aparelhos de televisão (cerca de 70% das famílias só têm um aparelho de televisão). Nas famílias dos outros dois níveis, os valores são idênticos entre si (cerca de 30% de famílias com apenas uma televisão), sendo no entanto de realçar que é no nível sócio económico médio que se verifica a maior percentagem de famílias com mais de duas televisões (mais de 30%), como nos mostra a figura 6.2.

Sintetizando: um menor número de aparelhos é mais susceptível de ser encontrado no meio rural e no nível sócio-económico baixo.

FIGURA 6.2
APARELHOS DE TELEVISÃO POR LAR E POR NÍVEL SÓCIO ECONÓMICO (%)



Os dados relativos ao meio mais desfavorecido explicam-se sobretudo pela fraca capacidade económica das famílias, que revelaram ao longo das entrevistas a intenção e a vontade de virem a possuir outro(s) aparelho(s) de televisão. *"(...) um dia hei-de comprar outra televisão e até se for que estejamos já na minha casa nova, hei-de comprar uma para o quarto dele [do filho] porque se ele quiser vê até à hora que lhe apetecer, porque ele gosta muito de ver televisão."* (entrevista nº19).

A proximidade e mesmo a ligeira supremacia quanto ao número de aparelhos de televisão por parte do nível médio em relação ao nível alto resulta, do que nos foi dado perceber pela análise dos dados, da valorização da televisão na vida quotidiana pelas famílias do NSE médio. De notar que foi o único estrato social em que detectámos a existência de TV no quarto dos filhos.

"Eu acho que nem consegui passar sem televisão porque há uma tendência natural para a televisão e o facto de a ter, de a poder ligar e se quiser poder ver ou ouvir... acontece também nas férias, mas no tempo de aulas, que eu estou muitas vezes sozinha, a televisão, é uma companhia sem dúvida nenhuma. Não se pode viver hoje em dia sem televisão." (entrevista nº 41)

"A televisão tem um lugar bastante marcado no seio da família, é mais um elemento..." (entrevista nº 44)

"(...) o meu marido acho que se pudesse andar com a televisão atrás dele, ele andaria. Enquanto não conseguiu meter televisão por cabo em casa ele não sossegou." (entrevista nº 8)

"(...) se vão brincar para o quarto delas, elas têm televisão no quarto, ligam a televisão, mesmo que estejam a fazer outra coisa qualquer, mesmo que não esteja a ver. (...) Às vezes está uma televisão a dar futebol, está outra a dar a novela, está outra a dar os concursos..." (entrevista nº8)

Considerando agora a localização no lar, vejamos como se distribuem os receptores pelos diferentes espaços da casa.

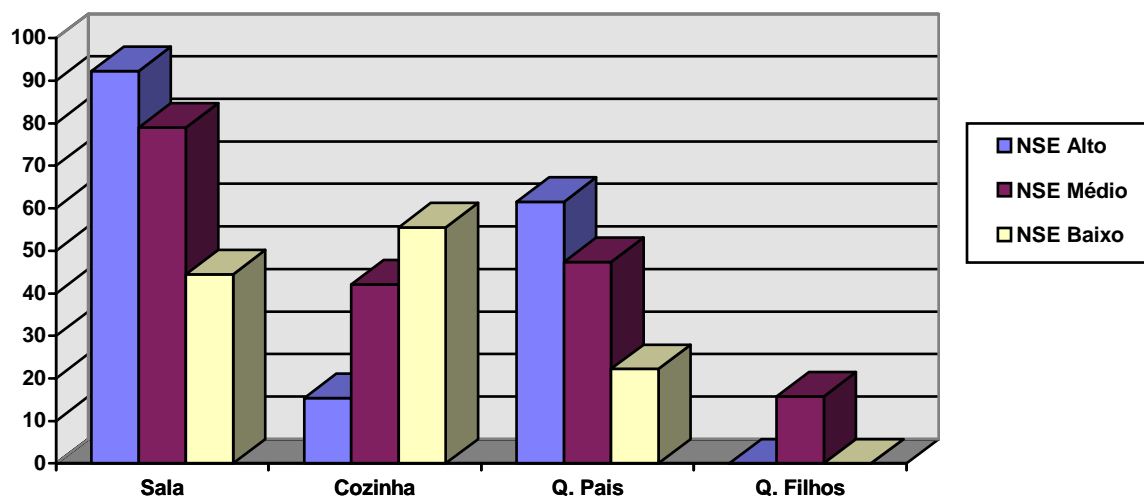
Globalmente verifica-se que a sala é o principal espaço de localização da televisão (70% das famílias têm um televisor nesse espaço), seguindo-se a localização no quarto dos pais e na cozinha com valores percentuais muito próximos (42% e 40%, respectivamente). A televisão no quarto dos filhos está presente apenas em três famílias (6%) do NSE médio. É também

referida a localização noutros sítios (10%): quartos de avós ou de outros familiares e noutros quartos.

Cruzando a localização das televisões com os dados da variável NSE, verifica-se que os valores atrás referidos têm uma tradução bastante diversa nos três níveis sócio-económicos considerados. A distribuição dos receptores pelos diferentes espaços da casa está directamente relacionada com a forma e a intensidade de uso desses espaços. Assim, como mostra a figura 6.3 , enquanto que nas famílias dos níveis mais elevados a sala tende a ser o espaço privilegiado de localização do aparelho na casa bem como do respectivo consumo, o que se explicará por ser o local privilegiado de reunião e convívio familiar, nas famílias do nível baixo, é na cozinha que se verifica esta situação.

Um outro aspecto que se depreende da leitura da figura 6.3, é que as famílias do nível médio são as que têm uma distribuição mais homogénea dos aparelhos de TV pelos diferentes espaços da casa, o que reforça a ideia anteriormente expressa da valorização da TV pelas famílias deste NSE.

FIGURA 6.3
LOCALIZAÇÃO DOS APARELHOS DE TELEVISÃO NO LAR POR NÍVEL SÓCIO ECONÓMICO (%)



A preferência pela localização da TV na cozinha significa, para muitas famílias, que aquele é um espaço de reunião e de convívio, de natureza semelhante à da sala; como pode resultar

do interesse em acompanhar a programação televisiva, por parte de quem trabalha na cozinha e aí passa alguns períodos do dia.

"enquanto eu arrumo a cozinha gosto muito de ver televisão..." (entrevista nº 22)

"a gente tem a televisão na cozinha e come sempre na cozinha, é uma cozinha de lavrador e estamos todos a comer e a ver televisão." (entrevista nº 33)

O quarto dos pais é raramente o espaço de encontro da família, a presença da televisão nesse espaço constitui normalmente uma alternativa, sendo mais utilizada pela mãe e pelas crianças mais pequenas, na hora de deitar.

"Normalmente quando é muito tarde e eu quero mesmo que ele [o filho] adormeça então ligo a televisão no meu quarto um bocadinho e ele nem chega a ver nada, chega à cama e adormece logo." (entrevista nº 12)

Pai: – *"O sítio onde ele gosta mais de ver televisão ou é na sala ou é no quarto deitada com a mãe."*

Mãe: – *"Vai comigo para a cama (o pai normalmente sai à noite), eu vejo um bocadinho de televisão e ela fica entretida."* (entrevista nº5)

Em algumas famílias dos níveis alto e médio, a localização da televisão no quarto dos pais pode, de certa forma, ser explicada pela ausência do pai no período da noite, como já referimos na primeira parte deste capítulo, em que a mãe opta por ir para aquele espaço com os filhos mais pequenos, por se tornar mais acolhedor, sendo também uma forma de os adormecer.

A televisão, para além de objecto físico, constitui também para algumas famílias um objecto simbólico e, sobretudo para as de NSE baixo, um bem que implica um determinado investimento económico e que, por isso mesmo, é necessário preservar e cuidar. Nestas famílias a televisão é normalmente manuseada apenas pelos adultos, as crianças estão impedidas de mexer, "para não estragar". Para evitar tentações, a televisão está colocada num sítio inacessível (num armário alto, num quarto fechado à chave, por exemplo).

Um caso paradigmático que permite ilustrar esta situação encontrámo-lo numa família do meio rural (NSE baixo). O pai é emigrante, a mãe vive com os sete filhos numa casa que está a ser restaurada aos poucos, pelo que têm disponíveis apenas três quartos, uma casa de banho e a cozinha. Este é o espaço em que passam a maior parte do tempo e onde vêem televisão - o

aparelho, que só transmite um canal, está colocado em cima do frigorífico, o fio da antena interior atravessa a cozinha pois a base da mesma está dentro de uma panela em cima da chaminé; as sete crianças vêem televisão, ou sentadas em bancos, ou em cima de uma manta colocada no chão (de cimento e terra batida) para esse efeito. No Inverno, a lareira está habitualmente acesa. Por restrição da mãe, os quartos são utilizados apenas para dormir, não sendo permitido usá-los para outro fim. Assim, as crianças não têm acesso à televisão que está no quarto da mãe, porque também não têm acesso a esse quarto, *“para não sujarem”*, diz a mãe:

“Eu não os autorizo irem para o quarto. Não, porque vão com a roupa com que se sentam aqui e ali e depois sentam-se na cama, e sentam-se hoje, amanhã e depois, e a coberta fica logo toda suja e toda marcada, e então...não, lá em baixo nos quartos não”.

A mãe habitualmente também não liga a televisão do quarto, vê com os filhos na cozinha. Aliás, o aparelho que está no quarto, e que emite mais um canal do que o que está na cozinha, era o que inicialmente estava neste espaço, só que *“era uma confusão, um queria ver num canal, outro queria ver noutra, nunca havia sossego... e foi isso que me levou a tirá-la daqui”*. Portanto, a televisão do quarto dos pais é utilizada apenas nos períodos em que o pai está em casa, e nessa altura até se abre uma excepção e as crianças podem ver televisão na cama dos pais.

Uma outra situação que ilustra a dificuldade na aquisição de um aparelho de televisão encontrámo-la também no meio rural (NSE Baixo), na família que tinha a televisão avariada. De acordo com as informações dadas pela mãe, a televisão está avariada há já algum tempo, há a pretensão de a mandar arranjar, mas o arranjo ainda é caro e o dinheiro acaba sempre por falhar. Como dizia a mãe: *“a televisão avariou e nós levámo-la aqui ao electricista e ele dizia que a peça ficava por nove ou dez contos, e como nós estamos a construir a casa, não temos dinheiro, ‘olha deixa estar’, está lá a servir de museu, mas tenho pena porque ele [o filho] gostava muito de se divertir com a televisão. Ao meio-dia, na hora do almoço, tínhamos a TV ligada, à noite a TV ligada, a TV estava quase sempre ligada, e ele estava entretido a ver, agora é que nos metemos mais com o rádio, ouve-se mais música, e dantes o rádio estava sempre parado... e até dá alguns programas no rádio e ele já os sabe todos.”*

O filho, de 4 anos de idade, lembra frequentemente ao pai que a TV está avariada: “...*diz muitas vezes: ‘ó pai, quando é que arranjas a televisão?’ - ‘Lá para o fim do mês.’ E ele às vezes diz assim: ‘nunca mais chega o fim do mês, nunca mais arranjas a televisão’*”.

A mãe não previa para breve a satisfação do desejo do filho. No entanto, ansiava a conclusão da casa para mudar para lá e comprar duas televisões: uma para a sala e outra para o quarto do filho, tal como já lhe prometera.

Pelo que ficou referido, podemos concluir que a televisão assume diferentes significados para as famílias, variando em função de factores como o poder de aquisição, a forma como é valorizada, e as normas vigentes.

2. Tempos e Modos de Ver

Ver televisão é uma actividade realizada diariamente por todas as famílias participantes no estudo, ainda que constitua uma experiência complexa e diversificada, o que remete para diferentes hábitos de consumo e diferentes modos de consumo televisivo, que são influenciados por factores como os horários de trabalho, o tipo de ocupação profissional, os estilos de vida vigentes na família.

Não é nossa preocupação, relativamente ao tempo, calcular o número de horas de consumo televisivo das famílias, até porque a análise dos dados mostra que é difícil fazê-lo com rigor. Pretendemos conhecer e analisar não tanto o ‘quanto’ - o tempo - mas essencialmente o ‘como’ - o modo.

Assim sendo, começamos por considerar a actividade televisiva enquanto actividade dos dias da semana e actividade dos fins de semana.

Durante a semana, ver televisão é geralmente uma actividade realizada predominantemente à noite, ao serão, e normalmente a seguir, ou em simultâneo, com outras actividades consideradas ‘de obrigação’ (por exemplo, tarefas domésticas, trabalhos profissionais, etc.). Algumas famílias vêem também, pontual ou regularmente, em outros momentos do dia - manhã, hora do almoço, e tarde. Todas as famílias que se encontram em casa na hora do almoço ligam a televisão para ver as notícias e, em alguns casos, para ver as telenovelas que são transmitidas nesse horário. Nas famílias em que a mãe é doméstica, nos casos em que as

crianças, quando saem do jardim de infância, ficam em casa dos avós, e nas famílias extensas, a televisão permanece mais tempo ligada (embora possamos supor que o consumo seja também mais elevado, a análise dos dados não nos permite fazer, com rigor, essa conclusão, na media em que os entrevistados falam em ‘ter a televisão ligada’).

Durante a semana, o consumo de algumas famílias é fortemente marcado pelo horário de trabalho dos pais e, conseqüentemente, pela hora de chegada a casa (dos pais e dos filhos). Por seu lado, a televisão, e mais propriamente as notícias, determina, na maioria dos lares, a hora da refeição, e condiciona muitas vezes a realização de outras actividades e a saída de casa.

Ao fim de semana, dado que, de uma forma geral, o tempo livre é maior, os ritmos de vida são diferentes, verificámos que o tempo que as famílias dedicam a ver televisão é também, geralmente, mais elevado (comparativamente com os dias de semana). Em alguns casos, esta situação resulta de uma escolha deliberada, noutros, resulta da falta de outras possibilidades e alternativas de escolha. Contudo, encontramos também famílias (principalmente no meio urbano) em que o consumo de televisão é, comparativamente, mais baixo, pelo facto de dispenderem mais tempo na visita a familiares e/ou amigos, e por terem maiores possibilidades de acesso a actividades de lazer (por exemplo, ir ao cinema, ir com os filhos até ao parque infantil, etc.).

Estas e outras informações recolhidas permitem-nos traçar um ‘quadro’ geral indicativo dos tempos de consumo: durante os dias da semana a actividade televisiva tem início por volta das 19h30 / 20h00 para uma grande maioria das famílias, terminando para algumas (geralmente do meio rural), por volta das 22h30 / 23h00, e por volta das 23h30 / 24h00 para outras (geralmente dos meios urbano e intermédio), período que corresponde ao chamado ‘prime time’ ou horário nobre. Durante o fim de semana, a exposição distribui-se ao longo do dia, sendo também durante a noite a maior concentração. Assim, como acontece nos dias da semana, ao fim de semana a maioria das famílias inicia a actividade televisiva por volta das 19h00 / 20h00, terminando, em alguns casos, por volta das 23h30 / 24h00, e noutros, por volta da 1h00 / 2h00. Estes dados mostram um período de consumo mais alargado, verificando-se sobretudo à sexta-feira e ao sábado, devido à ausência, nos dias seguintes, das ‘actividades obrigatórias’ (trabalho e escola). Ao fim de semana, principalmente no período de Outono / Inverno, muitas famílias ocupam também as tardes de sábado e de domingo a ver

televisão. No período de Verão, a possibilidade de realizar outro tipo de actividades, principalmente no exterior (praia campismo, passeios, trabalhos no campo, etc.), contribui para que o consumo seja mais baixo (comparativamente com o que se verifica no período de Outono / Inverno).

Neste ‘quadro’ contemplamos apenas os tempos de consumo em que se verifica uma maior concentração na actividade televisiva, e uma maior interacção entre a família e a televisão. Não significa que a televisão não esteja ligada noutros períodos de tempo, para além dos contemplados. A maioria das famílias refere, aliás, que é frequente e habitual a TV estar ligada sempre que está alguém em casa. Referem que a televisão faz parte da rotina da vida diária, estar com a televisão ligada é um hábito e até mesmo um vício, e revela por vezes alguma inércia. Nesses momentos, estabelecem uma relação mais distanciada com a TV que funciona sobretudo como companhia e como ruído de fundo. Nas famílias em que pai e mãe têm trabalho profissional fora de casa, e os filhos só regressam ao fim do dia com os pais, aquela situação ocorre sobretudo a partir dessa altura (chegada a casa). Nas famílias extensas, em que é maior a probabilidade de estar sempre alguém em casa; naquelas em que a mãe é doméstica, e nos casos em que as crianças passam o tempo extra - jardim de infância com os avós, ou seja, nos casos em que o período de permanência em casa é constante ou mais longo, é frequente a televisão estar ligada em vários momentos do dia.

Os extractos que se seguem podem ilustrar estas situações:

“Quando a gente está em casa, está sempre a televisão ligada” (entrevista nº33)

“A televisão, basta uma pessoa estar em casa para estar ligada, independentemente de alguém estar a ver ou não. A TV é uma constante, uma pessoa estando em casa, é um vício, liga a luz do aquário e liga a televisão que fica ao lado, mesmo que ninguém esteja a ver, e desliga-se praticamente à meia-noite” (entrevista n 34)

“A televisão está ligada quase o dia todo” (entrevista nº29)

“Há dias em que a TV está ligada todo o dia. Elas quando chegam do infantário e da escola, quer eu esteja, quer eu não esteja, a primeira coisa que fazem é ligar logo a televisão” (entrevista nº 22)

“Geralmente, desde que chegamos a casa até irmos para a cama, a televisão está ligada, não é que estejamos sempre a olhar, há alturas em que ninguém está a ver, mas é de tal maneira rotineiro, que as miúdas chegam a casa e a primeira coisa que fazem é ir ligar a televisão. Se vão brincar para o quarto, elas têm TV no quarto, ligam a TV, mesmo que estejam a fazer outra coisa qualquer, mesmo que não estejam a ver... E connosco é a mesma coisa, passamos grande parte do tempo numa marquise grande que é onde temos os sofás e a televisão, e desde que chegamos a casa, a televisão liga-se logo e fica sempre ligada. Às vezes até estão todas ligadas: está uma a dar futebol, está outra a dar as novelas, está outra a dar os concursos” (entrevista nº 8)

“Quando estamos em casa a televisão está ligada, está sempre ligada. Acho que nos habituamos ao barulho da televisão, a tê-la como companhia.” (entrevista nº 49)

“Existe o hábito de ligar a TV, mesmo que não haja vontade expressa de ver alguma coisa, mas ela está lá e está ligada, ocupa sempre algum espaço. Às vezes temos a coragem de chegar lá e desligá-la e pôr um disco, mas normalmente a inércia vai vencendo.” (entrevista nº 46)

Procurando analisar como é que o tempo de consumo televisivo varia de acordo com determinadas variáveis, nomeadamente, o nível sócio-económico, a zona de residência e a ocupação profissional, verificamos que não existe uma relação significativa entre a primeira variável e o tempo de consumo televisivo nos dias de semana. Verificamos apenas uma pequena variação no tempo de serão: em geral, o consumo televisivo das famílias do nível médio tende a prolongar-se mais pela noite dentro, do que o consumo das famílias dos níveis baixo e alto. Em parte, esta situação pode ser explicada se atendermos ao facto de que as famílias do NSE baixo, a maioria residentes no meio rural, se deitam, habitualmente, mais cedo que as dos outros meios considerados, tal como referimos na primeira parte deste capítulo. Em relação ao fim-de-semana, encontramos algumas diferenças: o tempo de consumo televisivo é superior nas famílias do nível baixo, comparativamente com as dos outros dois níveis. A valorização da actividade televisiva nas famílias pertencentes àquele nível, e o acesso mais limitado a actividades de ocupação de tempo livre, e a ausência de alternativas, podem explicar as diferenças encontradas.

Considerando agora a ocupação profissional dos pais, observamos que nas famílias em que as mães não trabalham fora e que, portanto, permanecem durante o dia em casa, e as que ocupam apenas uma parte do dia (só a manhã ou só a tarde) com o trabalho profissional fora de casa, existe uma tendência para que o tempo de consumo seja mais elevado.

De uma forma geral, concluímos das entrevistas que o consumo televisivo é, em todos os grupos domésticos, mais elevado no Inverno do que no Verão, quer nos dias de semana quer ao fim de semana. A diferença fica a dever-se às condições atmosféricas na estação do Inverno não serem tão propícias à realização de actividades ao ar livre, de iniciativas fora de casa, não serem convidativas para um passeio a pé ao fim da tarde ou depois do jantar, não incentivarem a sair de casa.

Em relação ao **tempo de consumo por parte das crianças**, se considerarmos o tempo efectivo de consumo e o tempo de mera exposição (tempo em que ver televisão é uma actividade secundária relativamente a outras actividades), verificamos que, de uma forma geral, o tempo de consumo televisivo por parte das crianças é muito próximo do tempo de consumo das respectivas famílias, ou até ligeiramente superior.

Durante a semana, o início da actividade televisiva depende da hora a que chegam a casa, do horário de trabalho dos pais e /ou do horário da instituição pré-escolar, das actividades que possam frequentar, do interesse que outras actividades possam despertar no momento, da própria programação televisiva lhes interessar ou não, do estado do tempo permitir ou não brincadeiras no exterior. Por norma, e para a maioria das crianças, o consumo televisivo tem início por volta das 17h, o que não significa que não haja variações, e que para algumas crianças comece mais cedo e para outras mais tarde. Neste período de tempo, que se prolonga, geralmente, até às 20h00 (hora habitual de jantar e do começo das notícias, que os pais querem ver) as crianças vêem sobretudo a programação destinada à infância ou vídeo-cassetes comercializadas. A partir daí, o consumo depende do tipo de programas que são emitidos: geralmente, quando são da preferência das crianças, vêem, quando não são, ficam ‘por ali’, geralmente a realizar outras actividades (normalmente a brincar), prestando atenção de vez em quando, se algo lhes chama a atenção, ou se alguém faz algum comentário em relação ao que está a dar. À noite, o consumo televisivo de um número significativo de crianças termina quando termina a dos pais, que coincide, normalmente, com a hora de deitar.

Ao fim-de-semana, o tempo de consumo é superior, comparativamente com o dos dias de semana. Aos sábados e domingos de manhã, raramente ‘faltam à televisão’ para assistir à programação que lhes é destinada. Como dizia uma mãe, “*durante os dias em que tem colégio, é sempre uma arrasta, mas nos dias em que estamos em casa, sábado e domingo, a Joana, 7h, 7h15, 7h30, da manhã, já está a ligar a televisão para ver os bonecos.*” (entrevista nº 7) Durante a tarde, ver ou não televisão depende das alternativas que os pais lhes oferecem. Quando os pais vêm, os filhos geralmente também vêm; quando, por exemplo, lhes propõem sair ou convidar amigos ou primos para ir brincar lá para casa, ou seja, quando lhes dão alternativas de escolha interessantes, as crianças quase sempre optam por essas alternativas, como mostram as citações que se seguem:

“*Quando pode brincar com os primos, a televisão passa-lhe completamente ao lado*” (entrevista nº 21)

“*Se lhe dissermos: ‘vamos dar uma volta ou vamos andar de bicicleta’, ele deixa logo tudo, não fica ali preso à televisão*” (entrevista nº 17)

“*Se houvesse mais alternativas à televisão, eu acho que realmente eles não viam tanto tempo, só que a vida não permite muito isso*” (entrevista nº 30)

“*Se tiverem um convite para ir a casa de alguém, elas vão e não se importam, mesmo que estejam a ver um programa do seu agrado. A Joana é diferente, Eu recordo-me que íamos para férias e a Joana era capaz de trocar uma ida à praia por uma tarde a ver televisão. Ainda hoje ela diz: ‘vamos de férias’? A casa para onde vamos tem televisão?’ É uma situação diferente porque viveu sozinha até aos 8 anos, não tinha com quem partilhar o tempo, a única coisa com quem podia partilhar o tempo era com a televisão*” (entrevista nº 39)

“*Quando há amigos cá em casa a televisão não existe, não se lembram da televisão, nem àquelas horas que gostam de ver*” (entrevista nº 47)

Os dados apresentados, e este conjunto de citações, permitem concluir que, apesar do consumo televisivo por parte das crianças ser bastante significativo, e das crianças demonstrarem um gosto acentuado por esse *media*, uma boa parte do consumo ocorre devido à inexistência de alternativas mais interessantes. A capacidade de as crianças abdicarem da

TV em favor de outro tipo de actividades, põe também em causa a ideia, frequentemente partilhada e defendida pelo senso comum, de crianças ‘coladas’ à TV, completamente atraídas e seduzidas (alienadas) pelo ecrã, de crianças ‘teledependentes’, incapazes de lhe resistir e de reagir.

Por outro lado, a oferta de alternativas por parte dos pais e, consequentemente, a possibilidade de escolha por parte das crianças, depende de um conjunto de factores, designadamente, do tipo de ocupação profissional (há pais que também trabalham no fim-de-semana, por exemplo), das exigências do trabalho profissional (necessidade de realizar tarefas para além do horário de trabalho - por exemplo, preparar aulas, corrigir testes, adiantar trabalhos, etc.), da existência ou não de espaços e equipamentos para o lazer (espaços verdes, parques infantis, bibliotecas para as crianças, etc.) na zona de residência, das possibilidades económicas, e dos próprios estilos de vida de cada família.

Voltando ao tempo de consumo, é de acrescentar que nas noites de fim-de-semana os períodos de consumo são mais alargados, como já seria de esperar, atendendo às práticas televisivas dos pais.

Na abordagem ao consumo televisivo por parte das famílias temos vindo a falar em duas situações - ‘ter a televisão ligada’ e ‘ver televisão’ - que importa distinguir. O primeiro não implica o segundo, ou seja, ter o televisor ligado, não equivale a tempo de consumo (as informações recolhidas permitem-nos verificar que o tempo em que a televisão permanece ligada é muito superior ao tempo em que efectivamente se vê televisão). O conceito de consumo, identificado frequentemente por nós através da expressão ‘ver televisão’, implica algum tipo de relação com os conteúdos dos programas, implica a atribuição, a apropriação e a integração de sentidos.

No tempo de consumo habitual, é frequente os adultos, e as crianças, realizarem outras actividades, registando-se períodos mais intensos de atenção e outros em que a televisão é uma companhia, funciona como ruído de fundo, é mais um elemento que compõe o cenário. Portanto, ver TV é, com relativa frequência, uma actividade que coexiste com diversas outras actividades. As listagens que se seguem procuram dar conta dos tipos de actividades que adultos e crianças realizam com maior frequência enquanto vêm televisão:

Actividades que os adultos realizam com mais frequência enquanto vêm TV:

- Comer
- Conversar
- Cozinhar
- Arrumar a cozinha
- Passar a roupa a ferro
- Fazer *crochet*
- Costurar
- Corrigir testes / trabalhos escolares
- Preparar aulas
- Ler: o jornal, um livro

Actividades que as crianças realizam com mais frequência enquanto vêem TV:

- Brincar com os ‘legos’, com os carrinhos, com as bonecas, etc.
- Fazer desenhos
- Construir *puzzles*
- Ajudar em casa (lavar / limpar a loiça, limpar a casa, etc.)

Embora não tenhamos a percepção clara da frequência de cada uma destas actividades nem da sua intensidade, o que transparece na análise dos dados é que ver TV é, com uma certa frequência, uma actividade que coexiste com outras actividades, o que nos remete para diferentes modos de ver. Podemos ainda destacar as actividades comer, conversar, realizar tarefas domésticas, e brincar, como as que mais facilmente acompanham a actividade televisiva. Ver TV e conversar, por exemplo, rompe com a imagem do telespectador passivo, completamente absorto, ‘suspenso’ pelo que está a dar na televisão. Conversar de forma alheada ao que está a dar, e/ou comentar o que se está a ver, são práticas que acontecem com alguma regularidade, podendo variar em função da natureza do programa, do interesse e da atenção com que se vê.

Da análise dos dados decorrem também algumas particularidades dignas de registo: a maior parte das actividades (referentes aos adultos) são realizadas pelas mulheres; os homens realizam com menos frequência outras actividades enquanto vêem televisão, tendem a ver com mais atenção e maior concentração, se possível, sem interrupções, para ‘não perder

nada'. Estas tendências apontam para determinados hábitos e rotinas, informados por determinados valores e estruturados em função de estilos de vida específicos.

A existência de outras actividades simultâneas ao ver televisão, não significa necessariamente que ver com atenção um determinado programa seja incompatível com outras actividades, e que, quer os adultos, quer as crianças, não tenham em determinados momentos a TV como única actividade e que não estejam, por isso mesmo, concentrados exclusivamente no que está a dar. O que observamos é que isso acontece geralmente em relação aos programas preferidos, aos programas que de facto se quer ver, ou seja, aos tempos de 'tele-paixão' ou de 'tele-escolha', utilizando as designações de Mariet (1989). A realização de outras actividades é mais frequente, e proporciona-se mais, nos tempos da 'televisão tapa buracos' da 'televisão companhia', da televisão como ocupação na falta de melhores alternativas.

Portanto, para a esmagadora maioria das famílias, é frequente ver TV com níveis de atenção variáveis na sua intensidade, interromper essa actividade para fazer 'outra coisa', podendo depois voltar para continuar a ver. A maioria costuma também mudar de canal, acontecendo, por vezes, ver vários programas ao mesmo tempo (desenvolvemos este aspecto mais à frente). Estes dados apontam para uma relação intermitente e descontínua com a TV, levando-nos a concluir que 'ver televisão', está longe de ser uma actividade linear e simples, sendo frequentemente uma actividade que sofre interrupções, que não é fluida como à partida podia parecer. Gostaríamos de voltar a sublinhar que o que acabámos de dizer não significa que não haja momentos em que há, de facto, uma implicação, um envolvimento, com os programas; que não haja um tempo de consumo que corresponda efectivamente ao 'ver'⁴⁷.

O mesmo se observa em relação às crianças (segmento dos 3-6 anos). As informações que obtivemos através dos pais acerca do modo como as crianças pequenas vêem televisão, vão de encontro aos resultados obtidos por M^a Emília Brederode Santos (1991): as crianças vêem televisão de uma maneira intermitente, com pequenas distrações e interrupções. Os dados de que dispomos convergem também com as ideias fundamentadas da autora sobre a atenção das crianças a um programa de televisão: geralmente a atenção vai flutuando ao longo do programa, sendo um indicador do agrado e interesse que esse mesmo programa desperta na

⁴⁷ Estas conclusões relativas aos modos de ver são convergentes com os resultados de estudos (apresentados e discutidos no Capítulo III) desenvolvidos por autores como James Lull (1990b, 1988a), David Morley (1986), Gunter e Svennevig (1987), entre outros.

criança (para além de que é também uma condição necessária para que a criança compreenda bem o programa e o aprecie). Os extractos que apresentamos de seguida permitem ilustrar, através da ‘voz’ dos pais, estes aspectos relativos aos modos como as crianças vêem televisão, confirmando também que quanto maior é o gosto, maior tende a ser o consumo, sendo a relação inversa igualmente verdadeira.

“Ele gosta muito de ver TV assim: liga o televisor, é capaz de levar os legos, levar mais uns carros, uns camiões, e uma pista, é capaz de montar tudo no chão e brincar de um lado para o outro, mas quando dá coisas que lhe chamam a atenção, ele então dedica-se só àquilo. Acontece muitas vezes que ele está lá na sala com aquela tralha toda espalhada pelo chão e está a ver TV, quando são coisas que lhe interessam, ele liberta-se do resto. Por vezes também acontece estarmos a conversar e está a dar um programa qualquer na televisão e ele é capaz de fazer uns apartes em relação ao que está a dar. Pode estar a brincar, e nós pensamos que ele está absorvido pela brincadeira mas não, está também a prestar atenção à televisão. Mas noutras alturas está só a ver.” (entrevista nº 18)

“A minha filha vê sobretudo os desenhos animados. Entre as 19h00 e as 20h00, vê fixa, sentada, não quer que ninguém a chateie, não admite interferências.” (entrevista nº 21)

“Os meus filhos adoram ver TV, adoram ver as novelas. Ao meio-dia, meio-dia menos um quarto, começa uma novela brasileira, e eles então chegam da escola e ficam ali estacadinhos a ver isso. Depois começa outra à meia-hora, e eles também gostam muito de ver, e á noite a portuguesa, também gostam de ver, isso não perdem. Quando estão a ver isso, estão só a ver. Sentam-se aqui, ficam estacadinhos a ver o que está a dar.” (entrevista nº 22)

“Quando está a ver um programa que realmente lhe interesse, não faz mais nada”
(entrevista nº 24)

“Adora ligar a televisão, levar o caderno para o pé dela e uma esferográfica e passa o tempo a ‘escrever’, e é capaz de ir buscar bonecas e estar também a ver televisão.” (entrevista nº 35)

“Se estiver a dar um filme do Walt Disney, ele está ali muito refastelado, e que ninguém fale para ele, que ninguém passe à frente dele sequer. Se estiver a dar qualquer coisa que lhe interesse, não temos menino à mesa, ele tem que ir para junto da TV. Tanto que ele tem três salas de jantar: é a cozinha, é a sala e o quarto; onde estiver a dar aquilo que lhe interessa é onde ele está.” (entrevista nº 36)

“Quando está a ver a novela, só vê a novela. Dificilmente encontro a Joana a fazer outra coisa, a pintar, ou... Ela senta-se no banco da cozinha, perninhas à chinês, braços cruzados e fica ali a olhar para a televisão, não faz mais nada, a não ser que esteja na sala, o que é difícil porque o pai não vê a novela. O mesmo se passa quando está a ver o McGyver ou os filmes vídeo.” (entrevista nº7)

“Quando está a dar desenhos animados ou outra coisa qualquer que lhe interesse, não faz mais nada, fica ali sentado a ver; se está a dar alguma coisa que não lhe interessa, traz os carrinhos ou os cromos, fica ali na sala, mas não liga ao que está a dar” (entrevista nº 12)

“Quando está a ver bonecos então é que não pestaneja.” (entrevista nº 13)

“Quando está a dar uma coisa que ele goste, é capaz de ficar ali meia-hora a olhar para a televisão sem pestanejar, com uma atenção!” (entrevista nº 50)

“Às vezes estão a brincar aqui na sala e a ver TV, estão a jogar à bola, ou a pintar, ou a fazer outra coisa qualquer.” (entrevista nº 48)

A televisão no momento da refeição

A presença da televisão na hora da refeição, principalmente na hora de jantar (uma vez que são poucas as famílias que se reúnem na hora do almoço), reveste-se de diferentes significados para os agregados familiares:

- em alguns lares o facto da televisão estar ligada nesse momento não apresenta, segundo os entrevistados, qualquer tipo de problema e não provoca qualquer tipo de discussão, é uma situação consensual;

- noutros, a presença da televisão permite algum sossego durante a refeição;
- e noutros ainda, o facto da televisão estar ligada nessa hora gera conflitos;

Analisemos cada uma destas situações em particular, clarificando-as mediante o recurso a extractos das entrevistas.

A primeira situação tanto pode significar que a televisão é apenas mais um elemento do cenário espaço-temporal, tem ali um papel secundário, não impede que os vários membros conversem; como pode resultar do facto de estarem todos em silêncio devido a alguém estar interessado em ver determinado programa (normalmente as notícias ou as novelas), não sendo admitido barulho nem interrupções (geralmente é o pai que impõe), o que ninguém ousa contestar ou contrariar (daí que não surjam conflitos). Portanto, pode ser um meio de camuflar e evitar tensões.

“Nós jantamos aqui onde está a televisão. Pode estar ligada ou desligada. Se estivermos a jantar e eles [os filhos] estiverem a jantar bem, e que esteja a dar, por exemplo, o telejornal, então deixamos estar e vamos vendo. Se eles começarem a olhar muito para a televisão e deixarem de comer, então desliga-se a televisão e pronto.” (entrevista nº 48)

“Quando está a dar as notícias o meu homem quer que esteja tudo calado, nem se pode rugir com a loiça. Começando as novelas, fala um, o outro pede para se calar que também quer ouvir.” (entrevista nº 50)

A segunda situação ocorre em algumas famílias que não tinham a televisão no mesmo espaço da refeição e que optaram por mudar o local da refeição para o sítio em que está a televisão, ou por comprar outro receptor.

“Quando só tínhamos televisão na sala, não tínhamos televisão na cozinha, comíamos à pressa para ir ver televisão, e quantas vezes se ia com o prato na mão, comer para aqui para a televisão, e não havia barulho porque estava a dar a novela ou isto ou aquilo... é a tal coisa do fruto proibido... a televisão agora está na cozinha, vai-se vendo, às vezes chamo a atenção do meu marido quando ele está ‘chuu, chuu, chuu’, o facto da televisão vir para a cozinha foi muito importante porque nós comíamos para ver televisão” (entrevista nº3).

“Dantes só tínhamos uma televisão, andávamos sempre com ela de um lado para o outro. Depois, para não estarmos todos no quarto a ver, comprámos outra. A gente vem cansadinha do campo, e em vez de estarmos ali a comer e a olhar uns para os outros, estamos entretidos

com a televisão, às vezes também falámos uns com os outros, mas a TV está ligada” (entrevista nº 33)

A terceira situação ocorre com alguma frequência. Os conflitos surgem sobretudo quando alguém tem interesse em ver determinado programa e não há silêncio por parte dos outros elementos, quando não há consenso em relação à escolha do canal, ou quando as crianças se distraem a ver televisão e não comem.

“São 19h30, 20h00, chama-se o pessoal para a mesa. Depois começa a guerra: estamos à mesa, televisão da cozinha ligada, começa o noticiário e começa o ‘chu, chu, chu’, ninguém pode falar porque se está a ouvir o noticiário. Foi o caso de sexta-feira, tive que chamar a atenção do meu marido porque a miúda teve o passeio da escola, vinha eufórica com o castelo e o rei, queria contar o passeio e o pai queria ver televisão. Foi preciso eu dizer: ‘toma atenção que a miúda veio do passeio e tem direito a falar’” (entrevista nº 3)

“A hora do jantar é a altura em que dá o telejornal, aí cai o aspecto negativo, o meu marido gosta de ouvir o telejornal e nós não podemos conversar, porque eu e a Sara gostamos muito de falar... e aí está ele, “nem consigo ouvir um bocadinho...” (entrevista nº 6)

Algumas mães mostraram algum desagrado com esta última situação, embora as suas atitudes e práticas perante a mesma sejam diferentes: umas referem que gostariam de alterar a situação, ou seja, retirar a TV do espaço da refeição, mas consideram que nada podem fazer, devido ao facto de os espaços restritos das casas não o permitirem, e pelo facto de serem os homens quem exercem o poder no seio da família, restando-lhes a elas pouco poder de iniciativa. Outras reagem mais activamente, manifestam na família o seu descontentamento, referem já ter alterado a situação, ou expressam a esperança de o vir a conseguir (observámos que, nestes casos, a mudança da situação em causa implica introduzir outras mudanças na própria rotina diária, alterar a forma como está organizada a vida quotidiana, o que se torna complexo e difícil, pelos próprios hábitos que foram sendo criados e pela forma como estão enraizados no quotidiano das famílias. Por vezes implica também com as dimensões física e funcional dos próprios espaços.) Encontrámos também algumas mães a quem não agrada ter a televisão ligada na hora da refeição, mas que reconhecem que gostam de ver as notícias e não têm outra oportunidade para o fazer. As citações que se seguem exemplificam cada uma destas situações, pela mesma ordem pela qual foram descritas.

“Quando estamos a jantar é um problema muito grave, na minha opinião é um erro a TV na cozinha, porque às vezes o meu filho chega e gosta de conversar um bocado mas acaba por não haver ambiente de conversa, ou porque se está a ver o telejornal, ou porque se está a ver a novela, e nisso eu não estou muito contente, porque acho que é triste, gostava de poder mudar isso, acho que a TV aí causa um bocado de prejuízo na família... tira mais a conversa e o diálogo, eu sinto já isso nos meus e toda a gente deve sentir nos deles, porque, pronto, nós temos a TV no sítio que melhor nos convinha de espaço, mas acaba por ser um erro. Acho que a TV devia estar num sítio onde as pessoas fossem só para ver a TV quando estivessem disponíveis para isso, a TV na hora da refeição para mim é muito chato, embora haja coisas que uma pessoa até gosta de ver; mas quando às vezes não se está a gostar ou uns gostam e outros não, isso causa muitos problemas... E é difícil desligá-la porque as opiniões nunca são as mesmas, se vai o pai e desliga, o filho fica triste; se vai o filho, o pai também é chefe, não está pelos ajustes, porque ele é que manda. Vem um e conversa alguma coisa e não se está a ligar porque está a dar uma notícia que está a interessar. A conversa dos filhos já não é aceite e eu, como mãe, nesse aspecto, sinto tristeza. Eu já pedi muitas vezes ao meu marido, mas o espaço também não é muito grande, a sala é pequenina, é a repartição mais pequena que nós temos, porque a casa era antiga e nós tivemos que andar conforme as paredes que tínhamos, e a sala é muito pequena e para pormos lá a TV já ia causar muito transtorno porque não há ficha para ligar e isso... não dá. Na ,altura fiquei contente porque assim estou a cozinhar e já não estou a perder tempo, mas por outro lado, a TV acaba por ocupar um espaço que não era bem para a TV, era para a família e nesse caso acho que é mau. É um erro que é difícil de consertar.” (entrevista nº 29)

“Nos últimos tempos, nos últimos 6 meses, tem sido um bocado diferente, porque nós mudámos de casa no fim do ano, as condições em que estamos actualmente são diferentes, acabamos por fazer as refeições na cozinha, quando anteriormente era sempre na sala; na cozinha não temos TV e noto que vamos conversando mais, e isso era um objectivo que eu já vinha tendo há muito tempo, que era à hora da refeição, que era uma coisa que me perturbava imenso, por exemplo, eu estava a conversar com o meu marido e a minha filha estava atenta a ver a novela, e muitas vezes até nos mandava calar porque queria ouvir, e era uma coisa extremamente desagradável, embora fosse convidativo porque a TV estava ligada. Pronto, desta maneira consegui que à hora do jantar não há TV mesmo,, muitas vezes até

tenho necessidade de saber notícias e acabo por ver só depois no 2º canal o que se passa no dia-a-dia, porque não tenho muito tempo para ler jornais, e há aquela necessidade de informação. Tudo isso perdeu-se, uma pessoa acaba por estar na cozinha e falar, e ter que dizer alguma coisa sobre o dia-a-dia porque senão ficávamos ali os quatro calados ali à mesa, e isso achei que fosse bastante benéfico... vamos falando sobre o nosso dia-a-dia.... o que se passou no meu trabalho, no do meu marido, ou a Joana qualquer coisa que se passou na escola, a Catarina, pronto vamos conversando, há sempre qualquer coisa ... Agora não há mesmo TV.... à hora da refeição nunca, nem ao almoço, nem ao jantar, isso pareceu-me que foi um aspecto bastante positivo na nossa vida, porque as pessoas acabavam por estar de tal maneira envolvidas a ver TV mas pronto, também é fruto das condições que as pessoas têm, eu também reconheço, porque eu quando era obrigada a ter a TV na sala e a mesa na sala, porque não tinha cozinha com dimensão que desse para fazer sala de refeição, acabava por estar na sala e uma pessoa estando na sala tem a TV, liga a TV, forçosamente. Aqui não, na cozinha apesar de ter lá tudo preparado para instalar TV não tenho TV na cozinha e portanto tem-se mantido uma boa relação.” (entrevista nº2)

“Durante o jantar vemos o telejornal. É talvez um erro, mas é uma necessidade que nós sentimos.” (entrevista nº 17)

Embora sejam poucos, encontramos também lares em que a televisão não está presente no momento da refeição:

- nuns casos, porque não está no mesmo espaço, embora possa estar ligada noutro compartimento, permitindo assim ir acompanhando, ou melhor, ouvindo, o que está a dar, e embora, pontualmente, a refeição possa ser realizada no local em que está a TV:

“normalmente não se vê TV na hora de jantar, porque não temos TV na cozinha, só se der um programa interessante é que vamos para a sala de jantar” (entrevista nº45).

- noutros casos, desligar a televisão na hora da refeição é um acto deliberado (esta situação foi observada apenas em famílias do nível sócio-económico alto):

“O jantar para mim é sagrado, não quero interferências de modo nenhum. A TV quebra o ambiente familiar, mesmo que uma pessoa não esteja a ligar muito.” (entrevista nº 40)

“Agora tenho a televisão na cozinha e tenho-a ligada porque é a altura do telejornal e é quando eu consigo ver, mas quando eles [os filhos] vão para a mesa, também não está a dar nada de interesse e é um barulho que se dispensa quando se tem dois miúdos pequenos a comer. Quando eles estão a jantar a TV normalmente está desligada” (entrevista n° 46)

Em suma, ligar ou não a televisão durante a refeição remete para estilos diferentes de conceber e organizar a vida quotidiana, para diferentes padrões de educação e comunicação familiar. Genericamente, podemos considerar duas situações: se a televisão está ligada enquanto se come, ou se se come enquanto se vê televisão. Em nossa opinião a questão está em saber distingui-las.

Ver televisão enquanto prática individual e colectiva

Procuraremos abordar esta questão considerando, primeiramente, a actividade televisiva como preferencialmente individual e/ou colectiva e, em segundo, a influência que exercem ‘os outros’ nessa actividade.

A análise dos dados permite-nos constatar uma tendência global para que a actividade televisiva seja partilhada pelos membros do agregado familiar, embora a percentagem tendencialmente elevada de famílias com mais de um aparelho de televisão venha introduzir uma tendência, ainda que ligeira, para a ‘privatização’ do consumo. Ver televisão, acompanhado ou sozinho, depende do número de televisores em casa, do tipo de programas, dos horários em que são vistos, e das tarefas que eventualmente se tenham que realizar.

A análise dos dados das entrevistas permite-nos identificar os principais momentos em que ver televisão é uma prática familiar conjunta. São eles: o momento da refeição e o tempo de serão, por vezes, alguns períodos das tardes de sábado, e as tardes de domingo (isto não significa que, nestes momentos, o consumo de TV não seja simultaneamente uma prática individual, principalmente quando existe mais que um aparelho de TV por lar). Fora destes tempos, observámos uma grande dispersão dos membros da família, ocorrendo uma diversidade de situações: ver TV pode ser uma actividade realizada individualmente ou partilhada apenas por alguns elementos da família (por exemplo, pelos irmãos, pela mãe e pelos filhos, pelo pai e pelos filhos, pelo pai e pela mãe, pela avó e pelos netos, etc.), pode

mesmo ocorrer fora do espaço doméstico (em casa de familiares e no café, por exemplo). O pai é quem opta mais frequentemente por ver televisão sozinho, para poder ver o que lhe interessa, para poder ver com mais atenção e para não ser perturbado. Como nos dizia um pai que entrevistámos: *“se não há ambiente para ver sossegadinho, para isso não vejo. Eu gosto de ver sozinho; se tiver alguém do eu lado a fazer-me perguntas, perco o fio à meada, estou ali por estar.”* (entrevista nº 3)

Em algumas famílias, depois das crianças irem dormir, o pai e a mãe procuram momentos de sossego e de descanso junto da televisão. Nestes casos, é frequente a mãe ir dormir e o pai continuar a ver televisão.

Em relação às crianças, à parte a programação que é emitida no tempo de serão e que tendem a ver com os adultos presentes em casa, o mais frequente é elas verem televisão sozinhas ou com os irmãos - sobretudo a programação destinada à infância - e, pontualmente, com primos ou outros familiares (por exemplo, os avós quando estes vivem na mesma casa), com amigos e vizinhos. No meio rural, ver televisão em casa de familiares ou de vizinhos é uma situação que acontece com alguma regularidade, sobretudo quando a televisão está avariada, ou quando o televisor de casa sintoniza apenas um canal e o do vizinho sintoniza outro(s) diferente(s). Por exemplo, a criança da família que tinha a TV avariada, acompanhava os seus programas infantis preferidos na casa dos tios, para além de manter uma relação mais próxima com a rádio que, segundo a mãe, passou a substituir, de certa forma, a televisão. A filha da família que é proprietária de um restaurante, vê TV neste espaço, de uma forma bastante intermitente, devido à actividade inerente a esse espaço, seguindo mais os gostos televisivos dos clientes do que os seus próprios gostos, pois, como dizia a mãe *“a televisão é dos nossos clientes, não é nossa”* (entrevista nº 20).

De acordo com as informações obtidas, o facto das crianças verem sozinhas, sobretudo a programação destinada à infância, pode ser explicado, por um lado, pelo horário a que essa programação é transmitida (princípio da manhã e fim da tarde, nos dias de semana, e sábado e domingo de manhã, ao fim de semana) e que coincide, segundo alguns entrevistados, com os

momentos do dia em que, ou têm oportunidade de descansar, ou em que a azáfama é grande, sendo difícil, e mesmo impossível, disponibilizar algum desse tempo para estar com as crianças, e ainda por cima para ‘ver televisão’, em que a perda de tempo é considerada ainda maior e mais penosa (isto não significa que, pontualmente em algumas famílias, e de forma mais regular noutras, os pais, habitualmente a mãe, não vejam com os filhos os programas que são destinados às crianças). Por outro lado, os pais tendem a ver com os filhos os programas que são preferidos por ambos. Assim, por exemplo, o programa ‘Mini-Chuva de Estrelas’ era, na altura das entrevistas, entre os que eram transmitidos num horário considerado para o público adulto, o que colhia a simpatia da maior parte das crianças e dos outros elementos da família, especialmente da mãe, sendo regularmente visto por toda a família (ou pelo menos pelas crianças e pela mãe)⁴⁸.

Por quem e como são tomadas as decisões acerca do que ver

A leitura interpretativa dos dados permite-nos concluir que o número e a localização dos receptores de TV no espaço doméstico são factores significativos ao nível das escolhas, isto é, são factores que as condicionam e determinam, o que nos levou a basear a nossa análise na relação destas duas dimensões. Podemos considerar aqui duas situações:

- a) as famílias que só têm um aparelho de televisão em casa (21) e que por isso têm que partilhar frequentemente o visionamento dos programas com os outros;
- b) as que têm mais do que um aparelho (29) em locais normalmente acessíveis a todos os elementos, ainda que por vezes com certos limites.

A forma como são tomadas as decisões acerca do que ver, bem como o elemento da família que as toma, difere consoante se trate de uma ou de outra situação e das horas a que se vê. Assim, observamos que, desde o meio/fim da tarde (período normalmente de regresso a casa) até à hora de jantar, que normalmente coincide com a hora do início das notícias (20h00), são as crianças quem habitualmente escolhe o que ver, até porque, neste período

⁴⁸ O ponto que acabamos de analisar ficaria mais completo se abordássemos também as influências interpessoais na actividade televisiva. No entanto, como esta dimensão vai ser objecto de análise e de discussão no capítulo seguinte, sobre “Práticas de mediação da televisão na família”, deixamos para aí a sua abordagem. Gostaríamos apenas de mencionar que serão sobretudo analisadas as influências - directas e indirectas - dos pais, ou outros adultos significativos, em relação às crianças (mais especificamente, em relação ao segmento etário dos 3-6 anos de idade), pela importância de que se reveste para o estudo e análise das práticas televisivas das famílias e, em particular, das crianças.

habitualmente vêm televisão sozinhas ou com os irmãos. Como nesse horário alguns canais emitem, normalmente, programas destinados à infância, as suas escolhas recaem, geralmente, sobre esses programas, ou então, sobre os videogramas, o que facilita a selecção, e a torna consensual, nos casos em que estão várias crianças presentes (geralmente irmãos).

Quando neste período estão presentes adultos (normalmente os pais ou, em alguns casos, outros familiares que vivem juntos) o processo de selecção pode ser diferente: quando há apenas um aparelho de TV no lar, o que acontece com mais frequência, é o adulto convencer a criança a mudar de canal, ou exigir-lhe que o faça. Estas duas situações podem ser ilustradas pelas citações seguintes: *“o dilema está quando dá desporto e, por exemplo, bonecos noutra canal, porque o pai quer ver desporto e os miúdos querem ver outra coisa. Mas o pai acaba sempre por lhes dar a volta e convence-os a ver o que ele quer”* (entrevista n.º 44); *“se o pai estiver a ver, ele diz ‘põe no primeiro canal, ou no segundo, ou no terceiro, e eles, coitaditos, têm que ver aquilo que ele manda. Eles limitam-se a ver aquilo que a gente manda”* (entrevista n.º 13)

Quando há mais que um aparelho no lar, a mudança pode ser de espaço e não de programação, isto é, o adulto que chega, se quiser ver um programa diferente daquele que as crianças estão a ver, pode sugerir-lhes, ou exigir-lhes, que vão para outra televisão, ou pode, ele próprio, procurar outro aparelho alternativo. Nos momentos em que vai ver televisão sem a intenção de ver um programa específico, geralmente, não ‘perturba’ a escolha das crianças, vai vendo com elas, podendo realizar, simultaneamente, outras actividades (por exemplo ler o jornal). Em geral, não há regras, depende sobretudo do interesse em ver determinado programa.

É no *prime-time* que as escolhas são mais disputadas, pois é também o período em que há maior possibilidade de os membros da família estarem juntos a ver TV.

Nas famílias em que existe apenas um receptor, o que é mais frequente acontecer é um elemento da família, geralmente o pai, decidir o que se vê, e os outros verem o que esse elemento escolher. Esta influência de uns elementos sobre os outros pode explicar, em boa parte, a discrepância entre o que se prefere ver e o que é efectivamente visto. Neste grupo de famílias, o pai é o elemento mais vezes nomeado como sendo o principal responsável pelo controlo do receptor e pela selecção dos programas. As crianças são nomeadas em segundo lugar pelos entrevistados, assumindo também um importante papel ao nível da escolha, sendo, em geral, as escolhas dos irmãos mais velhos que prevalecem: *“os irmãos muitas vezes*

mudam de canal e o Luís [filho mais novo] não quer, só quer ver naquele canal, mas depois acaba por se conformar, os irmãos acabam por lhe dar a volta, dizem-lhe que é mais bonito e ele acaba por deixar quase sempre” (entrevista n.º 14)

Neste cenário, a mãe assume normalmente um papel menos activo, está menos envolvida nesse processo e é, comparativamente com o pai e as crianças, quem toma menos decisões, preferindo por vezes submeter-se às escolhas e às preferências dos ‘outros’ para evitar que surjam eventuais conflitos. Segundo as mães entrevistadas, nesse tempo em que as escolhas são mais disputadas, elas estão geralmente a realizar outras actividades pelo que não têm disponibilidade para se concentrarem exclusivamente na televisão, sendo, de certa forma, indiferente o que estiver a dar – *“quando ela quer ver um filme e o meu marido quer ver o telejornal, o pai é que manda. Eu estou naquela... tanto me faz. Agora, claro, se o meu marido quiser ver um determinado programa e se estivermos à mesa, aí ela tem que se sujeitar ao que o pai quiser ver. Às vezes digo-lhe: ‘olha, vai para o quarto da mãe ver o programa que quiseres ver’. Como há duas televisões, é mais fácil, não há tantos conflitos”* (entrevista n.º 25)

É claro que há também momentos em que as mães se concentram para verem os programas de que gostam. Alguns desses momentos de visionamento são partilhados com os filhos (sobretudo quando se trata de programas do horário nobre, por exemplo, a telenovela ou um concurso) e / ou com o marido. É sobretudo após deitarem os filhos que algumas mães se dedicam mais exclusivamente à televisão, podendo estar ou não na companhia do marido.

“(...) a televisão é minha, ofereceram-ma a mim⁴⁹, mas chega ao fim tenho que ver aquilo que eles querem. (...) Eu tenho programas fixos e gosto de ver este e aquele. Por exemplo, 'Os Trapalhões', eu detesto ver 'Os Trapalhões', não acho piada nenhuma... mas na altura dava o 'Fru-Fru' noutra canal e eu não podia ver porque toda a gente queria ver 'Os Trapalhões'. Gosto muito de ver os meus debates, certo tipo de programas gosto de ver, e como o meu marido não gosta de ver esses programas, utilizo a outra televisão para isso...” (entrevista n.º 3)

“só quando os vou deitar... depois de os deitar nós estamos os dois [marido e mulher] na sala e normalmente a televisão está ligada (...) vemos programas de informação, alguns, mas poucos, de entretenimento, vemos alguma série com interesse...” (entrevista n.º 46)

⁴⁹ A televisão foi oferecida pelo marido para que, segundo o próprio, a mulher pudesse ver de forma autónoma os seus programas preferidos.

"às sete quando eu chegava a casa dava uma novela que eu estava a seguir, telefonava para a minha mãe para ela me mandar as miúdas e ficávamos ali as três a ver a novela 'Vidas Cruzadas'. Elas viam comigo quase sempre, às vezes vinham para casa e encontravam uma amiguinha e pediam-me para ir brincar e eu para ficar a ver a novela mais sossegada dizia 'ide lá!'." (entrevista nº8)

Observámos também combinações particulares entre alguns elementos da família, sendo também este um modo dominante de escolha. Essa 'associação' pode ser entre irmãos, geralmente quando têm muito interesse em ver um programa, entre pai e filho(s) e entre a mãe e o(s) filho(s). Esta última 'associação' acontece com relativa frequência em relação a programas que são da preferência de ambos. É o caso, por exemplo, das telenovelas, em que a mãe, sozinha, pode não reivindicar, mas quando tem os filhos 'do seu lado' pode mais facilmente dispor-se a fazê-lo. É importante referir que o factor sexo assume ao nível da 'associação' entre pais/filhos algum significado, ou seja, normalmente as mães associam-se com as raparigas, e os pais com os rapazes. A disputa que se verifica com mais regularidade é entre ver a telenovela e ver futebol, acabando a maior parte das vezes por prevalecer a escolha dos elementos do sexo masculino, pois, como dizia uma mãe *"a novela dá todos os dias, o futebol não, e então nós cedemos"*.

Alguns entrevistados falam também em cedência, em 'convencer o outro' e em negociação. As cedências são normalmente do pai para os filhos (verifica-se sobretudo em relação aos segmentos etários mais baixos), como dizia uma mãe:

"quando está o pai e a filha e está a dar alguma coisa que ela goste de ver, ou os bonecos ou um filme, ou o 'Mini Chuva de Estrelas', ou outra coisa qualquer, se está a dar futebol ou outra coisa que ele goste de ver, então aí está o pai e a filha, o pai liga para um lado, a filha liga para o outro... quem costuma vencer é ela, porque o pai dá-se muito bem com a menina, deixa-a fazer as vontades todas, não gosta que ralhe com a menina" (entrevista n.º 11)

A situação de 'convencer o outro' verifica-se também dos pais em relação aos filhos, mas é sobretudo entre irmãos que isso mais acontece, acabando sempre por os irmãos mais velhos conseguirem convencer os mais novos a verem os programas que querem, mudando de canal no intervalo para 'espreitar' os programas que os mais novos querem ver.

Em algumas famílias, nos momentos em que a 'maioria vence', e quando nessa maioria o pai não está incluído, se ele estiver efectivamente interessado num determinado programa

(futebol, por exemplo), acontece ir ver televisão para o café, espaço de convivialidade com os amigos, mas também de consumo televisivo: *“se o meu marido quiser ver futebol e eles quiserem ver outro programa, ele vai ver ao café, para eles verem o que querem”* (entrevista n.º 14)

Relativamente à segunda situação atrás referida, ou seja, às famílias que possuem dois ou mais receptores de televisão, a existência de vários aparelhos significa não apenas uma facilitação do acesso à televisão, mas também uma forma de responder à diversidade de gostos e de interesses, permitindo assim evitar ou contornar eventuais conflitos. Como é lógico, nestas famílias a escolha de programas não é tão disputada entre os seus membros, na medida em que há quase sempre um televisor alternativo que permite dar resposta às diferentes solicitações. Aqui os motivos de fricção não se relacionam com a selecção dos programas, mas sim com a apropriação do televisor principal e, portanto, do espaço de encontro da família, para os televisores e espaços alternativos. Em algumas famílias do meio rural, o facto do televisor alternativo poder ser a preto e branco e de dimensões mais pequenas que o principal, pode constituir motivo de disputa. Para esta situação, verificámos três tipos de soluções diferentes:

- quem fica no espaço e no televisor principais é o pai, porque é ele quem detém o poder no seio da família e é ele que controla o aparelho;
- sai quem está interessado em ver um programa diferente do que está a ser emitido no televisor principal;
- os elementos interessados negociam entre si o que ver.

A análise do conjunto de informações de que dispomos relativamente ao processo de escolha, permite-nos supor que a forma como é exercido no seio da família, o poder em relação à televisão, não é senão um prolongamento, uma extensão, da forma como é exercido o poder no quadro mais amplo da vida familiar. Permite-nos igualmente supor que as normas ou regras, mesmo que implícitas, em relação à selecção dos programas e do espaço em que se vê televisão, se inserem em quadros normativos mais amplos que estruturam as práticas sociais quotidianas.

O processo de selecção de programas foi já objecto de estudo de numerosas pesquisas conduzidas no quadro de uma orientação etnometodológica (cf Lull, 1990b). Confrontando,

por exemplo, os resultados da pesquisa de James Lull⁵⁰ sobre a selecção de programas na família, referentes à realidade americana, com os dados que apurámos relativamente a esta dimensão, verificamos que convergem em vários aspectos, sobretudo em relação aos elementos da família que habitualmente seleccionam o que se vê e à forma como é tomada essa decisão.

Para completar este ponto sobre a selecção dos programas na família, falta-nos ainda abordar uma outra dimensão importante. Até agora analisámos **quem** escolhe os programas; vejamos agora **como** é que as escolhas ocorrem.

De uma forma geral, e como decorre da análise anterior, ver é uma actividade não selectiva. A maior parte das famílias vêem os programas que estão a ser transmitidos quando ligam a televisão, e quando decidem ou têm disponibilidade para ver. Relativamente ao processo de selecção, o que acontece com maior regularidade é :

- escolher no momento, ligar a televisão e ver ‘ver qualquer coisa’, o que estiver a dar:

“É raro a gente escolher. Sentámo-nos ali, faz-se uma passagem pelos canais todos e depois escolhe-se o que se quer ver, às vezes nem se está a ver nada definido, vem um e muda, vem outro e muda, não há aquela escolha... há situações pontuais de um programa que se quer ver, e está-se atento, mas de resto, não há escolha” (entrevista n.º 40)

“Eu chego e digo ‘vou ver este’, mas o que está a dar ao lado também é bom, e então anda-se aqui de um lado para o outro e chega-se a um ponto que não se vê nem um nem o outro” (entrevista n.º 3)

- já conhece o dia e a hora em que são emitidos os programas de que efectivamente se gosta e que não se quer perder;

- tomar conhecimento dos programas que vão ser emitidos através da própria televisão.

Embora em número reduzido, encontramos algumas famílias que só vêem determinados programas, normalmente os que são preferidos ou despertam interesse, verificando-se, nestes

⁵⁰ cf. *How families select television programs: a observational study*, 1990b

casos, uma escolha intencional e um elevado grau de selecção. Ou seja, o que é visto resulta de um acto deliberado de escolha e a selecção é por vezes guiada por revistas da especialidade ou por jornais; o recurso ao ‘zapping’ é menos frequente.

O vídeo é frequentemente utilizado para gravar os programas preferidos, ou de interesse, que não se pode ver, normalmente devido às horas tardias a que são emitidos.

Analisámos estes dados, relativos a quem é que habitualmente exerce o controlo da televisão no quadro da vida familiar, à luz do modelo de comunicação familiar elaborado por

Chaffee, McLeod e Atkin (1971), apresentado no capítulo I⁵¹. Observámos que a prática de negociação, a tomada de decisão através do diálogo, é mais frequente no nível sócio-económico alto, nas famílias em que predomina um estilo de relações mais democrático e baseado no diálogo. Nas famílias do nível médio, embora tenhamos observado uma coexistência dos diferentes estilos de comunicação, observa-se uma tendência para o estilo permissivo, embora algumas famílias desse NSE favoreça também o estilo protector.

Nas famílias do nível baixo, observa-se uma tendência para favorecer o estilo protector/autoritário.

Esta análise sugere-nos que nas famílias em que predomina o estilo pluralista, há uma maior tendência para o processo de negociação e de diálogo e, portanto, para o processo de mediação da televisão, enquanto que os estilos permissivo e protector, cada um a seu modo, constituem sobretudo formas de distanciamento, de abdicação, que significam ausência de mediação.

Os gostos e as preferências televisivos das famílias

Abordámos já as práticas televisivas das famílias a partir do tempo dispendido, dos espaços de consumo e dos modos de ver. Importa agora identificar o conteúdo dessa prática ou seja, os programas que vêem e os que são preferidos.

⁵¹ Recorde-se que aqueles autores construíram um modelo bi-dimensional em que as práticas comunicativas eram agrupadas em duas grandes dimensões: um padrão de orientação social e um padrão de orientação conceptual. Do cruzamento destas duas dimensões resultam então quatro estilos de comunicação: permissivo, protector, consensual e pluralista. No presente estudo, atendendo aos seus objectivos, seguimos a adaptação realizada por Pinto (1995), utilizando aqueles conceitos nos seguintes sentidos:

- estilo permissivo: ausência ou abdicação de mediação parental;
- estilo protector/autoritário: intervenção parental excessiva, falta de margem para a iniciativa da criança.
- estilo pluralista: estilo mais democrático, baseado no diálogo e na negociação, sem deixar de ser interventivo.

A primeira constatação que a análise de dados permite fazer prende-se com a existência de uma grande heterogeneidade de programas que são vistos e uma diversidade de gostos, não só ‘inter’ mas também ‘intra’ famílias.

Os programas que são vistos e os que são preferidos nem sempre coincidem. Isto depende da escolha ou selecção dos programas, e de quem a faz, e da existência ou não de mais que um receptor de televisão no lar. Como há uma grande descoincidência de preferências entre os elementos da família, normalmente, quando só existe uma televisão, tende a prevalecer a preferência do elemento que fez a escolha dos programas, podendo essa escolha ser da preferência de todos. Quando há mais que um aparelho, é mais fácil dar resposta às preferências de cada um, há menos imposição de gostos e também menos submissão, já que os vários elementos satisfazem as suas preferências procurando outro televisor.

A análise dos dados permite-nos concluir que a variável sexo assume uma importância significativa ao nível das preferências televisivas dos adultos. A preferência dos homens, na nossa amostra, centra-se, designadamente, nos programas desportivos, nos programas informativos e nos filmes, ao passo que as mulheres preferem telenovelas, filmes, *reality-shows*, e concursos e, em alguns casos, programas informativos. Parece existir aqui uma tendência para uma diferenciação de preferências que são já normalmente associadas a um e a outro sexo.

Estes dados são convergentes com as informações (relativas a 1995) avançadas pelo *Relatório Final da Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão em Portugal*, em que se refere que os programas favoritos dos portugueses são o desporto (futebol nacional), as emissões de recreação ligeira e de *reality-shows*, todas faladas em português.

Do ponto de vista do NSE, verificámos que esta variável não se reveste de grande significado ao nível das preferências dos elementos do sexo masculino, mas que constitui uma variável muito importante na análise das preferências dos elementos do sexo feminino. Assim, as mulheres do nível alto e algumas do médio, manifestam um maior interesse por programas informativos e por filmes; as mulheres do nível sócio-económico baixo, e também algumas do nível médio, inclinam-se mais para as novelas, os *reality-shows* e os concursos.

Desta breve exposição dos dados podemos constatar que tanto os programas que as famílias vêem como os que são preferidos, corresponde a uma utilização da televisão essencialmente como meio de informação e de entretenimento, aspectos que definem a especificidade da televisão.

Relativamente às crianças do grupo etário que contemplamos neste estudo, verificámos uma grande proximidade entre os programas que vêem e os que os seus pais vêem, principalmente no que diz respeito à programação destinada ao público adulto. Este aspecto é facilmente compreensível se atendermos a que normalmente os pais vêem televisão em períodos em que normalmente as crianças também estão presentes.

Assim, constatámos que embora as preferências das crianças se centrem predominantemente na programação que lhes é destinada, as crianças vêem com frequência a programação dirigida ao público adulto, e algumas das suas preferências encontram-se entre esses programas. As listagens abaixo apresentadas permitem-nos conhecer, por ordem decrescente, os programas que, de acordo com os pais, são preferidos pelas crianças. Dividimo-los em dois grupos: programas destinados à infância e programas dirigidos a adultos. Incluímos nestas listagens apenas os programas globalmente mais preferidos, embora os pais tenham mencionado outros, dirigidos ao público adulto, que as crianças habitualmente também vêem. Também não aparecem mencionados os videogramas (normalmente filmes da *Walt Disney*), geralmente comprados pelos pais, ou oferecidos por familiares e amigos, e que assumem uma importância significativa nas práticas televisivas das crianças, pelo tempo que as crianças passam a ver esses ‘filmes’.

Programas destinados ao público infanto-juvenil, preferidos pelas crianças

- Desenhos animados (alguns especificam: “moto-ratos”, “power rangers”)
- “Rua Sésamo”
- “Caderno diário”

Programas destinados ao público adulto, preferidos pelas crianças

- “Mini-chuva de estrelas”
- Documentários sobre a vida dos animais (“Vida Selvagem”)
- Telenovelas (“Vidas Cruzadas” e “Irmãos Coragem”)
- “Isto só vídeo”

- “McGyver”
- “Não se esqueça da escova de dentes”
- “Os Trapalhões”
- “Nico d’Obra”

De um modo geral, não existe qualquer relação significativa entre programas preferidos e sexo. Já em relação às crianças de segmentos etários mais adiantados, a análise (superficial, uma vez que não é o segmento objecto de estudo) permite-nos chegar a conclusões convergentes com as de autores (cf. por ex. Pinto, 1995) que apontam no sentido da existência de uma relação positiva entre preferência, idade e sexo.

Se considerarmos agora a variável NSE das famílias, podemos constatar que não existe nenhuma variação relativamente aos programas destinados à infância, até porque os dados de que dispomos relativamente a esta categoria são muito genéricos, uma vez que os pais não identificavam os programas, tal como acontecia em relação à programação para adultos, falavam apenas em “bonecos”, “bonecada” “macacada” “desenhos animados”. O mesmo não acontece em relação aos programas destinados ao público adulto: programas como “Não se Esqueça da escova de dentes”, “Os Trapalhões”, “Nico d’Obra” e telenovelas, são mais apreciados pelas crianças do NSE desfavorecido e por algumas do nível médio. “Mini-Chuva de Estrelas”, é um programa preferido, de uma forma geral por todas as crianças. Os documentários sobre a vida animal são preferidos sobretudo por crianças do nível alto, e por algumas do nível médio. Esta constatação confirma, aliás, a relação estabelecida anteriormente entre géneros preferidos pelos adultos e NSE.

Procurando seguir de forma fiel, o discurso dos entrevistados, e devido à importância de conhecermos os programas preferidos e não apenas os géneros, optámos por não agrupar os programas por géneros. No entanto, com base nos dados apresentados, podemos concluir que globalmente os géneros que predominam são os infantis, os concursos, telenovelas e *reality-shows*.

Se compararmos as preferências das crianças com as dos pais, verificamos que andam muito próximas, o que nos permite tirar conclusões convergentes com as de resultados de estudos desenvolvidos por vários autores (apresentados no capítulo III), nomeadamente, St

Peters, Fitch, Huston *et al.*⁵². (1991). E, embora os desenhos animados e o programa “Rua Sésamo”⁵³ ocupem posições destacadas ao nível das preferências televisivas das crianças, um outro aspecto que podemos constatar e que tem também sido evidenciado por diversos autores, é que *“a verdadeira televisão das crianças é a televisão que as crianças vêem. Não se confunde necessariamente com a televisão produzida e difundida expressamente para elas. As crianças preferem frequentemente ver as emissões para adultos ou pelo menos, para o público familiar, emitidas ao fim-de-semana no início do serão”* (Mariet, 1989:86/87). Ou seja: uma coisa são os programas emitidos pela televisão que têm a infância como destinatário privilegiado, e outra são os programas pelos quais as crianças se interessam, de que gostam, e que efectivamente vêem.

3. Papel e importância da televisão na família

Pudemos ver nos pontos anteriores que os modos de ver TV no quadro familiar são diferenciados, o que conduz a diferentes usos da TV e, conseqüentemente, à atribuição de diferentes funções. É sobre este aspecto que nos debruçamos agora.

Recorrendo à tipologia dos usos sociais da televisão de James Lull⁵⁴, constatamos que na maioria das famílias predominam os usos estruturais, ou seja, a televisão assume predominantemente as funções de entretenimento e de informação (funções tradicionalmente atribuídas a esse media).

Vejamos alguns exemplos retirados das entrevistas:

“O papel mais importante da televisão em nossa casa é a actualidade, a informação, serve também para distrair, para passar um bocadinho o tempo” (entrevista nº 6).

“A televisão na nossa família é um meio importante para entreter e informar” (entrevista nº 16).

⁵² Recorde-se que estes autores concluíram, através da realização de um estudo longitudinal com crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos e as suas famílias, que *“as famílias determinam não só a quantidade de tempo que as crianças vêem televisão, mas os tipos de programas, e a qualidade da experiência televisiva”* (1991: 1422).

⁵³ Programa televisivo educativo, dirigido prioritariamente a um público dos três aos seis anos, emitido a partir de 1989 e que, quer pelos seus objectivos diferenciados, quer pelos princípios que o nortearam, quer pela sua realização, constituiu um caso paradigmático no contexto da programação televisiva para a infância em Portugal.

⁵⁴ Recorde-se que esta tipologia inclui duas grandes categorias – dos usos estruturais e dos usos relacionais

Ainda dentro da categoria dos usos estruturais, a televisão assume frequentemente, no quadro familiar, a função de companhia, sendo também utilizada para criar ambiente e como forma de passar o tempo.

Para alguns elementos de algumas famílias, a televisão é também um meio excelente de induzir o sono, quer espontaneamente, quando se sentam a ver TV pela noite dentro, depois de um dia cansativo de trabalho; quer intencionalmente, quando não conseguem adormecer, optando por ver TV como a melhor maneira de fazer o sono chegar.

Ao nível da categoria dos usos relacionais, registamos o uso da TV como refúgio/evasão, de problemas pessoais, profissionais e mesmo familiares. É, por exemplo, o caso relatado por uma mãe que tinha perdido a sua própria mãe, a quem estava afectivamente muito ligada, ‘entregando-se’ à televisão nesse tempo de vazio porque não queria ouvir mais ninguém: *“a televisão ajudou-me a superar alguns momentos difíceis, a preencher a solidão que sentia, até despertar novamente para a vida familiar”* (entrevista nº 3).

Ainda dentro desta categoria, a TV assume, para algumas famílias, a função de ‘facilitação da comunicação’, ou seja, é por vezes usada – entre o casa e dos pais para os filhos- como pretexto e tema de conversa, como um campo para ilustração de opiniões, de acontecimentos, e de situações específicas, quer durante quer após o momento de consumo.

Analisando estes dados, considerando a variável nível sócio-económico, verificamos que para todas as famílias, independentemente do nível sócio-económico de pertença, a televisão pode assumir todos os papéis identificados anteriormente; o ‘peso’ e a frequência de cada um é que diferem entre as famílias.

Para as famílias do nível sócio-económico baixo e médio residentes no meio rural, apesar da televisão ser a única fonte de informação a que têm acesso (raramente ouvem rádio e nunca referiram a compra de jornais e revistas, por exemplo), a televisão é mais valorizada como forma de entreter e de distrair, e como companhia, sobretudo para as mulheres que estão em casa, embora signifique também informação.

As famílias dos níveis sócio-económico alto e médio, residentes nos meios urbano e intermédio, têm geralmente acesso a outras fontes de informação, nomeadamente os jornais, mas é principalmente como meio de informação que estas famílias classificam o papel que a televisão tem nos seus lares. De salientar, no entanto, que para as famílias do nível sócio-

económico médio a função de entretenimento assume também uma elevada importância, sendo a televisão também usada com frequência como ruído de fundo, como elemento da paisagem doméstica.

Encontrámos também, sobretudo nestes dois grupos de famílias, mães que mencionaram o papel de “baby-sitter”, sobretudo em relação às crianças mais pequenas (bebés incluídos) e no período do fim da tarde, quando têm diversas tarefas a realizar.

“A televisão distrai, a televisão diverte, a televisão ajuda a passar o tempo, é um factor importante quando eu preciso de descanso, de sossego para ler ou para trabalhar, ponho os miúdos a ver televisão, não é que os arrume a ver televisão, mas é uma forma de eles estarem aqui minimamente a ver alguma coisa sem me perturbarem” (entrevista nº 23).

“Quando o meu filho nasceu, eu trabalhava na fábrica, e o meu marido também, só chegávamos a casa à noite e quando, por qualquer motivo, uma pessoa tinha muito que fazer, para não o estar a aturar, uma pessoa no fundo queria era fazer o trabalho e ter o filho ocupado, uma pessoa ligava a televisão e ali o punha, e acontece até que ficou muito viciado na televisão” (entrevista nº 29).

“Nos dias de semana, a gente levanta-se, toma o pequeno almoço, eles vêem o ‘Rua Sésamo’, enquanto a gente se arranja. De manhã vêem sempre um bocado de televisão, mas por conveniência nossa, eu dou-lhes o pequeno almoço, arranjo-os e depois vamos arranjar-nos nós e nessa altura é quando começa a ‘Rua Sésamo’, eles gostam e vêem os dois” (entrevista nº 46).

“A Televisão é um bocado o nosso substituto quando a gente não está disponível para estar com eles a conversar, ou a brincar, ou a fazer jogos” (entrevista nº 46).

“Devo confessar que às vezes a televisão dá um jeitão, quando a gente quer descansar um bocado ou fazer alguma coisa” (entrevista nº 47).

“A minha filha, quando era do tempo da cadeirinha de bebé, eu enfiava-a na cadeira e ela era capaz de ficar uma tarde inteira a ver televisão enquanto eu fazia outras coisas” (entrevista nº 25).

“Ele está habituado desde sempre à televisão, desde bebé eu punha-o na sala em frente à televisão para eu poder fazer os meus trabalhos” (entrevista nº 34).

Em relação às crianças, para além do papel de “baby-sitter”, os pais consideram que a televisão exerce principalmente a função de entreter, distrair e divertir. Algumas mães referem também que a televisão é um óptimo meio para as manter sossegadas, e outras ainda referem que é um óptimo meio para as acalmar, sobretudo nos momentos de maior excitação.

“Ver televisão é uma maneira de o ter sossegado. é uma criança muito difícil e rebelde, e se não lhe damos nada que o faça deitar essa energia cá para fora, passa a vida ou a comer bolachas ou a fazer asneiras, e uma maneira de o ter sossegado é pô-lo a ver televisão” (entrevista nº 36).

“A televisão é uma forma da Rita estar sossegada. quando a Rita está em silêncio, é porque está a fazer asneiras ou a ver televisão” (entrevista nº 3)

Poucos são os pais que, sem serem questionados, se referem à televisão como meio de aprendizagem. A maioria só se pronuncia sobre este aspecto quando é directamente interpelada com a questão “acha que o(s) seu(s) filho(s) aprende(m) ao ver televisão?”, o que se pode explicar / compreender se atendermos ao facto da função entretenimento constituir, para uma grande parte das famílias, a função dominante, e por muitas delas considerarem-na incompatível com a aprendizagem(debruçamo-nos de seguida.sobre este assunto).

O papel que a televisão assume na família tem, obviamente, uma relação estreita com a sua importância na vida quotidiana e com os usos que se fazem dela. Se é certo que a TV constitui para muitos um recurso de momento, não é menos verdade que ela é também procurada, estimada e imensamente apreciada. A comprová-lo está o facto da esmagadora maioria das famílias considerar que seria actualmente muito difícil viver sem televisão - esta opinião é particularmente reforçada pelas famílias que têm ou já tiveram a televisão avariada.

Finalizamos este ponto com alguns ‘testemunhos’, a este propósito, bem diferentes entre si.

“A televisão tem um papel bastante importante na vida da nossa família, acho que não éramos capazes de viver sem ela. E então para as crianças a televisão é indispensável” (entrevista nº 8).

“Estivemos muito tempo sem televisão, porque estava avariada, olhe parece que a casa estava vazia, à noite acabava de arrumar a cozinha tinha que ir para a cama, o que é que havia de ficar a fazer? Depois comprámos outra.... eu acho que a TV é uma coisa que faz muita falta numa casa. É um bem que a gente tem, sabemos tudo o que se passa pelo mundo fora. Eu gosto muito de ver TV, digo-lhe já, e todos aqui em casa, gostam de ver, não podemos viver sem ela” (entrevista nº 15).

“Acho que já não conseguíamos viver sem ela [a televisão], no fundo a televisão tem uma certa influência na forma como vivemos dentro de casa, tem o seu peso” (entrevista nº 18)

“A televisão em nossa casa é mais um elemento... eu digo sempre que a televisão tem um botão que é muito importante que serve para ligar e para desligar. Eu vou à televisão buscar aquilo que gosto e não aquilo que me querem empurrar, impingir, e lá em casa, no fundo é assim que todos funcionamos. A TV tem quatro canais, mais os da parabólica, mas tem um botão que dá para desligar, portanto quando não interessa desliga-se. Nós é que temos obrigação de chegar e tirar aquilo que nos interessa” (entrevista nº 18)

“Gostava que a televisão não ocupasse tanto a minha vida no dia-a-dia, mas é um bocado difícil. Eu gostava de não ver tanto televisão, mas ao mesmo tempo penso que já não consigo que isso aconteça... Em princípio não saio de casa, a partir das 20.30/21.00 horas, estamos em casa, a gente não tem muita alternativa, não dizemos “vamos apagar a televisão que já chega”. De facto a gente não faz isso, ela está sempre presente ali à nossa beira, a acompanhar a nossa vida” (entrevista nº 21).

Os usos da televisão na família, diferem também consoante os modelos de comunicação vigentes. Retomando a tipologia de Chaffee *et al.*, observamos que nas famílias cujo padrão comunicativo se orienta para a dimensão conceptual (famílias predominantemente do NSE alto), a função de entretenimento é, comparativamente com a função informativa, menos

valorizada, os conteúdos de determinados programas são usados para questionar determinados valores, os pais comentam e discutem, com relativa frequência, os programas com as crianças, ajudam-nas a interpretá-los, e incentivam-nas a estabelecer uma atitude crítica perante o que vêem.

Nas famílias orientadas para a dimensão social (NSE médio e baixo), a função de entretenimento é a mais valorizada, a TV é frequentemente utilizada como companhia e como escape, e constitui também, com alguma regularidade, uma fonte importante para a reunião e a conversa da família.

4. Aprender com a televisão?

A relação entre a televisão e a aprendizagem, foi uma dimensão também contemplada nas entrevistas, atendendo à importância de que se reveste para a análise das práticas de mediação. Pretendíamos saber as opiniões dos pais acerca dessa relação, ou seja, se acham que os filhos aprendem com e através da televisão.

A análise das respostas obtidas permite-nos concluir que uma parte significativa das famílias dá uma resposta positiva, embora algumas pessoas consideram que *'aprendem para o bem e para o mal'*. Registámos também algumas respostas negativas e, em menor número, respostas *'não sei'* e outras *'talvez'*.

As respostas *'não'*, *'não sei'* e *'talvez'*, são dadas com maior frequência por famílias com um grau de instrução baixo e de níveis sócio-económicos baixo e médio, sendo poucas as que apresentam as suas razões. *'Não sei'* e *'talvez'* são respostas dadas sobretudo por pessoas que dizem nunca terem pensado no assunto. As respostas afirmativas (que são em maior número), embora sejam dadas por sujeitos pertencentes aos diversos níveis sócio-económicos, apresentam algumas diferenças ao nível da justificação, isto é, das razões, dos exemplos, que apresentam para justificarem as suas opiniões. Vejamos: quando as respostas são afirmativas e a relação televisão - aprendizagem é considerada positiva, só alguns sujeitos (a maior parte do nível sócio-económico alto e com formação superior) são capazes de apresentar razões ou exemplos, e mesmo estes fazem-no de forma muito concisa. Quando essa relação é considerada negativa (sobretudo por sujeitos do nível sócio-económico desfavorecido), as poucas justificações são dadas através de exemplos de comportamentos das crianças que

observaram pontualmente. Observámos também que alguns entrevistados ou não sabiam precisar o que as crianças aprendem, ou diziam não se lembrar de nenhum exemplo.

As listagens que se seguem descrevem os exemplos de aprendizagens que as crianças realizam através da televisão, apresentados pelos pais.

Aprendizagens que as crianças realizam através da televisão

- Exemplos dados pelos pais

- Ler, escrever, contar
- Contar e inventar histórias
- Imaginar ‘coisas’ novas; desenvolvem a criatividade
- Cantar
- Notícias do que se passa no país e no mundo
- Conhecimentos da vida animal
- Desenvolvimento e aquisição de determinados valores: tolerância, respeito pelos outros...

Os pais que consideram que as aprendizagens realizadas pelas crianças são negativas, referem a aquisição de conhecimentos de natureza sexual, que se reflectem no comportamento das crianças, sobretudo no das raparigas; e o desenvolvimento de comportamentos violentos, sobretudo por parte dos rapazes, devido aos programas violentos que vêem.

Os pais que são peremptórios ao afirmar que as crianças não aprendem com a TV consideram que os programas que são transmitidos e vistos pelas crianças, têm única e exclusivamente uma função - entreter - pelo que “*as crianças não aprendem nada com esses programas*”.

Contudo, a maioria dos pais, mesmo aqueles que defendem que as crianças não aprendem com a televisão, identificaram o programa *Rua Sésamo* como o melhor exemplo de programa de televisão com que as crianças podiam aprender. Aliás, alguns dos exemplos de aprendizagens mencionados anteriormente, dizem respeito a assuntos/matérias abordadas e desenvolvidas nesse programa.

Alguns pais consideram que se as crianças virem televisão na sua companhia, se falarem e comentarem o que estiver a dar, se derem explicações aos filhos, ou seja, se exercerem o papel de mediadores da televisão, as crianças poderão adquirir conhecimentos e realizar aprendizagens que dificilmente conseguirão adquirir e realizar se virem televisão sozinhas. Estes pais consideram que a mediação da televisão é o elemento chave para que as crianças aprendam com e através da televisão, e para que aprendam a ver, de forma crítica e selectiva.

Esta matéria é o nosso próximo objecto de discussão e análise. Passemos pois ao Capítulo VII.

Capítulo VII

PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DA TELEVISÃO NA FAMÍLIA

A análise que se segue sobre a mediação da televisão na família, tem subjacente o conceito e as formas de mediação apresentadas e discutidas no capítulo III.

Referimos no capítulo anterior que as crianças habitualmente vêem a programação destinada à infância, sozinhas, ou com os irmãos, e que vêem a programação destinada ao público adulto com os pais. Este aspecto reveste-se de uma importância fundamental para o estudo das práticas de mediação, já que tais práticas podem ser consideradas como indicadores de ocorrência (ou não) de mediação, relativamente a um tipo de programação e a outro. De uma forma geral, verificamos, através da análise dos dados, que o visionamento em conjunto (pais e filhos) é uma condição favorável para que ocorra mediação. No entanto, mesmo que a actividade televisiva não seja realizada ‘em família’, se nos momentos em que a criança está a ver TV, estiver um adulto próximo, mesmo que esteja a realizar outras actividades, os dados indicam que há uma maior probabilidade para que ocorra mediação, na medida em que a criança vai conversando com o adulto sobre o que está a ver, vai fazendo perguntas quando não entende, pede-lhe explicações, etc. Esta situação não significa, contudo, que a criança obtenha sempre resposta às suas solicitações. O facto de o adulto não estar a acompanhar o que está a ser transmitido ou a falta de disponibilidade leva-o muitas vezes a não responder, e mesmo a pedir à criança para ‘ver e estar calada’:

“A Rita faz muitas perguntas, quer saber tudo. Às vezes a gente explica, se estiver bem disposta, se estiver mal disposta digo-lhe ‘olha vê e está mas é calada’” (entrevista nº 32)

“A miúda faz perguntas em relação a tudo o que está a ver. É impressionante! É tão impressionante, que às vezes corro com ela, não tenho paciência!” (entrevista nº 3)

É a persistência das crianças, a sua curiosidade, a vontade de verem as suas dúvidas esclarecidas (para compreenderem melhor o que estão a ver), que as levam com alguma frequência a procurar o adulto (mesmo que este esteja noutro espaço), quer durante quer após o programa. *“Qualquer situação que se passe durante os bonecos ela vem perguntar à mãe e*

ao pai... gosta de saber tudo e se lhe der uma resposta que não a satisfaça, insiste sempre, sabe que estamos a responder por responder." (entrevista nº 3).

Segundo os entrevistados, esta procura é mais insistente quando se trata de programas estrangeiros que não estão dobrados, estão apenas legendados, dificultando-lhes a compreensão da narrativa. Quando são programas que as crianças vêem com mais atenção, os entrevistados referem que elas nem sempre apreciam as intervenções do adulto - comentários, fazer perguntas, etc. Diziam-nos a este propósito duas mães:

"quando está a dar desenhos animados e quando são falados em português, ou alguma coisa mais fácil que ela consiga entender e apanhar, não gosta que a gente fale e não gosta que a interrompam. Pode é fazer alguma pergunta ou algum comentário no fim." (entrevista nº 7)

"a Ana quando está a ver os desenhos animados está muito calada. Deita uma atenção àquilo, que nem fala, e muitas vezes nem quer que ninguém fale, porque quer estar sossegada a ver e a ouvir" (entrevista nº 24)

Quando estão presentes outras crianças, normalmente os irmãos mais velhos, os adultos são consultados com menos frequência, uma vez que os irmãos falam entre si sobre o que estão a ver. No entanto, esta situação nem sempre é pacífica, por vezes gera algum conflito entre os irmãos, sobretudo quando os 'mais novos' invadem os 'mais velhos' com perguntas e comentários, não os deixando ver com atenção: *"a Rita fala com o irmão sobre os programas que estão a ver, ele umas vezes responde e outras manda-a calar porque quer ver"*. (entrevista nº 3)

Precisaríamos de mais informações para avaliar com mais rigor os efeitos da mediação dos irmãos mais velhos em relação aos mais novos. As informações de que dispomos permitem-nos constatar que, quando os irmãos vêem juntos televisão, principalmente a programação que lhes é especificamente destinada, as crianças mais novas tendem, de facto, a procurar menos os adultos para fazer perguntas e esclarecer eventuais dúvidas. Permitem-nos também constatar uma certa influência em termos de preferências e de gostos, portanto uma mediação indirecta, contudo, não nos permite avaliar a eficiência da mediação directa no processo de interpretação e de atribuição de sentido às mensagens televisivas, uma vez que é uma mediação muito 'superficial'.

A citação que se segue é um exemplo de mediação indirecta do irmão mais velho em relação à irmã mais nova:

“os programas que a minha filha vê são muito marcados pelo gosto do irmão. Dá-me a impressão de que ela foi criando os gostos dela à imagem dos programas que o irmão gosta. Vê os programas que o irmão vê”. (entrevista nº 47))

De uma forma geral, verificámos que os pais que entrevistámos não conhecem os programas destinados especificamente à infância, não vêem com os filhos esses programas, não se envolvem nessa experiência televisiva dos filhos e, conseqüentemente, é raro exercerem qualquer forma de mediação em relação a esses programas. Já em relação aos videogramas⁵⁵, a situação altera-se um pouco: normalmente os pais vêem esses ‘filmes’ a primeira vez com os filhos porque geralmente são também do seu agrado. Nesses momentos acontece frequentemente comentarem o filme com as crianças e responderem a eventuais questões por ele suscitadas. Apesar desses videogramas serem vistos um número significativo de vezes pelas crianças, os pais estão presentes apenas na primeira vez.

“quando há um vídeo novo normalmente vemos a primeira vez com a Olga para lhe explicar o que está a acontecer, mas depois a televisão é um bocado o nosso substituto quando a gente não está disponível para estar com eles”. (entrevista nº 46)

Ainda em relação à programação destinada à infância, os pais referem que as crianças solicitam frequentemente a sua presença nos momentos em que é emitida, quer pelo gosto da companhia, quer pelo prazer de partilhar com eles algo de que gostam, quer para conseguirem esclarecer as suas dúvidas em relação ao que estão a ver (no sentido de compreenderem melhor a narrativa). Não obstante, são poucos os pais que dizem aceder ao pedido dos filhos, considerando, tal como referimos no capítulo anterior, uma perda de tempo. Aproveitam esses momentos em que os filhos estão sossegados e entretidos para realizar tarefas. São vários os testemunhos a este propósito, vejamos alguns:

⁵⁵ É importante referir que o consumo de videogramas não tem expressão nas famílias do nível sócio-económico baixo, até porque a maioria não possui videogravador. É nas famílias dos níveis médio e alto que esse tipo de produto adquire uma expressão forte, em termos de aquisição e em termos de consumo, assumindo uma importância significativa nas práticas televisivas das crianças.

“eles insistem, gostam imenso que a gente veja televisão com eles, mas não é uma coisa que aconteça com frequência, eu normalmente chego a essa hora e vou tratar do jantar ou fazer outra coisa qualquer” (entrevista nº 47)

“o meu filho gosta de ver televisão acompanhado porque ele gosta de partilhar, acho que é mais o poder conversar. Ele diz ‘ó mãe anda ver’, e às vezes não é para mais nada, é só para estarmos a ver o que ele está a ver, partilhar aquilo, acho que é mais isso” (entrevista nº 17)

“ele gosta que nós mostremos interesse por aquilo que está a ver” (entrevista nº 48)

Portanto, salvo raras exceções, podemos concluir que a esmagadora maioria das famílias assume uma atitude liberal (*‘laissez-faire’*) em relação à programação destinada especificamente ao público infanto-juvenil.

No que diz respeito à programação familiar ou dirigida a audiências adultas, as crianças vêm habitualmente este tipo de programação na companhia de um adulto, podendo ser na companhia de ambos os pais, apenas do pai ou apenas da mãe, ou ainda de outro familiar, por exemplo a avó. Qualquer que seja a companhia, normalmente os programas que as crianças vêem são impostos pelos gostos e preferências do(s) adulto(s), o que sugere que as escolhas e os hábitos televisivos dos pais têm uma grande influência sobre os dos filhos. Na esmagadora maioria das famílias, os programas que os pais vêem são também os que as crianças vêem. Elas vêem ou não telenovelas, debates, documentários, concursos, *reality shows*, etc., porque os seus pais vêem ou não vêem, porque partilham o mesmo espaço onde está a TV, porque vivem na mesma casa, partilham das mesmas rotinas, dos mesmos estilos e formas de viver. Como dizia uma mãe: *“eu acho que no fundo acaba por haver alguma influência de nós, pais, em relação ao Carlos porque se eu própria não visse, por exemplo, o ‘Mini Chuva de Estrelas’, ele não se lembrava que estava a dar, ele não se prendia, acho que no fundo nós o influenciámos”* (entrevista nº 17)

Talvez possamos ilustrar esta situação ainda melhor com um exemplo concreto que nos foi possível notar: nas famílias em que é habitual os pais (geralmente a mãe) assistirem à telenovela, normalmente a uma do horário nobre, é também habitual que as crianças assistam; nas famílias que não têm esse hábito de consumo (podem eventualmente ter outro), as crianças geralmente também não o têm. Dizia um dos pais entrevistados a este propósito: *“eu não gosto nada de telenovelas, e não sei se por brincadeira, comecei a dizer que aquilo não*

prestava e, por minha influência, quando começa uma telenovela normalmente o Pedro pega no comando e muda logo para outro programa, ele próprio tem essa iniciativa. Tudo o que lhe soar um bocado a ‘brasileiro’ ele já está assim um bocado de pé atrás, culpa minha... e em relação também ao ‘Mini Chuva de Estrelas, nós achamos que aquilo é uma imitação pura, e a partir do momento em que começámos a comentar isso, ele começou a não ter grande interesse e a não achar piada nenhuma” (entrevista nº 18)

Em algumas famílias que habitualmente não vêem a telenovela, observámos uma situação digna de registo: as crianças são por vezes influenciadas pelos amigos do jardim de infância, pelas conversas que partilham sobre determinadas cenas e determinados personagens, chegando por vezes a casa com o pedido para os pais as deixarem ver a telenovela, para poderem ‘entrar’ na conversa com os amigos, para poderem partilhar com eles gostos, preferências, fantasias e emoções.

A análise destes dados permite-nos então supor que o gosto, as preferências, e os hábitos televisivos dos pais, influenciam o uso que os filhos fazem da televisão, influenciam as suas práticas e experiências televisivas, na medida em que são partilhados por ambos.

Dos três modelos oferecidos pela literatura (cf. St Peters *et al.*, 1991) para determinar a influência do consumo televisivo no seio da família - os pais influenciam as crianças; as crianças influenciam os pais; não há influência mútua - os nossos dados suportam o primeiro modelo ao nível da programação familiar ou dirigida ao público adulto, e o terceiro ao nível da programação para o público infanto-juvenil.

Formas de Mediação

Analisemos agora as formas de mediação utilizadas pelos pais em relação à televisão que os seus filhos vêem⁵⁶. Gostaríamos de referir que não encontramos nenhuma família cujas práticas possam ser enquadradas num único tipo de mediação. Encontrámos antes famílias que combinam várias formas de mediação, podendo no entanto ser caracterizadas pela forma

⁵⁶ Como referimos no início deste capítulo, esta análise tem subjacente as formas de mediação apresentadas por Weaver e Nancy, discutidas no capítulo III: mediação restritiva, mediação avaliativa e mediação não focalizada.

de mediação dominante, ou seja, pelo tipo de mediação que é mais regular ocorrer. Verificámos também que a associação entre a forma restritiva e a forma avaliativa é menos frequente, sendo mais comum a associação entre as formas de mediação ‘restritiva - não-focalizada’ e ‘avaliativa - não-focalizada’, pelas razões que teremos oportunidade de discutir de seguida.

Mediação Restritiva

Esta forma de mediação é, a seguir à mediação não-focalizada, a que mais ocorre no seio das famílias que entrevistámos. Envolve a implementação de regras relativas às práticas televisivas das crianças, e as estratégias utilizadas pelos pais no sentido de restringir o tempo de consumo e/ou proibir determinados programas.

Uma regra comum à esmagadora maioria das famílias, independentemente do NSE ou de qualquer outra variável, é a definição da hora de deitar das crianças. Esta regra não passa, em muitas famílias, de uma intenção. Embora não esteja directamente relacionada com a televisão, uma vez que a preocupação principal dos pais é que as crianças se deitem cedo para descansarem um número de horas suficiente que lhes permita um bom nível de actividade e de rendimento no dia seguinte, acaba por implicar também a actividade televisiva. É uma forma, por vezes disfarçada, de impedir as crianças de verem determinados programas que consideram menos adequados às suas idades.

A definição desta regra pode ser vista num ‘continuum’, que vai de uma definição muito restritiva até uma definição muito liberal. Ou seja, a regra tanto pode ser colocada como inquestionável, como pode não ser cumprida, como pode ainda ser objecto de negociação, depende largamente do estilo disciplinar e de educação vigentes em cada família e do próprio contexto situacional.

Os depoimentos permite-nos constatar que um número significativo de famílias vai cedendo aos pedidos das crianças⁵⁷ para as deixar estar ‘mais um bocadinho’, acabando

⁵⁷ Esta situação verifica-se quase exclusivamente em relação às crianças do segmento dos 3-6 anos; as dos segmentos mais altos normalmente não usufruem desse tipo de cedências, a não ser que no dia seguinte não haja escola. Apesar de todas as crianças mais pequenas frequentarem o jardim de infância e, portanto, terem de cumprir horários, a preocupação com o número de horas de sono, embora também exista, é comparativamente menos acentuada. Esta situação talvez possa ser explicada pelo carácter não obrigatório da educação pré-escolar,

muitas vezes por se deitar à mesma hora dos pais, excepto quando a televisão exhibe algum programa que os pais não querem mesmo que os filhos vejam. Nesse caso, ou a regra é realmente cumprida e as crianças vão para a cama, ou os pais prescindem de continuar a ver e vão também dormir, ou vão realizar outras actividades.

Diz uma mãe a propósito da sua filha de cinco anos que nunca se quer deitar antes dos pais: *“ela vai todo o caminho a refilar, refila o tempo todo com a lágrima no olho, diz que é uma infeliz, que não pode ver o que quer...mas vai!”* (entrevista nº 3)

Em relação aos que optam por ir para a cama e que têm um aparelho de televisão no quarto, utilizando-o como forma das crianças adormecerem, não são raras as vezes em que os pais, a maioria das vezes a mãe, acabam por adormecer, continuando as crianças a ver televisão até que o sono chegue. A citação que permite ilustrar esta situação é retirada da entrevista a um casal em que o pai dizia: *“a mãe pode obrigá-la a ir para a cama, obrigá-la a dormir não consegue. Não é a primeira vez que chego a casa pela meia-noite, e a mãe está nos braços de Morfeu há muito tempo e a pequena está com aqueles olhos enormes ali deitada a ver o filme, e eu chego e ela conta-me tudo o que viu até aí, perceba ou não perceba, ela conta-me a história à maneira dela. Isto acontece várias vezes porque não funciona essa coacção do ‘dorme’. O sono é que se encarrega de a vencer.”* (entrevista nº 5)

O binómio violência-sexo sintetiza os campos acerca dos quais os pais exprimem as suas maiores objecções em relação à programação televisiva, sendo o tema da violência o principal denominador comum das preocupações expressas pelos pais e que os leva a restringir o consumo dos filhos.

Uma outra regra comum a algumas famílias é as crianças verem televisão apenas até à hora de jantar ou, visto de outro prisma, até à hora de começar as notícias:

“ele já sabe que só pode ver os programas dele até à hora das notícias, que normalmente coincide com a hora de jantar” (entrevista nº 14)

“ela gosta de chegar a casa e ver televisão. Ela tem aqueles filmes do Walt Disney, gosta de ver os filmes, mas já sabe que é só até às 20h00. Depois chega a hora da refeição, vem a hora do telejornal, já sabe que naquela hora não pode ver esses filmes” (entrevista nº 42)

e pela forma como os pais concebem a exigência das actividades que aí se realizam; pela flexibilidade do horário do Jardim, e ainda pelo facto de muitas crianças dormirem a aí a sesta.

“a regra é o Tiago [4 anos] não ver vídeos a partir das 20h00. Mas se ninguém está a ligar ao que está a dar, ele diz logo: ‘se ninguém está a ver porque é que eu não ponho um vídeo?’” (entrevista nº 49)

As estratégias utilizadas pelos pais para restringir ou proibir as crianças de verem determinados programas com conteúdos daquela natureza, diferem de família para família. A análise dos dados permite-nos identificar as seguintes estratégias: desligar a televisão, retirar a ficha da tomada sem as crianças saberem, mudar de canal, sentar as crianças com as costas voltadas para a televisão (geralmente na hora da refeição), impedindo-as de verem determinadas cenas, normalmente exibidas nas notícias; colocarem-se à sua frente, ou distraí-las com outros acontecimento. ‘Mudar de canal’ é a estratégia mais utilizada para impedir o visionamento, registando-se, no entanto, uma diferença importante: enquanto que alguns pais referem que têm sempre a preocupação de explicar às crianças os motivos das suas atitudes, ou seja, as razões que os levaram a mudar de canal, outros referem que procuram fazê-lo o mais rapidamente possível e de forma disfarçada para que as crianças não se apercebam dessa mudança (ou da preocupação por parte dos pais em fazê-lo).

Segundo nos foi dado perceber, é raro este tipo de atitudes ser acompanhado por qualquer tipo de explicações por parte dos pais, o que nos leva a questionar a sua eficácia, já que podem aguçar ainda mais a curiosidade natural das crianças, e levar a que estejam muito mais atentas a este tipo de situações.

As citações que se seguem dão conta de algumas das estratégias enunciadas anteriormente:

“não proibimos, se há uma cena de alguma violência mudamos automaticamente de canal para ele não ver” (entrevista nº 2)

“ela estando de costas para a televisão não vê, mas ouve, e se é alguma coisa que possa motivar certas atitudes ou certas questões por parte dela, o pai muda de canal” (entrevista nº 7)

“proibir não proibimos, mas impedimos que ele veja. Às vezes ele está no sofá e dá uma cena violenta e eu tento distraí-lo para ele não ver porque há cenas, por exemplo, de sexo e de violência, que eu não gosto que ele veja, e por vezes o pai até lhe põe a mão à frente da cara, mas ele tenta sempre espreitar porque ele gosta de ver” (entrevista nº 26)

"eu [a mãe] procuro controlar mudando de canal. Quando vemos que não está a agradar, digo 'olha vamos experimentar este a ver se está a dar uma coisa interessante!'" (entrevista nº 10)

"às vezes dá imagens de guerra de África e se acontece ele estar na sala, fica impressionado, porque é uma criança muito sensível... mas procuramos não mudar de canal sem explicar o que se está a passar." (entrevista nº12)

"nós temos o cuidado, quando as imagens são mais complicadas, de desviar-lhe a atenção. Já mais que uma vez que desligamos a televisão e arranjámos qualquer pretexto." (entrevista nº 21)

"quando são filmes violentos não gosto que ela veja. Já tem acontecido estar a dar e ela querer mesmo ver, ela gosta de ver, mas eu mudo de canal porque não quero que ela veja filmes violentos. Normalmente nessas alturas mudo de canal ou apago a televisão." (entrevista nº 24)

É mais frequente a restrição de determinados programas televisivos, devido aos seus conteúdos, do que a restrição do tempo de consumo. As razões mais frequentes para restringir o uso da televisão pelas crianças, prendem-se, com a hora de deitar e com os conteúdos de determinados programas, como já ficou referido anteriormente, com a obrigatoriedade de realização de certas actividades (esta restrição verifica-se sobretudo em relação às crianças dos segmentos etários mais altos, em relação aos trabalhos de casa escolares, e à realização de certas tarefas domésticas, sobretudo em relação às raparigas), e como tentativa de levar as crianças a realizarem outras actividades.

Registámos também casos de famílias que dizem que não definem regras, que não proíbem nada e não fazem qualquer tipo de restrição, não só em relação à televisão, mas em relação à vida quotidiana em geral, referindo que nunca sentiram necessidade de o fazer ou que não têm condições para isso. Embora a opção seja aparentemente a mesma, as razões que estão por trás diferem:

- nunca surgiram problemas por parte das crianças (por exemplo medos, receios, sonhar com o que viram), sendo a televisão por vezes a única forma de as manter sossegadas durante algum tempo;

- a rotina da vida quotidiana não permite dedicar atenção ao que as crianças vêem, não permite conhecer todos os programas que vêem, não podendo os pais impor restrições sem fundamento - *“se eu estivesse mais informada em relação à televisão que eles vêem, talvez pudesse ser mais útil e intervir mais, mas como não estou...”* (entrevista nº 23)

- a falta de alternativas para oferecer à criança não permite aos pais estabelecerem regras no sentido de restringir o consumo de televisão - *“é muito difícil impor regras se não lhes dermos alternativas. Como é que eu lhes podia impor, por exemplo, que ao sábado de manhã só vissem duas horas de televisão, se ficamos em casa todo o dia?”* (entrevista nº 45)

- as próprias crianças são selectivas em relação ao que vêem, se não lhes interessa ou se não lhes agrada, elas ‘desligam-se da televisão: *“não o impedimos de ver nenhum programa porque as opções dele são razoáveis”* (entrevista nº 18); *“não temos o problema de proibir certos programas porque, no fundo, ele é que faz a selecção, e os programas que ele normalmente escolhe são próprios para a idade dele”* (entrevista nº 12).

Apesar destas famílias referirem que não definem regras, verificámos que algumas delas são as primeiras a utilizar aquelas estratégias mais subtis que referimos anteriormente, para impedir as crianças de verem determinadas cenas. Embora não possuam carácter normativo, não deixam de ser formas de restrição.

Outros casos que registámos, são os de famílias que, embora também não definam regras, se questionam acerca disso e afirmam sentir a necessidade de tomar algumas atitudes, devido ao ‘rumo’ à importância que a actividade televisiva está a assumir na vida das crianças ou da própria família:

“estamos a regradar um bocadinho mais a televisão porque estávamos a chegar a um ponto em que a Carolina estava a ver o filme, o meu marido via o futebol, em duas salas separadas. Não, realmente isto não pode ser porque estamos pouco tempo em casa e cada um na sua televisão!” (entrevista nº 42)

“não há regras e eu às vezes questiono-me até que ponto não seremos demasiado liberais neste aspecto, ou se calhar até irresponsáveis. Eu às vezes pergunto-me: ‘será que os miúdos... será que não devia estar mais atenta ao que eles vêem na televisão?’ Como também nunca sei o que vai dar... e também não sei muito bem o que deva proibir...” (entrevista nº 1)

Apesar do tema da violência constituir a principal razão que leva os pais a regular e a proibir os filhos de verem determinados programas (informativos ou de ficção) destinados ao público adulto, não observámos essa preocupação em relação à programação destinada à infância e, como é do senso comum, alguns dos programas que aí são exibidos contêm cenas de violência, ainda que ficcionada. As razões que decorrem da análise dos dados e que permitem explicar estas práticas, aparentemente contraditórias, prendem-se com o desconhecimento, por parte dos pais, da programação para a infância, bem como com a confiança que depositam em quem dirige os departamentos responsáveis pela programação infantil e juvenil, esperando que as escolhas sejam adequadas à idade das crianças a quem se destinam esses produtos (esquecendo, ou desconhecendo, que a lógica comercial pode vencer quaisquer critérios pedagógicos, formativos e educativos que estejam subjacentes a essa programação). Como dizia um pai: *“se for o telejornal a gente já sabe que aparecem imagens um bocado chocantes. Quando são os programas infantis, a gente confia um bocado nas pessoas que são responsáveis por esses programas, acontece muito isso, e portanto deixamos a coisa correr. Admito que eventualmente possa haver desenhos animados um bocado duros para as crianças.”* (entrevista nº 21).

Uma outra razão prende-se com as concepções dos pais sobre o mostrar ou não, o deixar ver ou não, programas que contenham filmes violentos. A este propósito, encontrámos algumas opiniões dignas de registo:

Alguns entrevistados referem que não querem, nem consentem, de todo, que os seus filhos assistam a programas que contenham ingredientes de violência (física), seja ela real ou ficcionada, sobretudo pelo medo que provoca nas crianças, e pelos sonhos assustadores que as crianças têm durante a noite quando assistem a esse género de programas.

Outros, dizem ter a preocupação de impedir e de esconder cenas realistas de violência, exibidas sobretudo nos noticiários, pela dificuldade em explicar aos filhos os motivos da mesma, preocupando-se menos com a violência exibida nos programas de ficção. Um exemplo: *“eu acho bem que se mostre a realidade e o que se está a passar ao nosso lado, mas há certas coisas que eu não quero que a Joana veja, não quero que ela se aperceba, porque ela faz montes de perguntas e eu acho que não estou preparada para explicar à Joana porque é que há tanta maldade, porque é que os homens se matam uns aos outros.”* (entrevista nº7).

Outros, ainda, têm uma opinião contrária: dizem que preferem que os filhos assistam a essa cenas reais de violência, como uma forma de tomarem conhecimento do que se passa no

mundo em que vivem, incentivando mesmo (alguns pais), o seu visionamento, procurando impedir ou restringir o visionamento de programas de ficção, que contenham violência, caracterizando-a de ‘fingida’, ‘inventada’, ‘irreal’, ‘fácil’, e mais facilmente imitada pelas crianças. As citações que se seguem permitem exemplificar esta situação:

“o que os filmes mostram, de artes marciais, policiais, não têm nada a ver com a realidade, estou farta de dizer isso ao meu filho que isto que o Van Damme faz não tem nada a ver com a realidade, porque ele bate cinco, seis e sete vezes e nunca leva uma chapada. Aquilo que se passa no mundo, por exemplo, aquelas cenas de fome no Uganda, a gente mostra e até digo à Rita: ‘vês, tu não comes e vês os meninos a morrerem à fome.’ O que se passa na realidade, no nosso mundo, ela vê. Aquelas imagens que passam de pessoas a serem abatidas, de corpos a serem metidos em ambulâncias, eu sei que é violento, mas mostram o dia-a-dia, por incrível que pareça isto acontece. Deu aquela imagem de um homem morto na Bósnia com um tiro no peito e caiu instantaneamente, eu quero que os meus filhos vejam isto. Isto é a realidade.” (entrevista nº 3)

“aqueles programas de droga, o programa ‘Casos de Polícia’, eu incentivo a ver, gosto que eles vejam isso, a miséria, o outro lado da vida. Por exemplo, no telejornal, quando mostram essas coisas todas eu digo ‘olhem, olhem para ali para a televisão, vejam a miséria que o mundo tem’. Quando são atentados provocados pelo ser humano, eu chamo muito a atenção deles.” (entrevista nº 30)

Encontrámos também algumas (poucas) famílias em que a preocupação não passa tanto por impedir ou proibir, mas por explicar, esclarecer, a violência televisiva seja ela real ou ficcionada:

“houve uma altura qualquer em que estava a ver um filme que teria visto já antes, com cenas violentas, um indivíduo a matar outro, e notei que o Pedro estava um bocado assustado, e então expliquei-lhe, até encenámos os dois, a fazer de conta, ele viu perfeitamente que aquilo de violento não tinha nada. Procuro que ele compreenda a diferença entre a realidade e a fantasia, sem a intenção de quebrar todo o encanto que está por detrás de uma cena ou de um filme .” (entrevista nº18)

“quando vejo os heróis de agora a saltar de um lado para o outro sem se aleijarem, tenho muito medo que o Paulo – nós moramos no 2º andar – se imagine o Super-Homem e que tente descer da varanda, e por isso, tento explicar-lhe que isso é fantasia, tento que ele distinga o que é fantasia e o que é realidade.” (entrevista nº 40)

“eu percebo que ela projecta para a realidade aquilo que vê na televisão, por exemplo, a noção de morte para ela é alguém que cai no chão mas a seguir levanta-se e já está bem. E tudo isso são coisas que vai vendo nos desenhos animados. Normalmente tento fazer o paralelismo entre o que é desenho animado e o que é a sério. Quando estamos a ver vou tentando, sem tirar a piada que está a achar ao que está a ver, que ela perceba que aquilo não é real.” (entrevista nº 46).

Dentro desta categoria - mediação restritiva - incluímos também o uso da TV como castigo (não encontramos nenhuma família que a utilizasse como recompensa), que é também uma forma, indirecta, de restringir o consumo. O castigo aplicado pelos pais - não ver televisão, principalmente os programas que são da preferência das crianças, videogramas incluídos - está quase sempre relacionado com a refeição das crianças ou com o não cumprimento de determinadas tarefas. *"O castigo que nós agora damos às nossas filhas é não ver televisão ao fim de semana, ou não ver o 'Mini Chuva de Estrelas'."* (entrevista nº 8)

Em forma de síntese podemos dizer que a mediação restritiva, que acontece com relativa regularidade nas famílias contempladas pelo estudo, significa frequentemente restringir, regular, impedir, proibir, mas sem apresentar explicações, sem esclarecer os motivos que levam os pais a adoptar essa práticas.

Mediação Avaliativa

Esta é a forma de mediação que ocorre com menos frequência no seio das famílias. A análise dos dados permite-nos estabelecer uma relação estreita entre esta forma de mediação e o grau de instrução dos pais. Embora não seja geral e exclusivo, os pais que têm um grau de instrução mais elevado manifestam uma maior preocupação com os programas que os seus filhos vêem e dizem procurar ver televisão com eles sempre que o tempo livre o permite. Estes pais revelam também uma maior preocupação e interesse em explicar às crianças certos conteúdos, em estender os seus conhecimentos através do que vêem na televisão. Referem ainda que procuram discutir com as crianças o que elas vêem e ajudá-las a interpretar os programas, no sentido de desenvolverem atitudes críticas e hábitos selectivos.

“Se eu estiver a ver com eles, aprendem mais do que se estiverem entregues a si próprios. Se eu estiver aqui, alerta, digo, chamo a atenção, e sem dúvida alguma que isso ajuda. Em relação às telenovelas, por exemplo, que é uma coisa que eu contesto, sobretudo pelo número excessivo, se eu me sentar à beira deles a ver, a telenovela adquire um outro valor que não tem se estiver a ver sozinha. Porque eu digo: ‘olha, vê, olha repara...olha como aquele reagiu bem.’ Se for assim, como a telenovela tem uma linguagem muito viva e expressiva, e em termos de actuação eles são excepcionais, permite que eu faça comentários que eu não posso fazer no dia a dia.” (entrevista nº 23).

"além de prestarmos esclarecimento às questões e às dúvidas que ele coloca, tentamos fazer nós os comentários e dar-lhe as nossas explicações" (entrevista nº 18)

"a televisão tem que ser aproveitada... os pais não podem de maneira nenhuma demitir-se dessa função. Nós temos um papel importante a desempenhar quer em relação à televisão, quer em relação à escola..." (entrevista nº 42)

"eu acho que há influência dos pais [em relação aos filhos] em tudo, em relação à televisão também... nós é que temos de os ajudar a seleccionar, acho que temos uma função de mediador. Claro que às vezes uma pessoa facilita... queremos é que os miúdos estejam sossegados..." (entrevista nº 44)

A distinção entre realidade e ficção aparece como um dos principais tópicos que os pais procuram explicar às crianças, sobretudo às dos segmentos etários mais baixos, pelo facto de ainda não conseguirem estabelecer essa distinção. A preocupação em ajudar as crianças a compreender aqueles dois conceitos, e a distingui-los, advém sobretudo dos comentários que os pais ouvem as crianças fazerem, quer durante, quer após o visionamento de determinados programas, e pelo receio de imitação de certas cenas ficcionadas que podem resultar de forma negativa para as crianças.

Foi a este nível (mas também em relação a outros aspectos que exigem explicações, esclarecimentos) que constatámos algumas dificuldades por parte das famílias do NSE baixo, geralmente com um grau de instrução também baixo. Foram os próprios entrevistados que enunciaram a dificuldade, e mesmo a incapacidade, de responder a todas as solicitações das

crianças, pela falta de conhecimento, pela dificuldade de expressão, e por considerarem difícil explicar a crianças tão pequenas assuntos que consideram não ser para o seu nível de entendimento⁵⁸. Estas dificuldades reflectem-se de uma forma geral ao nível da discussão e da interpretação dos programas. Por um lado, pelo baixo nível de instrução, de formação e de informação, por outro, (que no fundo é uma consequência do primeiro), porque revelam atitudes menos despertas, menos sensibilizadas, menos questionadoras, face a este tipo de problemáticas.

Incluímos nesta categoria – mediação avaliativa – as **práticas de encorajamento**, uma vez que exigem, à partida, algum envolvimento por parte dos pais e alguma intencionalidade.

De uma forma geral, são relativamente poucas as famílias que encorajam as crianças a ver televisão. Os pais que encorajam mencionam a ‘Rua Sésamo’ como o programa que mais frequentemente incentivam os filhos a ver, pelo seu valor pedagógico e educativo. Seguem-se os programas relacionados com a vida animal (por exemplo, o ‘National geographic’) e outros que sabem que são da preferência das crianças (por exemplo, o ‘Mini Chuva de Estrelas’). Nas suas práticas de encorajamento, os pais tendem a considerar sobretudo as preferências dos filhos, e muito pouco os conteúdos dos programas. Encontrámos também algumas famílias que encorajam por conveniência (para deixar a mãe realizar as tarefas domésticas, por exemplo), e para manter os filhos ocupados e sossegados.

As razões apontadas para o não encorajamento relacionam-se com o desconhecimento da programação televisiva, por considerarem que as crianças já vêem demasiado tempo televisão e por considerarem que não há nenhum programa que mereça ser indicado.

O facto de os pais encorajarem as crianças a ver determinados programas não significa que sejam pró-televisão. Pelo contrário, alguns deles manifestam preocupação com o consumo televisivo das crianças e têm, de uma forma geral, uma opinião mais crítica em relação à televisão. São pais que encorajam mas que também regulam, ou seja, envolvem-se mais activamente nas experiências televisivas dos filhos, são mais interventivos e dispõem-se mais frequentemente a ver televisão com eles.

⁵⁸ Uma mãe pertencente ao NSE baixo, residente no meio rural, referiu, a propósito da distinção entre realidade e ficção que ela própria por vezes não sabia distinguir cenas reais de cenas ficcionadas, e que por vezes também não compreendia “*como é que aquilo se faz*”.

Mediação Não-Focalizada

A maioria dos exemplos de mediação que a análise dos dados permitiu evidenciar, recai sobre esta categoria. Uma explicação possível para esta constatação prende-se com o facto da mediação não-focalizada ser uma forma de mediação indirecta, exigindo menos implicação por parte dos pais e sobretudo menos intencionalidade. Inclui os comentários espontâneos que os pais fazem durante e após os programas, os seus hábitos e preferências televisivos, e que acabam por influenciar as práticas televisivas das crianças. É a mediação pelo exemplo.

Esta forma de mediação, apesar de extravasar o tempo de consumo, é particularmente frequente durante a actividade televisiva na medida em que os pais aproveitam determinadas situações ou acontecimentos para ilustrar e para comentar outros em que a família possa estar envolvida. Os programas informativos que a família vê à hora do jantar são, de uma forma geral, os programas mais aproveitados para comentar com as crianças e para as chamar a atenção para determinados aspectos. Os mais referidos relacionam-se com situações de fome, de guerra, de doença (sobretudo a Sida) e de violência. Apesar de todos eles serem comentados expressamente com crianças do segmento dos 3-6 anos de idade, verificamos que são mais frequentes os comentários às situações de fome - crianças a passar fome -, e de doença - alertar para o perigo de pegar em seringas usadas no recreio da escola.

"muitas vezes quando não querem comer e estamos á mesa, vê-se, por exemplo, Angola e Moçambique e eu digo 'vocês não comem, olhai estas crianças do mundo, a miséria e a fome. Aproveito a televisão para falar sobre a miséria e a fome por esse mundo fora, porque eles não vêem, nós realmente estamos num cantinho do céu, sem dúvida, nós não temos miséria à nossa volta.'" (entrevista nº 30)

"(...) se ele não come e aparece na televisão uma dessa imagens de meninos com fome, eu digo-lhe: 'estás a ver, se aquele menino tivesse o teu prato de sopa, ficava todo contente'." (entrevista nº 34)

A análise dos relatos dos entrevistados sugere-nos que, embora de uma forma indirecta, os hábitos televisivos dos pais, os seus comentários - positivos ou negativos -, as suas atitudes face à televisão em geral e a determinados programas em particular, têm influência nas preferências e nos hábitos televisivos dos filhos. Talvez por isso vários autores defendam que esta é a forma de mediação que maior influência exerce nas práticas televisivas das crianças.

"há claramente uma influência nossa [dos pais] em relação a eles [aos filhos], é uma influência indirecta, não é premeditada." (entrevista nº 45)

Factores que Influenciam a Mediação

A análise dos dados permite-nos constatar a importância e a influência de factores como a estrutura familiar, aspectos relacionados com as famílias e com as próprias crianças, e a acessibilidade - televisiva, apresentados e discutidos no capítulo III - nas práticas de mediação da televisão na família.

Analizando primeiramente os **factores relativos às crianças**, e começando pela variável sexo, constatamos que não assume nenhum significado em particular ao nível das práticas de mediação nas famílias, ou seja, não encontramos formas de mediação diferenciadas consoante se trate de rapazes ou de raparigas. Relativamente à idade, dentro do segmento etário considerado, também não registamos diferenças significativas, embora se verifique uma ligeira tendência para um maior envolvimento dos pais na actividade televisiva das crianças dos 5-6 anos de idade, situação que decorre das solicitações constantes que as crianças fazem aos pais, quer para verem televisão com elas (sobretudo os programas que lhes são destinados), quer para lhes fazerem perguntas sobre o que não entendem. Comparando agora este segmento com os segmentos mais altos, verificamos que as crianças das faixas etárias mais altas aceitam de forma menos pacífica, devido às suas maiores capacidades de reivindicação e de argumentação, as formas restritivas de mediação, quando não são acompanhadas de qualquer explicação.

Um outro factor que não foi considerado no capítulo III nem contemplado nas categorias de análise das entrevistas, mas que a análise dos dados permite evidenciar como sendo uma variável que exerce uma influência considerável no processo de mediação, diz respeito ao conceito de infância e de criança presente em cada família. Encontramos, essencialmente, três modelos de concepção da criança, os quais têm implicações nas formas de conceber e 'praticar' a mediação:

- famílias que concebem as crianças como agentes activos dos processos sociais em que estão envolvidas, 'actoras' do seu próprio desenvolvimento, dotadas de determinadas

competências, sujeitos de direitos, ainda que com características específicas. As famílias que têm subjacente este modelo de criança, tendem a adoptar formas avaliativas de mediação, procuram sempre dar uma resposta satisfatória às solicitações das crianças, e não uma resposta para as calar, como acontece num número significativo de famílias. São os próprios pais que por vezes desafiam as crianças a questionar o que estão a ver, fazem-lhes perguntas, pedem-lhes a sua própria opinião sobre determinados programas, acreditam que as crianças, dentro dos seu nível de desenvolvimento e maturidade cognitiva, têm a capacidade de ser selectivas e críticas em relação ao que vêem, sobretudo se puderem contar com a mediação dos pais . Oferecem-lhes também, com alguma regularidade, alternativas à televisão, sugerindo-lhes a realização de outras actividades.

- famílias que têm uma concepção da infância como deficitária, isto é, que concebem as crianças não por aquilo que elas já são capazes de pensar, entender, e fazer, mas por aquilo que serão capazes no futuro, desprovidas de capacidades e de competências específicas. Esta forma dos pais conceberem a infância e as crianças leva-os a adiar frequentemente explicações, a evitar comentários, a deixar as respostas às perguntas das crianças para “quando fores mais crescido” ou para “quando fores mais velho”. Estas famílias, em que predominam formas restritivas de mediação, procuram também evitar que as crianças vejam determinados programas, principalmente os que envolvem conteúdos de natureza violenta e erótica, pelo facto de os considerarem prejudiciais para o desenvolvimento harmonioso das crianças, e por recearem que elas possam fazer perguntas às quais não terão forma de responder devido à falta de capacidade de entendimento por parte das crianças, à sua inexperiência e credulidade.
- famílias que concebem as crianças como seres indefesos, fortemente influenciáveis e vulneráveis, e que, por essa razão, têm como única e quase exclusiva preocupação, proteger as crianças dos conteúdos veiculados por determinados programas televisivos, por serem susceptíveis de influir negativamente no seu processo de desenvolvimento e na formação da sua personalidade. A ideia que prevalece nestas famílias é que as crianças precisam de ser protegidas dos efeitos negativos que a televisão nelas possa exercer, adoptando também formas restritivas de mediação, mas que se orientam quase sempre no sentido da proibição.

Os aspectos que acabamos de analisar remete-nos para a análise de uma outra dimensão: as **variáveis relacionadas com a acção dos pais**. As informações de que dispomos permitem-nos sugerir que diferentes estilos educativos, diferentes padrões de comunicação, marcam diferentes experiências de infância e diferentes práticas de mediação. Verificamos também uma certa cumplicidade entre estilos educativos, práticas de mediação e meios sociais.

Cruzando as variáveis ‘encorajamento’ e ‘restrição’, e adaptando aos objectivos do presente estudo, o modelo de comunicação familiar elaborado por Chaffee, McLeod e Atkin (1971), podemos identificar quatro tipos de famílias, caracterizando-os da seguinte forma (figura 7.1):

FIGURA 7.1
TIPOS DE FAMÍLIA

Tipos de Família	Restrição	Encorajamento
Restritivo (Protector)	Sim	Não
Permissivo('Laissez-Faire')	Não	Não
Consensual	Não	Sim
Selectiva	Sim	Sim

O primeiro tipo, que denota um estilo protector e eventualmente até autoritário, e em que se verifica um controlo dos pais sobre a televisão, principalmente em relação a programas com conteúdos violentos e de natureza sexual, é mais frequente no NSE baixo, embora também se verifique no médio. Curiosamente, o segundo tipo que se caracteriza pela abdicação de intervenção e mediação parental, é também frequente nas famílias do nível baixo, embora assuma uma maior expressão nas famílias do nível médio. O terceiro tipo tem uma expressão mínima no seio das famílias estudadas, acontece de uma forma muito accidental e esporádica. O quarto tipo aponta para um estilo de mediação interventivo, aberto ao diálogo e à negociação, sendo mais frequente nas famílias do NSE alto.

Sendo certo que nenhum destes tipos de família implica, necessariamente, acompanhar os programas, vê-los com os filhos, discuti-los e ajudar as crianças a interpretá-los, responder a

possíveis questões que possam surgir, é no entanto legítimo considerar que as famílias do tipo restritivo e as do tipo selectivo, são as que revelam uma tendência, cada uma a seu modo, para um maior envolvimento parental na experiência televisiva dos filhos, embora, em nosso entender, consideremos que as famílias selectivas, que adoptam uma atitude e um comportamento mais interventivos, desempenhem um papel mais relevante e mais decisivo no processo de atribuição de sentido às mensagens televisivas pelas crianças.

Falta-nos ainda analisar a influência de variáveis como a **organização do espaço e a gestão do tempo**, e a **localização e acessibilidade dos receptores de televisão**, nos processos de mediação da família em relação à televisão.

Relativamente ao factor tempo, verificamos que a gestão das rotinas quotidianas e das actividades da família, influenciam o tempo que é dedicado à actividade televisiva e, consequentemente, às práticas de mediação.

Relativamente à variável espaço, verificamos que a forma como está organizado e a forma como a família o habita exerce uma importância significativa no processo de mediação, sobretudo se tivermos também em conta o número de receptores de televisão existentes no lar e os espaços em que estão localizados. Uma constatação imediata que decorre da análise destes aspectos, é que a existência de dois ou mais receptores por lar, é propícia a uma certa ‘privatização’ da actividade televisiva e, consequentemente, a reduzir ou a limitar as práticas de mediação já que cada membro tende a ver isoladamente. No entanto, a análise dos dados também nos permite constatar que a existência de um só aparelho de TV no lar, embora seja favorável a que a actividade televisiva ocorra regularmente ‘em família’, não é condição suficiente para que ocorra mediação, pelo menos mediação activa, intencional. Se considerarmos que é sobretudo nas famílias do NSE baixo que encontramos a maior percentagem de um só receptor por lar, e se atendermos às conclusões que temos vindo a fazer relativamente às formas de mediação que ocorrem nessas famílias, concluimos rapidamente que a existência de um só aparelho e o mero visionamento em conjunto, embora possam ser factores favoráveis, não são suficientes para que se verifique formas avaliativas de mediação. É necessário muito mais, sobretudo que os pais estejam conscientes, sensibilizados e informados da importância do seu papel de mediadores dos conteúdos dos media mediatizados, e que permitam filtrar, esclarecer, clarificar, interpretar, atribuir sentido às

mensagens recebidas. Uma coisa também é certa: os pais que se preocupam em mediar as complexidades do meio físico e social em que a criança está inserida, contemplam também nesse processo a TV, como parte integrante desse meio.

Síntese Final

Ao longo deste capítulo procurámos analisar os processos de mediação que os pais desenvolvem em relação à televisão que as crianças dos 3 aos 6 anos de idade vêem. De entre os aspectos que fomos sublinhando, consideramos oportuno reter particularmente os seguintes:

a) de uma forma geral, os pais parecem desconhecer a programação destinada à infância, e até mesmo os programas infantis que os seus filhos vêem. As crianças habitualmente vêem esses programas sozinhas ou na companhia de irmãos; só pontualmente é que o fazem na companhia dos pais, apesar de solicitarem frequentemente a sua presença nesses momentos. Consequentemente, é pouco frequente ocorrer mediação em relação a este tipo de programação;

b) as crianças vêem diariamente a programação familiar ou destinada a audiências adultas na companhia dos pais. É sobretudo em relação a este tipo de programação que os pais exercem algum tipo de mediação. Quando o visionamento televisivo é realizado em conjunto (entre pais e filhos), e quando os programas são da preferência de ambos, há uma maior probabilidade de diálogo, de troca de impressões, de comentários, de esclarecimentos, etc.;

c) das três formas de mediação identificadas, a restritiva é a que mais ocorre no seio das famílias que entrevistámos. É mais frequente a restrição de determinados programas televisivos, devido aos seus conteúdos (sobretudo de violência e sexo), do que a restrição do tempo de consumo. Esta forma de mediação é geralmente utilizada pelas famílias para impedir, proibir e regular a actividade televisiva das crianças;

d) a mediação não-focalizada ou indirecta é particularmente frequente durante o tempo de consumo, mas extravasa mesmo esse tempo. Esta forma de mediação exige menos implicação, menos envolvimento e menos intencionalidade por parte dos pais;

e) a mediação avaliativa, que implica um envolvimento mais activo por parte dos pais, é a que ocorre com menos frequência. No entanto, há pais que conversam e comentam com os seus filhos os programas televisivos, que se envolvem na experiência televisiva das crianças ou que expressam essa preocupação. Estes pais são da opinião que os seus filhos aprendem mais com e através da televisão quando vêm acompanhados e/ou quando têm oportunidade de comentarem o que viram. Assim, parece-nos legítimo concluir que é importante para a aprendizagem das crianças que elas vejam televisão acompanhadas pelos seus pais e conversem com eles sobre o que estão a ver, e que é igualmente importante (sobretudo quando a situação anterior não se proporciona), que haja uma interacção entre pais e filhos depois (e não só durante) o momento de visionamento.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, que seguiu um percurso entre vários possíveis, procurámos ensaiar uma abordagem da televisão no quadro da vida familiar, dando especial atenção aos processos de interacção e de mediação desenvolvidos pelos pais em relação às crianças em idade pré-escolar. Fizemo-lo não a partir das inferências e das generalizações que a análise estatística permite, mas a partir de uma análise de natureza qualitativa, procurando evidenciar tendências e características comuns às diferentes famílias estudadas. Para essa abordagem contámos, numa primeira fase com contributos teórico-metodológicos (pertinentes para os campos em análise) de vários autores e, numa segunda, com um conjunto de informações obtidas através da realização de entrevistas a 50 famílias com crianças em idade pré-escolar, do distrito de Braga.

A investigação realizada propôs-se contribuir, ainda que modestamente, para a compreensão de um campo insuficientemente conhecido entre nós e que tem sido iluminado sobretudo por investigadores de outros países. A esmagadora maioria das pesquisas que contribuíram para a fundamentação da relação e da interacção família-televisão foi realizada em contextos culturais e sociais distintos do contexto português, com particular destaque para a Grã-Bretanha e os EUA. Este é um aspecto que em nosso entender deve ser salvaguardado já que estamos a considerar diferentes realidades sociais e culturais.

A análise dos dados da investigação empírica permitiu pôr em evidência diversos aspectos, designadamente:

- a diversidade de experiências, situações e rotinas vividas pelas famílias no seu dia a dia (que variam substancialmente entre níveis sócio-económicos e meios de residência), o que nos leva a considerar não um único e singular quotidiano, mas antes uma pluralidade de quotidianos vividos de forma desigual, organizados e determinados pelas posições socialmente diferenciadas dos actores e pelas práticas sociais, também elas distintas;
- as práticas televisivas são bastante diversificadas e encontram-se entrelaçadas com as práticas quotidianas; pode dizer-se que a relação família - televisão é social e culturalmente mediada pelo quadro social da vida quotidiana;

- os usos e as preferências relativamente à televisão diferem entre famílias; essa diferenciação decorre das formas de organização e gestão da vida quotidiana;
- ver televisão é, de uma forma geral, uma experiência partilhada pelos membros do agregado familiar, embora a percentagem tendencialmente elevada de famílias com mais de um aparelho de televisão introduza uma tendência, ainda que ligeira, para a ‘privatização’ do consumo. Ver televisão acompanhado ou sozinho depende do número de aparelhos existentes em casa, do tipo de programas, dos horários a que são vistos e das tarefas que eventualmente haja para realizar;
- grande consumo televisivo das famílias centra-se no *prime time*, nas horas em que a família se encontra normalmente reunida. Assim, o momento do jantar e o serão são os principais tempos em que ver televisão é uma prática familiar conjunta; fora destes tempos, regista-se uma grande dispersão dos membros da família;
- consumo televisivo resulta da conjugação de vários factores: da própria oferta televisiva, das características e motivações dos telespectadores, dos horários e ritmos de trabalho, da existência ou não de actividades alternativas, da organização da vida doméstica e das condições meteorológicas;
- ver televisão é, com relativa frequência, uma actividade que ocorre em simultâneo com diversas outras actividades. A actividade televisiva está longe de ser linear, simples e fluida como à partida poderia parecer; é com frequência uma actividade intermitente e descontínua, o que não significa que não haja momentos em que há uma implicação e um envolvimento efectivos da família com a televisão;
- consumo televisivo é, de uma forma geral, não selectivo. A maior parte das famílias vê os programas que estão a ser transmitidos quando ligam a televisão, quando decidem ou têm disponibilidade para ver;
- os dados apurados relativamente ao processo de selecção dos programas convergem, em vários pontos, com os resultados da pesquisa desenvolvida por James Lull (1990) sobre esse mesmo assunto: o pai é o elemento mais vezes nomeado como sendo o principal responsável pelo controlo do receptor e pela selecção dos programas; as crianças são nomeadas em segundo lugar, seguindo-se a mãe que, de uma forma geral e em comparação com os outros elementos assume um papel menos activo;
- em vários momentos do estudo sobressaem relações assimétricas no seio de algumas famílias - emerge a figura do pai e da autoridade paterna em relação à televisão;

- existe uma grande heterogeneidade ao nível dos programas que são vistos e uma grande diversidade de gostos e preferências não só ‘inter’ mas também ‘intra’ famílias; a variável sexo assume uma importância significativa ao nível das preferências televisivas dos adultos;
- as interacções sociais a que a televisão dá lugar extravasam o contexto imediato da recepção; a experiência televisiva é também partilhada quer antes quer depois do momento do consumo;
- na maioria das famílias a televisão assume predominantemente as funções de informação, entretenimento e companhia, sendo também utilizada para criar ambiente e como forma de passar o tempo. Recorrendo à tipologia dos usos sociais da televisão elaborada por James Lull, diremos que no seio das famílias estudadas predominam os usos estruturais;
- as crianças vêem frequentemente a programação que lhes é especialmente destinada (quase sempre sozinhas ou na companhia dos irmãos), mas vêem também assiduamente a programação familiar ou dirigida a audiências adultas, e na maioria das vezes na companhia dos pais;
- de uma forma geral, os pais não conhecem nem vêem com os filhos a programação destinada especificamente à infância; conseqüentemente são poucas as situações de mediação desenvolvidas pelos pais em relação aos programas infantis que os seus filhos vêem;
- visionamento em conjunto (entre pais e filhos e mesmo entre irmãos) é uma condição favorável para que ocorra mediação, tal como outros estudos já o tinham demonstrado;
- os pais identificaram o programa ‘Rua Sésamo’ como o exemplo do que as crianças aprendem com a televisão e como o programa que mais frequentemente incentivam os filhos a ver;
- das três formas de mediação contempladas na análise - restritiva, avaliativa e não focalizada - a primeira é a que ocorre com mais frequência no seio das famílias estudadas, seguindo-se a não focalizada ou indirecta. Estes dados revelam-nos que os pais adoptam sobretudo atitudes e práticas de restrição, regulação e proibição em relação à televisão. Encontramos também pais que exercem formas avaliativas de mediação, ou seja, pais que dizem preocupar-se em explicar às crianças os conteúdos televisivos, em ajudá-las a interpretá-los, a filtrar e digerir certo tipos de programas mais problemáticos. Mas, esta forma de mediação é, comparativamente, menos

frequente, e nem todos os pais estão conscientes ou têm conhecimento da importância que pode ter ao nível das experiências televisivas das crianças;

- os hábitos e preferências televisivas das crianças são muito semelhantes aos dos seus pais, o que nos leva a corroborar a principal conclusão do estudo desenvolvido por St Peters *et al.* (1991) segundo a qual, “*as famílias determinam não só a quantidade de tempo que as crianças vêem, mas também os tipos de programas e a qualidade da experiência televisiva*”;
- a mediação que os pais desenvolvem em relação à televisão que as crianças vêem influencia, como era já suposição nossa e vários estudos o documentam, a experiência televisiva das crianças, os usos e as aprendizagens que elas fazem em relação ao que vêem;
- factores como a estrutura familiar, aspectos relacionados com as crianças, a organização do espaço, a gestão do tempo e a localização e acessibilidade dos receptores de televisão, influenciam e condicionam os processos de interacção e de mediação na família;
- as diferentes experiências que decorrem das posições sociais [distintas], leva a que as famílias atribuam significados, filtrem, interpretem e utilizem a experiência televisiva de diferentes modos.

A análise dos dados, além de nos ter permitido constatar uma diversidade de práticas televisivas e de processos de interacção e mediação, permitiu-nos também constatar diferenças no plano do discurso. Ou seja, diferenças na forma como os actores sociais se pronunciam sobre a televisão, nos modos de enunciarem as práticas televisivas da família, não raro contraditórios com as práticas e usos efectivos da televisão.

Vejamos os tipos de discurso que transparecem na análise de conteúdo das entrevistas e que nos parecem mais assinaláveis:

discursos de uma certa ‘naturalização’ das práticas televisivas pela forma como estas se encontram entrelaçadas na vida quotidiana, o que leva alguns entrevistados a não mencionarem o ‘ver televisão’ quando lhes pedimos que falassem da vivência do serão e das formas de ‘ocupar’ o tempo livre, apesar de ser uma actividade habitual desses tempos;

discursos de desvalorização da televisão pela afirmação da sua ‘menoridade’, sobretudo no plano cultural e no plano educativo, e pela vulgaridade dos programas que são emitidos;

discursos que revelam alguns preconceitos relativamente à televisão, atribuindo-lhe um papel pouco ou nada importante, apesar de constarmos que o consumo televisivo ocupa uma parte significativa do tempo quotidiano dessas famílias;

discursos que assumem a importância e o significado da televisão na vida quotidiana, relativizando-a em relação a outras actividades e contextos de interacção do quotidiano.

É também a esta luz que devem ser compreendidas as práticas televisivas das famílias.

A análise que realizámos não é isenta de lacunas. A necessidade de nos ancorarmos, em vários momentos da análise, em variáveis como o meio geográfico e o nível sócio-económico, conduziu a que transparecesse por vezes uma acentuada clivagem rural/urbano e níveis alto/médio/baixo. Assumimos a limitação que esta escolha possa ter imposto.

Olhamos para este estudo não como um trabalho acabado, mas com um trabalho passível de ser continuado e alargado.

Para além da análise já por nós efectuada, cada entrevista poderia ainda ser objecto de uma análise mais circunscrita. Cada entrevista proporciona, só por si, um manancial de informação que poderia constituir matéria para um outro estudo (ou para aprofundar/pormenorizar este).

Seria também interessante desenvolver, a partir daqui, uma investigação de natureza etnográfica, assente na observação participante nos contextos domésticos das famílias envolvidas neste estudo. Os dados que obtivemos com as entrevistas, aliados à observação nesses contextos, poderiam proporcionar quadros descritivos e análises que a informação que recolhemos não proporcionou. As entrevistas que realizámos aos casais permitiu-nos perceber a importância e o interesse em auscultar as opiniões dos vários elementos que constituem o agregado familiar, para dispormos de mais perspectivas e pontos de vista, mas também para procurar salvaguardar que o conhecimento da interacção da família com a televisão na sua vida familiar não seja limitado e, eventualmente, enviesado.

No seguimento do que acabamos de referir, seria interessante ouvir as crianças procurando descobrir como é que elas próprias entendem a televisão. Na nossa pesquisa a relação das crianças com a televisão, os seus hábitos, preferências, modos de ver, etc. foram referidos, analisados e classificados por adultos, de acordo com os seus critérios. Durante a realização de algumas entrevistas em que estiveram presentes crianças (dos 3-6 anos e irmãos mais velhos), reparámos que elas revelavam conhecimentos e informações sobre o seu

relacionamento com a televisão mais ‘complexas’ do que geralmente se julga serem. É óbvio que as explicações, comentários e informações das crianças teriam de ser devidamente enquadrados e contextualizados para poderem ser analisados e interpretados. Mas, se queremos saber que sentido faz a televisão para elas, que prazeres, satisfações, opiniões, e emoções lhes provoca, seria importante estudá-la do ponto de vista das próprias crianças, ouvir o que elas têm a dizer, dar-lhes voz.

BIBLIOGRAFIA

- ABELMAN, Robert (1990), 'Determinants of Parental Mediation of Children's Television Viewing', in BRYANT, Jennings, (ed.) *Television and the American Family*, Hillsdale: LEA
- ABELMAN, Robert; PETTEY, Gary; (1989), 'Child Attributes as Determinants of Parental Television - Viewing Mediation - The Role of Child Giftiness', in *Journal of Family Issues*, vol.10, nº2, pp.251-266
- ABROL, Usha; KHAN, N.; SHRIVASTVA, Parul (1993), 'Role of Parents in Children's Television Viewing', in *Childhood*, Vol. 1, pp. 212-219
- ALBERO-ANDRÉS, Magda (1994), 'Children and Television: an Eco-socio-cognitive Perspective', Comunicação apresentada no Congresso da Associação Mundial de Sociologia, Julho 1994
- ALEXANDER, Alison (1990), 'Television and family Interaction', in BRYANT, Jennings (ed.), *Television and American Family*, Hillsdale:LEA
- ALEXANDER, Alison (1993), 'Exploring Media in Everyday Life', in *Communication Monographs*, vol.60, pp.55-61
- ALEXANDER, Alison (1994), 'The Effect of Media on Family Interaction'', in ZILLMAN, Dolf; BRYANT, Jennings; HUSTON, Aletha (eds), *Media Children and the Family*, Hillsdan: LEA
- ALMEIDA, J. Ferreira; COSTA, A. Firmino; MACHADO, F. Luís (1988), 'Famílias, Estudantes e Universidade - Painéis de Observação Sociográfica', in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº4
- ALONSO, M.; MATILLA, L.; VÁZQUEZ, M. (1995), *Teleniños Públicos, Teleninõs Privados*, Madrid: Ediciones de la Torre
- ALONSO-GETA, Petra; ALONSO ORTIZ, Tomás; VIDAL LUCENA, Margarita, *et al.* (1996), *Valores y Pautas de Crianza Familiar: El Niño de 0 a 6 Años, Estudio Interdisciplinar*, Madrid: Fundación Santa Maria
- ANDERSON, Daniel; PUGZLES, E.; FIELD, D.; COLLINS, P.; NATHAN, J. (1986), 'Television Viewing at Home: Age Trends in Visual Attention and Time with Television', in *Child Development*, vol.57, nº2, pp. 1024-1033

- ANTOINE, Frédéric (1995) 'Programmation Télévisuelle 'Familiale' et Temps de Vision', in *Recherches Sociologiques*, Vol. XXVI, nº1, pp.89-98
- ARIÈS, Philippe (1981), *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro: Zahar Editores (trad. brasileira de "L'Enfant et la Vie Familiale dans l'Ancien Régime", Paris, 1960)
- ATKIN, David J.; GREENBERG, Bradley S. ; BALDWIN, Thomas F. (1991), 'The Home Ecology of Children's Television Viewing: Parental Mediation and the New Video Environment', in *Journal of Communication*, 41 (3), pp. 40-51
- AUSTIN, Erica Weintraub (1990), 'Influences of Family Communication on Children's Television - Interpretation Processes', in *Communication Research*, vol. 17, nº 4, pp. 545-564
- AUSTIN, Erica Weintraub (1993), 'Exploring the Effects of Active Parental Mediation of Television Content', in *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, vol. 37, nº 2, pp. 147-158
- BANDEIRA, Mário L. (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BARDIN, Lawrence (1988), *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70 (edição original francesa de 1977)
- BARRETO, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARRIOS, Leoncio (1988), 'Television, Telenovelas and Family Life in Venezuela', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- BAUSINGER, Hermann (1984), 'Media Technology and Daily Life', in *Media, Culture and Society*, vol. 6
- BAZALGETTE, Cary; BUCKINGHAM, David (1995), *In Front of the Children*, London: BFI Publishing
- BÉLISLE, Claire; BIANCHI, Jean *et al.* (1993), *La Reception Mediatique - Rapport de Recherche*, Équipe IRPEACS - CNRS, Léon - Eculy, (policopiado)
- BREDERODE SANTOS, Maria Emília, (1991), *Aprender com a Televisão: O Segredo do Rua Sésamo*, Lisboa: TV Guia Editora
- BRONFENBRENNER, Urie (1979), *The Ecology of Human Development*, New York: Russell Sage Foundation

- BRONFENBRENNER, Urie (1985), 'Contextos de Crianza del Niño. Problemas e Prospectiva', in *Infancia y Aprendizaje*, nº 29, pp.45-55
- BRYANT, Jennings; ANDERSON, Daniel (eds) (1983); *Children's Understanding of Television*, New York: Academic Press
- BRYCE, J. (1986), 'Family Time and Television Use', in LINDLOF, Thomas (Ed.), *Natural Audiences: Qualitative Research of Media Uses and Effects*, Norwood, NJ: Able, pp.121-138
- BRYCE, Jennifer W.; LEICHTER, Hope J. (1983), 'The Family and Television: Forms of Mediation', in *Journal of Family Issues*, vol.4 (2), pp.309-328
- BUCKINGHAM, David (1987), *Children and Television: an Overview of the Research*, Paper presented at the 1987 BFI Summer School 'In Front of The Children', London
- BUCKINGHAM, David (1993), *Children Talking Television*, London: The Falmer Press
- BUCKINGHAM, David (1994), 'Television and the Definition of Childhood' in MAYALL, Berry (Ed.), *Children's Childhoods Observed and Experienced*, London: The Falmer Press
- CÁDIMA, F. Rui (1995), *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa: Círculo de Leitores
- CASETTI, Francesco (1990); ODIN, Roger (1990), 'De la Paléo à la Néo-Télévision: Approche Sémio-Pragmatique', in *Communications*, nº 51, pp. 9-26
- CHAFFEE, Steven H.; McLEOD, Jack M.; ATKIN, Charles K. (1971), 'Parental Influences on Adolescent Media Use' in *Communication Research*, vol.14 (3), pp.323-340
- CHALVON, Mireille; Corset, Pierre; SOUCHON, Michel (1990), *L'Enfant Devant la Télévision des Années 90*, Paris: Casterman
- CHEVALIER, Eric; BANNEY, M.; MANSOUR, S. et al.. (1991), *La Relation Enfant-Television: Implications Physiques, Psychologiques, Educatives et Sociales*, Paris: Centre International de L'Enfance
- CLIPBOARD, *A media Education Newsletter From Canada* (1995), Vol. 10, nº1
- COLLINS, W. A.; SOBOL, B.L.; WESTBY, J. (1981), 'Effects of Adult Commentary on Childre's Comprehension and Inferences about a Televised Agressive Portrayal', in *Child Development*, vol.52,pp. 158-163
- COMISSÃO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA TELEVISÃO - Relatório Final, 1996
- CORDER-BOLZ, CHARLES, R. (1980), 'Mediation: the Role of the Significant Others', in *Journal of Communication*, vol. 30, nº3, pp.106-118

- CORSET, Pierre (1995) 'La Pratique de la Télévision chez les Jeunes: Moyen d'Accès à l'Autonomie et à la Éducation, in *Recherches Sociologiques*, Vol. XXVI, n°1, pp.73-88
- DE CERTEAU, Michel (1980), *L'Invention du Quotidien - Arts de faire*, Paris: UGE
- DESMOND, Roger J.; SINGER, J.; SINGER, D.; CALAM, R.; COLIMORE, K. (1985), 'Family Mediation Patterns and Television Viewing - Young Children's Use and Grasp of the Medium', in *Human Communication Research*, vol.11, n°4, pp.461-480
- DESMOND, Roger J.; SINGER, Jerome.; SINGER, Dorothy G (1990), 'Family Mediation: Parental Communication Patterns and the Influences of Television on Children', in BRYANT, J. , *Television and the American Family*, Hillsdade: Erlbaum
- DESMOND; Roger D.; HIRSCH, Benett; SINGER; Dorothy; SINGER, Jerome (1987), 'Gender Differences, Mediation and Disciplinary Styles in Children's Responses to Television', in *Sex Roles*, vol.16, n°7/8, pp. 375-389
- DORR, Aimée (1986) *Television and Children: a Special Medium for a Special Audience*, London: Sage
- DORR, Aimée; KOVARIZ, Peter; DOUBLEDAY, Catherine (1989), 'Parent-Child Coviewing of Television', in *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, vol 33, n° 1 pp 35-59
- DUMAZEDIER, Joffre (1980), *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*, São Paulo: SESC, Série Lazer 3
- DUMAZEDIER, Joffre (1994), *A Revolução Cultural do Tempo Livre*, São Paulo: SESC, (edição francesa de 1988)
- ESTEVES, António J. (1991), 'A Família numa Sociedade em Mudança', in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I série, vol. 1
- FÉLIX, António B.; NAZARETH, Joaquim *et al.*. (1994), *Traços da Família Portuguesa*, Lisboa: Direcção-Geral da Família
- FOX, David J. (1981), *El Proceso de Investigacion en Educacion*, Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra
- GARBARINO, J. (1993), 'Childhood: What do we Need to Know?', in *Childhood*, vol 1, pp. 3-10
- GARTON, Alison F. (1994), *Interacción Social y Desarrollo del Lenguaje y la Cognición*, Barcelona: Paidós (edição inglesa de 1992).

- GIDDENS, Anthony (1987), *La Constitution de la Société*, Paris: Presses Universitaires de France
- GIDDENS, Anthony (1987), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta editora
- GOMES-PEDRO, J. (1995), *Bébé XXI: Criança e Família na Viragem do Século*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GRANTZ, Walter; MASLAND, Jonathon (1986), 'Television as Babysitter', in *Journalism Quarterly*, vol 63, nº3, pp. 530-536
- GREENBERG, Bradley; KU, Linlin; LI, Kairouy (1992), 'Parental Mediation of Children's Mass Media Behaviors in China, Japan, Korea, Taiwan, and the United States', in KORTENNY, F.; Ting-Toomey (Ed.), *Mass Media Effects Across Cultures, International and Intercultural Communication Annual*, vol XVI, Sage
- GUNTER, Barrie; McALLEER, Jill (1990) *Children and Television: The One Eyed Monster?*, London: Routledge
- GUNTER, Barrie; SVENNEVIG, Michael (1987), *Behind and in Front of the Screen, Television's Involvement with Family Life*, London: John Libbey
- HOPKINS, Nancy M.; MULLIS, Ann K. (1985), 'Family Perceptions of Television Viewing Habits', in *Family Relations*, 34, pp. 177-181
- HUSTON, Aletha; ZILLMAN, Dolf; BRYANT, Jennings (1994), 'Media Influence, Public Policy and the Family' in ZILLMAN, Dolf; BRYANT, Jennings; HUSTON, Aletha (eds), *Media, Children and the Family*, Hillsdan: LEA
- JAMES, Allison; PROUT, Alan (eds) (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, London: The Flamer Press
- JARLBRO, Gunilla (1986), *Family Communication Patterns Revisited: Reliability and Validity*, Lund : Department of Sociology, University of Lund
- JAVEAU, Claude (1991), *La Société au Jour le Jour - Écrits sur la Vie Quotidienne*, Bruxelles: De Boeck-Wesmael
- LACASA, P.; HERRANZ, Pilar (1989), 'Contexto y Aprendizaje: el Papel de la Interacción en Diferentes Tipos de Tarefas', in *Infancia y Aprendizaje*, nº 45, pp.49-70.
- LAZAR (s/d), *Escola, Comunicação, Televisão*, Porto: Rés Editora (edição francesa de 1985)
- LEANDRO, Armando (1995), 'Direitos da Criança, Violência e Comunicação Social', in Alta Autoridade para a Comunicação Social, *A Violência nos Meios de Comunicação Social*, Colóquio Internacional, Lisboa, 1993

- LEMISH, D. (1986), 'Viewers in Diapers' in LINDLOF, Thomas (Ed.), *Natural Audiences: Qualitative Research of Media Uses and Effects*, Norwood, NJ: Able, pp.33-57
- LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (1990), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget
- LINDLOF, Thomas R. (1995), *Qualitative Communication Research Methods*, Thousand Oaks: Sage Publications
- LINDLOF, Thomas; SHATZER, Milton; WILKINSON, Daniel (1988), 'Accommodation of Video and Television in the American Family', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- LINDLOF, Thomas; TRAUDT, Paul J., (1983), 'Mediated Communication in Families: New Theoretical Approaches', in MANDER, Mary S. (ed.), *Communications in Transition - Issues and Debates in Current Research*, New York: Praeger Publishers
- LULL, James (1980), 'Family Communication Patterns and the Social Uses of Television', in *Communication Research*, vol. 7, nº3, pp. 319-334
- LULL, James (1990a), 'Families' Social Uses of Television as Extensions of the Household', in BRYANT; Jennings (ed.), *Television and the American Family*, Hillsdale, New Jersey: LEA
- LULL, James (1990b), *Inside Family Viewing - Ethnografic Research on Television's Audience*, London: Routledge
- LULL, James (ed.) (1988a), 'The Family and Television in World Cultures', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- LULL, James (ed.) (1988b), 'Constructing Rituals of Extension Through Family Television Viewing', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- MARC, Edward.; PICARD, Dominique (1992), *La Interacción Social: Cultura, Instituciones y Comunicación*, Barcelona: Paidós (edição francesa de 1989)
- MARIET, François (1989), *Laissez-les Regarder la Télé*, Paris: Calmann Lévy
- MARTÍN SERRANO, Manuel (1977), *La Mediation Social*, Madrid: Akal Editor
- MARTÍN SERRANO, Manuel (1985), 'La Mediation de los Medios de Comunicación', in MORAGAS, M. (ed.), *Sociologia de la Comunicación de Masas*, Barcelona: Gustavo Gili
- MARTÍN SERRANO, Manuel (1987), *La Producción Social de la Comunicación*, Madrid: Alianza Editorial.

- MARTÍN_BARBERO, Jesús (1987), *De los Medios a las mediaciones - Communication, Cultura e Hegemonia*, Barcelona: Gustavo Gili
- MCQUAIL, Denis (1983), *Introduction a la Teoria de la Comunicación de Masas*, Barcelona: Ediciones Paidós
- MENDES, M^a Filomena; PEREIRA, Pedro T.; PINTO, José E. (1994), *A Família Portuguesa: Linhas de Reflexão no Ano Internacional da Família*, Lisboa: Direcção-Geral da Família
- MESSARIS, Paul (1983^a), 'Family Conversations about Television', in *Journal of Family Issues*, vol.4, pp293-308
- MESSARIS, Paul; KERR, Dennis (1982), 'Television - Related Mother-Child Interaction and Children's Perceptions of Television Characters', in *Journalism Quarterly*, vol. 61, n° 3, pp. 662-666
- MESSARIS, Paul; KERR, Dennis (1983^b), 'Mother's Comments about Television: Relation: to Family Communication Patterns', in *Human Communication Research*, vol.10, pp. 175-194
- MESSARIS, Paul; SARETT, C. (1981), 'On the Consequences of Television-Related Parent Child Interactions, in *Human Communication Research*, vol.7, pp. 226-244
- MEYKOWITZ, Joshua (1995), 'Mediating Communication: What Happens?', in DOWNING, John; MOHAMMADI, Ali *et al.* (Ed.), *Questioning the Media: A Critical Introduction*, London: Sage Pub.
- MOORES, Shaun (1993), *Interpreting Audiences: The Ethnography of Media Consumption*, London: Sage
- MORLEY, David (1986), *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*, London: Comedia
- MORLEY, David (1988), 'Domestic Relations: the Framework of Family Viewing in Great Britain', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- MORLEY, David (1992), *Television, Audiences and Cultural Studies*, London: Routledge
- MORLEY, David; SILVERSTONE, Roger (1990), 'Domestic Communication - Technologies and Meanings', in *Media, Culture and Society*, vol.12, London: Sage, pp.31-55
- MORLEY, David; SILVERSTONE, Roger (1993), 'Comunicación y Contexto: La Perspectiva de los Sondeos de Opinión', in JENSEN, K.B.; JANKOWSKI, N.W. (eds)

- Metodologias Cualitativas en Comunicacion de Masas*, Barcelona: Bosch Casa Editorial, pp.181-196
- MUÑOZ, José Javier; PEDRERO, Luís Miguel (1996), *La Televisión y los Niños*, Salamanca: Libreria Cervantes
- OROZCO, Guillermo (1996), *Televisión y Audiencias, un Enfoque Qualitativo*, Madrid: Ediciones de la Torre
- PALMER, Patricia (1988), 'The Social Nature of Children's Televisin Viewing', in DRUMOND, Phillip; Paterson, Richard (eds.), *Television and Its Audience*, London: BFI
- PARDUN, Carol J.; KRUGMAN, Dean M. (1994), 'How the Architectural Style of the Home Relates to Family Television Viewing', in *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, vol 38, (2), pp.145-162
- PATTON, M. Quinn (1980), *Qualitative Evaluation and Research Methods*, Newbary Park: Sage Publications
- PEREIRA, Beatriz O. (1993), *A Infância e o Lazer - Estudo da Ocupação dos Tempos Livres dos 3 aos 10 anos em Diferentes Contextos Sociais*, Tese de Mestrado em Ciências da Educação - Metodologia da Educação Física, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana
- PETRIE, Duncan; WILLIS, Janet (ed. (1995), *The Television and the Household*, London: BFI
- PIEUCHOT, Clément (1995) 'Familles et Télévision: Quelques Observations Critiques"', in *Recherches Sociologiques*, Vol. XXVI, n°1, pp.99-111
- PINTO, Manuel (1991), 'A Comunicação, a Família e os Mass Media', intervenção proferida no seminário *A Família e o seu Curso - Algumas Vertentes*, Faculdade de Economia de Coimbra
- PINTO, Manuel (1995), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
- PORTUGAL, Gabriela (1992), *Ecologia e Desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner*, Aveiro: CIDINE
- PRONOVOST, Gilles (1996), *Médias et Pratiques Culturelles*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble

- ROBINSON, John P. (1990), 'Television's Effects on Families' Use of Time', in BRYANT; Jennings (ed.), *Television and the American Family*, Hillsdale, New Jersey: LEA
- ROGGE, Jan-Uwe (1989), 'The Media in Everyday Family Life: Some Biographical and Typological Aspects', in SEITER, Ellen; BORCHERS; HANS *et al.*, *Remote Control: Television Audiences and Cultural Power*, London: Routledge
- ROGGE, Jan-Uwe; JENSEN, Klaus (1988), 'Everyday Life and Television in West Germany: an Emphatic - Interpretative Perspective on the Family as a System', in LULL, James (ed.), *World Families Watch Television*, Sage: Newbury Park
- ROGOFF, Barbara, (1993), *Aprendices del Pensamiento*, Barcelona: Paidós (edição inglesa de 1990)
- ROSENGREN, KARL E.; WINDHAL, S. (1989) *Media Matter: Television Use in Childhood and Adolescence*, Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation
- RTP - Departamento de Programas Infantis e Juvenis (1997), Dossier '*Jardim da Celeste*'
- SARACENO, Chiara (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa: Editorial Estampa
- SCHRAMM, W.; LYLE, J.; PARKER, E. (1965), *Television para los niños*, Barcelona: Editorial Hispano-Europea (edição original americana de 1961)
- SEGALEN, Martine (1981), *Sociologie de la Famille*, Paris: Armand Colin
- SHORTER, Edward (1977), *Naissance de la Famille Moderne*, Éditions de Seuil
- SILVERSTONE; Roger (1994), *Television and Everyday Life*, London: Routledge
- SIMPSON, Philip (ed.) (1987), *Parents Talking Television - Television in the Home*, London:Comedia
- SINGER, Jerome; SINGER, Dorothy G.; DESMOND, Roger; HIRSCH, Bennett; NICOL, Anne (1988), 'Family Mediation and Children's Cognition, Agression and Comprehension of Television: a Longitudinal Study', in *Journal of Applied Developmental Psychology*, 9, pp.329-347
- ST. PETERS, Michelle; FITCH; Marguerite, HUSTON, Aletha C.; Wright, Jonh C.; EAKINS, Darwin J. (1991), 'Television and Families: What do Young Children Watch with their Parents?', in *Child Development*, nº 62, pp. 1409-1423
- STONEMAN, Zolinda; BRODY, Gene H. (1981), 'Two's Company, Three Makes a Difference: an Examination of Mother's and Father's Speech to their Young Children', in *Child Development*, vol.52, nº2, pp. 705-707
- TIZARD, Barbara; HUGHES, Martin (1986), *Young Children Learning: Talking and Thinking at Home and at School*, London: Fontana Press

- TROST, Jan (1990), 'Do we Mean the Same by the Concept of Family?', in *Communication Research*, vol. 17, (4), Sage Publications, pp.431-433
- VALA, Jorge (1986), 'Análise de Conteúdo', in SILVA, Augusto Santos; MADUREIRA, Jorge (eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento
- VAN EVRA, Judith (1990), *Television and Child Development*, Hillsdale: LEA
- WATKINS, Bruce (1985), 'Television Viewing as a Dominant Activity of Childhood: a Developmental Theory of Television Effects', in *Critical Studies in Mass Communication*, nº 2, pp.323-387
- WATSON, James (1985), *What is Communication Studies*, London: Edward Arnold
- WEAVER, Barry; BARBOUR, Nancy (1992), 'Mediation of Children's televiewing', in *Families in Society; The Journal of Contemporary Human Services*, vol. 73
- ZILLMANN, Dolf; BRYANT, Jennings; HUSTON, Aletha (1994), *Media Children and the Family: Social Scientific, Psychodynamic and Clinical Perspectives*, Hillsdale, New Jersey: LEA

ANEXOS

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS⁵⁹

Família n°	Profissão da mãe	Profissão do pai	Nível de escolaridade do mãe	Nível de escolaridade do pai	Meio de residência	Número de filhos
1	Professora de enfermagem	Engenheiro	CESE	Licenciatura	Urbano	2
2	Engenheira técnica civil	Médico	Bacharelato	Licenciatura	Urbano	2
3	Empregada de escritório	Topógrafo	3º ano do curso de filosofia	11º ano	Intermédio	2
4	Prof. do ensino secundário	Funcionário público	Licenciatura	12º ano	Intermédio	2
5	Oficial de justiça	Oficial de justiça	11º ano	12º ano	Intermédio	1
6	Educadora de infância	Empresário	Bacharelato	11º ano	Intermédio	1
7	Empregada auxiliar de JI	Técnico de obras	11º ano	11º ano	Urbano	2
8	Professora do 1º ciclo	Gerente comercial	Bacharelato	11º ano	Urbano	2
9	Empregada na 'Grundig'	Trabalhador da construção civil	4ª classe	6º ano	Rural	3
10	Professora do 1º ciclo	Técnico de confecções	Bacharelato	11º ano	Intermédio	2
11	Doméstica	Encerador de móveis	4ª classe	4ª classe	Rural	2
12	Empregada comercial	Delegado comercial	12º ano	9º ano	Urbano	1
13	Empregada numa fábrica de bonecas	Trabalhador da construção civil	5º ano	4ª classe	Rural	2
14	Doméstica	Trolha	4ª classe	4ª classe	Rural	3
15	Empregada numa fábrica têxtil	Electricista	5º ano	5º ano	Rural	1
16	Doméstica	Madeireiro (emigrante)	5º ano	4ª classe	Rural	7
17	Professora de Educação Musical	Professor do 1º ciclo	Bacharelato	Bacharelato	Urbano	2
18	Educadora de infância	Professor do 1º ciclo	Bacharelato	Bacharelato	Intermédio	1
19	Desempregada	Trabalhador da construção civil	4ª classe	4ª classe	Rural	1
20	Proprietária de um restaurante	Proprietário do mesmo restaurante	4ª classe	9º ano	Rural	1
21	Estudante trabalhadora	Professor do 1º ciclo	Frequência do 4º ano de Direito	Bacharelato	Rural	2
22	Doméstica	Trabalhador da construção civil	4ª classe	4ª classe	Rural	5
23	Prof. do ensino secundário	Prof. do ensino secundário	Licenciatura	Licenciatura	Urbano	2

⁵⁹ O número de família corresponde ao número de entrevista.

24	Administrativa no CRSS	Motorista	12º ano	7º ano	Urbano	1
25	Professora do 2º ciclo	Industrial	Licenciatura	9º ano	Urbano	2
26	3ª oficial (numa escola secund.)	Carteiro	11º ano	9º ano	Intermédio	1
27	Professora	Técnico de vendas	Licenciatura	11º ano	Urbano	1
28	Doméstica	Estucador	4ª classe	6º ano	Rural	2
29	Doméstica	Trabalhador da construção civil	4ª classe	4ª classe	Rural	3
30	Cabeleireira	Gerente comercial	6º ano	9º ano	Urbano	3
31	Doméstica	Empresário de telecomunicações	9º ano	6º ano	Rural	1
32	Doméstica	Trolha	4ª classe	4ª classe	Rural	6
33	Doméstica	Trabalha na agricultura	4ª classe	4ª classe	Rural	2
34	Recepcionista	Motorista	11º ano	6º ano	Urbano	1
35	Doméstica	Estucador	6º ano	4ª classe	Rural	2
36	Funcionária Pública	Empregado comercial	10º ano	9º ano	Urbano	2
37	Doméstica	Construtor Civil	9º ano	4ª classe	Rural	2
38	Doméstica	Jornaleiro	4ª classe	4ª classe	Rural	3
39	Empregada de escritório	Empregado de escritório	9º ano	9º ano	Urbano	3
40	Estudante	Funcionário Bancário	3º ano de Gestão	2º ano de Rel. Internacionais	Intermédio	2
41	Professora do 1º ciclo	Engenheiro técnico	Bacharelato		Rural	3
42	Prof. do ensino secundário	Delegado do Procurador da República	Licenciatura	Licenciatura	Urbano	1
43	Empregada doméstica	Trabalhador da construção civil	4ª classe	6º ano	Rural	2
44	Estudante	Vigilante	Frequência do 4º ano de Port.-Alemão	6º ano	Urbano	2
45	Professora do 1º ciclo	Assistente universitário	CESE	CESE	Urbano	2
46	Engenheira	Engenheiro	Licenciatura	Licenciatura	Urbano	2
47	Prof. do ensino secundário	Engenheiro	Licenciatura	Licenciatura	Urbano	3
48	Empregada de escritório	Comerciante	9º ano	9º ano	Urbano	3
49	Assistente universitária	Engenheiro	Licenciatura	Licenciatura	Urbano	1
50	Empregada doméstica (emigrante)	Calceteiro (emigrante)	5º ano	6º ano	Rural	1

